**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MULHERES DA TERRA:
História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do
século XXI**

Claudia Delboni

Orientação: Prof(a). DRA. ZILDA MÁRCIA GRÍCOLI IOKOI

**São Paulo
2008**

Claudia Delboni

**MULHERES DA TERRA:
História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do
século XXI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa da
Pós-graduação, em História Social da Faculdade de
Filosofia Letras e Ciências Humanas
Área de Concentração: História Social
Orientação: Prof(a). DRA. Zilda Márcia Grícoli Iokoi

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo
2008**

A minha mãe Joana, *in memoriam*.
À Domitila Segura e Ilídia Borges Barros assentadas de Sumaré II.
Mulheres nascidas e criadas na luta pela terra!

Agradeço,

À Zilda Grícoli Iokoi pela paciência em iniciar-me no trabalho de pesquisa.

Às mulheres do Assentamento de Sumaré I, II e III que contribuíram com as suas histórias de vida, abrindo-me suas casas e conduzindo para suas cozinhas, o lugar de máximo aconchego na cultura camponesa.

Aos homens que tiveram a delicadeza de contribuir com seus depoimentos.

À Feagri pela preciosidade de seu acervo.

À Maria José de Souza Lopes que interrompeu seu cotidiano para atender-me na sua casa.

Ao Reginaldo Toledo Ruiz que me recebeu no seu trabalho e compartilhou sua experiência no assentamento.

Ao Fernando que sempre abriu as portas, quando tudo parecia estar fechado.

À Marana que apesar de pouca idade, ensina-me a perseverar diante das dificuldades.

Ao Leo que por ser o elo mais frágil da família teve que suportar o stress de uma mãe que acumulou várias jornadas de trabalho.

À Silvanir por compartilhar as dificuldades de se estudar a história do presente.

À Edvaneide por tornar-me menos solitária nos estudos sobre a luta pela terra no Brasil.

À Cassiana pela paciência de ouvir-me.

Ao grupo de Estudos o Laboratório de Estudos da Intolerância pelo rigor com a História.

À Márcia pela fidelidade ao mundo das letras e sua generosidade em compartilhar com o outro.

À Ester pela sua sincera amizade!

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract.....	7
Lista de Siglas:	8
Apresentação	9
CAPÍTULO I.....	16
A participação das mulheres na luta pela terra: uma questão de gênero	16
1 - Breve histórico do processo de luta das mulheres pelo direito à terra no território nacional no período de transição democrática.....	17
2 - A história oral e o cotidiano das mulheres da área II de Sumaré;.....	25
3 – Apresentação da área II de Sumaré: principais problemas.....	36
CAPÍTULO II.....	50
Da infância ao acampamento: uma longa trajetória de lutas	50
1 - A infância das mulheres assentadas no contexto do autoritarismo	51
2 - A mulher camponesa na estrutura familiar	54
3 - A luta e o cotidiano nas periferias da cidade.....	62
4 – O acampamento: um vetor de forças na reordenação da vida familiar das mulheres assentadas	77
CAPÍTULO III	99
O assentamento e a questão de gênero: sob as cercas da produção.....	99
1 – A condição de assentados: a difícil luta pela ressocialização.....	100
2 - A importância da escola na trajetória do Grupo Mulheres da Terra	103
3 - A ausência nas presenças das falas: a luta pela casa e o silêncio da produção ...	110
4 – As mediações no processo da luta pela terra e o silêncio das mulheres.....	132
5 - As mulheres na fala dos mediadores:	141
6 - O assentamento e as mudanças	157
7 - Considerações finais:.....	174
7.1 - Dona Ilídia na contramão da história	178
FONTES DOCUMENTAIS:	186
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	188
ANEXO 1- Relatório da Reunião Feagri/Unicamp	194
ANEXO 2: HISTÓRIA ORAL DE VIDA	197

Resumo

Este trabalho analisa a trajetória do Grupo Mulheres da Terra, cuja formação ocorreu na área II do Assentamento de Sumaré, no ano de 1985, no Estado de São Paulo. O grupo possui um percurso histórico de 22 anos, na perspectiva de conquistas sociais garantidas na Constituição aprovada em 1988 – terra, trabalho, moradia, educação, transporte, saúde e equidade nas relações de poder entre homens e mulheres. Estes foram temas que nortearam suas ações, que engendraram conquistas para todos os membros do assentamento.

O percurso da pesquisa conduziu-nos ao encontro de vários atores sociais, envolvidos em diversas estratégias de resistência e circunscritos às ações de inúmeros mediadores sociais, empenhados na defesa da reforma agrária. Ao longo de duas décadas, inúmeros projetos foram desenvolvidos entre o Grupo Mulheres da Terra e os agentes mediadores. Muitos encontros e desencontros aconteceram pelo caminho. Para compreender o papel da trajetória do Grupo na história do assentamento e nas relações de gênero dentro do mesmo, como percurso de movimento social que se consagrava como espaço da luta pela terra, tomamos a História Oral de Vida das mulheres que participaram da trajetória do Grupo Mulheres da Terra da área II do assentamento de Sumaré como uma das fontes privilegiadas de nosso estudo.

Abstract

This work analyses the path of the Grupo Mulheres da Terra (Women of the Land), Which was initiated in area II in the Sumaré Settlement, in 1985, in São Paulo State. The group has a 22 year history of social achievements granted by the 1988 Constitution – land, work, housing, education, transportation, health care and equity in relationship between men and women. These themes have led their actions, which brought benefits for all members of the community, such as the school, electric energy, school transportation, artesian well, the family health care unit, retirement plan for women, the “Esperança” green house and the community kitchen.

The pursuit of this research has presented us with several social actors, involved in different strategies and related to the actions of a large number of social mediators, committed to the defense of the agrarian reform. In the course of two decades, many projects were carried out by the Grupo Mulheres da Terra and the mediator agents, a relationship that was not free of conflicts. To understand the role of the Group's path in the settlement's history and in its internal gender relations as a process of a social movement that was establishing itself as a medium of the struggle for the land, we took the Oral History of the lives of the women that were part of the Grupo Mulheres da Terra of area II of the Sumaré settlement as one of the most important sources of our work.

Lista de Siglas:

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
COHAB – Conjunto Habitacional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT – Comissão da Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAF – Departamento de Assuntos Fundiários
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa do Agronegócio
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz
ESP – Associação das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
FEAGRI- Faculdade de Engenharia Agrícola
IAF – Instituto de Assuntos Fundiários
INCRA – Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LEI – Laboratório de Estudos da Intolerância
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra
MSTR – Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
ONG – Organização não governamental
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONAF M - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar à Mulher
PT – Partido dos Trabalhadores
PUCC – Pontifícia Católica de Campinas
RME – Rede Mulher de Educação
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

Apresentação

O objetivo de nossa pesquisa é analisar a trajetória do Grupo Mulheres da Terra, cuja formação ocorreu na área II do Assentamento de Sumaré, no ano de 1985, no Estado de São Paulo. O Grupo possui um percurso histórico de 22 anos, na perspectiva de conquistas sociais garantidas na Constituição aprovada em 1988 – terra, trabalho, moradia, educação, transporte, saúde e equidade nas relações de poder entre homens e mulheres. Estes foram temas que nortearam suas ações, que engendraram conquistas para todos os membros do assentamento, tais como a escola, a energia elétrica, o transporte escolar, o poço artesiano, o posto de saúde da família, a aposentadoria para as mulheres, o viveiro de plantas “Esperança”, a cozinha comunitária.

O percurso da pesquisa conduziu-nos ao encontro de vários atores sociais, envolvidos em diversas estratégias de resistência e circunscritos às ações de inúmeros mediadores sociais, empenhados na defesa da reforma agrária. No que tangia à participação das mulheres na luta pela terra, encontramos a intervenção das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de Organizações Não Governamentais (ONGs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), do Instituto de Terra no Estado de São Paulo (Itesp), da Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri/Unicamp).

Ao longo de duas décadas, inúmeros projetos foram desenvolvidos entre o Grupo de Mulheres da Terra e os agentes mediadores. Muitos encontros e desencontros aconteceram pelo caminho, resultando num caminho marcado por conflitos, com avanços e recuos, vitórias e derrotas. Para compreender o papel da trajetória do Grupo na história do assentamento e nas relações de gênero dentro do mesmo como um percurso de um movimento social que se consagrava como espaço da luta pela terra, tomamos a História Oral de Vida das mulheres que participaram da trajetória do Grupo Mulheres da Terra da área II do assentamento de Sumaré como uma das fontes privilegiadas de nosso estudo.

A ausência das vozes femininas nos indicou a necessidade de optar pela metodologia da História Oral de Vida, para a produção de registros orais, indispensáveis à compreensão do itinerário do grupo. A montagem da rede foi tecida a partir do contado com Associação dos Moradores do Assentamento de Sumaré II e

definição de uma colônia de onze mulheres que tiveram seus depoimentos gravados, transcritos e transcritos. Histórias como as de:

Cecília Rosa Prado

Sessenta e três anos, casada. Nascida em 1943, no Estado da Bahia, na cidade de Condeúva. Aos seis anos de idade, migrou para Diamantina no Estado de São Paulo e, aos dezenove anos, foi para o Estado do Paraná, onde se casou e teve seus filhos. Na passagem da década de 1970 para a de 1980, foi para Sumaré e trabalhou como costureira numa confecção. Em 1985, decidiu participar da luta pela terra quando visitou a área I do assentamento de Sumaré. Hoje é vice-presidente da Associação de Moradores do assentamento.

Edite da Silva Araújo

Cinquenta e três anos, separada. Nasceu no estado do Paraná, onde se casou e foi com o marido para Sumaré, quando perdeu o contato com a família, que também vivia a experiência de sucessivas migrações. Morou numa favela. Ali viu os filhos crescerem e foi trabalhar de bóia-fria, nas regiões adjacentes do bairro de Rosolén. No assentamento, entrou em depressão e quase morreu. Neste contexto, separou-se e foi encontrada pelo irmão, quando descobriu que sua mãe já estava morta. Hoje participa das atividades do assentamento junto com as mulheres: cuida da estufa, onde produz o pó da folha da mandioca utilizada na produção da multi-mistura pela Pastoral da Criança.

Francisca Domingos

Tem 58 anos de idade. Nascida em Gália, interior do Estado de São Paulo, aos cinco anos de idade, foi morar na cidade de Bauru. Em 1973, mudou para Sumaré, onde trabalhou numa oficina de costura. Foi nessa situação que assumiu a coordenação da Ceb Nossa Senhora de Fátima, onde ensinou curso de corte e costura para a população do bairro. No assentamento, efetivou-se como secretária de escola pública, o que prejudicou uma maior assiduidade na luta do Grupo Mulheres da Terra, por não se considerar uma “participante de carteirinha”, conforme suas palavras.

Ilídia Borges Barros

Tem setenta e um anos de idade. Nasceu em Mina Gerais, em Santa Maria Suaçuí. Quando criança trabalhou num alambique junto com oito irmãos. Aos vinte e

um anos, solteira, engravidou e mudou-se com o filho para o Estado de São Paulo, junto com o irmão que ‘tomou’ o seu filho e o deu para outra família cuidar.

Na tentativa de permanecer próxima do seu filho, conheceu Sr. Benedito e se mudou para o Paraná, mas retornou para as periferias de Sumaré. Ali o marido ficou desempregado e as panelas ficaram vazias, quando ela sugeriu: “*vamos pra luta da terra?*” O marido concordou e ingressaram na ocupação juntamente com todos os filhos na barraca de Iona. Hoje é viúva e vive da aposentadoria. Teve um filho assassinado no assentamento e está bastante afastada das atividades. Padece de vários problemas de saúde: problemas cardíacos, alergia e depressão.

Iolanda de Oliveira Pereira

Nascida em Minas Gerais, em São Francisco da Glória, migrou para o Estado do Paraná aos seis anos de idade. No Paraná se criou e tentou livrar-se do pesado trabalho na roça, casando-se. Mas foi mal sucedida no projeto, porque, após o casamento, cuidou dos afazeres domésticos na casa da família do marido, assim como participou do desbravamento de matas no norte do Paraná. Migrou para Campinas, onde trabalhou como empregada doméstica e depois no trabalho temporário de bóia-fria. A partir de um boato sobre uma reunião que estava acontecendo no pátio da Igreja para discutir a reforma agrária, decidiu convencer o marido a participar das reuniões. Hoje trabalha na produção da multi-mistura e se mobiliza para o funcionamento da cozinha comunitária.

Lucilene Cruz da Silva

Tem quarenta anos, é separada legalmente, tem três filhos. Pertence à segunda geração de assentados. Em 1995, após oito anos de casamento, morando nas periferias das cidades, levou sua família para morar com seus pais, que haviam assumido o lote do tio, conquistado durante a ocupação. Ali conheceu Cida e incorporou o Grupo Mulheres da Terra como uma forma de trabalho, ao mesmo tempo em que viu seu casamento ruir de maneira bastante violenta. Hoje atua como educadora da Rede Mulher de Educação e participa do Conselho Municipal de Turismo.

Malvina Jacinto Teodoro

Setenta anos, nascida em Guaxupé, Minas Gerais, no dia 06/09/1937. Trabalhou desde criança ajudando a mãe, pertencia a uma família de oito irmãos. Aos onze anos, ajudava o pai na roça, mas aos quatorze anos, quando a família migrou para o Paraná o

trabalho na roça tornou-se indispensável, junto com o pai e o irmão. Quando casada, foi morar em Sumaré e se recusou a trabalhar como empregada doméstica, até encontrar um trabalho como faxineira numa empresa. No assentamento, trabalha na roça junto com a família na produção de frutas, verduras e tem uma barraca na beira do asfalto, onde vende o alimento que produz no lote direto aos consumidores.

Maria Aparecida Renovato de Oliveira

Tem quarenta e três anos, é casada e mãe de quatro filhos. Nasceu no Estado do Paraná e migrou para Sumaré aos nove meses. O pai era um alcoólatra e mudava-se constantemente. Em Sumaré, morou em vários lugares, sempre na dependência dos outros. Casou-se neste município, mas foi tentar a vida em Cosmópolis, onde o marido conseguiu trabalho numa usina de açúcar. Mas a família teve tantos problemas respiratórios que resolveu voltar para Sumaré, na década de 1990, junto à família do marido que havia conquistado um lote no assentamento.

Permaneceu “agregada” à família do sogro até o ano de 2000, na área II do assentamento de Sumaré, quando foi aprovada na seleção para ocupar um lote na área III. Hoje é a titular da terra, cria porcos e está iniciando a produção de mexerica poncã. Além disso, ocupa o cargo de vice-presidente da Associação de Moradores e é educadora junto à Rede Mulher de Educação.

Tereza Correia de Melo

Nasceu em Santa Maria Suaçuí, em Minas Gerais, tem setenta e seis anos e é casada. Na infância não brincou de roda. Aos sete anos já cozinhava para toda a família que trabalhava na roça. Como não conseguia alcançar a pia, colocava suportes para cozinhar. Pertencia a uma família de oito irmãos. Quando casada, deixou Minas Gerais de pau-de-arara para morar no Paraná, porque estava muito ruim.

De lá se mudou com a família para Vera Cruz, Estado de São Paulo, onde ficaram dois anos trabalhando na lavoura. O marido trabalhava serrando madeira no braço e quando arrumaram um dinheirinho voltaram para o Paraná. Mas logo migraram para a cidade de Sumaré, onde ingressou na luta dos sem terra, já que o marido e o filho tornaram-se alcoólatras no bairro do Matão e o retorno à terra foi a maneira que encontrou para não os perder nas periferias de Sumaré. No assentamento, o filho se livrou do alcoolismo, tornando-se um agricultor primoroso, segundo as palavras do agrônomo Reginaldo Toledo Ruiz.

Licionira Aparecida de Oliveira

Tem vinte e quatro anos, solteira, é filha de dona Edite. Nasceu no bairro de Rosolén, sua infância foi em meio à luta pela terra. Quando a família conquistou o lote já tinha seis anos. Frequentou o ensino fundamental na escola construída no assentamento, a partir da luta da mãe. Hoje tem o ensino médio concluído. Trabalhou na limpeza da escola e atualmente é inspetora de uma escola do município.

Caminhar pela propositura da História Oral possibilitou às mulheres darem seus testemunhos da história, contando partes de sua vida, numa construção narrativa, que trouxe recordações e esquecimentos, presença e ausência, que foram vitais para a compreensão dos processos históricos nos quais os assentados estavam inseridos. Portanto, as memórias narradas tornaram-se objeto de investigação histórica, submetidas à análise crítica conforme prevê o ofício do historiador.

Na perspectiva de dar ao trabalho de pesquisa maior densidade histórica recorremos a outras fontes documentais com a realização de entrevistas com as lideranças masculinas no assentamento e com os agentes mediadores que participaram na organização da luta pela terra. Analisamos também documentos escritos produzidos no processo de conquista da terra.

Neste momento faz-se necessário enfatizar no trajeto da pesquisa a necessidade de constantemente refletir sobre as subjetividades, uma vez que minhas testemunhas estavam vivas, eram de carne e osso e um elo havia se estabelecido no momento da coleta dos depoimentos. Jacques Le Goff ao traçar diferenças entre a história imediata e a história de períodos anteriores, afirma,

A segunda diferença vem da implicação pessoal, da inevitável subjetividade que se impõe na história imediata. O historiador preso entre seu engajamento pessoal e o dever profissional da objetividade tem muita dificuldade em conciliá-los honestamente. Mesmo se o passado desencadeia suas paixões, para ele é mais fácil tomar distância, pois a distância do tempo está objetivamente presente. Esses problemas são particularmente delicados para a redação da história dos períodos muito recentes nos manuais escolares e em seu ensino.¹

¹ LE GOFF, Jacques A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In Questões para a história do presente. Agnès Chauveau, Philippe Tétat (organizadores) – Bauru, SP: EDUSC, 1999, p.100

Para atender a recomendação de Le Goff de honestidade para com a história foi uma batalha, pois me apaixonei por diversos personagens, que me acolheram de maneira amável no processo da pesquisa. Alcançar o distanciamento necessário para a análise crítica do processo histórico, somente foi possível a partir da orientação da professora Zilda, que diversas vezes me chamou para o ofício e a necessidade de proceder a uma análise crítica das fontes.

A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, abordamos o avanço na legislação em relação à questão de gênero na luta pela terra, salientando que as conquistas foram resultado das amplas mobilizações sociais que caracterizaram o início da década de 1980, das quais participou o Grupo Mulheres da Terra.

Neste capítulo, apresentamos algumas produções acadêmicas que analisaram a participação das mulheres na conquista da terra, cujas análises perpassavam pela diferenciação da luta nos acampamentos e nos assentamentos, no intuito de estabelecer os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a pesquisa e a escolha da área II: esta foi a única do Assentamento de Sumaré que contou com a participação das mulheres. Sua presença mostrou-se como estratégia a ser seguida pela organização do Movimento dos Sem Terra que se edificava no Estado de São Paulo, pois o grupo resistiu ao processo de negociação com o Governo de Orestes Quércia durante dois anos embaixo da lona preta no acampamento. Portanto, o processo de lutas das mulheres na área II antecedeu ao tempo do assentamento.

No segundo capítulo, retrocedemos no tempo e buscamos o intenso processo migratório que as mulheres do Grupo Mulheres da Terra vivenciaram nas suas infâncias e adolescências. Neste percurso histórico, encontramos o projeto econômico engendrado no período da ditadura militar (1964-85), como um marco para compreendermos os motivos que as levaram ao ingresso na luta pela terra e à convicção desta luta, quando permaneceram dois anos no acampamento, resistindo às pressões do governador Orestes Quércia, que tentou desmobilizar o grupo mantendo-o confinado sob as lonas pretas. Foi neste processo de resistência que o Grupo Mulheres da Terra foi criado.

A construção deste capítulo contou com a produção acadêmica sobre o período, além do que as mulheres enfatizaram o contexto nos seus depoimentos. O trajeto da periferia de Sumaré aos barracos de lona apareceu nas suas narrativas como a '*idade de ouro*', onde muitas descobertas ocorreram e a reconstrução de laços de solidariedade, abalada pelas miserabilidades das periferias, talvez, tenha sido a maior delas.

No último capítulo, passamos aos estudos do assentamento consolidado em 1987, buscando compreender os caminhos tomados pela comunidade que havia se formado no acampamento. Este período foi compreendido como uma nova etapa para essas mulheres que, enquanto camponesas, tiveram que se adaptar à condição de assentadas da reforma agrária, em meio a diversos agentes sociais: as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento dos Sem Terra (MST), o Instituto de Terra do Estado de São Paulo (Itesp), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (STR), e Organizações não Governamentais (ONGs), em especial, a Rede Mulher de Educação (RME).

Contudo, a análise desse período foi bastante espinhosa, uma vez que as histórias de vidas se reportavam pouco à etapa do assentamento - em média dedicaram menos de cinco minutos - e, de maneira geral, não se atinham aos diversos projetos implantados. Em suas narrativas, a ênfase no espaço da casa, do quintal e nos projetos mais recentes, em detrimento dos antigos, sobretudo daqueles que não prosperaram. Durante as entrevistas, observávamos um silêncio diante dos projetos que envolveram a produção e a reprodução dos assentados, por isso lhes perguntávamos com frequência o que a família produzia no lote. As mediações também eram pouco mencionadas, como o MST, o ITESP e o STR. Em contrapartida, salientavam a importância da Igreja Católica e das Organizações não governamentais – (ONGs) na consolidação da área II.

Compreender o percurso do Grupo Mulheres da Terra a partir das ausências nas histórias de vidas constitui-se no maior desafio do trabalho, por que ali estava o indício para a compreensão dos motivos que impossibilitaram as mulheres de continuarem suas trajetórias de conquistas: a maior parte das benfeitoras da área II - escola, transporte, água, luz e saúde na década de 1990 -, encontrava-se em 2007 num processo de refluxo. Para entender, o retrocesso do grupo a partir do silêncio de Edite, Francisca, Tereza, Iolanda, Cecília, Malvina e Ilídia, participantes da luta desde o acampamento, tive que me despojar do pré-conceito que percebia as mulheres como alienadas, e perceber o silêncio como resistência de um projeto de assentamento e de mulher que foi forjado para elas e não por elas.

A presença, nas narrativas das mulheres, da história da construção da casa, tratava-se, por contradição, de uma história que deveria e, de fato, era calada, no espaço coletivo de produção, atravessado por diversas mediações e intervenções, que não conseguiam comunicar-se com as crenças, as visões de mundo, o modo de ser e as aspirações desses novos sujeitos sociais: antigas camponesas.

CAPÍTULO I

A participação das mulheres na luta pela terra: uma questão de gênero

“Outro exemplo de opacidade, mais contemporâneo: o das estatísticas. Elas são na maior parte das vezes assexuadas. O recenseamento dos foros, durante o Antigo Regime, ou o das famílias, no século 19, repousa no chefe de família. As estatísticas agrícolas enumeram os “chefes de exploração” sem detalhar o sexo, que se supõem obrigatoriamente masculino, como o dos ‘trabalhadores diaristas’, entre os quais havia tantas serventes. As mulheres de agricultores ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, tornando-se assim invisível. Em suma, as mulheres não “contam”. E exista aí muito mais do que inadvertência. Ainda hoje, nos ministérios, é preciso insistir para que as estatísticas sejam sexuadas.”²

² PERROT Michele, As mulheres ou os silêncios da história, Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 11

1 - Breve histórico do processo de luta das mulheres pelo direito à terra no território nacional no período de transição democrática

O ingresso das mulheres na luta pela terra foi parte constituinte de um amplo contexto de lutas sociais, nos fins de 1970 e início de 1980, no território brasileiro. No final da década de 1970, as mulheres ocuparam o espaço público nas cidades – ruas, praças, igrejas -, para reivindicarem melhores condições de vida. No contexto histórico caracterizado pela ditadura militar e pela crise econômica, existiram mobilizações sociais como clubes de mães na luta por creches, manifestações contra a carestia, contra a ditadura militar. Em favor da anistia e da abertura política. Era o resultado do fim do milagre econômico propagado pela Ditadura Militar (1964-1985) que aprofundou a concentração de renda e condenou parcela significativa da população ao desemprego.

Em São Paulo, as mudanças nas relações sócio-econômicas na agricultura resultantes da aprovação do Estatuto de Trabalhador Rural em 1963, da modernização tecnológica e da expansão das propriedades rurais, obrigaram colonos, parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários a tecerem uma longa trajetória de migração como estratégia da sobrevivência enquanto camponeses. Muitos desistiram e foram tentar a vida nas cidades. Dentre estes, muitos não possuíam qualificação profissional para desempenhar funções urbanas e viveram a instabilidade dos trabalhos temporários de bóias frias, domésticas, operárias, nas periferias das cidades.

Num contexto de crise econômica, a dificuldade do acesso à terra acabou por prejudicar também as mulheres, que tradicionalmente se dedicavam à produção agrícola doméstica nos quintais que rodeavam a casa, garantia de subsistência da família. Algumas delas experimentaram o limite das carências nas favelas urbanas. Daí seu ingresso na luta pela terra motivado pelo avanço das demandas dos trabalhadores rurais. A participação feminina nas ocupações, junto com, as crianças, tornou-se estratégia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na obtenção dos lotes, já que sua presença deslegitimava a violência da repressão contra o movimento. De estratégia, tal presença tornou-se modelo na luta pela terra e foi seguida por outras ocupações do MST que se edificava como mediador do conflito fundiário em São Paulo. A participação das mulheres no grupo II de Sumaré serviu como referência da luta pela terra, uma vez que foi através dela que se venceu o longo processo de negociação com

os governos do Estado de São Paulo (1985/87), no qual o grupo permaneceu embaixo da lona preta do acampamento. Sobre isso, Tarelho afirmou que:

Refletindo essa experiência e observando a presença expressiva de mulheres e crianças nas várias ocupações realizadas no país, logo em seguida, os agentes se convenceram de que não daria para lutar sem a participação das mulheres e crianças. (...) Mas não foram só os agentes que adquiriram essa consciência. Os trabalhadores também perceberam a importância da participação da mulher na luta.³

As mulheres Sem Terra de Sumaré II, na ocupação, estiveram na linha de frente da luta. Cida, Tereza, Ilídia, Malvina transferiram-se para os barracos de lona, onde além de coordenarem as panelas, na preparação de almoços e jantares em amplos caldeirões, servidos para aproximadamente 60 pessoas, assumiram posição de liderança na organização da luta. Fundaram o Grupo Mulheres da Terra e foram à disputa dos fundos públicos, assim como formularam projetos que possibilitaram a sustentabilidade do acampamento durante dois anos.

O movimento das mulheres no campo avançou na década de 1980 baseado em duas frentes de luta: uma, a via sindical pelos direitos trabalhistas – salário, carteira assinada aposentadoria, licença saúde e maternidade -, ou seja, uma busca pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, uma vez que até então eram consideradas como profissionais ‘do lar’; a outra, junto ao MST, que se estabelecia naquele momento, levando a tática da ocupação como estratégia de luta pela concretização da reforma agrária.

O impacto da visibilidade das mulheres na luta teve como consequência alterações na legislação. O Estatuto da Terra, aprovado em 1964, que previa o homem como chefe da família e beneficiário da reforma agrária, foi substituído pela Constituição, promulgada em 1988, na qual o artigo 189 definia a possibilidade da mulher também ser beneficiária do título da terra:

Parágrafo único: O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Embora as mudanças constitucionais brasileiras quanto a questão de gênero ligada à titulação da terra tenham sido pioneiras na América Latina, instituindo a possibilidade de distribuição e titulação conjunta da terra para os casais,

³ TARELHO, L. C. Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1988. p.173.

independentemente de tratar-se de um casamento legal ou do fruto de uma união consensual, o fato de elas não terem tido um caráter obrigatório diminuiu sua eficácia. Mudar a tradição patriarcal implicava por alterações na cultura, que ainda privilegiava os homens no acesso à propriedade da terra.

A mobilização das mulheres resultou na criação da Portaria n ° 121, em maio de 2001, mediante a qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir do Programa de Ações Afirmativas, determinou sua inclusão no acesso aos recursos de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). A portaria determinou que no mínimo 30% dos recursos seriam destinados às mulheres, projeto denominado Pronaf - M.

O avanço da reivindicação das mulheres conquistou a alteração do Código Civil em 2002, quando se estabeleceu a família com chefia compartilhada. Com isso, as mulheres conquistaram o direito de se cadastrarem na Reforma Agrária, já que o candidato ao lote precisava ocupar a função de chefe da casa e, segundo o antigo código civil de 1916, somente o homem era considerado provedor do lar. A legislação reconhecia apenas o homem como agricultor e a mulher como ajudante, ou trabalhadora secundária na família, não comprometida, portanto, com a produção, apenas com o trabalho invisível da reprodução da família. Como salientou Arlete Salcides e Eloy Filho Alves:

No caso das beneficiárias de lotes em projetos de assentamento do INCRA, houve significativos avanços, principalmente devido às reivindicações da categoria. Desde 2000, os Contratos de Assentamentos e o título definitivo do lote são emitidos em nome do homem e da mulher, com direitos iguais, seja em caso de sucessão ou dividendos oriundos da exploração da terra. Esta iniciativa ratifica a conquista de um direito e também a estabilidade e segurança da mulher nesse programa.⁴

Forçado pelo avanço do movimento das mulheres, o INCRA aprovou a portaria nº 981 de 03 de Outubro de 2003, tornando obrigatória a titulação da terra no nome tanto da mulher quanto do homem, retirando assim titulação opcional conforme previa a constituição. A nova lei vigorava da seguinte forma:

Art. 3º A Outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á:

⁴ SALCIDES, Arlete e ALVES, Eloy Filho “As deserdadas na Reforma Agrária Brasileira” in Carvalho, Maria Jane Soares & Rocha C. M^a F. (Orgs.) Produzindo Gênero, Porto Alegre: Sulina, 2004, p.216.

- I - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira;
- I - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro;
- III - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de:
 - a) casamento.
 - b) união estável.

Ainda que as ações dos movimentos sociais na busca de equidade nas relações sociais tenham trazido vitórias para os mesmos, com a criação de políticas afirmativas que estimularam a participação feminina, a presença da mulher, conforme indica o Censo da Reforma Agrária, ainda é pouco significativa. A pesquisadora da Unicamp/FEAGRI Sonia Bergamasco, responsável pelo mapeamento dos assentamentos rurais no Estado de São Paulo, elaborados no fim de 1996 e início do ano de 1997, concluiu:

O acesso das mulheres aos benefícios da reforma agrária, como titulares de lotes, é situação de exceção. Somente passam pelo crivo legal do cadastro as viúvas, as solteiras ou quando for comprovada a impossibilidade do marido. O fato da mulher não entrar na concepção estatal como sujeito virtual dos projetos de assentamento reflete-se nos resultados do Censo: 85,6% dos entrevistados pelo Censo, no Brasil, são homens. Esta distribuição é encontrada também na Região Sudeste, onde 85,8% dos beneficiários são do sexo masculino. Destaca-se por meio de análises de realidade, “no processo de construção das relações sociais nos assentamentos, marcas da violência de gênero, presentes em vários momentos: no projeto de assentamento apresentado pelo Estado, cuja dimensão patriarcal aparece na criação da figura do cadastrado, reservada ao homem; na delimitação de espaços masculinos e femininos no interior dos assentamentos; no alijamento das mulheres do processo decisório.”⁵

A tomada de consciência da situação das mulheres como questão de gênero não reverteu automaticamente o padrão social vigente. Embora a constituição houvesse prescrito que a titulação da terra devia ser conjunta, homem e mulher deveriam colocar seus nomes no título de posse, o Censo apontou que apenas 14,4% das concessões de uso levavam os nomes das mulheres.

Hoje é consenso que os papéis sociais reservados aos homens e às mulheres são permeados por relações marcadas pela desigualdade de poder. No entanto, esta aceitação percorreu um itinerário conflituoso, na qual as mulheres foram alvo de inúmeros projetos fragmentários e desprovidos de compromissos orçamentários: a incorporação de gênero exigia políticas públicas que desafiassem a estrutura social vigente. Na perspectiva educacional, por exemplo, era necessário que elas soubessem

⁵ BERGAMASCO, Sonia & FERRANTE, V.L. S. B. “Os que o número do Censo da Reforma Agrária (não) revelam” In Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998, p 180

assinar e possuísem documentos pessoais, conforme determinava os trâmites institucionais para a titulação da terra.

É necessário compreender os meandros do poder e os mecanismos históricos que mantêm as mulheres em posição inferior em relação aos homens, no acesso aos direitos, às políticas públicas, aos espaços de poder político, às condições de trabalho e de renda. E. P. Thompson, em seus estudos sobre o comércio de mulheres em fins do século XVII, afirmou:

Não se pode estar sempre reiterando a organização elementar da sociedade e suas relações de gênero, assim como não se pode estar sempre analisando os elementos dos discursos, pois isso impede que se ouça o sentido da frase. Se apenas vemos patriarcado nas relações entre os homens e mulheres, podemos estar perdendo outros dados importantes – e importantes tanto para as mulheres como para os homens.⁶

Os mecanismos de exclusão das mulheres ao acesso à terra são de longa data e de diversas origens. Talvez o mais antigo venha das relações patriarcalistas que ainda hoje em dia predominam nas zonas rurais brasileiras, onde a posse da terra por parte das mulheres é impossibilitada tanto em razão dos mecanismos de heranças que privilegiam os filhos homens na partilha, assim como das relações de mercado que dificultam sua aquisição. Categorizadas como ajudantes e não legalmente como trabalhadoras da terra, sua força de trabalho é desvalorizada, o que as impedem de amealharem recursos para a compra da terra.

Como sinaliza Thompson, o conceito de patriarcalismo não basta para nesse percurso entender os mecanismos pelos quais as mulheres teceram sua resistência na luta contra a opressão masculina e contra a exploração capitalista na sobrevivência do dia a dia. Faz-se necessária uma visão interpretativa que não perceba as mulheres somente como vítimas indefesas, submissas aos homens e voltadas para o mundo doméstico.

As formas da presença das mulheres nos movimentos de luta pela ocupação da terra têm sido estudadas, tendo em vista dois processos interligados, porém diversos: a luta no acampamento e a luta no assentamento. O primeiro tipo de participação foi pensado como um modo de atuação social que as levou a ultrapassarem os limites da esfera doméstica para a esfera pública. Conforme salienta Maria Glória Cohn,

⁶ THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras 2005, p. 345

As mulheres têm um papel ativo na fase da luta para a conquista da terra, formando muitas vezes a linha de frente nos confrontos do movimento, quando eles são cercados e/ou atacados por forças policiais. Mas, usualmente, após a conquista da terra, elas se recolhem aos papéis tradicionais de mães e donas-de-casa, e auxiliares na lavoura.⁷

Os estudos de gênero na luta pela terra mostram como no acampamento, lugar marcado pela transitoriedade, se operava verdadeiras mudanças, nas quais os papéis sociais de mulheres/homens perdiam seus contornos e as mulheres saíam do espaço privado da família para ingressarem na luta pública da disputa pela terra – faziam passeatas, dormiam nos acampamentos, iam para diferentes Estados, para os encontros, cursos, entre outros.

Maria Franco Garcia, ao analisar as relações de classe e de gênero na territorialização da luta pela terra na região do Pontal de Paranapanema, no Estado de São Paulo, afirma que:

O acampamento é o momento entre a ocupação e a posse do lote. E também é o território de barracos de lona e despejos, da organização e gestão coletiva, das assembléias, do trabalho comunitário, da militância ativa e da resistência. A sua dinâmica implica o desenvolvimento por parte de cada um dos seus membros de uma função. Isto faz que as acampadas exerçam diferentes papéis. A associação da mulher à esfera privada/doméstica/reprodutiva não é identificada na mesma medida que para a mulher assentada.⁸

Renata Gonçalves, por sua vez, em seu estudo sobre a participação das mulheres no Pontal do Paranapanema caracteriza o acampamento como o lugar onde se rompia a fronteira entre os gêneros, onde os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres se modificavam:

Os acampamentos são os momentos em que se operam verdadeiras mudanças. Para além das transformações relativas à consciência de classe, oriunda do processo de se auto-reconhecerem como “sem terra”, a vida no acampamento acaba contribuindo para moldar novas relações de gênero. O rearranjo espacial é outro e a sociabilidade comunitária possibilita a “quebra de barreiras dos denominados ‘lugares de mulheres’ ou ‘lugares de homens’ para serem os lugares dos que resistem militam e lutam. Nos acampamento há, no mínimo, um embaralhamento de cartas que vislumbra a ruptura com uma condição estática que parecia tão natural.”⁹

⁷ GOHN, M. DA Glória Mídia, terceiro setor e MST: o impacto sobre o futuro das cidades e do campo, Petrópolis, RJ : Vozes, 2000, p.120

⁸ FRANCO GARCIA, M. Thomaz Junior, “Trabalhadoras Rurais e Luta pela Terra: Interlocução entre Gênero, Trabalho e Território” In Scripta Nova, Revista Electrônica de Geografia Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. VI, número 119 (27), 1 de agosto de 2002(Issn: 1138-9788) <http://www.ub.es/gepcrit;sn/119-27.htm>, p. 123

⁹ GONÇAVES, Renata. Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema, Campinas. Tese de Doutorado, Unicamp, 2005, p 193 - 4

Há uma tendência teórica, a respeito da temática da participação das mulheres na luta pela terra no Estado de São Paulo, que diferencia seu desempenho conforme as fases de acampamento e assentamento. De maneira que estes estudos sobre os acampamentos apontam mudanças na divisão sexual do trabalho. Sua visão é de que, nesse período da ocupação, as mulheres saem da esfera privada e reprodutiva e ingressam no espaço público, realizando passeatas, participando de reuniões e encontros, deixando os filhos muitas vezes sobre os cuidados de outros membros da família, vizinhos ou parentes; enfim, transformando o padrão de comportamento tradicional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Segundo essa vertente, a vida no acampamento se dava de forma coletiva, integrando diferentes grupos familiares, ou seja, o cotidiano estava alterado por uma cotidianidade de auto defesa do grupo, gerando sociabilidades novas.

A leitura dos textos sobre a atuação das mulheres nos assentamentos rurais indica, ao contrário, um recuo da participação feminina na esfera pública. Ao obterem os lotes no assentamento, passo à frente na luta pelas terras, sua vida familiar retornava aos padrões anteriores com a divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares camponesas. As mulheres voltavam a ocupar o âmbito do trabalho doméstico, deixando o espaço coletivo e público em segundo plano. De certa maneira, deixavam de ocupar um "lugar político" dentro do assentamento.

O livro *Companheiras de Luta ou "Coordenadoras de Panelas"*? analisa a participação das mulheres nos assentamentos rurais em nível nacional. A obra, patrocinada e publicada em 2000 pela UNESCO e escrita por Mirian Abramovay e Maria das Graças Rua, registra diferentes padrões de participação feminina, conforme o contexto acampamento ou assentamento:

De fato quando são analisados o grau de comparecimento feminino às reuniões, qual membro da família participa da organização do assentamento, ou a forma com as mulheres participam das assembléias, tem-se que o confinamento das mulheres ao espaço doméstico é perpetuado. Fica claro que a atuação feminina se concentra no âmbito doméstico, e, ao homem, cabe o papel de tomar decisões e de agir no âmbito público. As mulheres, em geral, não vão às reuniões e assembléias e, quando o fazem, têm somente o papel de espectadoras: na maioria, não emitem opiniões, não votam e tampouco organizam ou coordenam¹⁰

Embora o estudo tenha constatado que no assentamento ocorria uma diminuição da participação dos assentados de modo geral na luta, as autoras concluíram que tal

¹⁰ ABRAMOVAY Mirian & RUA, Maria das Graças. *Companheiras de Luta ou "Coordenadora de Panelas"*? As relações de gênero nos assentamentos rurais, Brasília: UNESCO, 2000 p. 286-287

diminuição era maior entre as mulheres do que entre os homens, quando comparada à luta no acampamento. As mulheres, segundo as autoras, se restringiam a “coordenar painéis” dentro do assentamento, pois o espaço público da assembléia, dos bancos, enfim, do acesso ao crédito, era preenchido pelos homens.

Apesar de haver localidades onde os homens insistem em que as mulheres participem, em geral elas são vistas como dispensáveis à associação. O líder de uma associação, chegou a afirmar que o seu único interesse em ter mulheres na diretoria é a possibilidade de atribuir a elas a execução de trabalhos “organizativos”, ou seja, a manutenção da sede da associação, economizando o pagamento de uma doméstica para tais serviços e negando seu papel de agente político na comunidade.¹¹

Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua utilizam os seguintes critérios para mensurar a poder das mulheres no cotidiano do assentamento: o comparecimento às assembléias, a ocupação de cargos políticos, a participação na produção familiar e a posse do título da terra. O comparecimento às assembléias constituiu um critério importante para as autoras que o consideraram um indício da participação política das mulheres, que assim podiam exercer a fala, estabelecerem relações extra-familiares, relacionar-se com o mundo público. Dito de outra maneira, era visto pelas autoras como o lugar onde se realizava a “verdadeira” política.

Outro indicador de poder foi a ocupação de cargos de direção nos movimentos sociais: neles, as mulheres podiam interferir nas políticas públicas e captar verbas para a viabilização de projetos que visavam a atender as demandas femininas.

Intervir na produção familiar foi outro elemento considerado como critério de participação. Com esse objetivo muitos agentes sociais, provenientes de movimentos sociais, das universidades, dos órgãos estatais, transitaram pelo assentamento propondo diversos projetos e discutindo diversas estratégias na geração de renda, na perspectiva de abrir às mulheres o mundo dos negócios.

Por fim, a obtenção do título da terra foi considerada o critério de maior valor, uma vez que com a titulação, as mulheres podiam buscar o financiamento para a produção agrícola. Este seria o ponto mais alto que as mulheres poderiam atingir na disputa por uma equidade de gênero, pois a posse da terra abriria as portas dos bancos aos financiamentos e aos créditos, necessários para a prosperidade econômica. O acesso a terra equivaleria ao “empoderamento”, expressão empregada por Carmen Dianna Deere e Magnalena Leon para explicarem o poder nas mãos das mulheres.

¹¹Idem, Ibidem, p.277

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode se observar quando as decisões unilaterais não mais a norma dentro da família.¹²

Em nossa pesquisa, tais critérios contribuíram para pensar a trajetória das mulheres assentadas da Área II de Sumaré, considerados, no entanto, de maneira crítica. Observamos, por exemplo, seus limites ao analisar os níveis de consciência nas várias tarefas assumidas pelas mulheres, durante os anos de 1980/1990, período em que sua organização e mobilização se deram de maneira contundente dentro do contexto mais amplo da reforma agrária no Brasil.

É no viés de pesquisa de Dulcinéia Pavan, que analisou a trajetória e as experiências das mulheres assentadas em Promissão/SP, que nosso estudo se propõe analisar a participação das mulheres no assentamento de Sumaré – área II:

A abordagem de gênero permite dirigir a atenção para a força do cotidiano e do privado, sua dimensão pública e sua relação com a prática política. Nesse sentido, possibilita identificar, nas práticas sociais e individuais das mulheres assentadas, as formas de resistência que elas foram criando ao longo de suas trajetórias de vida e que, em determinado momento, possam ter se transformado em ações conscientes, próprias de sujeitos políticos, mesmo por detrás de uma aparente submissão ou passividade.¹³

Compreender de que maneira as mulheres intervinham no cotidiano do assentamento se constituiu em nosso principal objetivo de trabalho, percebendo de que maneira elas se fizeram visíveis, através do Grupo Mulheres da Terra, organizado desde 1985.

2 - A história oral e o cotidiano das mulheres da área II de Sumaré;

Dar visibilidade ao protagonismo feminino na construção da área II do Assentamento de Sumaré consistiu em uma das metas principais desta pesquisa. Contudo, a primeira dificuldade encontrada foi a disponibilidade de fontes, uma vez que

¹² DEERE, Carmen Diana & LEÓN, Magdalena. O Empoderamento da Mulher: Direitos terra e direitos de propriedade na América Latina, Porto Alegre: Editora d UFRGS, 2002, p. 54

¹³ PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem-Terras – Trajetórias e Experiências de Vida das Mulheres Assentadas em Promissão Dissertação de Mestrado. PUC/SP. Mestrado, 1988, p. 1/2

as vozes femininas são escassas, nos arquivos oficiais, nas instituições e até mesmo nos movimentos sociais.

Dada a escassez das fontes como registro da participação das mulheres, optamos pelo caminho da História Oral de vida, quando ouvimos e registramos seus testemunhos de vida e história. O caráter narrativo destes testemunhos supunha recordações e esquecimentos, presenças e ausências vitais para a compreensão dos processos históricos nos quais estavam inseridas. Sobre isso alerta-nos Robert Frank,

É certo que, na construção da fonte oral, há solicitação da memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar.¹⁴

Assim, o caminho percorrido nesta pesquisa foi o de tomar a memória como objeto de investigação. As narrativas memorialísticas serviram como objeto de análise crítica e metodológica da história, quando buscamos cotejá-las entre si, como um documento histórico.

Percebemos a memória dos testemunhos do presente, como fruto da elaboração de indivíduos que trazem nas entrelinhas, lembranças da presença do social, do coletivo e, por isso, o uso da memória como chave da inteligibilidade do passado. Assim, o objetivo da pesquisa não foi o de trazer a memória das mulheres para a esfera da comemoração, da celebração, que relatava apenas as lembranças vitoriosas, mas sim tomá-la como um elemento dinâmico para se pensar a questão de gênero dentro de um contexto mais amplo, o da problemática agrária nos últimos cinquenta anos no Brasil.

O fato de os depoimentos estarem permeados pela subjetividade do depoente impõe-nos outra questão: a de que sejam uma fonte de pesquisa válida para o historiador. A respeito deste problema, Marieta de Moraes Ferreira explica que

A preocupação com as denúncias de falsificações, desvios e ocultações, retomadas como princípios básicos da tradição disciplinar da História, não leva a desvalorização dos depoimentos orais considerados por alguns como subjetivos e distorcidos, mas pode reincorporá-los através do estudo do porquê das falsificações e dos usos políticos do passado e do presente. Pode-se também obter depoimentos orais fidedignos através de procedimentos de contraprova.¹⁵

¹⁴ FRANK, Robert, “Questões para as fontes do presente” In CHAUVEAU, Ph Tétard,(Org.) Questões para a história do presente, 2.Ed. Bauru, SP:EDUSC, 1999, p. 107

¹⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes, “História Oral e Tempo Presente”, In Re-introduzindo História Oral no Brasil, MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) São Paulo, Xamã, 1996, p. 19

As narrativas das histórias de vidas de dona Tereza, dona Francisca, dona Edite, dona Iolanda, dona Cecília, dona Malvina, dona Ilidia, Maria, Lucilene e Licionira foram documentos utilizados para compreender a participação das mulheres na luta pela terra. Seus depoimentos, embora possuísssem as particularidades, onde cada personagem viveu ‘sozinho’ sua história, eles guardavam o convívio com o social. Portanto, eles serviram de meios para pensarmos os recuos e os avanços das mulheres na luta pela terra no Estado de São Paulo durante a transição do período do regime militar para a abertura democrática.

É primordial ressaltar que a memória dessas mulheres estava voltada para os acontecimentos do presente, por isso suas narrativas se ocupavam muito com os projetos atuais em detrimento dos acontecimentos passados. Maurice Halbwachs em suas análises sobre a memória coletiva afirma-nos que

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada ¹⁶

Nossa primeira visita feita ao assentamento aconteceu em 2003, quando depois de muitas voltas em Campinas procurando a área I, encontramos a área II. Após a orientação das moradoras do lugar, procuramos Cida, que estava em sua casa, e atendeu-nos com muita receptividade. Naquela ocasião, Cida contou-nos sobre o projeto da agrofloresta que pretendiam desenvolver e também do desânimo das mulheres, que, segundo ela, poderiam cobrar pelas entrevistas, pois não agüentavam mais o excessivo número de pesquisadores que as procuravam e o escasso retorno dos trabalhos realizados. Daí se originava nossa maior dificuldade: como realizar uma pesquisa num lugar onde os moradores estavam cansados dos pesquisadores? Fomos embora com o temor da não viabilização do projeto, pois a recompensa monetária da entrevista significa um dissenso entre os historiadores da História Oral. Conforme alerta José Carlos Sebe,

Para a maioria das pessoas, o ato de dar entrevistas é uma atividade independente de pagamentos ou outros benefícios materiais. Outros, pelo contrário, respeitam o tempo e as condições de vida social dos entrevistados e promovem algum tipo de recompensa. Ainda que o assunto comporte um índice de polêmica, eticamente prefere-se considerar o narrador um colaborador e não

¹⁶ HALBWACHS Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990 , p. 70.

alguém que vá tirar proveito material de sua história. Nesses casos, muitos criticam sem a devida argumentação.¹⁷

No período de realização das disciplinas exigidas no programa de História Social, tivemos a certeza de que se fosse necessário pagaríamos pelas entrevistas, pois em nossa opinião a recompensa pelas horas dedicadas à entrevista não altera o sentido de seu conteúdo em sua essência. Entretanto, antes mesmo de partirmos para essa prática, a montagem da rede de depoentes foi abalada pela notícia da morte da Cida, colaboradora que junto às mulheres abria as portas de suas casas.

Em 2006 reiniciamos o processo de aproximação dos moradores do assentamento e do MST, primeira instituição que procuramos contato, mas logo recebemos a informação de que eles estavam afastados dos assentados da área II. Revimos então a estratégia de abordagem e buscamos outros meios de aproximação. Encontramos, num boletim da CUT, a notícia de um café da manhã em comemoração aos vinte e um anos do assentamento. A partir de então, aproximamo-nos do presidente da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares do Assentamento II, Luiz Sinésio, que nos indicou duas lideranças femininas que atuavam no Grupo Mulheres da Terra, realizando a tarefa que Cida executava. Uma delas era dona Cecília, vice-presidente da Associação e representante das mulheres na Associação das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Amaquesp), e a outra se chamava Lucilene Cruz, educadora associada à Rede Mulher de Educação (RME) e membro do Conselho Municipal de Turismo de Sumaré (Comtur).

Iniciamos a montagem da rede de colaboradoras a partir de Lucilene Cruz e chegamos até as mulheres. Relatamos a ela os objetivos do projeto, tivemos as portas das casas abertas e, finalmente, chegamos às cozinhas onde quase sempre realizamos as entrevistas. Lucilene possibilitou-nos chegar às instituições construídas pelos moradores: a associação, a cozinha comunitária, a escola, a estufa e o viveiro. E o melhor de tudo, contamos com sua colaboração para a realização de uma granola coletiva no assentamento¹⁸, onde pudemos expor o projeto para algumas mulheres da área III. Assim pudemos afastar-nos da polêmica que envolvia a remuneração ou não das entrevistas e estabelecer laços de afetividade essenciais para que as depoentes abrissem suas casas e contassem sua vida.

¹⁷BOM MEIHY, José Carlos Sebe, Manual da História Oral. 5ª Ed. São Paulo, 1996, p 40-41

¹⁸ A granola (um alimento à base de cereal) foi um presente de ofereci em agradecimento a colaboração das entrevistadas. Ela despertou o interesse de Lucilene que organizou um evento por que tinha interesse em aprender a confeccionar o produto para sua posterior comercialização.

Luiz Sinésio Presidente da Associação e Lucilene Cruz moradora do assentamento e sócio-educadora da RME¹⁹

Estabelecemos contato com as lideranças femininas, apresentando-nos na condição de pesquisadora e logo nas primeiras impressões do cotidiano do assentamento percebemos que se tratava de um local bastante diverso do descrito nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, nas produções acadêmicas, quando a instituição MST ocupava um importante papel na formação e consolidação do assentamento.

De início, realizamos sete entrevistas, com as mulheres que ocupavam um papel de destaque na organização do assentamento e participavam de trabalhos em grupos, comissões ou na associação do assentamento. Algumas idosas como dona Tereza, com setenta e seis anos, tiveram destaque na luta desde o acampamento.

Estas mulheres, minoria dentro do assentamento, participam das instâncias de organização coletiva. Em contrapartida, a maioria do grupo feminino do assentamento está envolvida na produção e reprodução da família, conciliando o trabalho doméstico com as roças, e algumas vivendo do trabalho assalariado. Entrevistamos duas adolescentes, uma delas, filha de uma entrevistada, era a faxineira da escola; a outra, secretária da Associação dos Moradores.

Para finalizar o trabalho de campo, interferimos na montagem da rede de colaboradores ao buscar a história de duas mulheres que foram assíduas na luta, no período do acampamento e que agora, afastadas, poderiam significar uma importante contribuição para a diversidade das falas.

¹⁹ Fotografia tirada pela pesquisadora- Arquivo LEI

Durante a fase das entrevistas, levadas a cabo nos anos de 2006 e 2007, ainda aproveitamos as anotações que constituíram o caderno de campo, no qual registramos dados que se relacionavam com o cotidiano dessas mulheres. Tais anotações surgiram a partir de um contato mais íntimo com algumas delas, que ofereceram suas casas para pernoitar, já que não conseguíamos realizar mais de uma entrevista por dia.

Em 2001, Vitor Barletta constatou que os assentados contaram e recontaram suas histórias repetidamente, a cada vez para uma pessoa diferente. Com isso, eles construíram um resumo das lutas comum para todo o grupo. Conforme o autor:

O grande problema neste caso é que tal ‘história oficial’ acaba por se impor à história pessoal, que passa a existir somente na medida em que encontre o seu lugar dentro da primeira... Nas diferentes conversas que tive deparei-me com este problema, um entrevistado atarefado, cansado de contar a mesma história sempre, (sic) que justamente por isto procuram saber logo quais são os objetivos do pesquisador que ali se apresenta, para selecionar qual será o elemento da história a ser relatado, da maneira mais eficiente possível, visando uma satisfação imediata para ambos. Outras vezes era um morador que não se considerava como parte ativa da história do grupo, procurando limitar o alcance de sua fala²⁰

Nas entrevistas com as mulheres do assentamento de Sumaré área II, pudemos observar a segunda situação apontada por Vitor Barletta. Elas me atenderam com muita receptividade e disponibilidade, mas quase sempre sugeriam que sua versão sobre o movimento era incompleta e apontavam outra mulher que pudesse completar melhor a trajetória da luta, isso quando não me indicavam o presidente da Associação para explicar melhor os acontecimentos. A fala de dona Edite foi significativa nesse sentido;

Mas a minha vida foi muito difícil e se eu pudesse escrever eu mesma escreveria um monte de coisas, por que sabendo escrever a gente vai escrevendo, por que na hora de contar só guardamos as coisas que marcam essa vida de bom e de ruim. E eu não sou de falar muito e tem muita coisa que você quer falar, mas na hora não vem na cabeça, falar tudo certinho, tudo no lugar, para mim foi difícil falar tudo na ordem. A gente acaba misturando se fosse tudo certinho era melhor para você, mas a gente conta uma coisa depois pula pra outra e depois pula nesse canto, mas é assim mesmo complicado. A gente participou, mas não gravou tudo é que você vai pegar mais entrevistas das mulheres, e cada qual vai ter uma e não vai bater muito, por que umas participam mais, outras menos e aí acaba não batendo.²¹

²⁰ MACHADO, Vitor Barletta, Agentes Religiosos, Motivação Política: A influência da Igreja Católica na organização do movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no Estado de São Paulo, Dissertação mestrado em Sociologia/USP, 2001, p.72

²¹ Edite da Silva Araújo, Moradora no lote 14 – Entrevista realizada no dia 19/08/2006 no Assentamento de Sumaré II

Dona Edite tinha clareza sobre os lapsos da memória que acompanharam a construção da sua história de vida. Rememorar significava para ela escolher tempos cronológicos desiguais e simultâneos. Tinha consciência de que sua narrativa era resultado de uma seleção que resgatou alguns acontecimentos em detrimentos de outros, além do que lhe faltava a liberdade de quem escrevia, de quem podia refazer, emendar e consertar sem a preocupação com a ordem temporal.²²

Assim, o desafio na realização das entrevistas foi convencê-las da importância de suas histórias de vida e de suas experiências no movimento para a realização da pesquisa, na medida em que, buscamos investigar primeiramente a trajetória de vida dessas mulheres, para posteriormente compreender sua participação no movimento da luta pela terra na área II de Sumaré.

Na análise das histórias orais, percebemos vidas marcadas pelo curso das migrações. Seus depoimentos, imbuídos de subjetividade, falavam de um intenso cotidiano estruturado não a partir de datas ou governos, mas sim ao sabor das lutas travadas na consolidação do assentamento. Narravam suas histórias de vida a partir dos conflitos vividos, desde a árdua opção pelo acampamento, extremamente valorizado nas histórias, até a atualidade quando ainda lutavam a fim de obterem recursos financeiros com os diversos projetos que eram desenvolvidos no assentamento: a cozinha comunitária, a horta medicinal, a produção da folha da mandioca, etc.

A análise das entrevistas revelou um sujeito coletivo que era a mulher camponesa. Elas não estruturavam as narrativas na primeira pessoa, por isso a ênfase na palavra “a gente”. Falavam em nome de um coletivo, que se alterava nas suas trajetórias de vida: primeiro aparecia a família, cujas figuras que representavam a autoridade correspondiam ao pai e ao marido; numa segunda fase, se referiam a “a gente”, no sentido de movimento político, em que se despontavam como camponesas que reivindicaram terra.

²² A transcrição como última etapa na confecção da História Oral de Vida possibilitava aos narradores contarem a vida conforme o fluir das lembranças, sem preocupação temporal, já que a passagem da história oral para a escrita possibilitaria a organização do tempo cronológico.

Dona Edite moradora da área II

A ausência da vida privada nas suas breves narrativas nos levou ao uso das perguntas de corte, na medida em que contavam suas vidas em aproximadamente vinte minutos. Falavam muito esparsamente da vida das mulheres na luta, o que nos conduziu a formular questões a respeito do tema ao longo das entrevistas.

As mulheres se reportavam pouco à etapa do assentamento e, de maneira geral, não se atinham aos diversos projetos implantados. Em seu discurso, a ênfase no quintal e os projetos mais recentes, em detrimento dos antigos, sobretudo daqueles que não prosperaram, ganhavam maior relevo. Durante as entrevistas, observávamos um silêncio diante dos projetos que envolveram a produção e a reprodução dos assentados, por isso lhes perguntávamos com frequência o que a família produzia no lote. As mediações também eram pouco mencionadas, como o MST, Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Em contrapartida, salientavam a importância da Igreja Católica e das Organizações não governamentais – (ONGs) na consolidação da área II.

Outra particularidade apresentada na análise das narrativas foi a de não encontrar um fio condutor linear em que os acontecimentos se dispunham numa ordem cronológica. A memória das mulheres sobre o assentamento da área II de Sumaré aparecia atravessada por um cotidiano marcado por nomes e acontecimentos, que se destacavam sobre uma imagem de um contexto mais diluído do assentamento. A compreensão da história da formação do Grupo Mulheres da Terra e do processo de ressocialização percorrido pelos assentados passava, em nossa tarefa, por uma

interpretação dos fragmentos que representavam suas histórias de vida intrincadas na “história geral”. Sobre isso escreveu José de Souza Martins:

Na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História. É nesse sentido que a história do subúrbio é uma história circunstancial. O que permite resgatá-la como História? A junção dos fragmentos da circunstância – quando a circunstância ganha sentido, o sentido que lhe dá a história. A história local não é uma história de protagonista, mas de coadjuvantes. É nesse sentido, também, que a escala de tempo da história local não é a mesma escala dos grandes processos históricos. Por isso mesmo, os agentes e personagens da história local não podem captar imediatamente o significado históricos de suas ações, de seu trabalho e, até, de suas lutas.²³

Elas falavam pouco dos projetos formulados coletivamente que não decolaram, como o gado leiteiro, o viveiro e a padaria. Em contrapartida, enfatizavam a construção da escola, que funcionava, em 2007, atendendo 100 crianças, a estufa e a cozinha comunitária. O seu silêncio a respeito das diversas mediações presentes na trajetória do Grupo Mulheres da Terra nos motivou a investigar as diversas fontes produzidas pelos agentes mediadores que aturaram no processo de fixação das famílias nos lotes. Destacamos os relatórios de pesquisas realizados pela Extensão Universitária da Unicamp, na Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI), que atuou no lugar desde 1989, prestando assistência técnica, no mapeamento do lugar e na criação de um banco dados sobre as experiências do grupo, para compreender o papel das mesmas do ponto de vista dos agentes.

Neste trabalho de investigação, a seleção das fontes escritas resvalou na debilidade dos arquivos sobre o movimento: no Itesp encontramos os Cadernos do Itesp que continham alguns artigos que analisavam os assentamentos do Estado de São Paulo de maneira geral; o MST não tinha documentos sobre o grupo, nem mesmo um banco de imagens.. Consultamos os arquivos do Pró-Memória de Sumaré, reunindo notícias de jornais publicadas na região sobre o assentamento. Além disso, tivemos acesso ao material mantido pela Rede Mulher de Educação, sobre sua atuação no assentamento. Sem esquecer-se da produção acadêmica de Bernardo Mançano Fernandes, Sonia Bergamasco, Luiz Carlos Tarelho, Eliane Sebeika Rapchan e Vitor. Barleta Machado sobre a área II de Sumaré. Assim, a escolha das fontes escritas se deu a partir de poucas opções.

²³ MARTINS, José de Souza, Subúrbio: vida cotidiana no subúrbio da Cidade de São Paulo, 2ª. Ed. – São Paulo: Hucitec; UNESP, 2002, p.13

Na perspectiva de dar ao trabalho de pesquisa maior densidade histórica realizamos entrevistas com as lideranças masculinas no assentamento e com os agentes mediadores que participaram na organização da luta pela terra: o técnico-agrônomo Reginaldo Toledo Ruiz ligado ao Itesp, liderança do MST e com Maria José Souza Lopez, ligada a RME, Zeza como era chamada pelos assentados.

As entrevistas foram gravadas e conduzidas por um roteiro de vinte e três perguntas com duração de aproximadamente duas horas. Num primeiro momento, a quantidade de questões assustava os entrevistados, mas logo no início das primeiras respostas muitas questões subsequentes se dissipavam. Observamos que os entrevistados se esquivavam das perguntas referentes à mediação do MST. Perguntar sobre o tema era como tocar num mito sagrado, que não podia ser questionado. Sentíamos-nos invadindo, entrando nos espaços não permitidos da memória. Quanto às assentadas, duas mulheres de uma amostra de dez falaram sobre o MST. Dona Cecília havia trabalhado no movimento em São Paulo e atualmente tinha um neto estudando medicina em Cuba, através movimento. Dona Francisca tinha um filho que havia participado da direção Nacional do Movimento e hoje estava ligado à CUT rural. As demais entrevistadas citavam mais sobre a participação da Igreja e da Rede Mulher na organização do assentamento.

A ausência do MST no discurso das mulheres sobre o processo de luta de Sumaré se contrastava com o discurso da produção acadêmica do início dos anos de 1990 sobre o assentamento, anteriormente mencionada, que apontava para a aproximação dos sem terras de Sumaré ao MST. Esta contradição se fazia mais visível ainda num local onde todos os eventos estendiam a bandeira do MST.

Quando escrevemos o projeto de pesquisa, havíamos visitado o assentamento três vezes. O projeto inicial de pesquisa se baseava numa produção historiográfica que realçava a interseção entre os assentados e o MST. Desta maneira, argumentamos sobre a necessidade de compreender o MST, considerado como representante da luta pela terra em nível nacional, dentro do processo de consolidação do assentamento de Sumaré, marco histórico no Estado de São Paulo.

Nos anos de 2006/07, período da realização de nossa pesquisa de campo, percebemos que o MST não estava mais presentes no cotidiano do assentamento. Pudemos encontrar representantes de diversas outras instâncias mediadoras – a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, o prefeito de Sumaré Antonio Bacchim; e biólogos ligados ao viveiro

Guarapuru da Unicamp. Em apenas uma reunião da Embrapa com os assentados, encontramos um morador da área I que participava do MST, mas que falava como assentado da área I e não como representante do MST.

A partir de então compreendemos que a produção intelectual lida sobre o assentamento refletia a passagem da década de 1980/90, período em que os assentados de Sumaré se constituíam em modelo de assentamento rural no Estado de São Paulo, do ponto de vista do MST: território onde a reforma agrária havia prosperado a partir da tática da ocupação de terras públicas.

Questionar-lhes sobre a ruptura entre os Sem Terra de Sumaré e o MST foi tarefa difícil. Era necessário romper uma barreira que se mostrava intransponível. Nem mesmo o modo sutil de formular as perguntas ou a curiosidade dissimulada era capaz de atravessar tal barreira, tanto que um mediador preferiu que o gravador fosse desligado. Talvez por que essa questão tangenciava muitos outros debates que ocorreram na comunidade, cuja narração por parte dos atores sociais representava um trauma na sua história de luta. Trabalho coletivo versus agricultura familiar, ocupação versus produção, movimento social versus sindicalização rural conformavam ausências significativas para se compreender a história das mulheres da área II de Sumaré

Em 2005, estabelecemos a primeira aproximação com o MST na qual fomos informadas de que não eles tinham contato com as mulheres do assentamento. À primeira vista, Sumaré II não fazia parte da história da regional do MST, em Campinas. Referiam-se ao o assentamento como um espaço onde a religiosidade havia predominado e os princípios do movimento haviam sido rompidos. A produção coletiva cedeu lugar à agricultura familiar, o sindicato havia sido escolhido pelas lideranças do lugar como representante legítimo da luta do assentamento e a política de ocupação não era mais prioridade, na medida em que a produção necessária para a fixação na terra esbarrava nos impedimentos da política agrícola que privilegiava a grande produção.

Os temas de nossa dissertação foram sendo construídos durante o trabalho de campo através da análise das vozes de Cecília, Edite, Francisca, Ilidia, Iolanda, Licionira, Lucilene, Maria, Malvina, Tereza, que se constituíram nas fontes principais para compreendermos a trajetória histórica do assentamento da área II no período de 1985 a 2007 na sua relação problemática com as mediações. Na perspectiva teórico-metodológica da historiadora Maria Odila,

A reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos. O seu modo peculiar de inserção no processo social pode ser captado por meio da reconstrução global das relações sociais como um todo.²⁴

Por fim, os testemunhos das mulheres do Grupo Mulheres da Terra serviram de indícios para a reconstrução das relações sociais que determinaram o processo histórico de assentamento da área II de Sumaré em sua interação com a realidade das políticas sócio-econômica, públicas e privadas, voltadas para a questão agrária no Brasil.

3 – Apresentação da área II de Sumaré: principais problemas

A 120 quilômetros da capital paulista, se localiza o Assentamento de Sumaré II, no Horto Florestal de Sumaré. Em 1985, um grupo de 27 famílias conquistou o direito a 377 hectares do Horto, propriedade da Ferrovia Paulista Sociedade Anônima (FEPASA), e aguardaram a liberação do assentamento, embaixo das lonas pretas até 1987. A área estava arrendada para a Usina de Açúcar Santa Bárbara. Permaneceram em condições emergenciais em 116 hectares até o ano de 1999, quando conseguiram a expansão dos lotes. Cada família, que possuía em aproximadamente 2 hectares, passou a contar com um lote agrícola de 5 até 7 hectares, o correspondente a extensão dos lotes da área I. Ao tratar do tema, o agrônomo Reginaldo Toledo Ruiz afirma que

Na verdade, em função disso as famílias tiveram que desenvolver uma estratégia híbrida para terem renda, tanto cultivar o lote para geração de renda para a sobrevivência da família e a segurança alimentar da família como também parte da família teve que sair pra trabalhar na zona urbana por que não havia condições do lote ocupar toda a mão de obra da família. Até por que aí nós temos um problema sério que é a escassez de água. O ribeirão Quilombo que fica ao fundo do assentamento, que seria um manancial está poluído.²⁵

O assentamento de Sumaré está muito próximo do perímetro urbano, cujo território faz fronteira com o município de Campinas e Hortolândia. Após vinte e um anos de luta, encontramos nele 77 famílias e uma população de 264 moradores, distribuídos em vinte e sete lotes, isto é, somaram-se 50 famílias às pioneiras, que construíram sua morada e tornaram-se ‘agregadas’ aos lotes conquistados. Estes novos moradores possuem laços de parentescos com as famílias titulares da terra: a sua grande

²⁴ SILVA, Maria Odila L. da Silva, Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1995, p.13

²⁵ Reginaldo Toledo Ruiz -Entrevista realizada no dia29/08/2007 na sede do Incra em São Paulo

maioria são filhos dos primeiros assentados que constituíram família e ali fizeram sua morada.

O quadro abaixo ilustra a distribuição em termos de gerações e sexo da população local.

	Acima de 18 anos	De 13 a 18 anos	Abaixo de 13 anos	TOTAL	Trabalha fora do lote
MULHERES	79	23	22	124	23
HOMENS	94	13	33	140	25
TOTAL	173	36	55	264	48

Censo realizado pela pesquisadora em 2006 com Lucilene Cruz e conferido com Luiz Sinésio – presidente da Associação dos Moradores em 2007

Existem várias benfeitorias construídas ao longo dos vinte e dois anos de existência do assentamento. À primeira vista, os moradores não se parecem mais com os sem-terra caracterizados pelos barracos de lona preta, mas ainda guardam na entrada do assentamento, na enorme caixa d'água, a inscrição '*Sem Terra de Sumaré*'. O assentamento possui um contingente populacional expressivo que trabalha na cidade. Isto se deve ao fato de os lotes terem-se reduzido em função das famílias agregadas nos transcorrer das duas décadas.

*Caixa d'água*²⁶

Em 1985, quando quarenta e cinco famílias realizaram a ocupação do Horto Boa Vista, a primeira grande necessidade do grupo era a água para cozinhar o arroz coletivamente, pois não havia água potável. Dona Ilídia foi para a ocupação junto com os filhos, seu marido encontrava-se desempregado na periferia de Sumaré e a família passava por carência alimentar. Suas primeiras dificuldades enfrentadas no acampamento são relatadas da seguinte maneira:

A gente não tinha nada, não tinha água, só tínhamos um barraco e como não tinha água fomos até a taboa, entramos num brejo e ali abrimos um buraco e foi juntando água, juntando. Eu catei aquela água e fiz um arroz. Foi o arroz mais gostoso do mundo. Foi a comida mais boa que tinha no mundo. Ela ficou colorada, da água suja. Ficou colorada, ficou boa. Daí a pouco encheu de comida o almoxarifado. Todo mundo dava comida para nós, encheu de comida.²⁷

²⁶ Fotografia tirada pela autora no ano de 2006 – Acervo Lei

²⁷ Entrevista realizada no dia 06 de outubro de 2006, com Ilidia Borges de Barros, residente no lote 26 na sala da assentada.

*Crianças acampadas no Horto Florestal Boa Vista, em 1985*²⁸

Hoje um poço artesiano e uma rede de abastecimento levam água para todas as residências. O assentamento possui uma agrovila planejada, onde quase o total das casas foram construídas umas próximas das outras, no mesmo lado da rua. Há uma única casa de madeira construída na entrada do assentamento, fruto da separação de um casal e ocupada pelo marido. Tal projeto foi implementado pelos moradores e o Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo (DAF), órgão responsável pela área, que considerou a proximidade das moradias como fator favorável à construção da infraestrutura para todos os assentados, assim como um elemento que propiciava o convívio coletivo da comunidade.

Desde 1987, a totalidade dos moradores conseguiu casa de alvenaria, mesmo sendo algumas precárias. Segundo as mulheres entrevistadas, todos os assentados aguardavam a chegada de uma verba liberada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2007, que possibilitaria seu acabamento, uma vez que reboque, piso, azulejos, pintura ainda não são realidades para todos os moradores.

A casa representava uma conquista social importante para esses sujeitos que viveram um longo processo de expropriação, pois, antes da conquista da terra, a casa própria era um sonho inatingível para a maioria. Quando chegaram a Sumaré, em fins dos anos de 1970, viveram as carências das periferias da cidade: transporte, moradia, saúde, educação, saneamento básico e segurança alimentar.

²⁸ Autor desconhecido - Acervo do Assentamento II

Hoje, os assentados contam com um quintal onde realizam a produção doméstica, assim como a criação de animais de pequeno porte – galinha, pato, porco. Desenvolveram atividades de horti-fruti de variadas espécies para o consumo da família e para o comércio. O quintal da casa aparece nas falas das mulheres como o local privilegiado de uma atividade criativa em que elas exercem o controle da sua organização e garantem o consumo da família. Percebemos que alguns quintais ainda conservam os barracos que outrora foram lugares de aconchego nas noites geladas e hoje guardam as ferramentas de trabalho.

Antigo barraco de dona Cecília e seu neto Danilo²⁹

Do outro lado da rua, situa-se à área destinada à produção agrícola familiar, mais voltada para o comércio. Atualmente, após inúmeras tentativas, a plantação de goiaba se constitui na principal produção do assentamento, acompanhada da mandioca, do milho, do feijão e da acerola. Cenário este bastante diverso do período anterior a 1985, quando as terras estavam arrendadas para a Usina Santa Bárbara, para o cultivo da cana de açúcar.

Encontramos atualmente uma produção de hortaliças e frutas diversificada, que atende às demandas do mercado, mas também às necessidades interna da família, configurando uma combinação entre o sustento da família e a lógica do mercado, do crédito e do financiamento. Percebemos que as famílias do assentamento se constituem dentro de uma dinâmica de reprodução característica da cultura camponesa, na qual

²⁹ Fotografia tirada pela autora no ano de 2006 – Acervo Lei

todos os membros se empenhem na manutenção da unidade familiar cuja composição se diferencia da família nuclear, por ser mais extensa. Eliana Sebeika afirma em sua análise sobre a família camponesa no assentamento de Sumaré, no início dos anos de 1990, que

É através da socialização primária que a família poderá garantir a reprodução da sociedade na qual está inserida, ao mesmo tempo em que o contexto histórico-social do grupo e as múltiplas subjetividades, estão constantemente ajustando e/ou transformando a sociedade que esta família reproduz.³⁰

O assentamento dá área II de Sumaré, localiza-se numa região privilegiada quanto ao transporte, uma vez que está entre duas grandes rodovias – a Anhangüera e a Bandeirantes -, o que facilita o escoamento da produção. Eles também contam com uma estrada asfaltada na entrada da área, onde algumas famílias têm barracas e comercializam os produtos de seus quintais. Além disso, o assentamento está muito próximo do perímetro urbano, facilitando o comércio com as Cidades de Sumaré, Hortolândia, Nova Veneza e Campinas.

No assentamento da área II de Sumaré vivem muitas crianças, que são netas dos assentados titulares da terra. Elas são a alegria das avós, que se orgulham em mostrá-las, como a certeza de que a luta valeu a pena. Ao conquistarem a terra, o trabalho e a moradia, os assentados conseguiram garantir a reprodução da família para além dos filhos, superando a crise econômica que atravessaram no início da década de 1980, como se pode ler no relato de dona Tereza:

Ontem à noite eu estava sentada no sofá e estava lembrando um filho que morreu com dezoito anos. Comecei a lembrar que ele passou tanta fome, quando morávamos no Matão, de onde eu me mudei caçando um lugar mais barato por que a vida estava difícil. Os meninos muitos pequenos e também tinha uma menina sem casar e ela estava grávida de novo. Lembrei dele que passou tanta vontade de comer as coisas e morreu e hoje tem tanta coisa pra comer e ele não está aqui para comer.³¹

A Associação dos Moradores e Agricultores Familiares do Assentamento de Sumaré II, fundada em agosto de 1985 durante o período de acampamento, foi a forma de organização principal do grupo, da qual participam todas as famílias: ela é a entidade que realiza a representação legal dos moradores junto a qualquer órgão estatal e é

³⁰ RAPCHAN. E.S. De identidades e pessoas; um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré. São Paulo. (Dissertação de Mestrado na Antropologia) FFLCH-USP, p118

³¹ Tereza Correia de Melo, assentada no lote 11. Entrevista realizada no dia 30/10/2006.

composta por uma diretoria com presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, secretário, vice-secretário, conselho fiscal e suplente de conselho fiscal, eleitos pela comunidade formada por homens e mulheres com mais de dezoito anos, para um mandato de quatro anos.

O assentamento ainda conta com uma escola de alvenaria onde funciona o Ensino Fundamental I atendendo às crianças da área II e III e do bairro Três Pontes, que se localiza entre as duas áreas e é fruto de uma ocupação urbana. Em 2007, conquistaram junto à prefeitura de Sumaré a construção da sede da educação pré-escolar para os níveis maternal e jardim

A escola fica aberta aos sábados e domingos para o uso da comunidade. Em 2007, a escola promovia a alfabetização de 100 crianças. Enquanto espaço de socialização da comunidade nela se realizam celebrações religiosas, festas de casamentos, churrascos, aniversários e outras confraternizações. O relato de Maria que viu suas duas filhas casarem no mesmo dia na escola do assentamento confirma esse fato;

Era uma hora da manhã no sábado e a gente estava dentro da sala montando o bolo, numa tábua enorme que foi preparada em cima de uma mesa grande e, depois decoraram com dois casais de noivinhas. Preparamos a mesa dos presentes, o pátio da escola, e foi muito bonito o casamento delas, não é por que são minhas filhas não, mas por que foi muito bonito por ser duas, e as pessoas dentro da escola.³²

A primeira unidade escolar foi construída em 1987, no lote 13 que pertence ao Grupo Mulheres da Terra, composto pelas assentadas que conquistaram o lote após a desistência de um assentado ancião, que não conseguiu se manter na área logo no início da luta. Sua construção foi resultado do engajamento das mulheres que ganharam caixotes de madeira da multinacional 3M e fizeram o primeiro barracão.

A mobilização das mulheres no assentamento a área II foi se fazendo num crescente, através da articulação de diversas lutas: conquistaram vagas nas escolas da cidade Sumaré e o transporte escolar para os filhos que ingressariam no fundamental II; criaram o curso de alfabetização para os adultos, no barracão da escola do assentamento, que funcionava duas vezes à noite com duas professoras voluntárias; fizeram abaixo assinado com o objetivo de retirar uma professora que, sob o ponto de vista das mulheres não estava se dedicando aos alunos; conquistaram verba para a

³² Maria Aparecida Renovato de Oliveira, moradora da área III -Entrevista realizada no dia 05/10/2006 no Assentamento de Sumaré III

construção de um espaço de alvenaria, cuja planta foi desenhada no chão por Cida, moradora do assentamento e articuladora do engajamento das mulheres na edificação da escola.

Quando Cida faleceu em 2003, a escola recebeu o seu nome - Maria Aparecida de Jesus Segura. Ela foi considerada por todos os assentados entrevistados, sem exceção, como responsável pela junção das inúmeras lutas, como a organização do Grupo Mulheres da Terra, em 1985, o lote treze, a construção da escola, a estufa da folha de mandioca, o transporte escolar, a energia elétrica, o viveiro de plantas, a cozinha comunitária. Ela foi a primeira mulher que ocupou o cargo de vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (STR) e também participou na direção da Associação dos moradores

Escola de ensino Fundamental I – Assentamento de Sumaré - área II³³

Segundo os relatos, Cida faleceu subitamente de aneurisma cerebral após um dia de emoção: tinha ocorrido uma reunião polêmica na Associação de Moradores que se destinava a discutir a construção da cozinha comunitária. Conforme as narrativas, no final da tarde, após a reunião, ela estava desanimada retornando junto com dona Cecília para casa, quando avistou um caminhão carregando o material para a construção da cozinha comunitária enviado pelo Itesp. “A emoção foi grande, ela pulava de alegria”. Os testemunhos seguem contando que à noite, quando foi para o cursinho pré-

³³ Fotografia tirada pela autora no ano de 2006 – Acervo Lei

vestibular, oferecido na escola do assentamento por alunos da Unicamp, passou mal e foi levada às pressas para o hospital. Ficou inconsciente e em menos de vinte e quatro horas faleceu.

Quase um ano após a sua morte, a prefeitura de Sumaré preparou uma homenagem a Cida, conforme rememorou Lucilene:

No dia 08 de março de 2004 prepararam em frente ao banco do Brasil, um local que era para fazer o trabalho das mulheres. Chamaram algumas mulheres do assentamento para fazer uma homenagem à Cida. Chegando lá fizeram um painel colocando uma exposição com fotos, tinha foto minha com ela lá em Brasília, foto minha junto com ela em outros lugares, com outras mulheres, a poesia que o Segura fez para ela e um monte de outras coisas.³⁴

Sua morte repercutiu para além de Sumaré. Foi homenageada por entidades e por outros assentamentos do Estado de São Paulo. Em 2007, o assentamento '*17 de Abril*', na fazenda Boa Sorte do Município de Restinga-SP, inaugurou um Centro Cultural dando-lhe o nome de "Aparecida Segura". Cida tornou-se referência do movimento de luta pela terra e luta também na luta pelos direitos da mulher no Estado de São Paulo.

A formação do Grupo Mulheres da Terra foi resultado da aproximação de Cida e Maria José Lopes Souza que na época era ativista da questão feminista e atuava junto às mulheres da periferia de Campinas, articuladas pelas Comunidades Eclesiais de Base. O encontro de Cida com a militante Zeza determinou a formação do Grupo e contribuiu para a formulação de projetos para a captação de recursos, que tinham como objetivo a sobrevivência e a permanência das famílias no acampamento. Durante este período de resistência na lenta organização com o governador Orestes Quércia, o Grupo Mulheres da Terra construiu o forno à lenha, utilizado na produção de pães, cuja venda subsidiou a compra de uma vaca.

Na década de 1990, o Grupo reuniu-se com outras frentes de luta e se tornou parte da Rede Mulher de Educação (RME) que, ligada à questão de gênero, realizava trabalhos e discussões sobre as relações sociais, o papel das mulheres nas comunidades rurais, sobretudo das adolescentes, assim como apoiava para a formação de lideranças femininas nos movimentos sociais e fomentou projetos para geração de renda das mulheres.

³⁴ Lucilene Cruz da Silva, titular do lote 22 – Entrevista realizada no dia 21/08/2006 na associação dos Moradores de Sumaré II

Cida e Zeza participando do evento da Rede Mulher³⁵

Em 1998, o assentamento foi oficializado como “Ponto Focal” da RME levando o nome Grupo Mulheres da Terra nos trabalhos realizados sobre a questão da violência contra a mulher junto às periferias da cidade de Sumaré. Em 2000, Cida tornou-se sócia-educadora da RME.

A estufa foi desdobramento da relação entre o Grupo Mulheres da Terra e a RME. Seu objetivo era o de prover trabalho para um grupo de mulheres do assentamento, que lidavam com a folha da mandioca como matéria-prima, incorporada na multi mistura produzida pela pastoral da criança. Hoje esse grupo que antes era composto por quatro mulheres se reduz a dona Iolanda e dona Edite, responsáveis pela preparação da folha de mandioca na estufa.

Além disso, o Grupo participou dos acontecimentos organizados pelo governo do Estado de São Paulo, por meio Itesp que incentivou a fundação da Associação das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (AMAQUESP). Nesta entidade, onde Cida ocupou o cargo de vice-tesoureira, a área II conquistou a implantação de um posto de saúde como parte do Programa de Saúde da Família (PSF) do governo do Estado de São Paulo, próximo ao assentamento, para o atendimento preventivo das doenças das famílias

O viveiro de plantas foi criado, em 2003, com apoio material da ONG/FASES, Shell e do Itesp. Inicialmente seu objetivo era fornecer trabalhos aos adolescentes do assentamento. Reginaldo Toledo Ruiz nos relatou que

³⁵ Autor desconhecido - Acervo do Assentamento

Na verdade a Cida sempre foi uma pessoa que tinha muita sensibilidade na questão ambiental, puxou vários mutirões inclusive para o plantio de mudas e a gente procurava colaborar na medida do possível. O Itesp mandou tubetes, substratos, tela – inclusive a tela hoje cerca a área comunitária -, mourões, cercas, aspersores, arame, mandou uma quantia boa de material e a comunidade fez em mutirão e instalou o viveiro, mas ainda com dificuldade, por que quem largaria o seu trabalho no lote pra trabalhar no viveiro da comunidade? A troco de que isso? Mais do que a discussão teórica ecológica às vezes o que pega na vida das pessoas é comer, é se alimentar, não é ficar com poesia. Então o viveiro ficou na verdade meio assim com dificuldades de se implantar de fato, e aí com essa parceria com a Shell surgiu a possibilidade de o assentamento produzir 15 mil muda.³⁶

Recentemente, o Grupo construiu a cozinha comunitária no barracão da Associação, que tinha como objetivo a geração de renda para as famílias assentadas com a instalação de uma padaria, que não chegou a ser ativada. Atualmente a cozinha funciona com um grupo de aproximadamente cinco mulheres que preparam as refeições servidas aos estudantes e turistas que visitam o assentamento. O espaço da cozinha ainda carece de recursos materiais, como mesas e instalações mais adequadas para o refeitório e seu funcionamento é irregular em função das demandas das visitas.

Diversas mediações, como a Igreja Católica, o MST, os técnicos e agrônomos ligados ao Estado de São Paulo, o STR, algumas universidades e ONGs, desempenharam papéis diferenciados na consolidação do assentamento. Transcorridas duas década, constatamos que a Igreja Católica e o MST que historicamente constituíram a gênese do movimento nacional na luta pela terra, no início da década de 1980, na área II do assentamento de Sumaré, deixaram progressivamente de atuar enquanto agentes mediadores. Ao mesmo tempo em que novas relações se estabeleceram ao longo da década de 1990 com o governo do Estado de São Paulo, através do Itesp, órgão ligado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o STR de Sumaré, filiado à CUT, a Unicamp e ONGs, através da Rede Mulher.

Na década de 1990, ocorreu a ruptura entre o assentamento e os princípios do movimento social representado pelo MST: no lugar da produção coletiva havia prosperado a agricultura familiar, assim como a lógica da ocupação cedeu espaço para a racionalização da produção, além da aproximação aos agentes do STR, que incentivaram a organização do movimento na defesa da legislação trabalhista dos trabalhadores rurais.

O início do século XXI veio acompanhado de novos acontecimentos. O assentamento conseguiu eleger como prefeito de Sumaré José Antonio Bacchim, que

³⁶ Idem, op.cit.

havia participado da luta pela terra quando os assentados ainda estavam na comunidade Nossa Senhora de Fátima, no início da década de 1980. Depois de eleito, logo retribuiu a participação do assentamento na campanha nomeando a Associação dos Moradores como responsável pelo Programa da Saúde da Família (PSF) em Sumaré, conforme ilustra a narrativa de Antonio Segura:

Nós fomos crescendo, elegemos vereador, deputado, ao ponto que elegemos o prefeito. O prefeito da cidade é nosso e já estamos há oito anos na administração da cidade. Assentados nosso estão na administração. Eu estou na administração. Fundamos o Programa Saúde da Família o primeiro que teve. Então o assentamento mudou a cara da cidade. Isso para nós foi mais do que a gente pensava que ia acontecer. Achávamos que ia resolver o problema de um e de outro, mas não, mudamos uma estrutura. No início nós éramos os rejeitados da cidade, eles tinham preconceito da gente “*Nossa Sem Terra!*”. Comprar no mercado fiado, jamais. Hoje eles disputam. Temos crédito, financiamento.³⁷

Hoje em dia, a área II do assentamento de Sumaré caracteriza-se como um espaço sócio-econômico onde mulheres e homens vivem e se reproduzem com muitas dificuldades. A agricultura familiar não representa uma prioridade nas políticas públicas. Estas beneficiam as grandes empresas rurais na produção de alimentos para a exportação. A condição inicial de *sem terra* destes assentados foi transformada na medida em que o problema do desemprego e da carência de moradia, presente nas periferias de Sumaré, foi resolvido. Porém, hoje experimentam as dificuldades de sobreviverem como pequenos agricultores numa nova situação social, conforme descreve José de Souza Martins:

De fato, porém, a concessão da terra e o assentamento dos supostamente sem terra apenas encerram um drama e dão início a outro. Trata-se do drama do ajustamento sempre problemático e não raro doloroso do trabalhador rural a uma situação social que é completamente diferente de tudo o que ele conhece e já foi, e não raro diferente daquilo que ele deseja e pode ser.³⁸

O assentamento rural é uma comunidade em processo, em construção, caracterizando-se como um espaço cheio de significações, marcado pela organização das famílias, que a partir de um projeto coletivo configurou-se num movimento social na luta pelo direito a terra, daí sua diferença em relação às demais áreas rurais. Nos dois anos nos barracos de lonas pretas do acampamento, as famílias adquiriram a consciência de que o direito se conquistava; e nos vinte anos no assentamento conquistaram

³⁷ Antonio Segura titular do lote 5 titular do lote 5 - Entrevista realizada no dia 12/08/2007 no Assentamento de Sumaré II

³⁸ MARTINS, José de Souza. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.p 9.

benfeitorias a partir de uma organização coletiva de luta, marcada por reivindicações sociais e políticas que os configuram como sujeitos do processo de reforma agrária no país.

Os moradores ainda participam de reuniões, cursos, palestras, pesquisas que demonstram a preocupação com sua formação enquanto sujeitos sociais. Na perspectiva de alternativas para solucionar seus problemas, se voltam para o mundo externo, em que diversas mediações se tornam um ponto de cruzamento entre comunidade e mundo externo. Após, a experiência da migração, nos anos de 1970-80, buscam encontrar formas de enraizamento, tornando o assentamento um lugar mais amplo do que uma terra para trabalhar, fazendo dele sua morada num espaço criativo, que contemple suas necessidades como a escola, a saúde, o transporte e o lazer.

Na memória de dona Francisca, a condição do assentado representa uma auto-realização, onde é possível sua criação:

E aí assim, cada vez mais eu me sinto bem, feliz eu não estou muito preocupada com muito luxo, mas uma casinha simples, mas eu acho que com dignidade, com o que eu posso fazer. Eu tenho aí a minha criação: meus patos, minhas galinhas, tem porco, tem cavalo, então eu estou realizada. As pessoas chegam aqui e falam assim, ‘*como é gostoso aqui, né?*’ E eu respondo: ‘*aqui é um pedacinho do céu*’, para quem não conhece é um pedacinho do céu. Pra gente nunca falta, têm as frutas o ano inteiro, cada época é uma fruta, a gente tem essa fartura. A gente não tem essa preocupação de estar comprando na feira um produto murcho, sei lá quanto tempo você colheu do pé. Alimentamos de coisas bem saudáveis.³⁹

Mais do que a terra, os assentados desejam a cidadania prescrita na constituição. Construíram “*um pedacinho do céu*”, onde as imperfeições tornaram-se pequenas diante da grandeza de terem realizado o sonho da sobrevivência com dignidade, pois hoje possuem os meios de produção representados pelo direito de uso da terra.

³⁹ Idem, op. cit.

Dona Francisca moradora do lote dois⁴⁰

Elas não passam fome, sempre têm alimentos frescos no quintal, que ajudam na cura das doenças. Aliás, dona Francisca alertou que hoje os assentados são mais bonitos e exibem melhor saúde, afinal estão se distanciando da carência alimentar, que viveram nas periferias de Sumaré nos anos de 1970/80: os netos eram a prova do sucesso da luta.

⁴⁰ Fotografia tirada pela autora no ano 2007 – Acervo Lei

CAPÍTULO II

Da infância ao acampamento: uma longa trajetória de lutas

De um território que está por explodir
Sim,
Mas é preciso ser útil
pois justo na terra de ninguém
Sucumbe um velho paraíso
Sim, bem em cima do barril
Exato na zona de fronteira
Eu improviso o Brasil

Zona de Fronteira, João Bosco/Antonio Cícero/Waly Salomão.

1 - A infância das mulheres assentadas no contexto do autoritarismo

Eu vim do Paraná, lá a vida era difícil, até hoje falo que fui nascida, criada e casada no Paraná, mas lá era difícil demais. Quando era criança a vida tinha bastante fartura, mas depois que eu cresci e casei foi ficando mais difícil. O meu pai trabalhava, mas não tinha um emprego fixo, ele trabalhava por dia. Enquanto ele era vivo a gente trabalhava em fazenda, mas perdi ele muito cedo, com sete anos – éramos em quatro irmão.

Quando o meu pai morreu já não tínhamos nada, mas aí ficamos sem nada mesmo e a gente foi para casa do meu avô. Que eu me lembro era sofrido, por que ele e a minha avó colhiam café e tinha dia que não tinha nem um grão para comer - nem um feijão! Eles moravam numa colônia em uma fazenda, e não podiam plantar nada, tinham que trabalhar para cuidar somente do café.

Então minha mãe casou-se de novo e tive mais duas irmãs que ainda moram no Paraná, mas continuou o sofrimento, por que agora tínhamos que ir para roça, por que o marido dela tinha um sítio. Vivemos nesse intervalo com a nossa mãe. Naquela época o Paraná tinha muita mata afora e a roça era em Borrosópolis, perto de Apucarana.

Quando eu tinha de 13 pra 14 anos eu saí de casa, mas ainda não tinha me casado, eu estava para conhecer o meu marido e fomos morar junto. Minha mãe ficou no sítio, mas logo eles venderam aquela terra e foram para outra região, mais longe e nem chegou a conhecer meus filhos. Eles foram para Eritama e nós perdemos o contato.⁴¹

A narrativa das histórias de vida trouxe para o âmago da pesquisa o contexto da ditadura militar, uma vez que as mulheres entrevistadas relataram a infância vivida nas roças de diversas partes do país – Paraná, Minas Gerais, Bahia, São Paulo -, no período. Elas não falaram de governos, de atos institucionais, da censura e da tortura que caracterizou o período de 1964/1985, mas nas histórias miúdas do cotidiano elas mostraram como o modo de vida camponês foi submetido a duras provas. Migraram constantemente com suas famílias, não se importando com a propriedade, mas sim com a possibilidade de permanecerem trabalhando na terra.

As mulheres contaram histórias que revelaram um permanente desafio para a sobrevivência da família no trabalho da roça. Eram camponesas, ou seja, pertenciam a uma classe social que prezava a independência em relação ao mercado, a autonomia de serem integradas ao capitalismo em seu mínimo possível, conforme afirma Antonio Candido, em *Parceiros do Rio Bonito*:

Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente a desempenhar o papel que ele não pode, não soube ou não quis encarnar. E, quando não se fez cidadão, foi

⁴¹ Idem, op. cit.

progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social.⁴²

A experiência de dona Edite demonstrou a situação de desagregação a que os camponeses foram submetidos. Em 1967, ela viveu a perda de seus familiares. Mais do que ter deixado a família para trás, entrou na corrente migratória ainda jovem e tomou um destino diferente da mãe que também foi tragada pelas engrenagens da migração. Sua mãe não conheceu os netos!

A migração sempre foi estratégia de sobrevivência dos camponeses, que desde o período colonial não tiveram acesso à propriedade da terra. Nos últimos cinquenta anos, a “modernização” da agricultura, que consistiu no ajustamento do desenvolvimento da agricultura aos interesses do setor industrial e financeiro, acirrou ainda mais o processo migratório e o dilaceramento da classe camponesa, em detrimento da agricultura voltada para a subsistência.

Neste contexto dona Edite experimentou a fome quando perdeu o pai ainda criança e foi morar com os avós, colonos da fazenda de café, que muitas vezes “*não tinha nem um grão de feijão para comer*”. Um novo casamento foi à alternativa que restou à mãe. Mesmo assim, a sobrevivência não deixou de ser traumática, para dona Edite que não tinha um bom relacionamento com o padrasto. Aos 13 anos deixou a casa, ainda solteira, acontecimento muito raro nas zonas rurais, onde as mulheres deixam o lar somente quando se casam.

As mudanças nas relações sócio-econômicas na agricultura brasileira foram oriundas de diversas ações: a aprovação do Estatuto de Trabalhador Rural em 1963; da modernização tecnológica; e da concentração das propriedades rurais, que condenou colonos, parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários a tecerem uma longa trajetória de migração como estratégia de sobrevivência para permanecerem como camponeses. Dona Malvina, nascida no Estado do Paraná, evidencia-nos a migração enquanto uma resistência da família para permanecer na terra:

A gente andava junto, o meu pai com meus irmãos casados. Ficamos no Paraná por muito tempo. Primeiro a gente foi pra São Luís, perto de Santa Marina, depois de ficar andando, pelas fazendas, era aquele tempo que trabalhava de colono, de porcentagem. De São Luiz fomos para Santa Amélia onde ficamos um tempo. Depois voltamos pras bandas de São Luís novamente. Lá ficamos um tempo, mas depois fomos caminhando, porque não achava lugar pra colocar todo

⁴² CANDIDO, Antonio, Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2001, p. 107.

mundo junto, então um ia pra uma fazenda, dois iam pra outra fazenda, mas sempre perto.

Era meu pai e quatro irmãos, só uma irmã ficou para trás em Minas Gerais. Somente depois quando nós fomos para o Paraná ela foi onde nós estávamos, quando ficamos todos juntos. Aonde um ia, todos iam e como não arrumava uma fazenda onde dava pra todo, arrumávamos na fazenda vizinha, sempre por perto. Ficamos todos juntos, sempre juntos com o meu pai.⁴³

A estratégia da migração nas narrativas das mulheres apareceu-nos não como opção das famílias de elevarem o padrão social, mas como resultado de um amplo processo de espoliação e de marginalização, obrigando-as a resolverem o problema da sobrevivência. Nesse processo migratório nem sempre era possível acomodar todos os membros da extensa família camponesa, alguns ficavam para ‘trás’ como a irmã de dona Malvina que ficou em Minas Gerais, longe da família.

Em 1993, Márcia Regina de Oliveira Andrade analisou a educação rural dos assentados da área II e constatou que 85% das famílias assentadas tinham um perfil migratório⁴⁴. Os deslocamentos que apareceram com intensidade nos testemunhos das mulheres era um denominador comum para a maioria das famílias assentadas que na década de 1960/70, foi marcada pelo “vaivém” da sobrevivência, quando milhares de camponeses transitaram pelo Brasil, resistindo ao processo de expropriação que o projeto militar havia colocado em curso. O Centro de Estudos Migratório, em 1983, assim definiu a política migratória,

Tudo leva a crer que a política migratória procura indicar a cada um qual é o seu lugar no espaço para melhor desempenhar sua função dentro do modelo sócio econômico e político. Dessa forma, essa política tira o homem do campo, onde estão 2/3 dos trabalhadores autônomos, e coloca-o para trabalhar e produzir para o capital⁴⁵

As mulheres ao narrarem suas histórias de vida silenciaram a infância. Esta ausência se constituiu na segunda identidade das memórias analisadas. Seus testemunhos mostraram a relutância de falar desta etapa da vida. Dona Tereza quando perguntada sobre a infância, respondeu-me com ironia:

Que infância que eu tive menina? Na minha infância, acho que com sete anos eu já cozinhava pra gente da roça trabalhar, lá em Minas tem um negócio que

⁴³ Malvina Jacinto Teodoro, Titular do lote 19 – Entrevista realizada no dia 07/07/2007

⁴⁴ ANDRADE, Márcia R. de Oliveira. O destino incerto da Educação entre os assentados Rurais do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação: Unicamp, 1993

⁴⁵ Centro de Estudos Migratórios. O vaivém da sobrevivência, p.72. CEM- Centro de Estudos Migratórios de São Paulo, São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p 72

trata de quarta⁴⁶ – é feito de madeira que mede, mede dez litros, mede dois litros, mede um litro, mas trata de quarta é de medida e não é quilo. Então a gente punha uma dentro da outra e eu cozinhava e ia para o rancho onde meu pai estava. .⁴⁷

Elas não falavam da infância, por que não as tiveram, uma vez que participaram muito cedo do trabalho familiar. Dona Tereza antes de alcançar a altura da pia e do fogão, assumiu a produção da comida que alimentaria a família. A ausência da infância na narrativa das mulheres era a presença do trabalho que acabava com o tempo lúdico da brincadeira conforme narrou dona Edite:

Eu não tive infância de brincar com boneca, por que não tinha tempo, minhas bonecas eram os meus irmãos pequenos. Como perdi o meu pai cedo não tínhamos esse negócio de brincar de roda, ou escola mesmo Não tive essa oportunidade, lembro-me de poucas vezes que eu ia, mas eu não completei nenhuma série. Depois que a minha mãe casou, o meu brinquedo foi a roça, não tinha como brincar, às vezes quando acontecia de brincar as bonecas eram feitas com espiga de milho, abóbora com pescoço que eu fazia e enrolava no pano. Eu tive apenas uma boneca que o meu pai me deu, mas eu era muito pequena e acabei deixando ela para a minha mãe. Então quando não estava na roça estava cuidando das crianças para minha mãe.⁴⁸

A história vivida por dona Edite, Tereza, Malvina, Iolanda, Cecília, Ilídia era parte da luta da classe camponesa, que não teve acesso a terra e viveu trabalhando nas terras dos outros, como costumavam falar. Viveram na roça, na década de 1950 a 1970, em condições precárias, para permanecerem na terra. Resistiram por um longo período, migrando de um Estado para o outro, para não se proletarizarem nas cidades. Brincar, passear e estudar não foram acontecimentos experimentados por essas mulheres, por isso o silêncio da infância.

2 - A mulher camponesa na estrutura familiar

Minha mãe tinha oito filhos, e a gente não tinha uma boa vida naquele tempo, a gente não passava necessidade de ficar sem comer, mas comia regrado, por que só ela e meu pai que trabalhavam. Os meninos todos pequenos então, a gente não teve uma infância, que nem estudar a gente não pode. Eu comecei a trabalhar na roça aos doze anos, quando o meu pai falou que eu tinha que ir para a roça por que a minha mãe estava muito doente, ela não mais podia ir. Então comecei a trabalhar na roça, na enxada, carpir, abanar café, colher algodão, bater amendoim, cortar arroz e malhar no cambão, cortar soja tudo que era de uma lavoura.

⁴⁶ Antiga unidade de medida de capacidade para secos.

⁴⁷ Idem, op. cit

⁴⁸ Idem, op. cit.

Quando eu tinha dezesseis anos o meu pai - Francisco, estava bebendo muito, pegou tudo o que a minha mãe tinha colhido, vendeu e foi para a Bahia dizendo que ia buscar outra mulher. Minha mãe ficou com os oito filhos e dois netos - tinha uma irmã mais velha que casou e não pode viver com o marido e tinha dois netos para a gente cuidar. Eu com dezesseis anos e meu irmão com dezoito, nós éramos o chefe da roça, nós trabalhávamos na nossa roça, nós trabalhávamos para os outros, para ganhar dinheiro para a compra e ajudar a minha mãe.

Nós não passávamos necessidade de nada, só que a gente trabalhava muito e não tínhamos liberdade. Hoje você trabalha, você tem a liberdade de passear, ali não era na enxada, na roça. Eu sofri muito. Um dia o meu pai voltou e as escolas já passavam nas casas para ver quantas crianças tinham fora da escola – era um censo que não é de agora. E o meu pai respondeu que só tinha três fora da escola, por que eu não poderia ir. Então insistiram com ele que até quatorze anos podia fazer a matrícula e entrar na primeira série e ele respondeu que eu não podia por que tinha muito serviço na roça.

E assim foi indo os mais novos estudaram e de mim para cima ninguém estudou, por isso eu tive uma infância muito cansativa, sofrida. Eu trabalhei na roça bem dizer desde os doze anos até agora. Não tive uma infância bela, sorridente não. Hoje eu falo para os meus netos que eles têm uma infância de ouro. A gente não via um brinquedo na mão, hoje em dia as crianças pegam brinquedo de tudo quanto é jeito Naquela época não tinha não. A minha infância não foi muito bela.

E depois quanto já tinha dezenove anos a gente trabalhava, e a gente já tinha de tudo, tudo que a gente queria a gente tinha. O meu irmão tomava conta da produção. O meu pai voltou a morar em casa, mas ele não tomou conta mais de nada. Meu irmão era muito cuidadoso com a gente, se ele via que uma estava precisando de alguma coisa ele já falava “Olha, não dá para fazer compra para todo mundo. Ela está precisando, o sapato dela não está bom”, ele corria e já dava jeito, não deixava faltar coisas para a gente.⁴⁹

Para pensarmos as relações familiares, enfatizando o papel desempenhado pela mulher camponesa na estrutura familiar, buscamos algumas relativizações para não criarmos um estereótipo da mulher do campo, idealizando as mulheres entrevistadas.

Dona Cecília, nascida no Estado da Bahia, no fim dos anos de 1950, experimentou a “modernização” da agricultura brasileira, que dispensou muitos trabalhadores, os quais foram submetidos à intensa exploração, para permanecerem como camponeses. Durante a infância, dona Cecília não teve acesso à escola e sua vida se resumiu ao trabalho, por isso suas palavras, *“Nós não passávamos necessidade de nada, só que a gente trabalhava muito e não tínhamos liberdade. Hoje você trabalha, você tem a liberdade de passear, ali não, era na enxada, na roça. Eu sofri muito.”*

A memória de Cecília Rosa Prado, nascida em 1944, serviu como indício para pensarmos o padrão cultural vigente nas zonas rurais. O pai desempenhava o papel de chefe da família, ele decidia o destino de todos, tanto que dona Cecília não frequentou a

⁴⁹ Cecília Rosa Prado, assentada no lote 24. Entrevista realizada no dia 30/10/2006.

escola, já que o pai não autorizou sua matrícula. Seu poder de chefe da casa somente era substituído na morte, ou como no caso analisado, quando o pai perdeu o poder para o filho mais velho, após ter roubado todo o dinheiro da colheita, abandonado a esposa e os oito filhos para buscar outra mulher no Estado da Bahia.

Enquanto mulheres camponesas não tiveram acesso à educação formal. Nas zonas rurais, a não valorização da escola ocorria com mais intensidade. Dona Ilídia experimentou a radicalização dos papéis sociais reservados às mulheres na roça,

Nós trabalhávamos bastante, eu não fui para a escola porque meu pai falava que eu ia aprender a ler para escrever carta para os homens. Então a gente não aprendeu a ler, por isso eu podia pegar o jornal de cabeça pra baixo ou pra cima era uma coisa só.⁵⁰

Na reprodução da família camponesa, o confinamento das mulheres no espaço doméstico dispensava a escola, já que para cozinhar e cuidar dos filhos não era necessário a escolarização. A desvalorização da mão-de-obra da família camponesa impossibilitava os pais de dispensarem os filhos do trabalho para o sustento da família: o pai de dona Cecília não podia matriculá-la, porque *‘tinha muito serviço na roça’*.

Rosa Ester Rossini, na obra *Contribuição ao Estudo do Êxodo Rural no Estado de São Paulo*, escreveu no ano de 1975,

“A criança é impelida desde cedo para o trabalho, por simples questão de sobrevivência. No trabalho do campo ajudam o pai, seja no regime de tarefa ou de empreitada, seja na colheita – principalmente de algodão, que não exige grandes especialização, nem força física – pois transforma-se em mão-de-obra de quase igual eficiência que o adulto.”⁵¹

Hoje dona Cecília fala para os netos que eles têm uma infância de ouro, porque não precisavam trabalhar. Os netos nasceram e cresceram no mesmo lugar, tiveram a liberdade de passear e ainda reclamam da falta de brinquedos. Diferente da sua infância marcada pelo trabalho da enxada que tomava todo o tempo, usado na reprodução da família.

Para compreendermos o significado que dona Cecília atribuiu à palavra liberdade faz-se necessário uma digressão histórica para sua vida familiar, para entendermos as privações que viveram os camponeses naquela época.

⁵⁰ Idem, op. cit

⁵¹ ROSSINI, Rosa Ester. *Contribuição ao Estudo do Êxodo Rural no Estado de São Paulo* Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/Geografia, 1975, p 244

*Dona Cecília e as mudas de café para a produção orgânica*⁵²

Filha de camponês sempre trabalhou na terra dos outros. Nasceu no estado da Bahia e em 1950 iniciou o percurso migratório vindo para São Paulo. Na zona rural viveu a adolescência dedicando-se à agricultura, em diversos cultivos agrícolas. Dessa época não se lembra de fome, mas da comida regrada. A política de ‘modernização’ da agricultura, ocorrida nos últimos cinquenta anos, incentivou as grandes produções monocultoras, em detrimento da produção diversificada da agricultura familiar, característica da cultura camponesa, que, paulatinamente, perdia a terra para o cultivo de uma produção destinada à complementar a alimentação da família.

Em 1963, a família deixou São Paulo para estabelecer-se no Paraná. Neste período, o Estado São Paulo foi marcado por uma intensa migração, na medida em que a parceria e o colonato iniciaram um processo de decadência, como regime de trabalho. José de Souza Martins enfatizou que, entre 1962 a 1967, ocorreu uma política de desestímulo ao café, levando a erradicação de cerca de um milhão e quatrocentos mil cafeeiros, no Estado de São Paulo.

A família de dona Cecília migrou para o Estado do Paraná para trabalhar na lavoura do café. Na viagem experienciou uma geada, assim narrada pela depoente:

Na noite da mudança teve uma geada forte, mas bem forte mesmo. Quando atravessamos o rio só via aqueles cafezais pretinhos, com cheiro de folha queimada. Fomos por que tinha que ir, mas já sabíamos que no café não ia ter maior renda. Roçamos uma parte dos cafezais, formou um novo e outra parte tirou de vez. Muitos foram plantar soja, milho, arroz. A gente fez muito dinheiro lá, mas era no sítio dos outros. Então, cada ano que se passava o café foi perdendo o preço

⁵² Fotografia tirada pela autora – Acervo Lei

e os maquinários foram derrubando o café. Foi aí que as famílias foram voltando, indo embora para as cidades.⁵³

A desestabilização da família foi decorrência de vários componentes não somente o climático, pois era uma época de mudanças na produção agrícola, também no Estado do Paraná. O café, que tinha sido o principal produto comercial da região, em 1960 era responsável por 44% da área cultivada, encontrava-se em declínio. As políticas agrícolas estavam voltadas para o incentivo de culturas que serviam de consumo ao setor industrial, com um novo padrão de produção tecnológico, tal como a soja, que substituiu a mão-de-obra camponesa, pela cultura mecanizada. Nas palavras de dona Cecília *“o café foi perdendo o valor e os fazendeiros foram cortando tudo e ficando com uma família ou duas, por que os maquinários foram tomando conta”*

O intenso processo migratório vivido pela família de dona Cecília lembrou-nos os estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira;

Essa realidade mostra que o processo de expropriação deve ser melhor estudado no seio do capitalismo, pois via de regra, o camponês expropriado em uma região do país tem conseguido continuar existindo enquanto camponês, quer mudando de tipo (rendeiro/parceiro), quer migrando e/ou abrindo novamente o acesso à terra, ainda que distante da que vivia.⁵⁴

Eles tentaram a vida como camponeses, mas o café foi perdendo o valor e o trabalho da família foi perdendo espaço para as agriculturas que se estabeleceram em novos padrões de acumulação. Eliane Tomiase Paulino, nos estudos sobre o norte do Paraná, escreve:

Os parceiros foram os maiores atingidos pelas mudanças no campo norte - paraense, em virtude do cerceamento das relações de parceria, diante da desativação da lavoura cafeeira em favor da expansão da pecuária, de um lado, e expansão das lavouras mecanizadas.⁵⁵

Na década de 1970, o impacto das mudanças na agricultura resultou na desestabilização dos camponeses que tinham acesso precário à terra. Dona Cecília, já casada, abandonou a roça para morar na cidade. Em Apucarana, no Estado do Paraná,

⁵³ Idem, op. cit.

⁵⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo, U. A agricultura Camponesa do Brasil, 2ª. Edição, São Paulo : Contexto, 1996, (coleção Caminhos da Geografia), p. 91

⁵⁵ PAULINO, Eliane Tomiasi Por uma Geografia dos Camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.85

ela compreendeu as dificuldades de se viver com quatro filhos, pagando aluguel e somente o marido trazendo o sustento para casa.

Na cidade o marido trabalhou como pedreiro e ela cuidando da casa, quando perderam uma filha com seis anos de idade, mas não tardou e nasceu a filha mais nova. Foram tentar a vida em Londrina, pois havia mais ofertas de trabalho para o marido, mas logo as demandas de trabalho foram diminuindo e o salário tornou-se insuficiente frente às necessidades e dona Cecília passou a trabalhar como costureira em casa, para manter a sobrevivência da família. Até que o marido ficou desempregado e decidiu partir sozinho para Campinas, deixando a família no Paraná e retornando de vez em quando para levar dinheiro:

De vez em quando ele voltava para levar dinheiro, até que chegou um dia e falei para ele ‘vamos vender toda a mudança, chegando lá a gente trabalha e compra outra’. Eu tinha uma mudança de casa que não era das boas, mas não era tão ruim. Então, vendi tudo: vendi botijão, fogão, guarda-roupa, cama, máquina de costura que eu até chorei, tudo que nós tínhamos vendemos tudo e viemos de mala para Campinas.⁵⁶

Ao participar da decisão de migrar dona Cecília quebrou o ciclo de obediência que até então desempenhara na família, tendo obedecido ao pai, ao irmão e depois ao marido. Não esperou ele retornar, vendeu todos os móveis, até a máquina de costura que tinha sido ganha-pão da família, quando “*eu até chorei*”. Mudou-se para Campinas, apenas com as malas. O deslocamento com todos os filhos foi um esforço demasiado para essa mulher, já muito sofrida pelas jornadas de trabalho, para desfazer-se da casa e da viagem longa.

Cheguei e fiquei doente, doente... e perdi um bebê de três meses e fiquei fazendo tratamento e o meu marido ficou sozinho trabalhando. Aí de repente eu engravidei de novo e com seis meses eu perdi o bebê e fui parar numa UTI – quase morri.⁵⁷

Assim, a obediência ao marido foi abalada pelo ciclo de pobreza que experimentou nas periferias das cidades, quando ingressou no mercado de trabalho informal, como muitas outras mulheres empregando-se como domésticas, operárias, bóias frias, deixando os filhos mais novos sob os cuidados dos mais velhos e acumulando os serviços da casa.

⁵⁶ Idem, op. cit.

⁵⁷ Idem, op. cit.

As mulheres entrevistadas eram analfabetas e não tiveram acesso ao controle de natalidade. Oriundas da cultura camponesa, entranhada pelos valores católicos que ligava a prática do sexo à reprodução, pariam filhos ano após ano, era apenas o tempo do resguardo. Sexo era sinônimo de filhos. Não tiveram o poder sobre seus corpos, por isso que na narrativa de dona Cecília a sua penúltima gravidez apareceu de repente. Outras memórias mostraram similitudes como a narrativa de dona Tereza, que ficou 22 vezes grávida. Todo ano paria um filho, como ela própria dizia, “*era um filho na barriga, outro no braço e outro na cama*”

Outra característica das histórias de vida narradas foi a escassez de informações sobre a adolescência, namoro ou casamento. A presença dessas ausências era reveladora do patriarcalismo presente nas zonas rurais, vivida por essas mulheres. Seu papel era de submissão perante o poder desempenhado pelos homens. Eles eram reconhecidos pelo costume e pela lei, como chefe da família, por isso eram momentos difíceis de serem narrados. Foram recordações dolorosas, uma história de privações, marcada pelo curso das migrações, da obediência e, muitas vezes, da violência.

O casamento não apareceu espontaneamente nas suas falas e quando isso ocorreu foi de maneira breve, sem nomes, sem delongas, sem festividades, o que sugere uma transferência do jugo paterno para o jugo do marital. Dona Iolanda foi a única mulher que falou espontaneamente do assunto e narrou com detalhes as razões que a levaram ao casamento:

Com quatorze anos eu tive meu primeiro namorado, e casei. Achei que a vida seria mais fácil para mim, mas foi completamente errado. Eu achava que me casando, melhoraria, por que eu tinha o meu irmão mais velho que não era gente para nós dentro de casa, para mim e para o outro irmão muito mais novo ele assumiu o lugar do meu pai, tudo era ele, se eu demorasse um pouquinho podia contar que ele batia na gente a troco de nada..

Então foi onde que eu me afobei e com o primeiro moço eu me casei, e daí o trabalho foi dobrado: eu fui morar com a mãe dele e eu tomava conta da mãe, depois vieram mais dois irmãos dela para dentro de casa, eu tinha que cuidar de tudo: a roupa lavada, a comida feita, e ainda sobrava tempo de eu ir à roça.⁵⁸

Dona Iolanda tinha consciência da armadilha que o destino havia lhe reservado. Achou que o casamento a livraria do mundo do trabalho, pelo contrário, assumiu os cuidados da extensa família do marido, da sogra enferma, combinando-os com a lida da roça. Neste contexto, década de 1960 1970, participava da abertura de novas terras no

⁵⁸ Iolanda Oliveira Pereira, assentada no lote 12. Entrevista realizada no dia 18/08/2006 no Assentamento de Sumaré II

norte do Paraná, momento da crise do setor cafeeiro com a expansão da pecuária e da agricultura mecanizada.

Trabalhou muito, em casa e nas terras comprada pela família do marido, por isso falou com ironia desta etapa da vida, quando achou que se livraria da violência do irmão, encontrou o duro trabalho de conciliar trabalho doméstico, com o trabalho na agricultura, participando da abertura de matas na expansão da agricultura familiar.

Contudo, logo a família do marido perdeu as terras para os fazendeiros que as compravam dos pequenos proprietários pauperizados e com dificuldades de conciliarem produção com o pagamento da renda da terra. Sobre isso nos narrou dona Iolanda:

E fui eu de novo para roça desmatar tudo para fazer lavoura. Depois de três anos não dava mais para gente conseguir terminar de pagar a terra, que a gente só tinha uma renda, e teve que vender. Voltamos a plantar com porcentagem de novo. Fomos numa fazenda colher café, e ficamos dois anos nessa fazenda colhendo café, depois fomos plantar a porcentagem com o meu cunhado, que é casado com a irmã dele, onde nós ficamos um bom tempo plantando.⁵⁹

Enquanto mulheres camponesas experimentaram a tradicional divisão sexual do trabalho. As atividades desempenhadas por elas não eram consideradas trabalho produtivo, mas complemento ao trabalho do homem. Não eram reconhecidas com chefes da família pelo código civil de 1916, e tão pouco como agricultoras pelo código das leis trabalhista, mas como mulheres “do lar”, firmado na certidão de casamento. Dona Iolanda acumulou a tarefa de cuidar da família do marido e desbravar matas no estado do Paraná.

Na cultura camponesa, o trabalho reprodutivo da família pouco contribui para o desenvolvimento da família, ele é invisível. Faz parte da natureza da mulher os cuidados domésticos! É no viés da pesquisa de Dulcinéia Pavan, nos estudos das mulheres do assentamento de Promissão:

Essa divisão sexual do trabalho se baseia nas diferenças biológicas entre homens e mulheres que são usadas como justificativas para discriminação das mulheres. A capacidade biológica das mulheres de gerar filhos é colocada como um fundamento lógico para circunscrever as suas atividades à esfera doméstica, exigindo que desempenhem certas tarefas e determinando que tipo de atividades elas podem exercer fora do ambiente doméstico. Esta concepção está internalizada tanto nas mulheres como nos homens, constituindo-se num valor, principalmente no mundo rural, menos susceptível ao debate provocado pelos movimentos feministas a partir da década de 70.⁶⁰

⁵⁹ Idem, op. cit.

⁶⁰ PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem-Terras – Trajetórias e Experiências de Vida das Mulheres Assentadas em Promissão, Dissertação de Mestrado, PUC/SP. 1998, p 164

A divisão sexual do trabalho impossibilitou a entrada das mulheres no mundo dos direitos, como se aposentar já que na certidão de casamento quase sempre constava profissão “do lar” e não trabalhadora rural, dificultando a comprovação do trabalho agrícola. Elas participavam de todas as etapas da produção e eram consideradas ajudantes, complementos ao trabalho do homem.

As ausências presentes nas memórias das entrevistadas são compreensíveis, uma vez que narravam suas histórias para mais uma pesquisadora que estava analisando sua história dentro do assentamento. Estávamos em processo de reconhecimento. É na perspectiva teórico metodológico da História Oral de Alexandre Portelli que a construção das fontes ocorria:

A entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto. A entrevista levanta em ambas as partes uma consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações. Do mesmo modo que a hierarquia desigual de poder na sociedade cria barreiras entre pesquisadores e o conhecimento que buscam, o poder será uma questão central levantada, implícita ou explicitamente, em cada encontro entre o pesquisador e o informante. Acabar com o poder abertamente transforma uma entrevista de campo num experimento em igualdade.⁶¹

Rememoravam os acontecimentos que enalteciam a luta, tais como as carências na periferia de Sumaré e a organização do acampamento, quando participaram ativamente nos rumos de suas vidas, quando encontraram a luta pela terra e fundaram o Grupo Mulheres da Terra. Em contrapartida, silenciaram a infância, a adolescência e o casamento marcados pela obediência aos homens da casa, pelo seu não reconhecimento dentro da família, enquanto mulheres camponesas.

3 - A luta e o cotidiano nas periferias da cidade

No início da década de 1980, a imagem da mulher sob os cuidados do chefe da casa estava abalada, uma vez que a maioria das mulheres entrevistadas foi a responsável pelo sustento da família nos momentos de desemprego dos maridos nas cidades, como dona Cecília que manteve a família no Paraná costurando para fora, na ausência do marido, que em fins da década de 1980 havia migrado para o município de Sumaré,

⁶¹ PORTELLI, Alessandro, “Formas e significados na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade”, In, Proj, História, São Paulo, (14), fev, 1997, p10

interior do Estado de São Paulo. Contudo, ela não aceitou a insegurança de manter a família sozinha.

O processo de chegada das famílias ao Estado de São Paulo foi bastante tenso. Era o resultado do fim do milagre econômico, em 1973, propagado pela Ditadura Militar, que aprofundou a concentração de renda e condenou parcela significativa da população ao desemprego, principalmente aqueles que não possuíam qualificação profissional para trabalharem nas funções urbanas. Viveram nas periferias das cidades o desemprego as instabilidades do trabalhos temporários.

As dificuldades vividas nas zonas rurais levaram muitos camponeses a desistir do trabalho na terra. A expropriação dos trabalhadores rurais se acentuou drasticamente com o avanço das relações capitalistas no campo: os altos índices de migrações vinham ao encontro das necessidades de mão-de-obra para a industrialização, reduzindo seus gastos com salários. Segundo José de Souza Martins,

Para se ter uma idéia dessas mudanças: apenas entre 1970 e 1980, houve diminuição de mais de um milhão e meio de pessoas trabalhando como produtores agrícolas autônomos. E aumentou em mais de um milhão e seiscentos mil o número de trabalhadores rurais convertidos em empregados.⁶²

As mulheres entrevistadas não possuíam qualificação profissional para trabalharem nas funções urbanas, por isso, viveram as instabilidades dos trabalhos temporários de bóia fria, doméstica, operária nas periferias das cidades. Desde a década de 1970, com a modernização agrícola e a consolidação do agronegócio, o Estado de São Paulo tornou-se um pólo de atração de milhares de trabalhadores rurais transformados em agricultores sem terra, oriundos de diversos Estados do país, especialmente Minas Gerais e do nordeste afetado pela seca e não absorvidos pelo mercado de trabalho urbano local. Sobre o assunto Odair Paiva, ao analisar os processos migratórios para São Paulo, afirmou,

A questão da mobilidade da mão-de-obra migrante inserido no campo vem reforçar nosso argumento sobre a dinâmica do processo migratório que, em nosso ponto de vista, tinha dois aspectos interrelacionados: num primeiro momento ele porta uma dinâmica rural-rural e em seguida, na saturação ou na inviabilidade da continuidade no campo, estes trabalhadores migraram para a cidade.⁶³

⁶² MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão. Rio de Janeiro, Petrópolis/Vozes, 1986, p.95

⁶³ PAIVA, Odair da Cruz, Caminhos Cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da Construção do Brasil Moderno nos anos 1930/60, Tese de Doutorado, São Paulo, 2000, p.150

Todas as mulheres entrevistadas revelaram a presença de constantes migrações nas suas histórias de vida. Tinham procedências diversas, a maioria delas passou pelo Estado do Paraná, antes de chegar ao Estado de São Paulo. Maria Marize Duarte ao analisar as correntes migratórias dos assentados na área I em Sumaré, constatou a existência de correntes e subcorrentes migratórias que desembocavam como um caudaloso rio no assentamento. Segundo a pesquisa:

As subcorrentes migratórias são quatro e assim, configuradas em **01** Minas Gerais: MG/Jequeri, Paraná e São Paulo – Campinas e Sumaré; Minas Gerais/Santa Maria de Suaçuí, São Paulo: Marília, Campinas e Sumaré; MG(...), Paraná, São Paulo: São José do Rio Preto, Valinhos e Sumaré; **02** Sergipe: Sergipe/Muribeca, São Paulo, Paraná, São Paulo: Campinas e Sumaré; Sergipe/Itabaiana, Paraná e São Paulo: Sumaré;**03** Pernambuco: Pernambuco/Guaranhuns, São Paulo: Barreto, Votuporanga e Sumaré; Paraná: Paraná/(...) e São Paulo: Sumaré⁶⁴

Outra identidade na história dessas mulheres foi a vinda para o município de Sumaré, nos anos de 1980, parte da região de Campinas considerada, desde 1960, como um pólo dinâmico do Estado de São Paulo. Com uma diversificação industrial, a região abarcava várias cidades como Sumaré, Valinhos, Rio Claro, Americana, Santa Gertrudes, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste e Limeira.

A consolidação da região de Campinas não pode ser percebida apenas como desdobramento da aglomeração industrial ocorrida na grande São Paulo, cujo desenvolvimento provocou aumento nos custos da produção e a fuga de capitais para o interior apareceu como solução para amenizar os custos da produção. As mudanças foram resultados de um longo processo de acumulação capitalista na região de Campinas que agilizou o mundo dos negócios: o aeroporto internacional de Viracopos; a Unicamp; as rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Washington Luiz e a presença de todos os bancos, internacionais e nacionais na cidade.

Sumaré enquanto parte da região tornou-se um grande pólo migratório do Brasil nas últimas décadas. Os migrantes vieram, especialmente, do Paraná, Norte e Nordeste, resultando numa ocupação desordenada em sua periferia, a qual era composta, principalmente, por famílias de baixa renda que vislumbravam melhores condições de renda e qualidade de vida. A região era sinônima de prosperidade para o marido dessas mulheres que decidiram pela migração. Sumaré foi receptora de investimentos da

⁶⁴ DUARTE. Maria Marize, Entre enigmas, rupturas e identidades: um estudo do processo de ressocialização nos assentamentos rurais, resultantes de ocupação, mediados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/CUT (Castanhal – PA/Sumaré – SP) – Tese de Doutorado, 2005, PUC – SP – Ciência Sociais, p. 267

indústria internacional, desde os anos de 1970. Bernardo Mançano destaca em suas análises sobre o lugar:

Durante as décadas de setenta e oitenta passaram a se instalar no município grandes indústrias nacionais e multinacionais, como por exemplo: Cobrasma, Wabco, Muller, Dow Corning, IBM, Pirelli, 3M, etc. A industrialização necessitou e atraiu um grande número de trabalhadores, de forma que a população total do município passou de 23.074 em 1970 para 101.834 em 1980 e 193.124 em 1991.⁶⁵

O desenvolvimento industrial em Sumaré acabou por incorporar um maior contingente de novas classes médias e ser visto como um lugar de oportunidades. Passou a ser representada no imaginário social, como território favorável à prosperidade, atraindo migrantes de todas as regiões do Brasil, sem que esse crescimento fosse acompanhado da expansão da infra-estrutura básica, necessária para a população que aportava na cidade. Em fins da década de 1970, os assentados foram atraídos pela propaganda da ascensão social - juntamente com um enorme fluxo migratório -, marcados pela pobreza. Ulysses Semeghini alerta para as mudanças:

Ampliou-se o número absoluto de analfabetos na população; cresceu o número de domicílios sem atendimento de água e esgotos. Agravaram-se as carências educacionais. A manifestação especulativa de ação dos capitais mercantis urbanos produziu uma periferia carente, onde são precárias as condições de habitação.⁶⁶

Muitas famílias não ascenderam à condição de classe média, permaneceram excluídas das necessidades básicas como alimentação, moradia, transporte, saúde, educação, emprego. Impossibilitados do acesso aos resultados do desenvolvimento industrial e dos benefícios que pareciam intrínsecos à cidade. A memória da assentada Maria, que nasceu no Paraná nos idos dos anos de 1960, e com nove meses foi para Sumaré, revelou-nos as dificuldades vividas pela família na sua infância, muito antes do aumento da migração para as periferias da cidade:

Da infância que eu me lembro era a minha mãe chorando e a gente passando fome. Nós moramos num bairro numa das primeiras COHAB que saiu aqui em Sumaré, e quando saíram as casas minha mãe pegou uma, por que era o sonho dela ter uma só para ela. Na época eu ainda não estava na escola, acho que tinha uns seis anos. Nós fomos para lá e meu irmão mais velho - o Nelson que ficava em casa, por que a minha mãe ia trabalhar na roça.

⁶⁵ FERNANDES, B. Mançano, MST: Formação e territorialização em São Paulo, 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 1999, p.117

⁶⁶ SEMEGHINI, Ulysses. Do Café a Indústria: uma cidade e seu Tempo, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991, p.13

Até que o meu pai era trabalhador, ele trabalhava, só que o que ele ganhava ele bebia tudo. Quando ele recebia o salário ele já chegava em casa sem nada, e a gente vivia sempre dependendo de outras pessoas. Nós fomos para essa casa, mas ela tinha um valor a ser pago todo mês, era pouco, mas o que a minha mãe ganhava na roça era para a gente comer e não para pagar a casa, e o meu pai bebia muito e não pagava.

Aí nós ficamos um tempo e fomos despejados. Nessa casa eu lembro que teve muitas vezes que eu vi minha mãe sentada pedindo para Deus que caísse alguma coisa que a gente para comer e não tinha nada. Lembro-me que uma vez, ela estava sentada, pedindo para Deus – minha mãe é muito de oração, de reza -, e ela ali pedindo, e a gente esperando por que não tinha nada para comer. Aí não sei se foi por Deus ou sei lá, chegou uma vizinha batendo na porta dizendo que tinha uma canja, mas o pessoal não queria comer, ninguém queria comer, então ela tinha trazido para minha mãe dar para as crianças. Eu lembro muito bem dessa canja e não me esqueci desse dia, por que mal sabia ela que nesse dia a gente não tinha um grão de arroz para comer. Minha mãe agradeceu e levou para nós. Lembro-me dos pés do frango que tinham unhas - ela não tinha tirado a unha. Toda vez que eu falo da minha infância eu me lembro dessa época.

Quando veio a ação de despejo, a gente não tinha onde morar. Mudamos para um bairro chamado Matão, que era próximo de Campinas, numa casa que a prefeitura arrumou, era um barraco, tipo favela - eles pegaram as coisas da minha mãe e colocaram lá dentro. Naquela época, eles da prefeitura colocavam num barraco lá, quando eles queriam que desocupassem. E eu já estava na escola, já tinha quase oito anos quando fomos despejados.⁶⁷

Na periferia de Sumaré nunca morou muito tempo no mesmo lugar. O crescimento das periferias foi acompanhado pelo crescimento da pobreza. A criação dos Conjuntos Habitacionais (Cohab) em Sumaré, como forma de amenizar as demandas por casas populares, não atendia às necessidades da população que chegava. A política militar com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) na década de 1960, não atendia às demandas da população sumareense passou a registrar um crescimento demográfico vertiginoso, alcançando um índice de 400%, na década de 1970.

Maria junto com sua família chegou em meio à avalanche migratória e a família não conseguiu consolidar-se nos inúmeros bairros que residiram, sempre na dependência do auxílio do avô materno. A construção da Cohab trouxe a realização da casa própria, mas o pai que era trabalhador e alcoólatra, não conseguiu manter o pagamento das prestações.

A prefeitura se incumbiu da ação de despejo do imóvel e transferiu a família para a favela e seu pai mudou-se para Aparecida do Norte, onde ficou desaparecido por dez anos. A mãe de Maria não o acompanhou com medo do desamparo, pois neste momento o avô, avisou que não mais a acolheria se acaso retornasse,

⁶⁷ Maria Aparecida Renovato. Foi moradora da área II do Assentamento de Sumaré de 1990 a 2000, hoje é titular de lote da área III – Entrevista realizada no dia 06/10/2006

Naquele tempo, as pessoas falavam para minha mãe entregar a gente para o juiz. E ela respondia que não entregaria seus filhos para o juiz, éramos seus filhos, como poderia entregar.. Quando ela se viu sozinha ela falou “Não! São meus filhos.” Ela não imaginava entregar os filhos para o juiz de menor.⁶⁸

Maria narrou a fome e o sofrimento da mãe na periferia de Sumaré. Ela era a filha mais velha e assumiu as tarefas da mãe nos cuidados com os irmãos, quando o pai abandonou a família. Escola só frequentou o ensino primário, pois o ensino ginásial era coisa de rico como dizia a mãe. Se ela tivesse que comprar o material, com certeza Maria não teria frequentado a escola, já que na casa faltava até mesmo a comida.

A fome que Maria experimentará com sua família, era de longa data. Sobre a fome Josué de Castro escreveu, no ano de 1951, na *Geopolítica da Fome*:

A fome o Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portando, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para seus planos de aventura mercantil.⁶⁹

Nas periferias de Sumaré Maria não teve um pai provedor, pois sendo alcoólatra, gastava todo o salário antes de chegar a casa. Também não teve o afago da mãe, que se tornou amarga, diante das dificuldades de criar os filhos sozinha, realizando trabalhos informais, até mesmo na roça. Entretanto, uma coisa Maria conheceu muito cedo: o trabalho informal como doméstica, ainda com doze anos!

As aulas encerraram na sexta feira e na segunda-feira eu comecei a trabalhar numa casa de família, tinha doze anos. Minha mãe arrumou trabalho na casa de uma mulher, onde minha tia trabalhava de cozinheira. A mulher tinha duas crianças e estava precisando de uma baba. Eu tinha doze anos e ela me tratava assim: eu tinha que trabalhar, eu olhava as crianças e quando eles estavam dormindo ou estavam por ali, tinha que encerar o piso que era vermelhão e na sala taco. E ela tinha que ver o brilho, por que senão ela me batia, ela puxava o meu cabelo, a minha orelha, chamava a minha atenção e eu não falava nada. E a minha tia e minha madrinha, eu achava que ela tinha que me defender. Mas não, a mulher me humilhava, sabia que minha tia estava ali e não falava nada.⁷⁰

Um trabalho que nos lembrou a época da escravidão, sob a marca violenta dos pelourinhos, principalmente, quando vemos que Maria era negra. Por isso sua angústia

⁶⁸ Idem, op. cit.

⁶⁹ CASTRO, Josué, *Geografia da Fome*, 9ª.Edição, São Paulo:Editora Brasiliense, 1965, p 264

⁷⁰ Idem, op. cit.

de falar desse período da vida que lhe fez tão mal. Acontecimentos ruins guardados em sua memória, ao falar um pouco sobre o assunto, deixava essa fase para trás!

A miséria que a família de Maria havia vivido nas periferias de Sumaré não era exclusividade dela: foi compartilhada pelas mulheres migrantes que deixaram a roça, como dona Tereza, dona Cecília, dona Malvina, dona Ilídia, dona Edite, dona Iolanda. Marcadas pelo analfabetismo, elas se “encontraram” nas favelas. A experiência de morar na favela não foi exclusividade de Maria. Várias assentadas narraram essa experiência, como dona Edite que deixou o Paraná com marido e filhos:

Nós viemos para Hortolândia, que ainda não era emancipada era tudo Sumaré, moramos num lugar onde não era bem uma cidade, estava próxima da cidade, mas que eles chamavam de favela. Fomos morar numa casinha de dois cômodos que ele alugou: era de material, tinha chuveiro, tinha piso queimado. Depois a gente viu que pagar aluguel era só ir trabalhando, então compramos um barracinho no terreno da prefeitura, foi em Hortolândia. Era de madeirit, bem baixinho de um cômodo só: aí cozinhas, comia e dormia. O banheiro era pelo lado de fora, onde foi feito uma fossa e para tomar banho você fazia um cercadinho e tomava banho de bacia. Nesta época eu ainda não trabalhava e ele ainda trabalhava na firma e colocava o sustento dentro de casa.⁷¹

Segundo, levantamento sobre a urbanização, economia, finanças de Sumaré, Rovená Negreiros e Mariana P. Teixeira, afirmam que o município

Caracterizou-se historicamente por terras menos férteis e pouco produtivas. Ainda no período da economia cafeeira, sofreu a subdivisão de suas grandes fazendas, em pequenas propriedades, cuja integração econômica era favorecida pela proximidade da ferrovia e, mais tarde, da rodovia Anhanguera. Esse sistema viário e os menores preços da terra atraíram para a área indústrias demandadas pela região basicamente a partir dos anos 50.⁷²

A industrialização não conseguiu absorver toda a mão-de-obra que para ali afluiu. Dona Edite e dona Iolanda participaram desse processo de mudanças trabalhando como bóias frias, conforme relato de Iolanda:

Trabalhei um dia no corte da cana. Por que no corte da cana tem muita gente, o caminhão vai cheio, setenta pessoas. Quando você pega uma cana boa, você sabe que ali você vai dar rendimento. Mas já vem uma turma de lá para cá de encontro com você. Tem que ser boa no facão, por que senão não tira o dia, não paga o almoço. Você ganha por tarefa, e é por metro que eles pagam, eles medem a altura do monte de cana. Quando a cana está em pé tudo bem, mas tem época que está toda deitada e aí fica difícil, porque você corta o pé várias vezes, e se não

⁷¹ Idem, op. cit.

⁷² NEGREIROS, Rovená & TEIXEIRA, Marina Piason. “Município de Sumaré” In. A região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente, CANO, Wilson (Org.), Campinas: Editora Unicamp, 2002, p. 157

fizer nada você não ganha nada. É muita gente, nem dava tempo para você respirar tinha que ir direto para tirar pelo menos o almoço.

É um serviço bem duro, cortar cana! É tem muito carvão, você só vê o dente que é branco, por que fica bem escuro. E eu falei com a minha amiga, 'isso daqui não é para mim, vamos atrás de outro empreguinho, que isso daqui não é para mim mesmo!' E nunca fomos mais e voltamos para a colheita de café. Íamos de caminhão para o Joaquim Egidio Souzas, para a Capoeira Branca onde trabalhávamos num cafezal: plantar, carpir, adubar.

E o pessoal falava bóia fria, por que comíamos a comida fria. Tinha muitas mulheres. Eu fui durante muito tempo, cinco anos, onde levava os dois moleques mais velhos, que moram em Hortolândia e o que está em Campos Gerais. E eles que me ajudavam. Naquela época era cruzeiro e eu tirava - me lembro como hoje, dezessete cruzeiros. E eu ganhava mais quando os dois meninos me ajudavam

Saia de manhã cinco horas e chegava nove horas da noite. E nesse meio tempo o meu marido ficou desempregado, e eu tive que manter a casa e os filhos. Só que, as pessoas que trabalham de bóia fria eles já avisavam: "A safra está chegando, tal dia tem que te pegar". Já mandavam avisar adiantado. Nossa, quando a gente é nova tem toda a disposição, e eu era muito firme no trabalho. Eu levava meus dois filhos mais velhos comigo, que eles já me ajudavam - o de oito anos já me ajudava bem.⁷³

A passagem da década de 1970 para 1980 foi marcada pela carestia e as histórias de vida revelaram o ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho. Além de cuidarem da reprodução da família ainda se desdobraram para o trabalho fora de casa, como doméstica, costureira, bóia fria e outros tipos de trabalho que as leis trabalhistas não reconheciam como tal, uma vez que era temporário e isento da proteção legal, conforme o Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963.

Nas periferias da cidade, ao contrário da expectativa de elevação do padrão social, essas diferentes mulheres, marcadas pela cultura camponesa, encontraram semelhanças nas relações de trabalho: a presença do subemprego na década de 1970, conforme analisou Rosa Ester ,

O subemprego no Estado de São Paulo vem se apresentando de forma bastante grave, consequência também da implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, da migração nacional etc. Nas áreas urbanas o setor de serviços foi inchando, com um número cada vez maior de subempregados. Ao mesmo tempo, no setor primário cresceu a figura do volante, que é a forma mais característica de subemprego no campo⁷⁴

Foi nas entranhas desse processo tencionado pelos conflitos sócio-econômicos que assistimos a insurgência das mulheres entrevistadas, reinventando o espaço da

⁷³ Idem, op. cit.

⁷⁴ ROSSINI, E. R., op. cit, p. 235

cidade para ingressarem num movimento social que questionou a propriedade da terra, protestou contra as agruras da modernização e reivindicou a função social terra.

O retorno da luta pela terra veio em meio à resistência de vários movimentos sociais que iniciaram suas trajetórias, em fins da década de 1970, e se intensificaram ao longo da década de 1980, contexto do regime militar. Sobre isso escreveu Silvanir Miranda que analisou a infância, o trabalho e Direitos no Vale do Mucuri, Minas Gerais:

Com alta dose de expressões e significados, os movimentos sociais adentraram os anos 1980 com a marca dos ‘anos de resistência’ popular. Resistência que nasceu fora dos locais de trabalho, forjando um fluxo importante de mobilizações que aglutinou inúmeros e variados grupos excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico urbano e rural, denunciando ao mesmo tempo, o caráter do regime.⁷⁵

O método de luta de Cida, Ilídia, Tereza, Malvina, Cecília, Iolanda, Edite marcou a história dos movimentos de luta pela terra no Estado de São Paulo, pois elas foram acampar junto com seus maridos, quando não foram sozinhas, como dona Tereza, que com setenta e seis anos lembrou-se dos detalhes da primeira ocupação;

Entramos no dia dezessete de maio de 1985 e ocupamos uma terra que era divisa de Sumaré com Hortolândia no Padre Anchieta - tinha uma linha para cima que era Campinas e para baixo era Sumaré –, nós ocupamos terra em Sumaré. Eram três horas da tarde, num sol quente. Então, o povo de lá vinha olhar e diziam que as mães falavam que a gente era ladrão ou cigano, e eles vinham ver o que a gente estava fazendo.⁷⁶

As Comunidades de Eclesiais de Base tiveram um importante papel na mobilização dessas mulheres, conforme relato de dona Malvina:

A minha comadre Dita falou que estavam fazendo um grupo que era para pegar terra e eu falei, ‘*como pegar terra? Aonde que vai pegar terra? Não vai comprar?*’ E ela disse que não era comprar, era pegar terra mesmo, e eu respondi, ‘*Ai meu Deus do céu!*’.

Ia ser na avenida pertinho de casa era só dobrar a esquina e já estava no salão onde eles faziam as reuniões. Então, ela falou ‘*Vamos lá, acho que todo domingo tem reunião e a gente vai lá participar, a gente tem que participar*’. E eu respondi, ‘*Mas como a gente vai pegar terra sem ter nada?*’ E ela, ‘*ah, vamos lá se der pra gente ir a gente vai, se não der pelo menos a gente está assistindo o que eles estão falando, o que os outros estão falando*’.

Ali eu vi eles incentivando muito a gente, onde falavam ‘*não é porque não tem nada que não vai para terra, é por isso que tem que ir, porque na cidade*

⁷⁵ MIRANDA, Silvanir Marcelino, Infância, trabalho e Direitos no Vale do Mucuri- MG, Tese (Doutorado), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 176

⁷⁶ Idem, op. cit.

vai estar cada vez mais difícil, agora lutando, quem sabe Deus ajuda e quem sabe a gente arruma um lugarzinho que sossegue num lugar’. Então fui acompanhando essas reuniões⁷⁷

Foi na comunidade Nossa Senhora de Fátima, que dona Malvina viu “eles” incentivando muita gente, eram os seminaristas que estiveram envolvidos na luta pela terra. Através da comadre, ela foi informada da reunião que acontecia para organizar as famílias a conquistarem terra. Foi difícil compreender a transgressão da ordem, estabelecida pela cultura camponesa, por isso o espanto e a expressão “*Aí meu Deus do Céu!*”. Ingressar nas reuniões significou questionar as normas estabelecidas, o costume de que terra se comprava com dinheiro, por isso a pergunta, “*Mas como a gente vai pegar terra sem ter nada?*” Os seminaristas foram os agentes que responderam às dúvidas de dona Malvina, convencendo-a a entrar definitivamente na luta pela terra.

O pesquisador Vitor Barleta entrevistou Ângelo Perugini - ex-seminarista, que participou ativamente na formação da área II e hoje é prefeito de Hortolândia -, afirmou que na época eram quinze seminaristas naquela região. Os seminaristas, assumindo a luta pelos pobres, conforme a doutrina da Teologia da Libertação, envolveram-se na luta das famílias, com a fundação do Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima.

*Dona Malvina, na luta deste o bairro do Rosolén*⁷⁸

O salão serviu para que várias famílias encontrassem afinidades como desempregadas e expulsas da terra. Nos espaços cedidos pela Igreja, os moradores

⁷⁷ Idem, op. cit.

⁷⁸ Fotografia tirada pela autora em 2007 – Acervo Lei

desempregados, mobilizaram-se inicialmente em prol de uma horta comunitária e foram rapidamente adquirindo a consciência de que a situação era a realidade de muitas famílias: foram assimilando a identidade de que eram sem terra. Sobre esse processo Zilda Grícoli Iokoi escreve:

Foi nesse quadro pleno de contradições que em Sumaré, na região de Campinas, os sem-terra, apoiados pela Pastoral, ocuparam, em 1983, 135 hectares de terra. O grupo articulava-se com o movimento de Andradina e Araçatuba e recebia apoio da Diocese de Lins e do Inec (Instituto Noroestino de Educação e Cultura). Participaram dessa ocupação os sem Terra que trabalhavam como bóia-fria ou subempregados das periferias urbanas, especialmente trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, que tendo origem distante na atividade rural, resolveram voltar à terra e recuperar as condições de vida pela ocupação de uma área onde pudessem viver dignamente.⁷⁹

Os moradores do bairro Rosolén reuniram-se para a construção de um centro comunitário, que mobilizou muitas famílias a criarem uma horta. Estimulados pelas reuniões semanais, organizadas pelos coordenadores, foram rapidamente ampliando a consciência de que as situações experimentadas individualmente eram realidades de muitas famílias. Conforme a memória de dona Francisca, uma assentada que iniciou sua participação política na luta pela terra como coordenadora:

Foi na Comunidade Nossa Senhora de Fátima que eu trabalhava como coordenadora que surgiu a idéia de aglutinar as pessoas que estavam nessa mesma situação, para resolver a miséria. E o primeiro passo foi conseguimos um projeto da Alemanha - de uma Igreja Católica na Alemanha, que nos ajudou a montarmos uma horta comunitária, para podermos atender aquela necessidade das famílias da comunidade que estavam mais carentes.

Então, conseguimos uma área de terra e ganhamos um caminhão e um motor de irrigação para funcionar a horta, e contrataram as famílias que mais estavam precisando, para trabalharem na horta. Eles tinham o salário e levavam para casa também a verdura que produziam para ser consumido. Logo veio a necessidade de comercializar toda aquela verdura, porque era muita verdura, com isso foram criadas quitandas em vários bairros da cidade, e o caminhão fazia o transporte das verduras para as quitandas.

Mas não foi suficiente ainda continuaram muitas famílias passando por necessidades, a horta já estava sendo pequena e não dava para atender todo mundo, então surgiu a idéia de uma terra maior. E como coordenadora tinha o papel fundamental de incentivar, de esclarecer as famílias a se reunirem, a se entenderem e chegarem num objetivo comum para poderem ir para uma terra, por que cada pessoa, cada família pensa de uma forma, mas conquistar mais terra tinha que ter uma maioria compartilhando uma igualdade de pensamento para poder dar certo.

E o meu papel na comunidade foi muito esse de incentivar as famílias para a união, para a amizade para poderem ir em busca dessa terra. E foi quando

⁷⁹ IOKOI, Zilda M. Grícoli, *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*, São Paulo, HUCITEC, 199, p.106

aconteceu do primeiro grupo ocupar a terra que foi o Assentamento I, mas muitas famílias que estavam participando dos encontros, da preparação não foram nesse primeiro grupo, então ficou para a segunda turma que foi o assentamento II.⁸⁰

A participação da Igreja neste contexto de carestia foi fundamental. As Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) organizadas por padres e agente pastorais sensibilizados com a situação de miséria, apoiaram as famílias com material, espaço e estímulo à organização da comunidade na superação dos problemas oriundos da recessão econômica. A montagem de uma horta comunitária, em terrenos urbanos desocupados, foi a primeira alternativa encontrada, na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, pelos agentes religiosos para amenizar a fome que rondava para além do bairro Rosolén.

O nível de organização do grupo, em torno da horta, resultou no retorno financeiro, com a comercialização da produção que era vendida diretamente para as comunidades de bairros, para os mercados locais. Mas, logo a solução tornou-se precária diante de tantas carências. Os agentes pastorais ampliaram a ajuda, organizando compras comunitárias de produtos em atacado e os vendiam a preço de custo para os moradores necessitados. Todavia, os espaços da horta, das compras comunitárias tornaram-se ações pequenas e a ocupação de terras tornou-se necessidade, mas para isso havia necessidade de muita organização, como lembrou dona Francisca “ *...mas para conquistar mais terra tinha que ter uma maioria compartilhando uma igualdade de pensamento para poder dar certo.*”

Dona Francisca e outros agentes religiosos desempenharam atividade pastoral, incentivando as famílias a participarem das reuniões, estabelecendo laços de amizade e amenizando as diferenças, as individualidades. Cada família pensava de uma forma, mas para realizar a ocupação de terra tinha que ter coesão, unidade de pensamento, no questionamento da propriedade da terra.

Neste contexto não podemos minimizar a importância da Teologia da Libertação na opção pelos pobres, para o avanço dessas lutas. Conforme salientou Zilda Grícoli Iokoi;

Na década de 1980, com o documento de Itaici, a CNBB assumiu publicamente a defesa das lutas dos trabalhadores rurais que se realizavam nas mais distintas regiões e, mais especificamente, as que se referiam à posse de terra.

Pelo documento, a Igreja levantava inúmeras questões sobre as lutas pela terra, no país. O aspecto mais importante foi o que destacou as diferentes

⁸⁰ Idem, op. cit.

concepções sobre a propriedade da terra; assim ao diferenciar terra de exploração de terra de trabalho, a Igreja criou um campo ético no qual a sua ação passou a se desenvolver.⁸¹

As reuniões se constituíram em espaços pedagógicos para reflexões bíblicas, cuja orientação levava ao debate da conjuntura política e econômica do país – desemprego, o êxodo rural, a fome -, assuntos que despertaram ações. Num período de três anos, as experiências do grupo caminharam da horta para associação de moradores que reivindicaram água, luz, asfalto, ou seja, a infra-estrutura ausente nos bairros periféricos. As reivindicações possibilitaram o desenvolvimento de laços sociais e o grupo, paulatinamente, espelhado nas experiências oriundas das lutas no sul do país, passou a organizar-se como um movimento social, ampliando seus componentes.

Em novembro de 1983, apenas os homens por motivo de segurança, fizeram parte da primeira ocupação, na Usina Tamoio em Araraquara. Eles foram expulsos violentamente e deslocaram-se para o Horto Florestal de Araras (Floresta Loreto), também propriedade da FEPASA. Foram expulsos novamente, negociaram com o Estado, através do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) e em janeiro de 1984 instalaram-se na área que ocupam atualmente: do total de 855,2 ha do Horto Florestal de Sumaré, 237, 59 ha foram destinados à implantação do assentamento rural de Sumaré, área I.

A ação política do grupo realizou-se sob o governo de Franco Montoro (PMDB). Eleito em 1982, num momento de altos índices de desemprego, assim como de ascensão dos movimentos populares - feministas e sindicais que se organizavam no campo e na cidade reivindicando mudanças sociais -, abrindo a perspectiva para a consolidação de uma política de distribuição de terra com a criação de assentamentos rurais.

No ano de 1985, foram promulgadas as leis 4925 e 4957 como parte de um programa estadual de assentamentos rurais, devido ao aumento das ocupações no Estado. A legislação criada autorizava o governo a ações discriminatórias para um melhor aproveitamento de terras públicas no Estado de São Paulo. A aprovação das leis foi resultado da pressão exercida pelo Sem Terra, que se configurava como um movimento social, do qual participava dona Tereza, dona Edite, dona Malvina, dona Cecília, dona Francisca, dona Ilídia, dona Iolanda.

Em 1985, o grupo II dos sem terra de Sumaré iniciou a negociação com André Franco Montoro (PMDB), governador de São Paulo, no período de 1982 a 1986, o qual

⁸¹ Idem, Ibidem, p.104

tinha uma política de diálogo com movimento: era o início da negociação com a prática da ocupação em Hortos Florestais e a surpresa da irrupção do Movimento do Sem Terra de Sumaré. Contudo, a eleição de Orestes Quércia resultou em mudanças nas ações políticas do Estado com o movimento de luta pela terra.

Orestes Quércia sucessor de Franco Montoro pelo PMDB tinha iniciado a carreira política em Campinas. Em 1963 foi eleito vereador pelo Partido Libertador. Após a ditadura, filiou-se ao MDB e foi eleito prefeito da cidade de Campinas de 1969/72. Nas eleições de 1987 para o governo de São Paulo derrotou, Paulo Maluf e Antonio Ermírio de Moraes. Como homem do interior apareceu como defensor da agricultura e do homem do campo. Não obstante, era defensor da grande propriedade, tinha mentalidade empresarial e não via a ocupação e a agricultura familiar como rentável, no contexto do agronegócio que prosperava na região de Campinas.

Orestes Quércia continuou as negociações com o grupo II que pressionava para a desocupação das terras da usina Santa Bárbara, mas sua ação política tornou-se mais agressiva, pois visava impedir a proliferação de novos grupos, já que a institucionalização dos assentamentos resultava na proliferação de novos grupos. A prosperidade do movimento dos Sem Terra de Sumaré era um perigo diante da possibilidade de alastramento da luta pela terra pelo Estado afora, como de fato aconteceu, já que ele não era apenas de Sumaré. Ele veio do Sul e espalhou-se por diversos Estados do país.

Após dois anos em acampamento, o grupo II conseguiu a terra definitiva no Horto Florestal de Sumaré, mesmo local onde estava assentado grupo I de Sumaré. A imagem abaixo revela-nos a extensão do movimento, que, em 1988, ainda reivindicava terra, no centro da cidade de Campinas.

Grupo IV de Sumaré⁸²

O monumento construído em homenagem ao Bispo Dom João Nery, que no início do século XX combateu a epidemia de varíola em Campinas, serviu como espaço de protesto para os Sem Terras da região, que se aglutinaram no centro da cidade evidenciando para os transeuntes, que existam direitos sociais a serem conquistados, como o trabalho na terra.

Os Sem Terra reinventaram o uso da cidade! O monumento foi escolhido pelos manifestantes, pela localização privilegiada no centro da cidade de Campinas, para divulgarem a luta pela terra. Aproveitaram dos degraus do monumento para aliviarem o cansaço da luta, usando o braço firme da mãe para fixarem a bandeira do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra até o fim do protesto.

⁸²Fotografia tirada por Bernardo Mançano Fernandes, Manifestação pública, Campinas-SP, 1988. In: , MST: Formação e Territorialização em São Paulo. 2a. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 252

4 – O acampamento: um vetor de forças na reordenação da vida familiar das mulheres assentadas

“Aqui vou ditar o começo de uma história de uma mulher que a esperança é a última que morre. Eu me chamo Tereza Correia de Melo. Tenho 57 anos. Eu morava no Rosolén....
Eu tomei essa decisão...
Passa fome e frio com Deus no meu coração.
Não podia contá pra ninguém porque ninguém me dá atenção.
Eu inventei de fazer uma mudança por um lugar que se chamava Matão,
Quando nós lá piorou a situação,
Meu filho ficou desempregado, foi mandado embora pelo patrão...
Foi mandado embora sem direito a nada porque não era registrado, porque o patrão disse que ele não tinha direito não....
Ele pagava aluguel... Já maltratou meu coração.
Eu tenho doze filhos mas nenhum podia me dar a mão,
Eu tomei uma atitude e também a solução...
Participar de uma terra e também de uma reunião,
Para ver se gente plantava arroz e feijão,
Para matar a fome dos meus filhos que eu tinha compaixão,
Meus filhos acorda no meu (meio?) coração,
Eu ia para o Rosolén de pé lá do Matão,
Com meu pezinho no chão,
Eu ia com fé em Deus e Jesus no coração,
Sabendo que lá em casa estava faltando arroz e feijão,
E também um pedacinho de pão,
Eu largava os meus filhos, pareciam que estavam abandonados, mas não era isso não...
Eu estava procurando uma solução para a gente matar a fome dos meus filhos e também do nosso irmão,
Depois nós conseguimos as terras e no dia 17 de Maio nós colocamos o pé nesse terraço...
Nós já conseguimos este boato,
De entrar neste mato...
Nós entramos aqui às 3:00 da tarde às 7:00 nós estávamos acabando de entrar no chão,
Não tinha comida e bebida, por isso nós tomamos esta decisão,
Nós acendemos fogo em cima dos torrão...
Para ver se a gente esquentava água pra ver se chegava feijão...
Quando foi 11:00 da noite nós vimos aquele claridão,
A gente se levantamos e fomos encontrar...
E encontramos o Ivan Costa e com cinco polícia na mão.
Nós ficamos todos assustados mas nós não estava sozinho, nós estava com Deus no coração...
Quando foi 01:00 da manhã a Cida foi por orelhão telefonar para Estevo e João.
Daquele dia em diante ninguém tinha solução,
Uns falavam que a gente ia ficar, outros falavam que não...
Então com muita fé e coragem e muita gente sofrendo do coração,
E a gente ia passando frio e dormindo pelo chão....
E não tinha sossego para almoçar, todo dia tinha muita agressão...
Pela polícia do Ivan Costa que não tinha coração...
Da terra que Deus deixou a escritura nem pra Maria e nem pro João...
O Ivan Costa que expulsa os pobres que esta lutando por um pedacinho de pão,
Nós lutamos com fé no coração,
Eu pensava que não agüentava resistir o batalhão,

*Quando 10:00 horas do dia começou a chegar a solução,
 Que a liminar estava pronta para derrubar tudo no chão,
 Começou a juntar nossos irmãos,
 Nosso grupo de apoio para nos dar a mão,
 Quando três horas da tarde só a gente rezava e chorava e pedia a
 Jesus que a polícia tivesse dó e não derrubasse nosso barracão,
 Eles começavam a chegar, fazendo toda a agressão,
 Quatro caminhão do pelotão de choque, a gente pensou que não ia
 resistir não,
 A gente mostrou dois velhos doentes com problema do coração,
 Eles não resolveram nada, somente disseram que não...
 Queriam tirar nós com toda judiação,
 Juntou eu e minha netinha e os meus dois filhos, rezando e pedindo
 a Jesus no meu coração,
 Todo mundo rezava e pedia a Jesus a proteção,
 Que nós agüentasse com fé no coração,
 Cantava hino e tocava violão
 E as polícias não obedeciam, nem o capitão,
 Então tinha duas ou três pessoas fazendo a negociação, Esperando
 a resposta que nunca mais chegava não,
 E começava a desmanchar os barracos, Só na policia... uma gente
 que ninguém gostava não.
 Então nós enfrentou com fé e coragem no coração...
 E a gente gritando e chorando pedia ao Sagrado Coração...
 Um falava faz a janta,
 Outros falava não...
 Eu tenho problema de cabeça, agüentei até que pensava não,
 Eu chorei e rezei, dei entrevistas e pedindo a Deus proteção...
 Eu ganhei uma vitória que eu não estava a tempo de perder,
 Meus filhos por falta de emprego,
 Agora ganhei os meus filhos de volta pertinho do meu coração...
 Eu peço a Jesus pela nossa união,
 Peço com fé e esperança pelos outros irmãos,
 Para eles conseguirem as outras terras para defender o pão...
 Que é o grupo 3 do meu coração...”⁸³*

A opção de começarmos o capítulo com o poema, colocado na íntegra, se deve a tentativa de compreender a memória das mulheres assentadas que no ano de 1985, viveram a luta no acampamento. O poema, assim como as histórias de vida das assentadas, ressaltou a passagem pelo acampamento como um momento de tensão na disputa pela terra e pelos direitos sociais que a luta incluía.

Em pleno processo de luta, dona Tereza compôs o poema como meio de divulgar a situação de carência que estava vivendo. Era analfabeta, elaborou as rimas na cabeça e ditou-as para filha Margarete, registrá-lo. Seu objetivo era ampliar a legitimidade do movimento para a continuidade da luta. Enquanto as lideranças e mediadores negociavam com o Estado na perspectiva da conquista de terras públicas ociosas, dona Tereza narrou seu sofrimento, antes de ingressar na luta da terra.

⁸³ Poesia de Tereza Corei de Melo quando escreveu a poesia tinha 57 anos. Em 2007 durante a realização da pesquisa completou 77 anos.

Dona Tereza moradora do lote 10⁸⁴

É importante ressaltar que a comunicação através da poesia constituiu-se numa ação comum dos movimentos sociais na luta pela terra, principalmente nos encontros das mulheres. Dona Tereza por meio de uma linguagem direta e sem metáforas expressou a experiência, antes e depois do ingresso no movimento. Sua narrativa iniciada com a descrição da pobreza na periferia de Sumaré contrastava com a libertação anunciada no ingresso na luta pela terra. A partir da poesia, os Sem Terra de Sumaré II também fizeram política. O texto foi publicado em vários locais: panfletos, jornais e teses. Dona Tereza ainda faz política com o poema tanto que nos trouxe uma cópia por considerá-lo a história de sua vida.

As dificuldades vividas e a coragem de assumi-la diante de todos, deu ao grupo um forte símbolo identificador, um modelo de sujeito coletivo. Eles eram Sem Terra de Sumaré e tinham vivido situações semelhantes, algumas com mais durezas, como dona Tereza que tinha o filho e o marido alcoólatra, outras com menos, mas todas lutaram pela terra como meio de fazer justiça diante dos desmazelos do governo perante aos camponeses. No processo de luta compreenderam que terra não se ganhava, terra se conquistava.

O acampamento estava marcado na memória das mulheres que participaram da luta desde o início. Ele era um divisor de águas, entre a legalidade de viver na miséria ou partir para um movimento político, considerado ilegal pelo poder judiciário e pela

⁸⁴ Fotografia tirada pela autora, em 2007– Acervo Lei

sociedade de modo geral. Também para a cultura camponesa, ocupar era um ato transgressivo, contudo a terra de trabalho estava acima dos valores do mercado, conforme haviam aprendido nas leituras sagrada da escritura, justificando tais atos. Através da poesia, dona Tereza transmitiu o sentimento da opressão social, na qual o papel da polícia era ostensivo, e o diretor do patrimônio da FEPASA - Ivan Costa -, tornava-se delegado nas rimas de dona Tereza.

O acampamento representou uma situação de precariedade, na qual as mulheres participaram, desafiando a ordem estabelecida e saltando sobre as leis. Momento de profundas rupturas com os valores tradicionais experimentados por mulheres, crianças, idosos e homens que viveram embaixo dos barracos de lona preta, como um grande ‘espetáculo’ na década de 1980, quando mostraram para a sociedade a pobreza em que estavam sendo incluídos, nas periferias da região de Campinas - Nova Aparecida, Bairro do Matão, Hortolândia, Nova Veneza, Cosmópolis, etc.

No acampamento ocorreram mudanças nos valores tradicionais, quando condutas e lealdades foram questionadas. O latifúndio, o Estado, a polícia, foram descortinados no processo da ocupação, vistos como mandatários das injustiças sociais. Uma nova rede de solidariedade se firmava, para além da família, da religião e do partido político: o acampamento foi o um encontro ecumênico dos desconhecidos sociais, onde se conhecia um ou outro, mas a grande maioria era desconhecida.

O acampamento apareceu com lugar de destaque tanto no poema, como nas histórias de vida. As mulheres quase sempre começaram suas narrativas a partir do ingresso na luta pela terra. Suas memórias estavam intrinsecamente ligadas à história do bairro do Rosolén, quando iniciaram a participação no Movimento Sem Terra de Sumaré, no início dos anos de 1980. Parecia-nos que haviam nascido junto com a luta da terra, como se aquele momento representasse o início da suas vidas, por isso a necessidade de eternizá-lo na memória, ele era o indício de um novo modo de viver socialmente.

Dona Tereza vivenciou o acampamento em sua íntegra. Deixou a casa e os filhos no Bairro do Matão e ingressou na luta, sozinha. Não se esqueceu de enfatizá-lo na sua história de vida: ele representava um marco no longo processo de expropriação e proletarianização que havia experimentado desde a infância. Nasceu e casou-se em Minas Gerais. Mudou-se para o Paraná, depois seguiu junto com a família para tentar a sorte no município de Vera Cruz, no Estado de São Paulo. Retornou ao Paraná e mais uma vez retornou para São Paulo, para viver nas periferias de Sumaré - bairro do Rosolén -,

onde o marido havia se instalado em busca da sobrevivência, como trabalhador assalariado urbano.

A falta de qualificação profissional do marido dificultou sua inserção no mercado de trabalho. Como servente de pedreiro, viveu a instabilidade da profissão - pouco dinheiro e o alcoolismo como forma de 'amenizar' as durezas da vida. Mudou-se para o bairro do Matão e a situação piorou com o desemprego do filho, que também, caminhou para o alcoolismo tendo se envolvido com outras drogas.

A alternativa que lhe restou foi participar das reuniões na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, trajeto que fazia a pé até o bairro do Rosolén, pois lhe faltava dinheiro para o ônibus. Ela era a continuidade da luta do grupo I de Sumaré. Sobre sua participação narrou:

Caminhava quinze quilômetros para chegar nessa reunião a pé – tinha dia que começava às oito horas e terminava às onze horas da noite, mas só que eu tinha que olhar o povo falar e eu via era os vaga-lumes de fogo com o estômago vazio, não tinha nada para comer, saía de casa de jejum sem nada para comer, eu tinha cinquenta anos.

E no dia de ocupar a terra eu nem fui à reunião, por que era no Matão que eu morava, tinha que tomar ônibus ou ir a pé por dentro e sair lá em Hortolândia. Então uma pessoa perguntou para mim por que não tinha ido à reunião e avisou que eles iriam ocupar a terra no dia seguinte. No outro dia emprestei o dinheiro da vizinha - na época acho que era um real, tomei o ônibus e me mandei para lá. Deixei os meninos todos para lá, mas não estava abandonando, estava era caçando uma solução para tratar deles.

Ceguei lá estavam todos arrumando o caminhão, contei a minha situação para a finada Cida, o Ângelo que hoje é prefeito de Hortolândia, contei como estava em casa, a situação do meu marido que podia ser morto na rua por um bandido, por que ele chegava todo dia bêbado, ele trabalhava de servente, comprava aquelas coisinhas e não tinha mais nada em casa, e também o meu filho que estava no mundo das drogas, estava bebendo, estava aquela coisa horrível. E eu participei da reunião, pensei que fosse num lugar bem longe, lá no fim do mundo, para ninguém mais saber onde eu estava, de tão desesperada que estava de ver a casa sem nada⁸⁵

A importância da participação nas reuniões fazia dona Tereza superar os obstáculos, como a distância, a fome, a falta de dinheiro e o sexismo. A assiduidade na luta era um critério importante para selecionar aqueles que receberiam a terra, uma vez que quase sempre a área conquistada era insuficiente para todas as famílias. Assim, ela procurava estar sempre presente, mesmo com o estômago vazio e vendo os vaga-lumes, compreendia que a mobilização coletiva era alternativa para a superar as privações que atravessava.

⁸⁵ Idem, op.cit.

Dona Tereza tinha consciência que estava deixando a família para participar da política e não indo atrás de homem, como afirmava o marido, que permanecia reproduzindo os papéis sociais que confinaram as mulheres ao espaço privado, como objeto do lar e reservaram o espaço público das ruas aos homens e às mulheres faladas.

Hoje dona Tereza sabia que sua luta foi vitoriosa, mas na época não tinha certeza, pois quando ocupou a terra ela queria se livrar do sufoco que estava vivendo com o filho “*em tempo de morrer na bala*”, no bairro do Matão. A família não compreendia o drama de ver a casa sem nada e seu ingresso na luta pela terra, “*Não podia contá pra ninguém porque ninguém me dava atenção*”.

Os filhos casados a chamaram de louca quando partiu para o acampamento no meio do mato, mesmo sob as ameaças do marido. Deixou os filhos em casa sabendo que não os havia abandonado, mas buscava uma solução para a continuidade da família, cuja sobrevivência estava ameaçada pela fome e violência, características das periferias urbanas, desamparadas pelo poder público.

A carência econômica não foi o único determinante para a mobilização do grupo. O papel desempenhado pelas lideranças foi primordial para que dona Tereza se reconhecesse como sujeito de uma história que não era somente dela, mas da maioria que ingressava no movimento. Luiz Carlos Tarelho enfatiza a formação da identidade de *Sem Terra*:

É preciso ressaltar que essa consciência de que não lhes restava muita alternativa senão a de lutar pelo direito de acesso a terra – adquirida com vivência de uma situação de exclusão social, situação essa marcada sobretudo pelo desemprego, pela miséria e pela privação – ganhou de fato consistência e ressonância quando os trabalhadores começaram a discutir os seus problemas no interior de um espaço, mediatizado por uma linguagem, que permitiu dar sentido e fundamentação a essa consciência e transformá-la num saber coletivo. Espaço esse criado pelas Comunidades de Base e atravessado por um discurso crítico em relação ao discurso despolitizante dominante, que ajudou os trabalhadores a se reconhecerem mutuamente como sujeitos de um empreendimento coletivo.⁸⁶

Dona Tereza foi exemplo da radicalidade na primeira fase do acampamento - (Avenida Dom Agnello Rossi). Após a montagem dos barracos de lona, tornou-se uma das cozinheiras responsável pelo funcionamento da cozinha coletiva, que funcionou com fogão improvisado ‘*em cima dos torrão*’ de terra. A espera pelo alimento que

⁸⁶ TARELHO, Luiz Carlos *Da Consciência dos Direitos à identidade social: os Sem Terra de Sumaré*. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social –PUC/SP, 1988, p32

chegava e sua partilha tornou-se um elo que assegurava a coesão do grupo. Conforme recordações de dona Cecília;

No domingo à noite quando fui embora, já tinha chegado muita compra, muita doação. Então a Cida já estava dividindo aquela doação para o pessoal levar, para as famílias que estavam para trás. Eu falei para o meu marido dizer que não desse para mim, era para ela repartir para todo mundo, por que ainda a gente tinha, não tinha grandes coisas, mas ainda tinha gente empregada e fazia uma compra.

Mas ela dividiu tudo e falou para pegar a minha parte, e eu perguntei se não ficou ninguém em falta e ela respondeu que não, que todos tinham levado bastante e assim eu peguei - macarrão, óleo e fui embora com aqueles negócios.

Foi aí que eu fui entender como era o negócio: ganhava, dividia. Eu vi quando um senhor falou assim para ela *‘Nem que eu não jante aqui, mas o que eu tiver para jantar você separa que eu levo para comer em casa, por que em casa não tem comida’*. Eu fiquei com uma dor no peito, com um dó, por que pensava *‘puxa lá em casa não chegou neste ponto ainda’*.⁸⁷

Cida ocupava no acampamento o papel de liderança diante das instituições presentes na luta (Cebs, Sindicatos, Universidades, partidos) e os demais acampados. Tornou-se responsável pela divisão de todas as doações que chegavam ao almoxarifado. Uma divisão sempre justa, pautada por valores diferentes da sociedade de um modo geral, solidariedade era a palavra de ordem.

A comunidade se consolidava com os fundamentos da Igreja Católica, que questionou o valor social da terra e Cida, paulatinamente, ensinava *“como era o negócio: ganhava, dividia”*. Foi na Cebs que ela conheceu Maria José de Souza Lopes – a Zeza -, que era uma ativista do movimento popular das mulheres da periferia de Campinas. Assim descreveu Zeza o encontro com as mulheres acampadas;

Existiu uma identidade na medida em que esse assentamento também surgiu a partir de uma movimentação de Cebs, então já existia uma plena identidade e uma confiança para que eu pudesse estar dentro do assentamento e ser legitimada pelo grupo. O meu papel era um pouco de ser essa ponte entre os movimentos e o acampamento.

O cotidiano do acampamento era marcado pela instabilidade, começando pelas paredes que eram de plástico e o chão de terra, aonde *‘a gente ia passando frio e dormindo pelo chão’*, além da presença ostensiva da polícia. Diante desse quadro, a construção da cozinha tinha significado estratégico para a sobrevivência do grupo, conforme Eliane Sebeika salientou:

⁸⁷ Idem, op. cit.

A cozinha de um acampamento é um ponto estratégico de manutenção do grupo. Além do horário de refeição ser um momento sempre significativo para qualquer grupo humano, e não diferente para este, o alimento enquanto regularidade (certeza, conforto, satisfação de necessidades primárias e básicas) e enquanto interrupção das atividades que renova ânimos, reforça laços do grupo, possibilita a reflexão sobre as estratégias e troca de opinião e impressões.⁸⁸

Nesta fase, a participação das mulheres na cozinha foi de suma importância para a luta e não podia ser considerada tarefa de menor relevância, quando comparada com a participação de comissões, como a *frente de massa* - tarefa assumida pelos acampados com maior destaque na organização dos Sem Terra de Sumaré. A comida que enchia os almoxarifados, depois as panelas, era de vital importância para o grupo que se reconhecía.

O trabalho na cozinha não podia ser considerado como atividade sem importância política, por que não rompia os limites dos papéis reservados às mulheres. A maioria das mulheres entrevistadas assumiu a luta, enquanto companheiras, através das panelas. Fazendo política através da cozinha, bem aos moldes da cultura camponesa, o lugar mais íntimo da família. Ao redor da mesa se faziam grandes articulações.

No acampamento existia um forte embrião organizativo, cujas comissões se reuniam, decidiam e encaminhavam soluções para todos os problemas vividos pela comunidade – saúde, negociação, alimentação, etc. O funcionamento de todas elas resultava na vitalidade do grupo que, paulatinamente, adquiria a consciência das injustiças que viviam nas periferias da cidade com o desemprego, a falta de moradia, as doenças, a violência e tráfico de drogas.

Tanto a participação de Cida como de dona Tereza foram primordiais para a manutenção dos acampados, na medida em que a negociação não foi rápida como ocorreu com o primeiro grupo. A formação do grupo II destacou-se no final do governo Montoro – em fevereiro de 1984 -, quando as famílias continuaram freqüentando as reuniões no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima para conquistarem terra como o primeiro grupo. O movimento já contava com a vitória do grupo I assentados no Horto Florestal de Sumaré. Muitos não foram contemplados na área I, outros eram parentes, vizinhos ou conheciam a luta do grupo, como dona Ilídia que tinha a irmã assentada.

⁸⁸ RAPCHAN. E.S. De identidades e pessoas; um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré. São Paulo. (Dissertação de Mestrado na Antropologia) FFLCH –USP, 50-51

As famílias prepararam-se durante um ano cobrando do secretário de agricultura do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) uma área para a criação de outro assentamento em terras públicas. Em janeiro de 1985 o IAF propôs aos trabalhadores que localizassem uma área no município. Dia 15 de maio as lideranças propuseram uma área da FEPASA (Ferrovia Paulista Sociedade Anônima) no Horto Boa Vista, que estava abandonada há cinquenta anos, mas a empresa alegou a existência do projeto de construir um terminal graneleiro no local. Depois de muitas reuniões com as autoridades governamentais, sem definições, o grupo decidiu acampar na área pretendida.

No mesmo dia, às 23:00 horas, os acampados receberam a visita do Ivan Costa - diretor do patrimônio da FEPASA -, acompanhado de policiais armados. As autoridades não reconheceram o acordo firmado, acusando-os de invasores de terra. Segundo memória de dona Tereza,

E nós estávamos bem dizer só com as crianças, tinha só três homens lá, e estava cheio de mulher e criança, por que os homens foram levar os caminhões de volta, outros não quiseram dormir no chão, no mato, e nós que mais precisávamos ficamos lá. Aí chegou a polícia e nós fomos atender eles que começaram a falar, a falar e a falar que era para a gente sair, que não sei o que, que dava emprego, por que tinha muito emprego na cidade...

E a gente falava assim, *‘Mas a gente caçou emprego até agora e não achou e como é que agora vai ter um emprego?’* E eles falavam *“Tem muito emprego na cidade”* e a mulherada falava, *‘Mas a gente não sabe nem estender um lençol na cama, a gente não sabe fazer nada’* Nessa hora, eles falavam, *‘a gente leva os homens para cortarem eucalipto pra Fepasa.’* Falavam *aquele monte de coisa.*⁸⁹

A tensão aumentou, mas a presença de apenas três homens não resultou no recuo das mulheres na luta, pelo contrário, elas foram atendê-los e ouviram o discurso que as enquadravam como contraventoras. A ordem estabelecida considerava a ocupação como um ato ilegal e uma violência contra a propriedade privada. Todavia, elas tinham a certeza do apoio de Deus, na medida em que acreditavam que *‘Deus não deixou a escritura nem pra Maria e nem pro João’*, por isso ironizavam a oferta de trabalho que diziam ter na cidade para as famílias, respondendo, *“mas a gente não sabe nem estender um lençol na cama, a gente não sabe fazer nada”*, Mostraram que a resistência feminina percorria as fronteiras estabelecidas, com muita malícia, procurando as brechas do possível, conforme salientou Nestor Canclini na obra *“Culturas Híbridas”*,

Em toda fronteira há arames rígidos e arames caídos. As ações exemplares, os subterfúgios culturais, os ritos são maneiras de transpor os limites

⁸⁹ Idem, op. cit.

por onde é possível. Penso nas astúcias dos migrantes clandestinos nos Estados Unidos; na rebeldia paródica dos grafites colombianos e argentinos. Lembro-me das Mães da Plaza de Mayo dando voltas todas as quintas-feiras em uma ritualidade cíclica, com as fotos de seus filhos desaparecidos como ícones, até conseguirem, depois de anos, que alguns dos culpados sejam condenados a prisão.”⁹⁰

Elas sabiam trabalhar. Era o que mais tinham feito em suas vidas, mas ironizavam a proposta de trabalho dizendo que não sabiam fazer nada. Na estratégia de negociação usaram a ironia para dissimular o perigo da situação, quando recusaram as ofertas feitas pelo governo do Estado de São Paulo, cujo propósito era desmobilizar o grupo. Também, elas tinham consciência de que o trabalho que as autoridades ofereciam era na verdade subemprego, desprovido das leis trabalhistas. Isso elas já tinham deixado para trás, quando dona Edite abandonou o trabalho de doméstica e dona Iolanda deixou o trabalho de bóia fria para ingressarem na luta pela terra.

Sobre o primeiro confronto com a polícia Maria Aparecida de Jesus Segura relatou num vídeo produzido pela extensão Universitária da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Unicamp em 1995,

Uma coisa que eu guardo no fundo do meu coração. Aquelas pessoas que lutavam por um pedaço de terra. Estava ali minha mãe o tempo todo me dando força, me dizendo, *‘filha você tem que dar continuidade, a lutar por um pedaço de terra, no lugar do seu pai, pelos seus irmãos, por nós, vamos juntos.’* Na primeira vez que tinha enfrentado a polícia, no momento foi um momento de choque muito grande por que aquilo ali era mato, do lado era mato e nossos barracos estavam lá. E nesse momento a gente se sentiu como... ou a gente se une, a gente se une aqui e agora na busca dessa terra ou vamos ser arrancadas agora.

Nesse momento foi como se batesse um estalo na cabeça de todas as mulheres e todas gritaram numa voz só, *‘essa terra é nossa, nós negociamos mais de um ano com o governo e aqui nós vamos plantar, é aqui que nós vamos plantar e sustentar os nossos filhos’*. E eles diziam, *‘não por que você tem que sair por que aqui tem aranha, tem escorpião, onde se viu, você não tem responsabilidade por essas crianças não?’* e nós falamos, *‘nós temos responsabilidade, só que nossos filhos já estavam perdidos, muitas vezes bateu na porta de você pedindo emprego e não tinha emprego, e nós queremos um pedaço de terra pra trabalhar e pra viver com nossos filhos. E daqui nós não vamos sair.’*

Daí nesse momento a polícia foi rodeando nós, cercando nós mulheres, porque na hora a maioria dos homens que estavam sumiram, porque foi o primeiro confronto mesmo, e eles ficaram preocupados. Então, na hora só ficou mesmo as mulheres e as crianças.⁹¹

⁹⁰ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*, 4 ed., São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.349.

⁹¹ Depoimento de Maria Aparecida de Jesus Segura. Apud, Documentário *Trabalhadora Rural: uma mulher de conquista*. Campinas, 1995, Extensão Rural/Feagri/Unicamp, Direção: Kellen Junqueira. Acervo Unicamp

A certeza de que tinham tomando a atitude correta, advinha da situação de carência que seus filhos estavam expostos, pois, estar na favela, em meio ao tráfico de drogas, não era opção melhor. Elas lutavam pelo direito à vida dos filhos que já estava ameaçada pelos perigos presentes nas periferias das cidades. O enfrentamento com a polícia havia despertado a consciência que estavam na luta pela terra para salvá-los, e tinha que ser naquele momento. Se recuassem no primeiro despejo, não mostrariam coesão do grupo e, conseqüentemente, não afrontariam o Estado.

Elas não recuaram diante do cerco da polícia, que acontecia no meio do mato. Ali poderia acontecer qualquer coisa, mas preferiram ver o desfecho da luta e não saíram, conforme intimidava a voz da administração da Fepasa, que as acusava de serem mães imprudentes, que deixavam os filhos às mercês dos perigos, numa ocupação no meio do mato. Segundo Cida, os poucos homens que estavam ali saíram do confronto, deixando as mulheres sozinhas, *‘porque ficaram preocupados: com eles a conversa seria noutro tom.*

O acampamento de Sumaré II tornou-se referência de organização no Estado de São Paulo, uma vez que confirmaram o recuo da violência policial na presença de mulheres. A partir de então, fizeram manifestações levando seus filhos: dona Ilídia *‘arrumava a mala dos filhos e ia com eles até o INCRA’*. Na itinerância da luta pela terra, as mulheres foram improvisando a participação e o teatro apareceu como recurso, para divulgarem o Sem Terra de Sumaré.

*Missa realizada no Acampamento Padre Anchieta*⁹²

⁹² Autor desconhecido ano de 1985/86- Acervo Pró Memória Sumaré

A miséria, acrescida pelo fomento da discussão política impulsionada pelos mediadores (Cebs, sindicatos, MST), resultou na decisão da ocupação de terra. A leitura do livro do Êxodo suscitou comparações entre a realidade vivida pela comunidade e a saga dos Hebreus contra a tirania dos Faraós, no Egito, e exemplo de luta para os acampados, como se lê nas palavras de Cida: *“Através da Bíblia, a gente descobriu que a terra era nossa – que a terra foi Deus que nos deu – e que não era justo a gente morrer de fome enquanto a terra está concentrada nas mãos de poucos”*⁹³

A bíblia despertou a consciência da injustiça dos latifúndios, a defesa da terra de trabalho para garantir o sustento das famílias. Os preceitos da Teologia da Libertação disseminavam mudanças na estruturas sociais à favor dos pobres. A união entre religião e política foi suporte para a atuação de Maria Aparecida Segura: que iniciou sua trajetória política no convento 'Congregação das Irmãs Franciscanas do Coração de Maria'. Segundo sua família, não se calava diante das injustiças, tanto que no trabalho de catequese preferiu ensinar aos moradores da favela ao invés dos ricos que eram vizinhos do convento. Seu comportamento resultou em problemas dentro do convento perante as hierarquias religiosas ao fazer a opção pelos pobres.

Enquanto permaneceu no seminário, sua família enfrentava dificuldades no bairro do Rosolén, por isso seu pai resolveu participar das reuniões realizadas na comunidade Nossa Senhora de Fátima, mas antes de realizar a ocupação foi atropelado e morreu. Foi aí que Cida assumiu a luta do pai, dedicando-se na organização dos sem terra de Sumaré para a luta da terra.

Naquele momento, Cida fundiu com o coletivo. Lutava pelo leite das crianças e pelo sustento das famílias. Por isso, batia nas portas das Igrejas, das escolas, dos sindicatos recolhendo alimentos, roupas e remédios que distribuía para os acampados. Também negociava com os representantes do governo, compondo a frente de luta junto com os homens, saindo pela cidade em busca da adesão da comunidade religiosa, civil e política para subsidiarem a luta pela terra. Ela era uma *‘corajuda’* nas palavras de dona Tereza, ou nas recordações de dona Iolanda:

A Cida eu a conheci dentro do acampamento. Quando eu vim para o acampamento era difícil ver a Cida, era mais pra lá, negociando, atrás das comunidades, para não faltar alimento para o povo que estava ali acampado e o leite pras crianças, então a gente quase não via. Se ela chegava para almoçar eram

⁹³ Depoimento de Maria Aparecida de Jesus. Apud, TARELHO, Luiz Carlos Da Consciência dos Direitos à identidade social: os Sem Terra de Sumaré. São Paulo, Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – PUC/SP, 1988, p137

duas colheradas de comida e se tivesse pão comia, e já estava saindo a Cida. Então era assim, tinha a família dela que morava lá também, e às vezes tinha mês que ela só chegava na porta, para ver como a mãe estava, o negócio dela era o povo.⁹⁴

Rapidamente tornou-se liderança no acampamento, impulsionando o processo de organização do movimento no Estado de São Paulo, e articulando a conexão entre acampados e os mediadores da luta pela terra – Igreja, MST, sindicato -, propiciando a coesão do grupo. Dona Tereza quando chegou ao acampamento narrou para Cida as dificuldades que vivia - marido alcoólatra, filho envolvido com drogas, desemprego, fome. Na composição do poema, Cida apareceu na narrativa do primeiro despejo, *‘Nós ficamos todos assustados mas nós não estava sozinho, nós estava com Deus no coração... Quando foi 01:00 da manhã a Cida foi pro orelhão telefonar para Estevo e João.’*

A crença em Deus e a presença de Cida davam conforto ao coração de dona Tereza, pois sabia que não estava sozinha: estava inserida em um movimento que se articulava e Cida foi assumindo o papel de líder da luta coletiva, tomando à frente da organização, sem esperar o dia clarear, estava no orelhão com Estevo e João - moradores do assentamento I, buscando ajuda na ocupação.

Depois de quatro dias de ocupação, chegou o mandato de reintegração de posse e o pelotão de choque da polícia militar encarregado de realizar o despejo. A grande dúvida de dona Tereza naquele momento foi se cozinhar ou não. Pergunta que foi respondida pela truculência policial, que logo quebrou o fogão.

A política de conciliação proposta pelo Governador André Franco Montoro foi se esgarçando, conforme a resistência dos acampados em não aceitarem as contrapropostas do governo. As famílias resistiram e não abandonaram o local. No confronto do despejo, a presença das mulheres e crianças representou o ápice da participação, conforme palavras do presidente da associação Luis Sinésio;

Quando os policiais estavam para fazer o nosso despejo, nós adotamos a seguinte tática: eles queriam violência e a gente não ia colocar os homens para ver se eles teriam a coragem de bater nas mulheres. Tanto é que tem uma foto da menina, que pedimos para levar pão para o policial, em posição de ataque com escudo, e ele olhava e a lágrima desceu no canto do olho dele, mas ele não podia. Por que ele estava ali cumprindo uma ordem. Colocamos as mulheres pra estar conversando com eles, dialogando e não fazendo o enfrentamento homem a homem.⁹⁵

⁹⁴ Idem, op. cit

⁹⁵ Luis Sinésio da Silva - Entrevista realizada no dia 13/08/2007, na Associação dos Moradores de Sumaré II

No confronto entre acampados e policiais o papel reservado as mulheres pela sociedade, enquanto indefesa, foi utilizado pelo movimento como uma maneira de atenuar a violência policial que o despejo poderia provocar. A maternidade e a sensibilidade feminina tornaram se táticas para comoverem a tropa de choque. A presença dos homens - vistos como sinônimo de força e agressividade -, poderia justificar a ação policial, por isso a estratégica retirada.

As narrativas das mulheres entrevistadas trouxeram os dois enfrentamentos com a polícia, como marcos de suas histórias de vida. O despejo representou um cenário de devastação social quando se encontraram encurraladas pelo batalhão de choque, como contraventoras da ordem, contrariando a trajetória de mães, agricultoras, trabalhadoras que primaram pela dignidade e honestidade.

Elas não eram bandidas, não queriam baderna e a ação do despejo estreitou ainda mais os laços de solidariedade na luta, assim resistiram até o final. Junto com as crianças assistiram a derrubada dos barracos, rezando, pedindo a Deus solução do impasse. Acompanharam a desocupação, '*sem baderna*', como enfatizaram nas entrevistas. Elas queriam uma solução para cuidar dos filhos, por isso protestaram, com rezas, com palavras e gestos, pois o momento era de muita tensão.

O despejo foi o momento mais marcante da luta! O acontecimento mostrou as mulheres que o governo, a Fepasa e os policiais defendiam a Usina de Cana. No processo de luta foram aprendendo que o direito se conquistava, diante de um Estado que intervinha quando o conflito estava conflagrado.

Despejo do Horto da Boa Vista em 1985⁹⁶

Após a expulsão, os acampados foram para o outro lado da avenida e montaram novamente os barracos na Avenida Dom Agnello Rossi e deram prosseguimento às manifestações, conforme relata dona Edite,

Ai foi uma luta por que você ia para São Paulo, você voltava, sempre tinha passeiação daqui pra lá. Só que o pessoal, as comunidades davam a maior força – davam alimentos, roupas, até que foi liberado para irmos para terra, ai foi uma felicidade⁹⁷

A participação política das mulheres tornou-se cotidiana, pois a conquista da terra exigiu esforços. Numa das negociações a Fepasa, reiterou a proposta do diretor de patrimônio oferecendo emprego para os homens como ajudantes do horto. A proposta foi recusada, pois os acampados queriam terra para trabalhar e como tática de pressão, ocuparam a Secretaria de Agricultura exigindo o assentamento no Horto Boa Vista.

Depois de uma reunião de seis horas de impasse, junto com a Fepasa e a Secretaria da Agricultura, os assentados conquistaram um acordo de permuta: ao invés do Horto da Boa Vista que haviam ocupado. As autoridades propuseram uma área no Horto Florestal de Sumaré, onde estava assentado o primeiro grupo - a área I. Contudo, o grupo teria que aguardar a finalização do contrato de arrendamento, firmado com a Usina de Açúcar Santa Bárbara.

⁹⁶ Fotografia tirada por Bernardo Mançano Fernandes, In: , MST: Formação e Territorialização em São Paulo.2a. Ed. São Paulo:Hucitec, 1999, p. 252

⁹⁷ Idem, op. cit.

Diante desse quadro, a participação das mulheres não ocorreu de maneira homogênea, muitas não foram no primeiro momento da ocupação, conforme relato de dona Iolanda, assentada que possuía a mesma trajetória de migração de Cida, de dona Tereza, dona Ilídia e dona Malvina – Minas Gerais/Paraná/Sumaré -,

O serviço do meu marido era temporário e a reunião também acontecia no domingo. As vezes o meu marido não ia trabalhar na usina Santa Bárbara eu falei para ele participar da reunião, por que para mim só sobrava domingo para lavar roupa, dar uma limpadinha na casinha, que era pequenininha - só dois cômodos mesmo, e cuidar das crianças para ficar um tempinho com eles.

Então, ele foi no primeiro dia para essa tal de reunião e já disse “*Ah eu não vou mais! Mais não vou mesmo!*” E eu falei que ele iria sim participar da reunião! Por que ali não era lugar para criar os nossos filhos, eu queria o melhor para eles, como educação. Eram oito filhos, tudo escadinha, e ali era tipo uma favelinha, tinha muita gente boa ali também, mais tinha uns...né!

Ele foi mais duas vezes e falou que não iria mais. Então, eu concordei e disse que ele ficaria em casa, lavaria a roupa e cuidaria das crianças que eu estava indo. Aí ele pensou bem e falou que eu poderia ficar, que ele iria e foi participar, mas foi difícil.

Até que chegou o tal dia, da gente ir acampar, para pegarmos as terras, então peguei e arrumei as coisas dele - coisa para ele comer, cobertor e falei para ele ir com Deus que ia dar tudo certo! Ele foi e eu fiquei por que estava com criança pequena, não tinha como ir era noite. Ele ficou no acampamento e nós em casa rezamos, para que desse tudo certo, corresse tudo bem.⁹⁸

Dona Iolanda atuou na esfera doméstica da casa, para convencer o marido a prosseguirem na luta pela terra. Ela trabalhava como bóia fria durante a semana, e nos domingos realizava o serviço doméstico da ‘*casinha*’ e os cuidados com as crianças.

O que conferia poder ao marido que o desobrigava dos trabalhos domésticos? A tradição, que repetia em todos os lugares – escola, família, lazer -, a divisão sexual do trabalho, no qual os afazeres domésticos aparecem intrínsecos a natureza das mulheres, que foi entendida como frágil, e apta apenas para as ‘leves’ tarefas da casa. Por outro lado, os hábitos reservavam aos homens os trabalhos que se utilizavam da força, da razão e da inteligência, por isso foram vistos como ‘pesados’, e, conseqüentemente, eram mais valorizados. Por isso o direito do marido de descansar nos dias de folga, ao contrário de dona Iolanda, que mesmo trabalhando pesado como bóia, tinha o dever de cuidar do lar no domingo o único dia que lhe restava na semana.

Não obstante, a tarefa doméstica, considerada trabalho ‘leve’, foi rejeitada pelo marido quando percebeu na eminência de ter que realizá-lo, caso não participasse da reunião nos domingos. Mais uma vez, percebemos como a resistência das mulheres na luta contra a dominação masculina se passava por caminhos diferentes: dona Iolanda

⁹⁸ Idem, op. cit.

concordou com o marido que não queria participar da reunião, mas em contrapartida propôs que ele realizasse os trabalhos domésticos para ela frequentar a reunião os domingos. Seu sorriso maroto mostrou-nos, durante a entrevista, que estava blefando, pois sabia que o marido voltaria atrás na decisão de não participar, pois apesar de a casa ser pequena, o serviço era grande, os filhos eram inúmeros e o tanque estava cheio de roupas. Por fim o marido continuou participando das reuniões e foi para a ocupação.

Dona Iolanda não foi para a ocupação por que era noite, estava grávida e tinha um filho, ainda pequeno, com problemas cardíacos. Ficou em casa rezando, pedindo a Deus que desse certo, pois se alguma coisa falhasse, a extensa família seria prejudicada, eram oito filhos e próximos uns dos outros. O fato de ela ter ficado em casa não significava que estava fora do combate, tanto que na reintegração de posse compareceu, ainda grávida do penúltimo filho e com o filho doente. Segundo a memória de Iolanda,

E graças a Deus nós tivemos muita força, por que todo mundo do Padre Anchieta e da Aparecidinha, das igrejas desceram para apoiar, era gente que não acabava mais. Nessa época estava grávida da caçula e ainda fazia essa vida acampada, ficamos seis meses acampados na beira da pista. Depois a finada Cida falou que teriam vagas para as crianças fazerem a matrícula na escola e era para trazer os meus filhos para ficar mais fácil para conseguir a vaga.

Então, peguei os mais velhos e deixei com o pai na barraquinha de lona. A gente tinha comprado na frente da prefeitura uma casinha eu não podia sair de lá porque estava com as crianças pequenas, aí eu peguei os mais velhos, deixei com o pai lá na barraca de lona, e eu fazia a vida toda semana para ir lá todo final de semana para ajudar o pessoal.

Nessa época eu consegui uma creche para os dois mais novos, para ficar mais fácil para eu trabalhar e ir para o acampamento. Depois eu saí do serviço, por que ia sair a terra e tinha que estar todos reunidos, então fiquei em casa e a barriga crescendo.

Teve um dia que eu fui ao acampamento sozinha, porque a minha cunhada não podia ir comigo pois já estava morando no acampamento, então tomei coragem e fui, e quando eu voltei ia sair de lá cinco horas da tarde, e não deixaram eu sair mais cedo por que o sol estava quente. E como tinha lua, dava tempo de chegar, naquela época não tinha tanto bandido, e dava para andar um bom pedaço à noite. Mas quando cheguei nem na metade do caminho começou aquela contração e eu falei: *‘Meu Deus do céu! Me guarda nessa hora. Minha filha vai nascer aqui!’*

Eu estava com oito meses e o que iria fazer? Não tinha casa pra gritar socorro, era mato, um bom pedaço de mato pra você andar e chegar numa casa, numa vila que tinha. Debaixo de uma árvore, eu achei uma pedra e sentei naquela pedra e ali eu fiquei mais ou menos quase uma hora, sentada e rezando, pedindo para Nossa Senhora, que deixasse chegar em casa, ou chegar numa casa para pedir socorro e não deixasse a minha filha nascer ali não.

Então, a dor foi passando, foi aliviando e eu levantei e consegui andar. Quando eu cheguei em casa, a minha vizinha estava na rua me esperando com as

minhas crianças pequenas, rezando, achando que tinha acontecido alguma coisa comigo, que eu era uma louca!⁹⁹

Após o despejo, dona Iolanda permaneceu na luta e foi aderindo devagar ao grupo. Como o acampamento durou dois anos, foi o tempo de engravidar novamente. Nessa época trabalhava como bóia fria, cuidava da casa, das crianças e ia a pé para o acampamento nos finais de semana, para ajudar na organização das famílias sem terra de Sumaré.

Logo no início, ela não se transferiu para o acampamento, pois tinha comprado uma ‘casinha’. Convencia por Cida, da necessidade da transferência dos filhos para o acampamento, ela dividiu a família - os filhos mais velhos ficaram com o pai e os mais novos com ela. Cida tinha a consciência da necessidade de ampliação do movimento, ela era da comissão ‘*frente de massa*’, responsável pela divulgação da organização do grupo, com o intuito de angariar novas famílias para prosseguirem à luta pela terra. A presença de Iolanda e seus filhos eram fundamentais para legitimar o grupo perante a sociedade: o desamparo de mulheres, idosos e crianças justificava o direito de luta pela terra!

*Dona Iolanda assentada no lote 13 e sua filha Marta*¹⁰⁰

Dona Iolanda somente vendeu a ‘casinha’ quando saiu à liberação da terra, quando as canas foram queimadas, depois de um incêndio, que acelerou a finalização do

⁹⁹ Idem, op. cit.

¹⁰⁰ Fotografia tirada em 2006 pela pesquisadora – Acervo Lei

contrato de arrendamento da usina com a FEPASA. Incêndio mencionado pelas histórias de vida, com um tom mágico, quase mítico, conforme narrou dona Ilídia,

Um dia um bêbado ouviu falar no acampamento, *‘mas como a gente vai ficar aqui na rua? Tá ruim isso daqui!’* E o bêbado, que ninguém dava nada por ele, respondeu, *‘pode deixar, segunda feira, da semana que vem vocês vão mudar, pode deixar!’* Outro respondeu *“Cala boca seu pau d’água”* e ele, *‘Segunda feira você vão mudar, pode deixar!’* Justamente na segunda feira a gente não mudou não, mas na terça-feira pegou um fogo no canavial da usina aonde a gente ia morar, que queimou tudo, mas a cana estava madura. Depois o bêbado falou para a gente, *‘não falei pra vocês que iriam mudar?’*

Elas não haviam rompido as cercas do gênero, como Cida que se dedicava integralmente na luta, conforme testemunhou dona Iolanda,

A gente comunicava muito assim com a outra, tinha curso e ela chamava para participar do curso. Ela sempre falava *“porque a gente não vai ficar assim para toda vida, você que é mais nova, vocês têm que aprender a sair, a conquistar as coisas”*. Era como fazia a Marizete, *‘vocês são do grupo de mulher, então vocês têm que ir a conquistar’*. E foi indo e todas as coisas que tinha lá fora ela vinha convidar *‘Oh, tal lugar ia acontecer isso e é preciso a gente ir’*.¹⁰¹

Contudo, considerar apenas as mulheres que permaneceram no acampamento como *‘companheira’* de luta, resulta na não compreensão dos diferentes caminhos que elas teceram, na resistência contra a opressão do cotidiano. Por diferentes caminhos, o protagonismo feminino foi fundamental para a sobrevivência do grupo. Durante o processo luta elas foram adquirindo uma consciência social crítica, que ocorreu em tempos desiguais, pois dependiam de suas experiências de vida. Cida tinha ido além, porque a experiência no convento já havia lhe proporcionado uma percepção social e política mais apurada que as demais, por isso seu poder de arregimentação, ainda segundo relato de dona Iolanda:

Aqui a gente formou o grupo de mulheres – reunimos um grupo de três mulheres, e a Cida falou, *‘Não, pode deixar... Eu vou em busca de mais!’* e foi conquistando as mulheres. A gente construiu um forno bem grande de barro, a ali a gente fazia pão e vendia - tinha um senhor lá da comunidade que descia para pegar os pães, e vendia para uma escola -, e com o pão a gente conseguiu comprar uma vaca de leite.¹⁰²

O período no acampamento constitui-se num processo de longas negociações, quando as mulheres desenvolveram estratégias de sobrevivência, construindo laços de solidariedade que permitiram as famílias continuar vivendo naquele lugar, por dois

¹⁰¹ Idem, op. cit.

¹⁰² Idem, op. cit.

anos. Por isso a valorização daquele momento com certa nostalgia. Segundo José de Souza Martins a experiência do acampamento assim pode ser definida,

Certamente, esses momentos são momentos que incrementam a solidariedade grupal e estimulam inovações nos relacionamentos... É muito pouco provável que essa experiência emergencial e transitória não semeie as bases de relacionamentos duradouros em situações de normalidade, através, por exemplo, do compadrio e dos casamentos entre as famílias.¹⁰³

A permanência no acampamento representou uma situação de passagem da periferia da cidade para a terra definitiva. Foi tempo suficiente para nascer o filho de dona Iolanda e realizar as primeiras experiências coletivas na produção de milho, feijão. No Horto Boa Vista, os acampados construíram, em mutirão, um espaço que media por volta de 180 a 200 metros quadrados, onde realizavam as reuniões com os mediadores. E Zeza era uma das agentes, que assim definiu sua intervenção, nas reuniões,

Eu influenciava por exemplo nas questões, primeiro: de formação política do grupo, mais voltada para a participação das mulheres e nas decisões, por exemplo que eles incluíssem na pauta de discussão da diretoria né, do acampamento, a questão também das mulheres, por exemplo um cano de água uma mangueira enfim, alguma coisa que bombeasse a água do rio até a cozinha, ou até o espaço de cozinha comunitária.

Porque o que acontecia é que as mulheres iam buscar água numa baixada, perigosa, cheia de marginal, de cobra, e isso passava invisível, como se só as questões de negociação política com o governo é que fossem importantes. Então eu consegui, naquele momento, fazer com que as questões que ficavam na invisibilidade, que fazia parte do doméstico, entrassem como questão política, de responsabilidade de todos, porque eles precisavam comer, mas quem que ia lavar roupa e buscar água lá no rio? As mulheres!”¹⁰⁴

Com ela as mulheres fundaram o Grupo Mulheres da Terra, em 1985. O objetivo era captar recursos financeiros que pudessem auxiliar na formulação de projetos que gerassem renda para a sustentação do grupo. As mulheres avançaram na luta e construíram um forno de barro onde faziam pão e vendiam para a comunidade. Com o dinheiro compraram uma vaca holandesa que garantia o leite das crianças.

¹⁰³ MARTINS, José de Souza. O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p 82

¹⁰⁴ Idem, op. cit.

Ilídia, Edite, Tereza e Malvina preparando pães no acampamento em 1985¹⁰⁵

A comunidade recebeu apoio de diversas entidades - CEBs, sindicatos, escolas, ONGs, Central Única dos Trabalhadores, estudantes, pesquisadores, professores universitários -, e se tornou parte do MST e do Partido dos Trabalhadores que se formava na região. Conforme analisou Eliane Sebeika ,:

O momento de luta pela terra coincide com o momento de fusão do coletivo: das reuniões e da descoberta de objetivos comuns, enfrentamento do Estado e da polícia, da solidariedade e da precariedade do acampamento, das visitas de apoio por parte dos sindicatos, igrejas e outros movimentos que reforçam assim, por sua vez, os valores, a história, a luta e os projetos dos acampados.¹⁰⁶

O acampamento foi território de intensa mobilização, no qual as mulheres firmaram laços de solidariedade, adquirindo cada vez mais a consciência da importância da participação feminina na determinação política do movimento. Elas extrapolaram o confinamento da cozinha e do cuidado com os filhos. A coesão do grupo, assim foi narrada por dona Iolanda:

Antes do acampamento a gente só pensava na gente não tinha conhecimento de nada. Eu mesma era uma bobinha, tudo que eu aprendi foi no

¹⁰⁵ Acervo pessoal da assentada Tereza Correia de Melo

¹⁰⁶ RAPCHAN. E.S. De identidades e pessoas: um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré. (Dissertação de Mestrado na Antropologia), São Paulo. FFLCH/USP, p 83

acampamento, foi na terra, foi estando em grupo. As poucas coisas que eu aprendi foi no acampamento, antes eu pensava só em mim, não tinha dialogo.¹⁰⁷

Elas foram à luta pela sobrevivência da família, pela criação dos filhos e pelo acesso aos fundos perdidos, que mencionaram nas histórias de vida. No ato da ocupação perceberam como classe trabalhadora, pois o despejo havia demonstrado a frieza do polícia, em conivência com as ordens do Estado, que desalojou crianças, velhos e mulheres doentes. Neste momento sentiram a debilidade da justiça, que violou o direito à vida, por isso resistiram às pressões do governo e exigiram políticas sociais que a democracia havia acenado, como acesso à terra. Compreendemos a tomada de consciência das mulheres, como classe trabalhadora, na perspectiva de Edward Thompson que afirma;

A classe se delineia segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas e elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. De tal sorte que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a “verdadeira” formação de classe em um certo “estágio” do processo.”¹⁰⁸

No embate perceberam-se como mulheres que proviam o sustento da família, compartilhando a chefia da casa, por isso dona Tereza ignorou a ameaça do marido, que segundo depoimento, *‘pouco fazia além de beber’*, e foi em busca da terra para garantir a reprodução da família. Elas haviam rompido as cercas que separavam os gêneros, tornaram-se parte do Grupo Mulheres da Terra e abandonaram o isolamento da casa pela coletividade da luta, que prometia a terra desejada.

¹⁰⁷ Idem, op. cit.

¹⁰⁸ THOMPSON, E. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos, Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2001, p.277.

CAPITULO III

O assentamento e a questão de gênero: sob as cercas da produção

“Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte.”¹⁰⁹

¹⁰⁹ BENJAMIM, Walter *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre a literatura e história da cultura*, 7.ed. São Paulo:Brasiliense, 1994, p. 210

1 – A condição de assentados: a difícil luta pela ressocialização

Em 1987, os acampados de Sumaré II conseguiram entrar na terra definitiva, em condição emergencial, quando receberam 116 hectares no Horto Florestal de Sumaré. Cada família recebeu 2 hectares de lote agrícola que seria destinado à produção e 0,6 hectare de agrovila onde construiu a casa e cultivou um quintal doméstico.

Logo vemos que a quantidade de terra recebida por cada família era inferior à do módulo da região, que em média é 15 hectares. Em função disso as famílias tiveram que desenvolver uma estratégia híbrida para se estabelecer no assentamento, cultivando o lote para a geração de renda e a subsistência. Parte da família não abandonou o trabalho na cidade, porque não havia condições de o lote ocupar toda a mão-de-obra da família.

Nas palavras de dona Malvina, ela tinha que comer, não podia se dedicar integralmente à luta, trabalhava na cidade como mão-de-obra terceirizada numa empresa de limpeza;

No começo quando nós mudamos para cá não dava para trabalhar a noite, tinha que pegar dois ônibus e fiquei dois meses. Depois minha irmã que trabalhava no mesmo lugar, falou que tinha um lugar para trabalhar oito horas,. Então, eu fui. Depois a firma saiu logo por que venceu o contrato e entrou outra, então foi a dona Iolanda e também o meu filho mais novo trabalhar lá. Trabalhávamos oito horas e no domingo trabalhava aqui na roça, até que o meu marido foi ficando doente e saiu do serviço, fui trabalhar na roça, e fiquei aqui na roça¹¹⁰.

O fim do acampamento deu início a um novo processo de ressocialização das famílias, marcado pela necessidade da fixação na terra. Neste capítulo, interessou-nos entender em que medida a comunidade que se despontou nos acampamentos marcados por laços de solidariedade, se desenvolveu na terra definitiva e, mais especificamente, em que medida o Grupo Mulheres da Terra trouxe a mulher para o âmbito da política, este compreendido no sentido da participação.

A consciência de sem terra, construída na experiência do acampamento, iria conviver com novas dificuldades: construir a casa, educar os filhos, plantar numa terra pouco fértil. A conquista da terra encerrava o drama da ocupação, do acampamento, da transitoriedade do mundo das lonas e iniciava o drama da produção, da distribuição e da circulação dos alimentos.

A precedência moral do trabalho na terra deu legitimidade ao Movimento dos Sem Terra, que teve o acolhimento social e político, no caso da cidade de Sumaré, contribuiu para a conquista do assentamento. Contudo, a legitimidade conquistada não

¹¹⁰ Idem, op.cit.

diminui o sentimento de culpa, o medo e a insegurança neste processo de transição. Para José de Souza Martins, junto com as dificuldades materiais vem a consciência da culpa nesse momento;

Há uma enorme insegurança na transição, um medo enorme e uma culpa intensa que não chegam a ser aliviados pelas racionalizações que procuram legitimar a decisão e o ato. A persistência da consciência da culpa mesmo onde o assentamento está regularizado e decidido é bem indicativa dos temores profundos que cercam esse processo e, sobretudo, do arraigado de valores e concepções da sociedade tradicional.¹¹¹

Definir as famílias assentadas como ainda pertencentes à classe camponesa não pressupõe o esquecimento do período de estadia nas periferias de Sumaré quando viveram a proletarização. No entanto, o que as define como famílias camponesas é seu pertencimento a uma instituição de reprodução da família pautada na relação direta com a terra e com a produção agrícola. A fase em que viveram na cidade, dependentes da economia urbana, não anulou os valores camponeses, que não estão confinados à zona rural. Os Sem Terra de Sumaré conquistaram a terra e levaram a experiência da cidade para conciliar com a exploração do lote, por isso nem todos os membros da família foram juntos. As estratégias de reprodução da família camponesa, tanto na situação urbana quanto no assentamento, foram para além da subsistência, porque elas se renovavam conforme o momento cambiante da sociedade na qual a família se encontrava. Aderir à ocupação foi uma dessas estratégias de reprodução da família camponesa, que entrou em conflito com a tradição do respeito à propriedade privada que movia a unidade da família, ameaçada pelo desemprego, tráfico de drogas, fome, falta de moradia.

Não podemos deixar de enfatizar que o Horto Florestal de Sumaré estava circundado pelas cidades: ao seu redor tinha um mar de pequenas cidades, tendo Campinas como a maior delas. O fluxo de pessoas pelo lugar era intenso, tanto que algumas vezes moradores e o técnico agrônomo, antes de escolherem o produto para o cultivo, refletiam dentre aqueles que eram menos roubados pelo entorno. O isolamento da cidade era algo impossível para estes assentados. O projeto de uma cerca viva foi uma das estratégias encontradas para evitar os roubos, com a plantação de sansão do campo ao redor de todo assentamento. Todos os anos eles produziam uma quantidade de mudas e plantavam ao redor da área conquistada.

¹¹¹ MARTINS, J. de S. O Sujeito Oculto, p. 129

Sobre os dilemas econômicos vividos pelas famílias assentadas José de Souza Martins ressaltou a contradição do ajustamento:

O que nem sempre de modo apropriado é definido como economia alternativa constitui apenas um recurso de ajustamento ao sistema econômico. É o que, de algum modo, atenua e absorve as irracionalidades próprias da economia capitalista, na definição de um modo singular de inserção social baseada em ações de resistência e de adaptação ao mesmo tempo.¹¹²

A inserção dos assentados de Sumaré, mais do que nunca, foi marcada pela ambivalência da adaptação e da resistência que o cotidiano impunha às famílias. Diversos projetos foram criados e testados, entre assentados e mediadores, como alternativas econômicas para viabilizar a agricultura familiar, num contexto econômico permeado pelo ideário da grande produtividade, impulsionada com o desenvolvimento tecnológico. Uma diversidade de falas que debatia a melhor opção para a consolidação do assentamento.

Convém lembrar que as áreas I e II de Sumaré foram as primeiras as se constituírem como assentamentos do Estado de São Paulo e, em consequência, muitas ações políticas se voltaram para as famílias, que teriam que se adaptar aos novos tempos. Muitos projetos foram formulados para eles e não por eles.

O início da ressocialização revelou muitas ambigüidades na luta. A tentativa de conciliar a política de ocupação, num compromisso com a territorialização da luta pela terra, firmado com o MST, assim como a necessidade da produção, também como resposta para a sociedade, sob orientação do Estado são manifestações dessas ambigüidades.

O DAF (embrião do Instituto da Terra de São Paulo) foi o órgão responsável pela área, através do técnico agrônomo que ‘orientava’ as famílias nos financiamentos, na escolha da produção e na orientação das melhores mudas e sementes. O técnico agrônomo participava das assembléias e intervinha nos debates, mas não podia votar. Sinal dos novos tempos, em que o Estado não podia mais ser visto como inimigo, mas “parceiro”, um novo mediador na luta pela terra.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré (STR), fundado em 1985 pelos assentados da área I, trouxe a estrutura sindical para a participação na luta pela terra. Foi um sindicato que se organizou, sob a denominação de sindicalismo autêntico, porque atuava no sentido de romper com as orientações trabalhistas que norteavam a ação dos

¹¹² Idem, *Ibidem*, p. 10

dirigentes ligados à Contag. Alinharam-se à Central Única dos Trabalhadores, em prol de uma atuação combativa na luta pela terra, por isso o apoio ao MST na organização de muitas ocupações de terra.

Outra “parceria” realizada foi com a Faculdade de Engenharia Agrícola Feagri/Unicamp que, solicitada pelas lideranças do assentamento para a organização e planejamento da produção das famílias em grupos de trabalho, propôs alternativas tecnológicas e econômicas para que o assentamento pudesse estabelecer. Este encontro era resultado de uma política de aproximação das Universidades do Estado de São Paulo, a partir de um convênio firmado em 1989 com o governo do Estado, através da qual Unicamp e Unesp participavam do processo de mapeamento dos assentamentos rurais. Assim a área II do assentamento tornou-se lócus de pesquisa da Feagri.

Não poderíamos deixar de analisar a presença da Rede Mulher de Educação (RME) que atuou na formulação de projetos que captassem fundos perdidos. Incentivou a organização das mulheres, propondo alternativas de renda junto às famílias, com a valorização do trabalho feminino, através da horta medicinal e a realização de cursos para elaboração de projetos voltados para a geração de renda familiar.

Houve outras intervenções, que pouco apareceram na fala das mulheres entrevistadas a não ser de maneira esporádica, como a Empresa Brasileira de Pesquisa do Agronegócio (Embrapa), trazendo a agroecologia, e outras universidades como Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Pontifícia Católica de Campinas (PUCC), Mackenzie, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ).

A trajetória do Grupo Mulheres da Terra esteve imersa no conjunto de ações políticas dos diversos mediadores que interferiram neste processo de ressocialização. Representantes de diversas instituições participaram de experiências variadas no processo do assentamento, algumas funcionam até hoje, outras fracassaram pelo caminho.

2 - A importância da escola na trajetória do Grupo Mulheres da Terra

Em todas as entrevistas realizadas, a luta pela construção da escola revelou-se como marco nas narrativas. Foi uma das únicas conquistas que apareceu espontaneamente nas histórias de vida. Também os homens entrevistados enfatizaram a construção da escola como resultado da luta das mulheres, quando questionados sobre a participação delas no processo de assentamento.

A escola se constituiu no primeiro projeto articulado pelas mulheres no assentamento. Em 1987, Cida conseguiu madeiras da multinacional 3M, em forma de caixotes. A partir daí, motivou a comunidade para a construção do espaço viabilizando a sua alfabetização.

Ninguém discordava da construção de uma escola, entretanto ela demandava esforço dos moradores, que tiveram que dedicar trabalho, começando pela desmontagem das caixas de madeira. Segundo relato de dona Iolanda, as primeiras providências foram tomadas em assembléia quando Cida chamou a comunidade à responsabilidade, e as madeiras estavam amontoadas no assentamento:

Ó, agora está aí, quem que vai tomar a frente?’ Ai eu falei assim pra ela: ‘Não, isso eu me encarrego de fazer!’ Despregar todos aqueles caixotes, arrancar aqueles pregos, tudo de madeira. Ai eu levantei no outro dia bem cedinho, já tinham chegado a madeira, fui de casa em casa bater nas casas: ‘Oh, vai ter o mutirão lá pra despregar a madeira e construir nossa escolinha!’”¹¹³

Pensar nos motivos que levaram as mulheres a se responsabilizarem pela escola nos remete à questão de gênero, pois é parte do papel reservado à mulher o cuidado com a educação dos filhos. Porém, elas não ansiavam escola somente para os filhos, mas também para elas e por isso logo conquistaram um curso de alfabetização para adultos, através de um convênio firmado com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC). A metade dos pais de famílias era analfabeta e tinha dificuldade de lidar com o material impresso que implicava participação política. Assim, perceberam a importância de levar as crianças para a escola como parte da luta pela terra. Mais do que ninguém, elas sabiam das dificuldades encontradas no assentamento. As escolas públicas do município de Sumaré negaram matrícula para os Sem Terra, alegando falta de vaga. Além do que, as escolas eram distantes e os assentados careciam de transporte para chegar a elas.

A preocupação das mulheres nos faz pensar as estratégias de reprodução do grupo familiar. A escola se tornava um instrumento importante para essas mulheres que nasceram na roça, não a freqüentaram por diversos motivos, mas acima de tudo por uma questão de gênero, já que o direto a ela lhes havia sido negado.

A escola fazia parte do imaginário, já que gastaram a infância e a adolescência trabalhando. O sonho da escola não era somente para os filhos, mas também para elas.

¹¹³ Idem, op. cit.

De todas as mulheres entrevistadas, após a construção e o funcionamento da escola, apenas dona Tereza ainda não sabia escrever.

*Primeiro barracão do projeto escola*¹¹⁴

Duas vezes por semana elas freqüentavam o curso de alfabetização à noite, depois de todas as tarefas cumpridas para aprenderem a linguagem escrita. Assistiam às aulas com a luz da lamparina. A vontade de aprender a ler e a escrever era superior às dificuldades encontradas, por isso depois de um dia intenso de trabalho, na roça e em casa, iam para a escola, conforme relato de dona Iolanda:

Foi a Zeza que conseguiu a professora de Campinas - que hoje viajou e está no Japão, que vinha dar aula para nos adultos da terceira idade e às vezes ela vinha e faltava gás para o lampião, outras vezes faltava dinheiro da passagem para ela. Então foi uma vida muito assim.. Mas a gente aprendeu o nome com ela, por que muitos de nós não sabíamos nem o nome e muitas coisas aprendemos com ela.

¹¹⁵

Ter acesso ao letramento fazia parte da conquista dos direitos negados. A luta da terra tinha mostrado que a vontade podia mover moinho, por isso acreditaram no potencial da mobilização pela escola. Seu funcionamento exigiu a organização das mulheres em torno do direito à escola. O poder municipal de Sumaré, durante um longo período de três mandatos dos prefeitos José Denadai (1984/1988; 1993-1996) e Paulino José Carrara (1989/1992), não facilitou em nada o funcionamento da escola. Durante uma década, o poder local colocava obstáculos no reconhecimento da comunidade. Tais palavras se expressam nas palavras de Maria Aparecida Renovato;

¹¹⁴ Autor desconhecido – Acervo Pró-memória Sumaré

¹¹⁵ Idem, op. cit.

Ia às seis horas da manhã para fazer merenda. Cida chegava na minha porta e dizia “*Maria hoje não tem merendeira. Vamos dar uma limpadinha na escola comigo? Você pode ir comigo?*” Então íamos limpar a escola, fazer o que? Tinha que fazer lá.

Às vezes a gente levava coisa da nossa casa para fazer, por que a prefeitura não mandava merenda e eu pegava um pouco da minha, ela pegava um pouco da dela ou a gente pedia alguma coisa para alguém, juntávamos tudo e fazia merenda para a escola. Pedia para o assentamento – uns davam legumes, outros davam arroz e fazíamos a merenda para as crianças. As crianças não ficavam sem merenda por que não vinha da prefeitura não, por que a gente pegava e fazia.¹¹⁶

A omissão do Estado no seu dever de proporcionar educação às crianças fez com o Grupo se organizasse para atender às necessidades de seu funcionamento: arrecadação de alimento para o lanche das crianças, preparo da merenda e limpeza do espaço. Em 1990, solicitaram à Delegacia Estadual de Ensino a formação de um núcleo de educação rural através da qual o governo do Estado de São Paulo assumiria a escola, que tinha em média 23 crianças.

Escola de Madeira construída em 1987¹¹⁷

A luta não acabou com a construção da escola. Enquanto mães dos alunos, não ficaram satisfeitas com as professoras enviadas para o assentamento, que, na visão das mulheres, eram “fracas”, “não sabiam ensinar” tinham uma cultura urbana e uma visão da realidade que não estava em sintonia com a questão agrária e a luta dos sem terra.

¹¹⁶ Idem, op. cit.

¹¹⁷ Autor desconhecido – Acervo do Assentamento Sumaré II

Nesta sala, feita de ripas de madeira, com a bandeira do MST estendida ao fundo, vemos quatro turmas sendo alfabetizadas ao mesmo tempo por uma professora.

Licionira, a menina presente na foto com uma tiara na cabeça, filha de dona Edite e seu Braulírio nasceu quando a família vivia na periferia de Sumaré. Quando veio para o assentamento, ela tinha seis anos. Perguntada sobre as lembranças da escola, contou em sua história de vida,

Da escola eu tenho meio que um trauma, por que não tinha escola aqui, estava tipo de um projeto que eles queriam fazer uma escola aqui, que eles mesmos construíram. Então tinha uma escola no horto e os meus irmãos estudavam lá, e a minha mãe queria me colocar e ela me colocou lá. Só que eu não me acostumei, chorava o dia inteiro, ficava de cedo até a tarde o dia inteiro lá. Eu chegava e chorava, chorava, chorava o dia inteiro.

As mulheres ficavam loucas, as professoras me agradavam e não sabiam mais o que fazer e eu chorava, chorava, até que a minha mãe falou que não tinha mais jeito não e resolveu me tirar de lá. Mas logo teve a escola e ela me colocou na escola aqui.¹¹⁸

A presença da escola no assentamento aliviava as tarefas das mulheres, que podiam prescindir dos transtornos para o deslocamento, além do que facilitava a vida das crianças que se sentiam mais segura numa escola próxima à casa. A escola no assentamento devolveu a Licionira a tranquilidade para aprender a ler e escrever. Entretanto, ainda era carente de uma educação comprometida com a história dos sem terra. Por isso a constante vigilância das mães no ensino dos filhos, pois era necessário um conteúdo que valorizasse a luta dos sem terra.

Em 1992, as mulheres tiveram um projeto aprovado pela Associação Católica de Educação, instituição com origem canadense, com sede em Brasília, em parceria com a Pontifícia Universitária Católica de Campinas (PUCC), que entrou com projeto pedagógico que tratava de temas geradores, da realidade das crianças assentadas. Também neste ano, conquistaram recursos para a construção de um espaço de alvenaria com duas salas de aula, cozinha, banheiros e um espaço para reuniões, conforme palavras de dona Cecília:

Como mulher, lutamos pela escola, foi uma luta das mulheres. Foi uma briga muito grande para conseguirmos essa escola. A gente se alfabetizava com uma professora voluntária, que dava aula duas vezes por semana e ela colocou na cabeça que conhecia uma entidade lá de Brasília, que tinha fundos perdidos - não sei nem como chamava o negócio, que podia fazer um projeto para construirmos a escola. E deu certo: fizemos o projeto, ela encaminhou e o projeto foi aprovado.

¹¹⁸ Licionira Aparecida de Oliveira, entrevista realizada no dia 29/09/2006 na escola do Assentamento II

Naquela época vieram quatro mil reais, mas não dava para fazer a escola. Então, seguramos aquele dinheiro, abrimos uma conta de emergência com as mulheres que assinaram o projeto, inclusive foi eu que assinei o projeto, a dona Edite e a dona Iolanda - nós fizemos elas assinarem, por que elas não queriam”¹¹⁹

A trajetória das mulheres continuava por caminhos semelhantes à do acampamento. Elas participavam na construção do assentamento, trabalhavam na roça, formulavam novos projetos destinados às mulheres para a geração de renda. Paulatinamente, davam novos passos no mundo público, assinando projetos, abrindo conta em banco e buscando “fundos perdidos”. A dificuldade das mulheres ao tratar do mundo dos negócios transparecia no medo de dona Edite e de dona Iolanda de assinarem o projeto mencionado por dona Cecília. Não podemos esquecer que o nome para essas mulheres era o bem mais valioso na cultura camponesa.

Em 1992, o projeto saiu e a escola de alvenaria foi construída pela comunidade a partir do mutirão. Um ano depois, a prefeitura assumiu a escola e criaram a pré-escola e o curso supletivo. Em 1994, a comunidade rejeitou a sala multiseriada e as turmas foram desmembradas funcionando em períodos diferentes, com uma única professora.

Entretanto, em 1995, com a reeleição do prefeito José Denadai (1993/1996), o salário da professora foi suspenso e a escola desativada, já que o prefeito considerou que não compensava mantê-la funcionando, alegando que quinze alunos eram insuficientes. Como resposta, as mulheres reivindicaram ao prefeito o transporte das crianças até as escolas de Sumaré.

Com a eleição de Dirceu Dalben, em 1997, coligado a José Antonio Bacchim, fundador do PT que havia apoiado a luta pela terra, o assentamento foi reconhecido pela administração municipal e a escola foi reaberta. Em 2000, quinze anos depois de conquistado o direito à escola, Cida assim se pronunciou num jornal ligado à Universidade de Piracicaba;

Olha, aqui no Assentamento a gente, no início, sempre procurou fazer oficina de pintura, de bordado e fizemos o curso de alfabetização. Fomos nós que discutimos a importância de alfabetizar as companheiras, que na maioria não eram alfabetizadas. Então, a educação foi algo que nasceu do grupo de mulher e cresce e hoje nós já temos companheiras que terminaram o colegial. O incentivo à educação sempre foi algo que partiu do grupo de mulher. A gente discutiu que não adiantava só trabalhar na terra, nós tínhamos que incentivar nossos filhos a estudar

¹¹⁹ Idem, op. cit.

para também participar como um jovem da cidade. Este foi o trabalho que o grupo de mulher desenvolveu.¹²⁰

A consciência de Cida sobre a importância da escolarização estava ligada à proximidade da cidade que não poderia ser ignorada. O jovem assentado precisava manejar a comunicação com o mundo urbano: a escrita. Entretanto, Cida também compreendia que a educação, quando desvinculada da vida do campo, acabava por trazer transtornos para as famílias camponesas, afastando seus jovens do trabalho na roça, por ser uma educação não comprometida com a valorização da terra. Na análise de José de Souza Martins,

Essa é, no fundo também, uma recusa – prudente – do mundo agrícola e tradicional. A aceitação condicional se dá na tentativa de conciliá-lo com o moderno, com a educação voltada para o agrícola. Além da reprodução social, está em jogo a segurança da parentela, da rede de parentesco.¹²¹

O Grupo Mulheres da Terra lutou pelo acesso à cultura da classe dominante como forma de inserção na sociedade e ferramenta básica para sua reprodução social. Queria desfrutar o conforto de uma roça diferente daquela que experimentaram na infância. Várias mulheres disseram que Cida sempre falava para o Grupo tinha lutar por uma roça não feita somente na enxada, vida dura que levava ao abandono do campo, à expropriação que haviam vivido nos anos de 1970, em que os mínimos sociais não se haviam mantido.

Cida no percurso da luta pela terra cada vez mais atualizava a consciência de classe e liderava o Grupo no embate político formulando projetos, com entidades que fomentavam a educação: Igreja Católica, o MST, o Movimento Popular de Mulheres da Periferia de Campinas, os sindicatos, as universidades. A luta pela terra continuou por novos caminhos, sendo a educação uma das lutas sucessora. Roseli Caldart ressaltou a educação dentro do Movimento dos Sem Terra usando a metáfora “o MST e a ocupação da escola”:

Analisando, pois, a história da educação (escolar) nos acampamentos e assentamento, é possível afirmar também que a relação entre os sem-terra e a escola é, ao mesmo tempo, geradora e produto do trabalho do MST neste campo. Foi exatamente a existência dessa relação, já durante o processo de gestação do

¹²⁰ Depoimento de Maria Aparecida Segura Apud. IMPRESSÃO: Jornal Laboratório, Produção Faculdade de Comunicação da UNIMEP, Piracicaba, Maio de 2000, n.1, p.7

¹²¹ MARTINS, J.S. O sujeito oculto, 2003, p. 76

Movimento, que acabou exigindo que a organização coletiva a assumisse como tarefa “¹²²

Cida aderiu ao setor de educação do MST, participando de cursos, palestras e outras atividades promovidas pelo movimento. Acreditava na pedagogia que propunha uma educação voltada para a realidade da luta no campo, considerando a cultura da criança assentada. Cida articulada com as mediações cobrou da Secretaria de Educação do Município uma educação diferenciada que aproximasse o conteúdo formal exigido pelas escolas, à vida na agricultura, assegurando uma conexão entre pais e filhos

A escola foi uma luta circunscrita pela divisão sexual do trabalho: educar os filhos era tarefa das mulheres, conforme prescrevia os papéis sociais. A escola trazia a possibilidade de acesso ao letramento, tão oneroso no meio rural, quanto mais para essas famílias que viveram o desemprego nas periferias de Sumaré nos anos de 1980. O acesso à terra ainda se dava de maneira frágil, já que necessitavam de capital para iniciar a produção agrícola que permitiria sua fixação na terra conquistada.

3 - A ausência nas presenças das falas: a luta pela casa e o silêncio da produção

Depois da construção da escola, a edificação da casa foi uma das ações que mais marcou a narrativa das mulheres. A terra havia sido conquistada e o movimento social ganhava novas feições. A permissão do governo do Estado de São Paulo, para o uso do lote resultou no reordenamento da organização das famílias assentadas. A condição transitória do acampamento se findava, o vai-vem que estas mulheres haviam experimentado agora cedia espaço para a construção das raízes e a construção da casa apareceu como uma saga na suas memórias.

As mulheres entrevistadas enfatizaram as dificuldades na edificação do lar, pois a luta ia além da conquista da terra. Esta somente teria valor se agregada a um teto em que as famílias pudessem novamente se reorganizar, se reagrupar, afastando o perigo da desagregação das unidades familiares que haviam experimentado nas periferias de Sumaré. José de Souza Martins enfatiza esse aspecto na obra “*Sujeito Oculto*”, em que analisa a importância da casa para o assentado:

Ela é de certo modo um identificador de sacralidade na cultura rural brasileira, e nessa condição reavivada na mentalidade do sujeito da reforma

¹²² CALDART, Roseli Salete, Pedagogia do Movimento, 3. Ed. São Paulo:Expressão Popular; 2004, p.226

agrária. É nela que se encontram os mecanismos de reprodução dos laços de família e da sociabilidade familiar, em que se renova a sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra. São esses os ordenadores da peculiar forma de esperança envolvida na luta pela terra e na valorização extra-econômica da terra como mediação da vida. São, portanto, valores fundantes da sociedade tradicional e da tradição.¹²³

A precariedade da habitação nas periferias de Sumaré acentuou ainda mais a perda de referências. A intensa migração contribuiu com a desagregação social. A construção da casa estava entranhada na memória das mulheres, porque ela era o marco de uma nova era na história da família. As narrativas das mulheres rememoravam a periferia deixada para trás e fazia a passagem para a moradia na terra definitiva. A construção da moradia ocorreu conforme os recursos de cada membro do grupo e à medida que a conquista da terra se tornava coisa certa. Dona Iolanda narrou os detalhes dessa nova mudança:

Quando saiu a terra, conseguimos vender a casinha que a gente tinha na prefeitura, só que eu pedi um prazo para o senhor que comprou e ele deu. Mas a mulher dele não deu o tempo que eu precisava, pois eu tinha coisa para acertar, como o pré-natal, que ficava aqui em Sumaré. E ela foi muito dura comigo, porque eu fui fazer o pré-natal e quando cheguei, ela já tinha colocado todas as minhas coisas para fora. Eu não tinha grandes coisas, mas eles já tinham colocado tudo para fora e tinham entrado.

Eu queria sair no bem, por que todo lugar que eu morava eu deixava uma planta, eu não queria sair de mal com ninguém e a deixei ela dentro, com o marido. Graças a Deus eu estava indo embora, na terra que tinha saído. Estava indo sem casa sem nada, mas eu daria um jeito. Daí eu vim na prefeitura, conversei com o prefeito, ele falou para ficar sossegada, que ele daria o caminhão para levar minhas coisas. Ele me ajudou e quando cheguei na terra só tinha dois paus fincados e eu tinha prevenido e comprado uma lona preta.

O senhor que foi entregar a minha mudança perguntou, *‘onde é que você vai ficar, onde é que é a sua casa?’* E eu respondi que não era casa, era um pedacinho de terra que colocaria uns pedaço de pau e a lona em cima. Ele falou que de maneira nenhuma iria descarregar o caminhão, que eu iria voltar com ele e chegando à prefeitura arrumariam um lugar para colocar eu - que estava grávida perto de dar a luz e com as crianças pequenas.

Então eu falei para o senhor se acalmar e descarregar minhas coisas que logo eu já teria onde morar. Também foi uma vizinha, Tereza, que falou para ele não esquentar por que ela veio comigo, pois sabia que não eu tinha nada aqui e que à tarde eu já teria onde morar.

Logo ela já passou a mão no martelo e eu fui conversar com um senhor lá que iria me ajudar. O meu marido tinha ido me encontrar só que ele foi por uma estrada e eu fui por outra e não nos encontramos. Quando foi cinco horas da tarde o barraquinho já estava pronto com a lona em cima, e a minha ‘mudancinha’ já dentro. E tudo tranquilo, eu já fui fazendo a janta... E daí a gente ficou.

Nos mudamos numa sexta-feira, no sábado estava tudo ajeitadinho e comecei a fazer uns canteiros com umas verduras, pois quando o neném nascesse eu já teria umas verduras para se alimentar e para as crianças também. Nisso

¹²³ MARTINS, J.S., 2003, p. 57

passou uma senhora dizendo pra ir para cama descansar, por que estava perto de dar a luz e não era para estar com enxada na mão. E eu brinquei com ela que enquanto não tivesse com as verduras encaminhadas não iria descansar.

Quando foi na segunda-feira, eu já fui para o hospital, fui de ônibus com dor, não chamei ambulância. Era para fazer laqueadura também e o médico falou para o meu marido ir embora, que o neném iria chegar lá pelas duas horas da manhã. E eu falei para o doutor que não iria passar das dez horas da noite. E quando foi dez horas o nenê nasceu, só tinha esperado ir para terra para nascer.

Quando a gente veio para cá, não tinha uma árvore plantada para fazer sombra, era terra limpa. E a gente veio construir as barraquinhas de lona, de novo. Saímos da lona de lá e viemos para a lona de novo. Eu me lembro dessa árvore que a gente tem aqui ela estava bem pequena e a minha filha mais velha falou que ia levar e trouxe.

O sol estava quente e ela plantou a árvore, fizemos a barraquinha – a gente trabalhava durante o dia, e à tarde a gente retornava para lá, e quando a gente voltou para morar definitivamente percebemos que a árvore tinha pegado e a gente continuou tratando dela e hoje é essa árvore enorme.¹²⁴

Apesar do uso da linguagem no diminutivo – barraquinho, mudancinha, casinha -, na história narrada, dona Iolanda nos indicou grandes ações em que superou as dificuldades de uma gravidez unida ao despejo. Na condição de mulher, responsável pelas tarefas domésticas, a situação de carência que dona Iolanda enfrentou no início do assentamento foi significativa: o final da gestação do filho, falta de água encanada e energia elétrica, precariedade nos transportes e dificuldade de acesso ao posto de saúde e à escola. A precariedade da vida no assentamento afetava a todos, entretanto, no caso das mulheres se agravava, pois suas tarefas domésticas tornavam-se mais árduas.

A casa representava a edificação da história da própria família, por ela transitavam filhos, filhas, genros, noras, avós, avôs, etc. Ela era o símbolo da agregação e a nova referência de todos os seus membros que lhes asseguraria a transição para a nova situação de assentado.

Dona Tereza, que havia vivido de perto a desagregação com o marido e o filho alcoólatras durante os dois anos no acampamento, no assentamento, necessitou de recursos econômicos para se enraizar na terra definitiva e a história da construção de sua casa foi um marco na sua luta, por isso narrou as dificuldades vividas no momento de transição. O trecho abaixo transcreve as dificuldades que ela viveu no momento do acampamento para o assentamento:

E de lá a gente veio para cá. Chegamos aqui e o meu filho continuou bebendo, o meu marido continuou bebendo e nós brigávamos. Nós brigávamos por que a gente achava um jeito de retornar as palavras com outras palavras piores. Ele

¹²⁴ Idem, op. cit.

me xingava e eu xingava ele e foi aquele problema e o meu filho bebia e ele bebia também.

Para fazer esses barracos aqui, foi com umas vaquinhas de leite que a LBA deu para comprar umas vacas, só que o povo foram em Minas e compraram umas vacas secas, velhas, não compraram vaca boa. Aí fizeram o sorteio e os que saíram com vaca boa foi vaca boa, nós saímos com vaca velha foi vaca velha.

E eu cuidando dessas vacas. O meu menino, que está aí e era menino e, plantava na roça, mexia com a roça, plantava mandioca, plantava tudo e o meu marido também. Aí eu vendi uma dessas vacas e o dinheiro que ganhei eu comprei umas portas e umas janelas. O mais foi leite que eu vendi, levava de sacola na Avenida Bandeirante – levava leite, levava quiabo para vender para outro bairro para lá e conseguir viabilidade e comprava areia, comprava tijolo para ir conseguir fazer essa casinha.¹²⁵

A edificação da casa dependia da fixação na terra e esta, por sua vez, estava associada à produção agrícola no assentamento. Somente a renda gerada nos lotes poderia proporcionar a fixação na terra, daí a casa não ter sido construída no Horto Boa Vista, lugar marcado pela transitoriedade da lona, e sim no Horto Florestal de Sumaré, na terra concedida.

Dona Tereza vendeu uma vaquinha para iniciar o ‘barraco’. Para a construção das casas era necessário amealhar recursos para compra de areia, cimento, tijolo, telha. A necessidade de geração de renda era constante na vida dessas famílias, que, paulatinamente, foram abandonando suas ocupações na cidade em troca de diferentes estratégias de trabalho. A terra não era suficiente para ocupar a mão-de-obra de toda a família.

A viabilidade econômica deu-se por meio de diferentes caminhos e estratégias híbridas, que combinavam uma produção destinada ao comércio e outra para a garantia da subsistência alimentar da família. O quê produziriam e como produziram tornou-se tema de muitos debates, encontros e decisões, nos quais o funcionamento da comunidade estava em jogo.

Os ciclos da produção nos lotes agrícolas, inferidos a partir da leitura dos relatórios da Feagri, não aparecem de forma clara na memória das mulheres que falaram da roça de maneira subjetiva e fragmentada. Suas lembranças da produção revelaram um mosaico de produtos cultivados ao longo dos vinte anos de assentamento. Num relatório da Feagri/Unicamp, de 1995, realizado com o propósito de mapear os problemas do assentamento identificados no período, a questão da produção é referida da seguinte maneira:

¹²⁵ Idem, op. cit.

Quando iniciávamos o preenchimento do questionário com a esposa do titular, em geral só completávamos as questões que se referiam a composição familiar, às condições de habitação e caracterização do quintal, e numa segunda fase o marido completava as respostas, e principalmente nas questões de comercialização, crédito e renda, só o titular do lote mesmo sabia responder.¹²⁶

O pesquisador sugere uma divisão sexual do trabalho no assentamento que, em nossa perspectiva, reproduzia aquela encontrada na sociedade tradicional camponesa, como forma de persistência da cultura camponesa.

O primeiro ciclo produtivo pode ser caracterizado como uma experiência coletiva, em que a produção nos lotes agrícolas era decidida em assembléia. Essa forma de produção se deu devido à escassez das terras, assim como à opção ideológica, frutos dos vínculos com o MST, Cebis e outras entidades que propunham uma sociedade mais igualitária. Foi no bojo dessas discussões que nasceu o projeto da criação de gado leiteiro, no final da presidência de José Sarney (1985/89), quando a Legião Brasileira de Assistência (LBA) financiou as famílias a compra de vacas leiteiras. Segundo Antonio Segura,

Tivemos um projeto de produção de gado leiteiro com três cabeças de gado por família, era vaca de Holanda. Tinha cento e dez cabeças de gado quando saiu, era época do Sarney. E nós pagamos todo o gado com a própria produção.

Depois o gado era comum e o povo quis saber qual era a sua vaquinha e foi difícil de separar. Uns ficaram comunitário e progrediram, quem pegou sozinho perdeu. Por que quando estava com cento e dez cabeça e morria uma cabeça o prejuízo era dividido por todo mundo, ninguém sentia o prejuízo, quando o cara quis suas três cabeças, se morria uma cabeça morria um terço do que ele tinha.

Teve pessoas que perdeu tudo, por que não tinha o trato, por que tem pessoas que não sabe cuidar do gado. Era uma parceria com a LBA que financiou e nós pagamos tudo. Eu também estava no projeto. Como que a gente pagou? Primeiro olha o problema por que você não pode pagar em leite '*in natura*'.

O projeto que veio de Brasília era para pagar em produção, em leite, só que pela vigilância sanitária você não podia vender leite '*in natura*', então o que a gente fazia, vendia o leite por aí afora e pegava o dinheiro e ia lá nas creches e ver o que elas queriam – leite em pó, liquidificador industrial, por que a gente tinha que devolver o produto para as creches de Sumaré. Era essa forma da gente devolver o dinheiro.¹²⁷

O projeto da leiteria foi elaborado no calor da luta pelos agentes sociais que participaram do processo de conquista da terra no intuito de prestarem assistência às famílias que ainda se encontravam em situação precária e em face de uma política

¹²⁶ Relatório de Pesquisa, produzido em 1985 – Acervo Feagri/Unicamp

¹²⁷ Antonio Segura, viúvo de Maria Aparecida de Jesus Segura e titular do lote 5 - Entrevista concedida no dia 12/08/2007.

estatal que, apesar da regularização dos lotes, não sustentou o financiamento para a produção. O projeto levado a cabo, no entanto, não obteve sucesso. As dificuldades vividas pela comunidade neste período significaram um trauma na memória das mulheres que o citaram de passagem e em tom de reclamação. Tornou-se um projeto doloroso para os assentados, por isso o silêncio sobre suas lembranças.

Cida ordenhando sua vaca em 1989¹²⁸

Em torno dele apareceram as primeiras desavenças e a comunidade subdividiu-se em grupos. O conflito foi perceptível na fala de dona Tereza ao reclamar do “*povo, que foi para Minas Gerais e comprou vacas boas e ruins e na hora da divisão ela ficou com as vacas ruins*”. O mediador chamado de “*povo*” por dona Tereza era primeiramente Laudenor, morador do assentamento e responsável pelo projeto, segundo Antonio Segura:

O projeto funcionou bonito, o Laudenor era o responsável, ele já faleceu. Nós tivemos que ir a Campinas várias vezes na assistente social falar sobre o projeto que nós estávamos fazendo e o que era para fazer. Aqui em Sumaré tinha que ir à assistente social do Estado, por que a prefeitura era contra nós. Então o Estado falava qual eram as creches para nós ajudarmos. Então, a gente comprava produto e entregava, levava nota fiscal para abater da dívida. Não devolvia dinheiro, devolvia as notas fiscais, assim equipamos as creches.¹²⁹

Laudenor era um dos representantes do assentamento que negociava com os mediadores responsáveis pelo projeto. Defendia a produção coletiva e o modelo de

¹²⁸ Autor desconhecido - Arquivo Pró-memória de Sumaré

¹²⁹ Idem, op. cit.

cooperativas agrícolas, conforme orientações do MST, como forma de organização dos assentados. Para o MST os produtos deveriam ser vendidos de maneira coletiva e não individualmente, forma de comércio considerada desvantajosa.

Não obstante, a necessidade das famílias de geração de renda se contrapunha à necessidade de investimentos que um projeto do porte da leiteria exigia. Talvez, esse tenha sido um dos motivos da saída de dona Tereza que vendeu primeiro uma vaquinha, ou seja, um terço do seu rebanho, já que cada assentado recebeu três vacas. Depois vendeu o leite diretamente para os consumidores, carregando-o em uma sacola pela Avenida Bandeirante e burlando as regras da vigilância sanitária, assim como divergindo das diretrizes do movimento que apostava nas negociações coletivas. Com esse recurso dona Tereza construiu sua casa.

Na visão do agrônomo Reginaldo T. Ruiz, alguns erros foram cometidos no percurso da implantação, como comprar gado de dupla aptidão, corte e leiteiro. Mas na perspectiva do agrônomo, talvez o maior deles fosse o desconhecimento da cultura dos assentados que não tinham a experiência com a criação de gado leiteiro, pois eram agricultores de café, feijão, milho, algodão, cana, soja, etc.

Sem contar que a implantação de uma leiteria exigia esforços econômicos para a criação da infra-estrutura necessária para atender as demandas da vigilância sanitária, como a construção de um barracão e também a selagem do leite, já que a comercialização deste ‘in natura’ era proibida.

No momento do assentamento, dona Tereza sentia que suas três “vaquinhas” ficavam perdidas na imensidão do rebanho, que comportava aproximadamente 100 cabeças de gado. Para ela sua casa era mais importante que o pasto feito sob orientações modernas de um investimento voltado para o mercado, assistidas por um agrônomo, financiada pela LBA¹³⁰. Dona Tereza preferiu a tradição da pequena sobrevivência, do mínimo necessário de integração com o mercado, característica da cultura camponesa. Então, saiu do grupo comunitário.

O pagamento do financiamento da leiteria complicou devido à difícil negociação com os poderes municipais, cujo prefeito da época era José Denadai (1983/88), não aceitou que os assentados pagassem o financiamento com equipamentos para as creches

¹³⁰ Legião Brasileira de Assistência. É uma sociedade civil fundada por Darcy Vargas em 1942, para assistir as famílias dos soldados enviados a II Guerra Mundial. Finda a guerra e passou a prestar assistência às famílias necessitadas em geral.

municipais de Sumaré. Assim, os assentados foram à Campinas para negociar com uma assistente social do Estado de São Paulo, que forneceu uma lista de creches.

O projeto que veio de Brasília estabelecia o pagamento em produtos, porém desconsiderava que as creches não podiam receber leite *'in natura'*, apenas leite em pó. Além do trabalho dispensado na produção do leite, os assentados tinham que se responsabilizar pela venda, buscar creches e comprar os produtos exigidos. Enfim, pagavam a dívida com notas fiscais e não com dinheiro, coisa bastante complicada para a cultura camponesa habituada a tratar de negócios no trato da palavra.

Era um projeto complexo diante da comunidade de camponeses que ainda firmava os primeiros passos. O projeto era em conjunto com a área I, uma cerca separava os dois rebanhos. Os pastos e as instalações ficaram numa área comum, distante dos assentados da área II, exigindo esforços das famílias que formavam duplas e revezavam-se para cuidar do rebanho à noite.

A baixa rentabilidade dos lotes sempre foi alvo de questionamento dos agentes de mediação e preocupação dos assentados, ameaçados de despejo pelos poderes públicos que a todo o momento os acusavam de invasores. O milho, o café e o tomate foram os produtos escolhidos pela maioria da comunidade para serem cultivados nas terras coletivas que seriam trabalhadas por todos da comunidade e, por fim, a renda gerada seria dividida entre todas as famílias. Pesquisadores ligados à faculdade da Agronomia da Unicamp (FEAGRI) escreveram sobre o primeiro ciclo econômico percorrido pelos assentados:

O primeiro ano do assentamento, em 1988, resultou em uma boa safra de milho, o que estimulou seu plantio no ano seguinte. Em 1990 substituíram o milho, cujo preço já estava em queda, pelo café. Esta opção foi também motivada por um problema político com a prefeitura de Sumaré, que pretendia fazer com que a área do assentamento de Sumaré II fosse transformada em um conjunto habitacional, dada sua localização. Uma cultura permanente poderia ser contada como um elemento importante para sua permanência na área, sobretudo naquele momento em que ainda não havia tanta certeza que ela havia sido realmente conquistada.¹³¹

Em parte, a substituição do milho pelo café, em 1990, foi motivada por um problema político com a prefeitura de Sumaré, que reivindicou a área para a construção de um conjunto habitacional. Assim, o café apareceu como estratégia num contexto em que a luta não havia cessado. A cultura do café, perene, surgiu como solução diante da

¹³¹ BERCAMASCO, S.M.P. "Perfil dos Assentamentos de Sumaré", In FERRANTE, V.B (Org.), Retratos de Assentamentos, Ano III, n° 5, Araraquara : Universidade Estadual Paulista, 1996, p 14

ameaça de expropriação feita pelo prefeito Paulino José Carrara (1989/92), que deu continuidade à política do prefeito antecessor do não reconhecimento da luta dos assentados.

Em 1994, as famílias buscaram a irrigação, a diversificação e a fruticultura, uma vez que a queda de valor do café no mercado e a reduzida área do lote, acrescida ao longo período de estiagem que atravessaram no início da década de 1990, fizeram com que os assentados revissem sua produção.

Concomitante à discussão da produção, a forma de trabalho da comunidade foi debatida em meio a uma infinidade de reuniões, entre assentados e mediadores. Cida assim se pronunciou junto aos pesquisadores da Feagri sobre o primeiro ciclo da produção coletiva;

Desde o início, quando viemos para cá, foi pensado em fazer um trabalho coletivo. Dois anos a gente ficou no Horto da Boa Vista, ao lado de Campinas. Lá também a gente fez as mesmas culturas. Quando foi para a gente vir para cá, pensamos em plantar o milho coletivamente. Foi todo um trabalho de financiamento, discutir como ia ser financiado, como ia ficar devendo, tinha um engenheiro que acompanhava bem a gente no começo, fazia planilha de custo, o que ia gastar, o que ia necessitar para fazer uma boa cultura ¹³²

O trabalho coletivo foi estratégia durante os primeiros dois anos do assentamento. A escolha do cultivo e sua produção eram decididas coletivamente nas assembléias, onde apenas os titulares votavam. Cida era a única mulher que havia conquistado a titulação da terra. Lembremos que o DAF atuava segundo o Código Civil, no qual apenas o nome do chefe da família era permitido para emitir o termo de autorização de uso dos lotes agrícolas. Isso explica o conhecimento menos preciso das mulheres quando questionadas sobre a produção agrícola.

A proposta de produção coletiva vinha ao encontro do ideário comunitário que a Igreja defendia, no qual a terra era um bem comum e por isso deveria ser trabalhada coletivamente. Essa proposta era baseada na experiência bíblica dos primeiros cristãos de Jerusalém, que possuíam tudo em comum e praticavam a solidariedade e igualdade. Tal proposta foi rechaçada logo no início da consolidação da área I de Sumaré que ofereceu resistência às imposições da Igreja. Vários agentes – padres, leigos ligados a movimentos de casais não envolvidos no processo de conquista da terra, coordenados pelo Padre Rubio apareciam no assentamento para ajudar. O ‘grupo de apoio’ tentou

¹³² Depoimento de Cida. Apud, BERGAMASCO, Sonia “Perfil dos Assentamento de Sumaré”, FERRANTE, V.B. (Org.) Retratos de Assentamentos, Ano III, n ° 5, Araraquara : Universidade Estadual Paulista, 1996, p 14

impor a implantação da proposta comunitária e, por isso, entrou num processo de enfrentamento, no qual a Igreja abandonou o apoio material que até então tinha fornecido para aos assentados.

O DAF incentivou a construção das agrovilas, moradias planejadas no mesmo lado da rua, conforme modelo urbano. A proximidade entre as casas era vista como um fator agregador, ao contrário das moradias em cada lote que poderiam conduzir ao isolamento, dificultando a união e a defesa do grupo, durante o governo de Orestes Quércia. Assim Segura recordou dos conselhos do agrônomo: *“Se for fazer uma casinha aqui, a outra lá como você vão fazer para se juntar? Nós estamos num momento muito difícil tem que se agrupar, tem que se defender um ao outro! Como vocês vão fazer?”*¹³³

As políticas públicas engendradas pelo governo do Estado de São Paulo foram no intuito de incentivar a organização de associações de pequenos produtores rurais. Em 1984, ainda no governo de André Franco Montoro, o IAF elaborou um plano de ação, que orientava os agrônomos junto aos assentamentos a defender formas coletivas de produção.

A preocupação com as associações coletivas estava associada à dimensão econômica. Reinava a idéia de que a agricultura camponesa era insuficiente para elevar o poder aquisitivo dos trabalhadores rurais. Luiz Carlos Tarelho fez as seguintes considerações sobre a intervenção, do governo do Estado de São Paulo, nas organizações coletivas:

Isto é, espera-se que, ao se associarem, os camponeses adquiram maior facilidade de terem acesso a recursos, métodos e técnicas que lhes permitam utilizar e combinar os fatores de produção envolvidos de forma mais eficaz, de modo a tornar o empreendimento mais competitivo, rendoso e viável. No fundo, espera-se com isso, que os trabalhadores substituam a mentalidade camponesa, do trabalho familiar e da produção para a subsistência, pela mentalidade empresarial.
¹³⁴

O prosseguimento da experiência coletiva do acampamento no assentamento durou dois anos e foi decorrência dos compromissos firmados com as mediações, que participaram da conquista da terra. O trabalho coletivo era sinônimo de consciência política e o trabalho familiar era visto como uma relação atrasada e individualista.

¹³³ Idem, op. cit.

¹³⁴ TARELHO, L. C. Da consciência dos direitos à identidade social: Os Sem Terra de Sumaré Dissertação de Mestrado/PUC/SP, 1988, p. 213

Criou-se uma relação direta entre coletivo/consciência política e individual/familiar/alienação.

O MST incentivava as organizações coletivas e a cooperativa era considerada modelo de produção, pois facilitava a atuação dos assentados na militância. O trabalho de liderança poderia assim ser conciliado com o trabalho na roça. O plantio coletivo era estratégia para resolver a ausência daqueles que saíram para os eventos agendados pelo movimento, que precisava da retribuição dos assentados para se espriar além de Sumaré. Davi Felix Schreiner, que analisou a experiências das cooperativas nos assentamentos no sudoeste e oeste do Paraná, assim escreveu:

Com efeito, o assentamento, para além de uma fração da territorialidade do capital conquistada pelos trabalhadores, deve ampliar a potencialidade de espacialização e territorialização da luta pela reforma agrária. Ou seja, trata-se, entre outras questões, de transformar a luta pela reforma agrária. Ou seja, trata-se, entre outras questões, de transformar a luta econômica em luta política para construir na prática a utopia socialista. Nesse sentido, o cooperativismo propiciaria as condições necessárias para atingir os objetivos orgânicos do MST.¹³⁵

O MST fomentava a formação de cooperativas como um investimento de maior viabilidade econômica e sustentação jurídica. A cooperativa era considerada portadora do germe da transformação social que poderia conduzir ao socialismo, ao contrário da cultura camponesa, avessa às grandes rupturas e apegada à posse da terra.

Mensurar o trabalho de cada família na produção coletiva não foi tarefa fácil. Quem deixava o trabalho na roça para trabalhar na militância junto ao MST também deveria receber sem ter comparecido à roça? Militância era trabalho? Laudenor, *‘que vivia com a pasta debaixo dos braços buscando e levando projetos para a comunidade’*, deveria receber como qualquer outra família que labutava todos os dias na produção?” Doença era motivo para o não comparecimento no dia de vigília das vacas coletivas? Eram novas relações que acompanhavam a onda da modernização da economia rural, muito inovadoras para o costume da tradição camponesa que se regulava a partir do trabalho familiar.

Exemplo de apoio ao trabalho coletivo foi o da Igreja Católica que, através das Cebs e da Pastoral da Terra contribuiu com um trator no período de acampamento, no Horto Boa Vista. No assentamento, ganharam o segundo trator, que era grande na fala das mulheres e deveria ser a ferramenta de trabalho nos projetos da produção coletiva.

¹³⁵ SCHREINER, Davi Felix, *Entre a Exclusão e a utopia*. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002, p.335

O trator se viabilizaria economicamente se seu uso fosse intensivo. Em pequenos lotes isto seria impossível, por isso a necessidade de uma produção unificada, coletiva. Com isso, os tratores criaram demandas na comunidade, que se reunia para melhor planejamento no seu manuseio, pois era uma ferramenta de alto custo e de difícil manutenção.

A condição de assentado também trouxe a presença dos bancos e estes exigiram a formação de grupos para o financiamento, pois isso facilitava o trabalho burocrático do sistema de cobrança. Desta maneira, transferiu-se a responsabilidade para o conjunto da comunidade, que passaria a cobrar individualmente os assentados. O agrônomo Reginaldo T. Ruiz assim definiu o período de pagamento dos empréstimos coletivos:

Criava um problema imenso na comunidade, por que juntava dez ali e que no meio de dez tinha um que não podia olhar pra cara do outro. Dois não se davam bem e ficam brigando no meio de uma reunião, acabava com a reunião. E como gerenciar isso daí? E no dia que vence a conta que tem que pagar, tem que reunir, tem uma continha de quinhentos contos pra pagar. E um tem que dar cinquenta, outro tem que dar cinquenta, e aquele e 'Ah! Mas eu não tenho dinheiro', aí era outra briga.¹³⁶

O trabalho coletivo do assentamento assim como as vacas leiteiras representava lembranças difíceis de serem rememoradas. Nas entrevistas, as mulheres faziam mais referências à fartura das plantações no acampamento do Horto Boa Vista, onde haviam experimentado o trabalho coletivo. Porém, quando falaram da experiência coletiva no assentamento, foi de maneira breve, sem comentários, conforme a fala de dona Edite: *“Uns dois anos a gente trabalhou num grupo na associação, plantando milho verde... Depois foi dividindo as terras pra cada família. Ser sócio não dava mais pra trabalhar assim, em sociedade, foi dividido. Cada qual tocar a sua, cada qual planta o que quer.”*¹³⁷

Em 1990, podemos demarcar o início do segundo ciclo econômico, no qual as famílias assentadas decidiram pelo desfecho do projeto coletivo e partiram para a produção semi-coletiva. Era a resistência das famílias impregnadas da cultura camponesa que se opunha à lógica do mercado que se fazia presente através da escolha de outra forma de integração ao sistema. Pouco preocupada com a produção em larga escala, como propunha as diversas mediações, queriam ter a liberdade de decidir o que e como plantar.

¹³⁶ Reginaldo Toledo Ruiz, Agrônomo responsável pelo assentamento no período de 1996 à 2006. Entrevista realizada em 29/08/2007.

¹³⁷ Idem, op..cit.

Por um lado, não queriam mais obedecer a ordens, afinal a conquista da terra tinha significado a liberdade de desvencilhar-se do patrão, por outro lado, a organização de um grande negócio pressupunha investimentos, os quais as famílias descapitalizadas não possuíam. Conforme Antonio Segura:

No início a diretoria da Associação era eleita a cada dois anos, aí fizemos uma assembléia passada e passamos para três anos. A finalidade dela é cuidar do assentamento, promovendo a questão cultural, promover facilidades para a gente vender os nossos produtos. O estatuto dela é quase uma cooperativa, mas cooperativa a gente não quis fazer por que a gente já tinha um receio da ditadura militar de que a cooperativa era controlada pelo governo, sempre foi: a cooperativa sempre teve um controle federal e nós não queríamos controle de ninguém, nós queríamos ser nós mesmo. É muita burocracia, é papel, é muito papel e a associação não, é um negócio mais suave entre nós e nós vamos fazer as nossas coisas.¹³⁸

A Associação dos Moradores, como representante dos assentados, tornou-se responsável pela administração dos equipamentos conquistados coletivamente, assim como mediadora dos conflitos que o coletivo havia deixado para trás. Segundo Luis Sinésio, as *'coisinhas'* que ficaram pelo caminho, tinham um significado bastante diverso:

São pequenas coisas que a gente viu, primeira coisa que eu faço é abrir a mão e falo “olha meus dedos, são cinco dedos e nenhum é igual, e assim é o ser humano. Deixa-me falar de dois fatos que ficou marcado nesse assentamento *'amanha cedo a gente vai marcar um trabalho coletivo'*, vai eu, vai você, vai ela e a gente vai começar trabalhar a sete horas da manhã. Só que de repente eu fiquei doente, a minha esposa ficou doente e eu não compareci, o que eu tenho que fazer, a minha primeira providência é socorrer.

Então falam, *'ah, mas o Luiz já não veio hoje? O trabalho é coletivo como vai fazer/ Eu estou trabalhando pra ele?'* Então dava esses tipos de problema, falta de compreensão, um problema que todos estão sujeitos. Nós estamos indo trabalhar. Fumar? Eu não fumo, quem fuma tem a necessidade de parar pra fazer o cigarro dele e eu continuo *'eu estou trabalhando e ele está fumando?'*

São coisinhas que acabou por prejudicar o trabalho coletivo: talvez a forma de plantar, uma vez nós tomamos a decisão aqui de plantar o café, por que a gente tinha o risco do pessoal pegar as terras, foi uma decisão política, mas muitos não concordaram, contrariou muita gente. Depois ficou provado que não deu certo, tanto é que não tem mais café, só a família da Lucilene que tem alguns pés de café, os outros todos arrancaram.

Então é a forma de trabalhar: no coletivo prevalece a vontade da maioria, se eu perdi na votação em tese eu teria que acompanhar, mas eu fiquei chateado então eu saio do coletivo, então foram coisinhas assim que acabou a gente acabou optando por trabalhar em regime familiar.”¹³⁹

¹³⁸ Idem, op. cit.

¹³⁹ Idem, op. cit.

A Associação, que havia tido um papel decisivo na implantação da produção coletiva até o fim da década de 1990, na metade da mesma, estava imersa em conflitos. Era necessário gerenciar o processo de mudança de tal maneira que os equipamentos coletivos, como os tratores, fossem ainda preservados. Lembremos que Luiz Antonio Fleury Filho era governador de São Paulo e os assentados contavam com a orientação de um engenheiro agrônomo ‘administrando’ projetos com poucos recursos financeiros. Sobre isso o relatório da Feagri registra:

Em geral, todos os projetos elaborados foram feitos em grupo, pois os subsídios e os auxílios do Estado só vinham para os que assim se articulavam. Um dos assentados até reclamou da exigência do DAF de que deveriam se organizar em associação. O sucesso ou fracasso destes projetos se referem às vantagens ou dificuldades de se articularem em grupo. Temo considerar que as vantagens sejam simplesmente devido à fatores externos com por exemplo: as exigências dos órgãos públicos, a facilidade para comercializarem, o manejo da terra, etc, pois se pudessem prescindir destes limites, não recorreriam a esta forma de organização.¹⁴⁰

Naquele momento, as lideranças da área II buscaram apoio de Sonia Bergamasco da Feagri que, desde 1989, mantinha vínculos com os assentamentos. Num relatório produzido em 1992, encontramos a primeira intervenção da faculdade quando acompanharam a implantação do Projeto da batata-doce irrigada - três famílias inspiradas pelo sucesso da irrigação no grupo I resolveram levar o projeto adiante.

Este projeto foi de iniciativa de três pessoas do assentamento mais especificamente: Luiz (secretário), Laudenor e Luiz. Eles resolveram fazer um cultivo conjunto de suas terras, tendo em vista que algumas eram mais debilitadas e outras melhores, cada uma mais inclinada para determinados tipos de cultura. Um dos pré-requisitos para formação do grupo era que os três faziam parte da liderança do assentamento e tinham problemas e disposições parecidas. O trato feito entre eles é de que, Luiz, o secretário, ficaria mais voltado para o cultivo das terras, e os outros dois ficariam mais no contato externo ao assentamento.¹⁴¹

O segundo ciclo econômico foi marcado pela introdução da horticultura. A pouca fertilidade da terra aliada à falta de recursos hídricos se constituía num dos maiores problemas enfrentados pela comunidade dificultando uma produção geradora de renda. Assim, a necessidade de assistência técnica para o reconhecimento da área favoreceu a presença da Feagri que desenvolveu um projeto de irrigação para otimizar a produção nos lotes, cujo cultivo implicou a organização das famílias em grupos.

¹⁴⁰ Relatório “Levantamento Sociológico das famílias do Assentamento de Sumaré II, Feagri/Unicamp, 1995, Acervo/Feagri, p 9

¹⁴¹ Relatório Feagri/Unicamp, 1992.

Sobre o período da horticultura, o presidente da Associação comenta que

Foi aí que percebemos que não poderíamos só plantar milho, arroz, feijão, a gente vai ter que trabalhar com outros produtos então entrou a época da gente trabalhar com as hortas. Inclusive a Unicamp e a UNESP tiveram um papel decisivo quando falaram com a associação, com os assentados que tanto do II, como do I falando “gente os assentamentos de Sumaré está a 30 quilômetros da cidade de Campinas, uma cidade com quase um milhão de habitantes, tem a cidade de Jundiaí há cinquenta quilômetros, há cem quilômetros da capital.

Vocês não podem estar plantando o arroz, ocupar uma roça com milho e ficar sete/oito meses com uma roça parada, vocês tem que usar mais tecnologia” e graças a Deus 80% dos assentados entendeu isso e partiu para a cultura da horta esses produtos que são mais rápidos e mais caros, uma alface do primeiro dia que você planta até quarenta dias você está colhendo, então dá para fazer vários plantios, e o pessoal absorveu bem essa idéia de dar resposta.¹⁴²

A horticultura apareceu como opção às monoculturas coletiva e ocorreu sob a égide da agricultura familiar, que usaria o coletivo apenas para subsidiar a compra de equipamentos agrícolas ou projetos de financiamentos. Compraram um motor para irrigação, que trouxe problemas para a comunidade gerenciar. A carência de recurso hídrico não podia ser sanada com a presença de motores, pois a viabilização do projeto dependia da elaboração de um projeto mais complexo que atendesse as carências hídricas. Sonia Bergamasco escreveu avaliando o período:

O projeto de irrigação não foi bem sucedido, pois apesar de terem obtido crédito para tal investimento, que permitiu a aquisição de equipamentos, a baixíssima disponibilidade hídrica inviabilizou sua utilização. O planejamento foi péssimo, sobretudo porque não incluiu as fontes de captação de água. Problemas como este somente são compreendidos se levarmos em conta a tradicional inconsistência das políticas de desenvolvimento traçadas pelo Estado para os assentamentos de reforma agrária.¹⁴³

A inconsistência do governo do Estado de São Paulo, que não cumpriu o acordo de cooperação firmado entre universidades, estado e assentamentos, deixou o projeto sem apoio financeiro. Após a avaliação técnica da Faculdade de Engenharia sobre os recursos hídricos, constatou-se que o assentamento era composto de áreas degradadas e que a necessidade da construção de uma represa, a partir de um lago próximo dali, demandava maior apoio do Estado. A represa não chegou a ser construída e muitas famílias ficaram para trás, o que gerou um processo de diferenciação social dentro do assentamento.

¹⁴² Idem, op. cit.

¹⁴³ BERCAMASCO, S.M.P. “Perfil dos Assentamentos de Sumaré”, In FERRANTE, V.B. Retratos de Assentamentos, Ano III, n° 5, Araraquara : Universidade Estadual Paulista, 1996, p 14

No final das contas, a irrigação se tornou um projeto de alto custo, nem todas às famílias tiveram acesso a sua implantação, uma vez que a tubulação, a fiação e o conserto ficavam sob encargo dos assentados, que diante de tão poucos recursos se esquivavam da sua manutenção. Segundo fala de dona Edite,

Nós não temos irrigação. Aqui, poucas famílias têm: o vizinho que é marido de uma sobrinha minha tem e planta feijão, goiaba, milho direto por que ele tem o projeto de irrigação, agora para nós aqui é muito mais difícil, fica mais caro para abrimos uma represa. Temos um tanque ali embaixo é só mandar arrumar de novo, mas o custo da energia, dos fios para ir água lá em cima fica muito caro e dependendo do que você plantar não tira.¹⁴⁴

Foi em meio à trama da decadência da proposta coletiva e em face da necessidade das famílias de geração de renda que a Feagri elaborou o projeto “Observação Permanente de Sistemas de Produção Familiar em áreas reformadas no Estado de São Paulo”. Levaram em consideração as dificuldades referentes às questões físicas da área II – pouca terra e de baixa qualidade, falta de água e de recursos financeiros -, buscando novas estratégias de produção, uma vez que o modelo de produção coletivo estava esfacelado e os assentados, em processo de disputa pela condução das mudanças. Conforme havia constatado o relatório produzido pela Extensão Universitária da Feagri,

Muitas das histórias que me contaram estão desconstruídas e incoerentes, alguns omitem fatos e outros fantasiam os mesmos, como podemos perceber ao comparar as informações, principalmente quando nos referíamos a acontecimentos por outros relatados, alguns se constroem e outros disfarçam. É incrível a quantidade de histórias que poderíamos reunir se procurássemos sistematizar exaustivamente às experiências vividas em todos estes anos por estas famílias, e infelizmente a história que está se construindo agora, é de ressentimento.¹⁴⁵

A partir de então, a Feagri propôs cursos de capacitação para que o assentamento dispusesse de pessoal qualificado para lidar com novas tecnologias. A partir de trabalhos de pesquisas de campo, a Feagri reuniu um banco de dados para compreender os conflitos presentes no lugar e a partir de então traçar estratégias de organização e planejamento que tinham como objetivo viabilizar os grupos de trabalhos.

Neste empreendimento, as visitas dos alunos da Unicamp tornaram-se rotineiras. Grupos de estudantes visitavam as famílias pesquisando diversas demandas da comunidade, como por exemplo, o uso dos equipamentos agrícolas que estavam em

¹⁴⁴ Idem, op. cit.

¹⁴⁵ Relatório “Levantamento Sociológico das Famílias do Assentamento Sumaré II produzido pela Feagri em 1995 – Acervo Feagri, p.2

processo de desgaste no desfecho do projeto coletivo, a carência de recursos hídricos, as dificuldades com a comercialização, etc.

Visita da Profª Drª Sonia Bergamasco e a Profª Drª Marion Aubrée Antropóloga da “École de Hautes Études en Sciences Sociales” de Paris¹⁴⁶

A presença da Unicamp, neste momento, tinha como foco o reconhecimento das relações sociais engendradas no ruir do trabalho coletivo. Neste relatório, percebemos o objetivo da intervenção da pesquisa, cujos questionários buscavam mapear as relações de afinidades e oposições entre os grupos, a fim de montar grupos de trabalho entre os assentados de acordo com o planejamento da organização da produção. Quanto às afinidades, assim registra o relatório:

Organizei os grupos conforme as declarações dos assentados, e coloquei na frente o nome de quem sugeria a afinidade.

Grupos afins:

Os novatos: D Marina, S. Severo, S. Paulo e S. Pedro.

S Aparecido, Braulírio, Segura e Sidinei.

Braulirio e Orlando.

Tonhão e Geraldo.

Laudenor e Orlando.

Benedita e Braulírio.

Luis Savedra e Luis Sinésio.¹⁴⁷

Projetos foram traçados pela Feagri no intuito de superar as dificuldades da comercialização dos produtos. Teriam que romper a barreira dos atravessadores. Para tanto, a Feagri lhes sugeriu a montagem de um barracão de vendas que funcionaria na

¹⁴⁶ Fotografia tirada por Kellen Junqueira, Acervo Feagri

¹⁴⁷ Relatório “Levantamento sociológico das Famílias do Assentamento de Sumaré II”, 1995 – Acervo Unicamp

beira do assentamento. Também aí a discussão do individual e/ou coletivo aflorou: como venderiam os produtos colhidos com o trabalho familiar dos quintais num projeto coletivo? Como o resultado das vendas seria dividido entre as famílias igualitariamente? Os assentados juntamente com o Itesp tentaram manter um ponto de venda no Ceasa, que também não prosperou.

Podemos considerar a segunda metade da década de 1990 como o início do terceiro ciclo econômico para o assentamento. A desistência de seis moradores culminou na seleção de novos assentados, meeiros vindos de Valinhos que trouxeram a experiência das frutas. Essa exigência foi decorrência dos assentados que estavam se articulando para a implementação do projeto de fruticultura, como um meio de ampliação das bases produtivas, quando o Itesp lançou um programa, através do qual as mudas foram cedidas. Segundo o agrônomo Reginaldo T. Ruiz,

Então se passou uma exploração mais intensiva nos lote na agrovila que eram mais próximos da água que possibilitam a irrigação. Dessa forma houve uma expansão da cultura da goiaba, que hoje é a cultura mais significativa do assentamento e também junto com a poncã, que foi um projeto do programa de fruticultura do Itesp, também um pouco de manga, mesmo a acerola, mas com certeza o carro chefe é a goiaba de mesa.¹⁴⁸

A introdução da goiaba confirmou a estratégia da agricultura familiar como meio de sobrevivência das famílias. Se a horticultura foi o início do caminho da produção individual, a goiaba era a confirmação de que a produção e a viabilidade da produção viriam conforme as possibilidades de cada família, e o projeto da produção coletiva foi encerrado. Reginaldo T. Ruiz, que chegou em meio ao desfecho do uso coletivo do maquinário, comentou:

Na verdade esse tipo de máquina agrícola, sua administração pela comunidade é uma coisa complexa. Por que você tem que estar prevendo a manutenção da máquina, o pagamento do tratorista e essa questão da renda sempre ser pequena, faz com que a manutenção e o pagamento das horas não sejam adequados, Então fica, um cobrando o outro e fica uma situação bem difícil.¹⁴⁹

Era um momento de desagregação da Associação, pois as relações de desconfiança acabaram por dividir a diretoria, que foi se esvaziando e deixando de prestar contas à comunidade, assim como deixando de organizar a documentação do

¹⁴⁸ Idem, op. cit.

¹⁴⁹ Idem, op. cit.

assentamento tanto que os pesquisadores da Feagri propuseram a manutenção da Associação, sugerindo que,

Quanto à documentação financeira e documentação geral do assentamento, sugiro a contratação de uma pessoa, idéia bem aceita por muito e que pouco custaria para cada família.. Poderiam pagar um salário para uma pessoa responder pela contabilidade geral do assentamento, secretariar tudo o que diz respeito ao assentamento, cuidar do telefone, e se for possível fazer pesquisas de mercado para facilitar a comercialização dos assentados.¹⁵⁰

Com o tempo, o uso coletivo do maquinário gerou conflitos, mencionado por dona Malvina;

No começo a gente tinha três tratores: um pequeninho, mais depois arrumou outro e depois ganhamos um daquele grande que foi doado pelo estrangeiro, mais como ele era muito grande ele gastava muito e nós falamos, ‘*E agora nós vamos ficar sem trator?*’ Mas não se podia desfazer, tirar o trator do grupo, porque foi uma doação de fora que mandou esse trator. Por fim eles queriam que o trator ficasse pro grupo lá do canto. Até que teve uma reunião e dividiu os três tratores em três grupos; o grupo lá de baixo; o do meio; outro lá do canto.¹⁵¹

A comunidade dividiu-se. Os tratores trazidos pelos mediadores que promoveriam a produção e a qualidade de vida dos assentados, ao contrário, tornaram-se objeto de discórdia. Quem ficaria com o trator maior? Qual seria a maneira mais democrática de dividir aquilo que havia sido conquistado numa luta coletiva?

Barracão das máquinas - Acervo Pró Memória de Sumaré¹⁵²

¹⁵⁰ Relatório “Levantamento Sociológico das Famílias do Assentamento II realizado pela Feagri/Unicamp, 1995

¹⁵¹ Idem, op. cit.

¹⁵² Autor desconhecido – Acervo Pró-memória

Fizeram diversas tentativas de dividir equitativamente o maquinário. Mas nenhuma funcionou segundo a versão da assentada. No desfecho da questão dos tratores, ‘eles’ negociaram com outros assentamentos a troca do trator grande por implementos agrícolas, que segundo a assentada, até hoje nunca chegaram.

Neste depoimento, a assentada mostrou que mágoas ficaram e a comunidade de sem terra foi se esfacelando na aplicação dos projetos. As mulheres sempre que falavam de conflitos e desentendimentos usavam o pronome ‘eles’ para delimitar o conflito, de maneira indefinida, com o MST. Os conflitos estavam presentes não somente entre os assentados, mas também entre assentados e mediadores, que intervinham não diretamente nas decisões, pois não votavam em assembléia, mas traziam para os assentados modelos de organização social que geravam disputas internas. Em meio a esse rio caudaloso de interesses, a comunidade foi perdendo o caráter inicial de unidade, em detrimento de um ideal maior que norteasse os assentados. O assentamento representava a passagem da condição de sem terra a uma nova fase que se configurava mediante o antagonismo entre os ideais coletividade e individualidade, tradição e modernidade.

Gerenciar uma comunidade pautada na produção coletiva não foi tarefa fácil diante da diversidade cultural dos assentados, que, apesar das semelhanças, viveram trajetórias singulares. A Pastoral, o MST e os tratores, a LBA e as vacas, a Universidade e a irrigação, o Estado e o mercado foram mediadores e realidades, materializadas em propostas, que não conseguiram responder às demandas da comunidade de maneira satisfatória.

A aproximação com o Itesp, que fornecia mudas de figo, acerola e goiaba, tornou-se o caminho trilhado, na segunda metade da década de 1990, com o projeto da fruticultura. A afirmação da fruticultura trouxe a agricultura familiar como possibilidade de produção para os assentados, que se organizaram em grupos de afinidades, pautadas em relações de parentesco, vizinhança e compadrio e não mais na coletivização total dos meios de produção como propunha a Associação fundada pelo MST.

As mulheres quase não falavam da história dos agentes, dos tratores, das vacas, do trabalho coletivo e quando o faziam era em forma de reclamação. Os projetos vindos de fora, que carregavam modelos diferentes de coletivização, tinham porém um denominador comum, a racionalidade econômica moderna, para a qual a tradição da

economia camponesa era um atraso. O fracasso do trabalho coletivo proposto pelos mediadores pôde ser compreendido à luz das análises de José de Souza Martins:

Os esforços de coletivização forçada, a partir de fora, e de opções ideológicas dos agentes de mediação, e até de funcionários do INCRA, esbarram nesse limite. A coletivização não é uma necessidade técnica ou econômica, não é um requisito de racionalidade econômica, de produtividade. Não se inscreve na cultura brasileira e nas tradições populares do campo, em nenhuma área do país.¹⁵³

Os projetos coletivos desafiavam os mínimos sociais para a reprodução da família camponesa na implantação da área II, exigindo o máximo de esforço social dos assentados. Ao invés de promoverem relações de solidariedade, acabavam por estabelecer relações de conflito, baseadas na desconfiança. Ainda que os mediadores desejassem despertar a comunidade para as novas formas econômicas de produção no campo, os assentados ansiavam por implementar sua roça dentro dos moldes tradicionais camponeses.

Não podemos esquecer que neste contexto político, a luta dos assentados ia para além de Sumaré, eles estavam em peso no Estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema havia despontado como o foco do conflito. Mário Covas, eleito em 1995, sucessor de Fleury, foi pressionado pela crescente mobilização dos Sem Terra, assumiu a postura de negociação, com políticas compensatórias, amenizando as precariedades presentes no assentamento. Foi no seu mandato que ocorreu a maior regularização fundiária na região.

Iniciou a montagem do Instituto de Terras de São Paulo e prestou mais assistência junto aos assentamentos. Foi durante seu mandato que o Estatuto do Instituto de Terra foi aprovado, pois até então os técnicos atuavam de maneira nada profissional, já que não contavam com infra-estrutura. Segundo Reginaldo,

Em 96 eu passei no concurso no governo de Mário Covas, foi um momento de fortalecimento do nosso trabalho, do Itesp. Para se ter uma idéia no começo não tinha nem veículo para ver o assentamento. O governo pagava quilometragem do veículo particular. Não tínhamos escritório regional, o escritório era a minha casa, no começo era na minha velha máquina de escrever, depois no computador que eu comprei que a gente fazia os projetos na base da improvisação e no esforço.¹⁵⁴

¹⁵³ Martins, J. S. *O sujeito oculto*, 2003, p.92

¹⁵⁴ Idem, op. cit.

A institucionalização do assentamento trouxe uma nova feição para o grupo, cuja ação estava agora firmada em bancos, cartórios e comprometidas com as diretrizes do Estado, situação bastante diversa da fase quando partiram para a ocupação, quando a ilegalidade fazia parte do movimento do grupo como estratégia de chamar a atenção da sociedade para a necessidade da reforma agrária.

À medida que a década de 1990 avançava, enquanto o MST saía de cena, os assentados iam estreitando relações com o Estado a partir do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, elaborado pelo Itesp, que propunha a diversificação da produção rural com base na agricultura familiar e sustentável. Na publicação “Cultivando sonhos”, resultado dos anais do seminário realizado em 1998, em Presidente Prudente, cujo tema era “Assentamentos e agricultura Familiar – bases para uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural”, o Itesp estabeleceu metas para a produção no assentamento:

Programa de Segurança Alimentar – voltado à diversidade da produção para autoconsumo, com a implantação de pomares e hortas domésticas, criação rústicas como galinha caipira e porco piau, utilizando mão de obra familiar, dando ênfase às mulheres e jovens e crianças, com vista a propiciar melhores condições nutricionais e o aumento da renda familiar.¹⁵⁵

A preocupação com o aumento da renda familiar fez a Diretoria de Políticas de Desenvolvimento, sob responsabilidade de Tânia Andrade, rever o Programa de Assistência Técnica e Extensão rural, que, segundo a nova diretoria do Itesp, era voltado para solução dos problemas imediatos: *“O ritmo do trabalho esteve ditado muito mais pelos fluxos de liberação do crédito rural, do que pelas fases do processo produtivo e suas exigências.”*¹⁵⁶

Planejamento e metodologia combinados à diversificação da produção sob o trabalho familiar tornaram-se quesitos importantes na orientação do Itesp, em detrimento da monocultura. Ainda que o projeto de agricultura familiar tenha sido adotado como estratégia de produção, o Itesp continuou apoiando as formas associativas de organização da produção:

Incentivar formas associativas e cooperativas que priorizem o desenvolvimento do associado, a cooperação entre os sócios e entre as cooperativas/associações. Os grupos de afinidades podem ser embriões de formas mais complexas de organização. Estimular e apoiar a cooperação agrícola, grupos

¹⁵⁵ Cadernos do Itesp, *Cultivando Sonhos: caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária*, 2ed.. São Paulo:Itesp – Editora Gráfica, 2000, p. 10

¹⁵⁶ Idem, ibidem, p16

ou formas associativas é tarefa fundamental da Assistência Técnica de Extensão Rural.¹⁵⁷

Zilda Grícoli Iokoi, na obra ‘Vozes da Terra’, analisou a política do Itesp e afirmou que a atuação dos técnicos agrícolas, neste momento, foi desafiada pelos problemas apresentados nas áreas de assentamento no Estado de São Paulo:

Era preciso sair do paradigma da grande empresa e criar um novo modo de entendimento da política a ser implementada nessas novas unidades produtivas. Os desafios abertos oscilavam entre uma estrutura produtiva individualizada ou um coletivismo forçado.¹⁵⁸

A presença, nas narrativas das mulheres, da história da construção da casa, o espaço sagrado de sociabilidade familiar camponesa, falava, por contradição, de uma história que deveria e, de fato, era calada, a do espaço coletivo de produção, atravessado por diversas mediações e intervenções, que não conseguiam comunicar-se com as crenças, as visões de mundo, o modo de ser e as aspirações desses novos sujeitos sociais, antigos camponeses.

4 – As mediações no processo da luta pela terra e o silêncio das mulheres

As narrativas trouxeram constantes referências a Cida e Laudenor, entranhados no movimento social que se desenrolava pelos campos e cidades. *“Ele homem de fala bonita que poderia até ser presidente se não tivesse falecido e ela uma corajuda”* nas palavras de dona Tereza.

Cida e Laudenor nasceram nas Cebs e com o aprendizado da organização, articularam-se com diversas instituições, tornando-se liderança do assentamento, já que haviam participado ativamente em sua conquista. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), articulada à luta dos Sem Terra de Sumaré I, com o Movimento dos Sem Terra (MST), que se espalhava pelo Brasil e estabelecia sede no Estado de São Paulo, formavam as bases referenciais e ideológicas desses líderes. João Lourenço, morador da área I que atuou juntamente com Laudenor e Cida, assim relatou sobre o início da relação com o MST:

¹⁵⁷Idem, ibidem. p.31

¹⁵⁸ IOKOI, Z. M. G Vozes da Terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005, p. 31

Eu fui líder da frente de massa, o que é frente de massa? Era o organizador nos Estados, na CPT, celebrava com o povo com os padres. Eu não era seminarista, mas entenderam que a minha língua era de um líder e que o povo entendia bem e aí eu tinha que estar junto na CPT

Olha a luta nossa quando terminamos os ciclos bíblicos, em novembro de 1983, encerrando umas leituras e organizados num grupo decidimos fazer essa primeira ocupação em novembro de 1983. Em novembro de 1985 o movimento cresceu por que aí todo mundo queria essa história, o jornal vamos dizer assim, queria anunciar dá forma de demolir. Jornais outros queriam anunciar a forma de fazer crescer, E aí houve toda uma forma de anúncios.

Baseado nesses cinco anos de preparação, nós vendo que a divulgação ia longe, então fizemos um seminário, onde esse seminário foi um congresso também, no mesmo ano que teve o congresso, fazer com que todos os Estados participassem desse congresso, consolidando oficialmente a luta do povo nessa organização anunciada em Cascavel, e isso se deu em 1985.

Foi aí que veio a sigla do MST, e muda uma coisinha ou outra, mas sempre MST. O nome é MST e nós ficamos ali dois mandatos, teve o primeiro congresso e nós ficamos no Estado de São Paulo liderávamos essa organização. Então era 100% de apoio do MST, por que a gente era direção, era 100% de apoio a esses movimentos, e tinha a responsabilidade de estar levantando as terras do estado, fazendo o levantamento, pra estar divulgado isso em jornal, na revista.¹⁵⁹

A CPT apareceu na fala das mulheres, como uma ação que conduziu a comunidade a refletir a bíblia como um fundamento para a ocupação de terra, enquanto um direito civil e sagrado, e não apenas como questão trabalhista como fizera a Confederação Nacional dos Trabalhadores (Contag), na década 1970. Ela serviu de suporte técnico que informava a luta pela terra, por meio do mapeamento das terras disponíveis para a ação do sem terra.

Aparecida Segura e Laudenor de Souza, enquanto liderança dos assentados na luta pela terra, dedicaram grande parte de suas vidas engajados na certeza de que a “terra não se ganhava, terra se conquistava”. Levaram o ideal da ocupação para diversas regiões do Estado de São Paulo, participavam ativamente na organização dos acampamentos. Em troca, usufruíram a identidade de Sem Terra como símbolo de um sujeito coletivo, construído a partir de um arcabouço teórico disseminado nas lutas pela terra no Sul do país e transformado em material informativo e didático – jornais, boletim, cartilhas -, que subsidiaram as discussões de outras lideranças que também viviam a luta pela terra.

Em Sumaré, o discurso contra o latifúndio encaixou-se perfeitamente contra a usina de cana Santa Bárbara. Neste momento, o MST, que tinha seus principais referenciais no Sul, realizou o primeiro Congresso Nacional em Curitiba, em 1985, no

¹⁵⁹ João Lourenço da Silva, assentado na área I – Entrevista realizada em 10/07/2007 no Assentamento de Sumaré I.

qual enunciou como palavra de ordem do movimento “Ocupação é a única solução”. As pressões do movimento ao governo federal por ações políticas favoráveis à reforma agrária se intensificaram.

Cida e Laudenor, no acampamento, tornaram-se fundadores do movimento no Estado de São Paulo. Saíam cotidianamente em busca de adesão para as ocupações e continuaram no assentamento participando das atividades promovidas pelo MST. Laudenor de Souza entrou para o Setor de Produção do assentamento e tornou-se membro da direção estadual do MST defendendo a produção coletiva. Cida engajou-se na questão da luta pela escola. Acompanhava o Setor de Educação do MST, que tinha uma experiência acumulada nas escolas fundadas nos acampamentos e assentamentos no sul do país. Enquanto liderança no assentamento e mediadora do MST, Cida adotava a proposta educacional do movimento, que tinha um conteúdo e uma forma diferenciados. A escola como lugar de transmissão dos valores camponeses, da memória de sua luta, da formação de uma prática do consumo ligada à ética da necessidade, em oposição aos valores da cidade.

Em 1987, um acontecimento marcou a relação entre o MST e os Sem Terra de Sumaré: a direção Nacional do MST havia determinado o cessar das ocupações, por considerar o momento inoportuno. O contexto da Assembleia Constituinte inspirava certa crença na Reforma Agrária que poderia ganhar visibilidade a partir da promulgação da lei. Por isso, o movimento ameaçou a retirada de apoio caso os Sem Terra de Sumaré não seguisse as determinações da Direção Nacional. Pressionados os sem terra de Sumaré aguardaram até fim do ano para realizar a ocupação do IV grupo em Promissão, quando mais de 200 famílias desistiram. Nessa ocasião, a articulação dos Sem Terra de Sumaré com o MST mostrou suas primeiras distensões, indicando que os movimentos de luta pela terra não eram homogêneos e a direção do movimento podia ser objeto de disputa.

Em meio à década de 1980, Zilda Gricoli Iokoi escreve sobre os conflitos entre mediadores e assentados em Sumaré:

Os novos grupos não conseguiram até o momento organizar-se para garantir a ocupação da área e produção. São acampamentos desordenados, de tipo favela, cujas condições de vida são muito insuficientes. Essa situação aparece nas deliberações do V Encontro Nacional do Movimento Sem Terra cujas palavras de ordem foram: Ocupar, Resistir e Produzir. A preocupação em produzir reflete a necessidade de garantir uma condição de vida mais humana, e de preservação da ocupação. Entretanto, como bandeira de luta, as deliberações não têm contrapartida a não ser como discurso, uma vez que não há política agrícola que

permita que essa produção possa sobreviver. Trata-se de uma questão central a ser equacionada pelo movimento, que já consegue propor ao governo a definição de um crédito agrícola especial e a formação de cooperativas.¹⁶⁰

Ao longo da década de 1990, os conflitos no relacionamento entre MST e os assentados se intensificaram, na medida em que a ocupação não respondia às necessidades dos assentados por uma política agrícola. A produção coletiva e a cooperativa, modelos do MST, foram questionadas pelos assentados com a introdução da agricultura familiar, base da economia camponesa. No bojo desses conflitos, o relatório produzido pela Unicamp, em 1995, assim mapeou os grupos de oposição presentes no assentamento:

Braulírio x Luis Savedra e Laudenor
Laudenor x Luis Savedra
D. Teresa x Mariseti e Laudenor
Leocárdio x Laudenor
Benedita x Laudenor
Luis Savedra x Laudenor¹⁶¹

A partir da listagem percebemos que Laudenor de Souza havia caído no desagrado de muitas famílias, já que era uma liderança que defendia de maneira contundente a produção coletiva do MST. Em 1996, Laudenor foi convidado pelo MST para ocupar um lote em Itapeva onde ajudaria na montagem de uma cooperativa. Em face dos conflitos vividos em Sumaré, aceitou a proposta.

Paralela à militância no MST, Laudenor e Cida participaram da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sumaré (STR), em 1985, quando ainda estavam acampados, agregando forças na conquista da terra e na territorialização do MST no Estado de São Paulo. Enquanto ação de resistência à velha estrutura sindical, setores da Igreja, ligados à Comissão da Pastoral da Terra (CPT), conduziram o grupo para a organização de um novo sindicalismo em oposição à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade trabalhista embasada no direito conquistado e estabelecido no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aprovado em 1964. Sobre o assunto Neide Esterci escreveu:

Fato é que, em todo o país, à frente dos novos sindicatos e nas direções renovadas das antigas entidades, a presença de líderes forjados nas disputas por terra se tornou referência em torno da qual se aglutinou, desde o início dos anos

¹⁶⁰ IOKOI, Z. M. 1996, p;107

¹⁶¹ Relatório “Levantamento sociológico das Famílias do Assentamento de Sumaré II”, 1995 – Acervo Unicamp

80, uma nova corrente que passou a influir decisivamente no curso do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.¹⁶²

Em 1986, as lideranças de Sumaré participaram do II Encontro Regional do Interior I da CUT, quando João Lourenço, assentado na área I, passou o cargo de diretor para Laudenor, ampliando os canais de comunicação entre trabalhadores da cidade e a representação do movimento da luta pela terra. Laudenor e Cida ocuparam cargos na direção do STR de Sumaré.

A conquista da terra era o que catalisava diferentes mediações ao redor de um único grupo: a CPT, o MST, o STR, a CUT e o PT. Desde o acampamento, as lideranças se voltavam para a disputa eleitoral do município, apoiando a candidatura de vereadores do Partido dos Trabalhadores, comprometida com as ocupações de terra. Cida inclusive havia participado da fundação do PT em Sumaré

Em 1986, o MST propõe uma Comissão dos Assentados do Estado de São Paulo para fazer frente ao governo do Estado de São Paulo. A Comissão, no entanto, se afasta da condução do MST, elegendo o STR como representante da luta dos assentados. Sobre esse episódio, Luiz Carlos Tarelho afirmou,

Os dois últimos itens da Carta, aprovados posteriormente no Congresso Estadual dos Assentados, que dizem respeito ao reconhecimento dos sindicatos como legítimos representantes dos trabalhadores e à autonomia da comissão, foram motivos de graves desentendimentos com o MST.¹⁶³

A CUT Rural havia se instalado no assentamento de Sumaré II e o MST havia perdido a autonomia da luta pela terra para o sindicato. Até a segunda metade da década de 1990, a estrutura sindical e o MST agiam juntos a luta pela terra: diversas ocupações partiram de Sumaré para outras regiões do Estado de São Paulo organizados pelo MST/STR de Sumaré. A preparação da ocupação da terra era um acontecimento que demandava militância, vinha acompanhada de amplo planejamento, dava organicidade e dinamismo à luta pela terra. Neide Esterici ao analisar a relação entre MST e sindicato no sudoeste do Paraná escreveu:

Esta reivindicação de autonomia entretanto, parece não dispensar o apoio e engajamento dos sindicatos nas tarefas de recrutamento, naquelas áreas para as quais o MST tenta se expandir; não significa também uma atitude de indiferença com relação às oposições sindicais, pois, onde quer que uma base do MST se

¹⁶² ESTERCI, Neide, “Sindicalismo e luta por terra” In Cadernos do Cedi – *Sindicalismo no Campo*, Rio de Janeiro: CEDI, 1991, p. 29/30

¹⁶³ TARELHO, L.C. Os Sem Terra de Sumaré, 1988, São Paulo, PUC, p 224.

forme, as lideranças se preocupam com a possibilidade de substituir as direções dos sindicatos não comprometidos.¹⁶⁴

Podemos datar o momento em que a ruptura entre MST e STR de Sumaré se deu maneira explícita. Dia 12 de outubro de 1997, a CUT, em seis meses - apenas um quarto do tempo previsto -, organizou sozinha a tarefa da ocupação de Mogi Mirim em Horto Vergel. Assim declarou o presidente do STR de Sumaré, Leônidas Teles, assentado da área I, para a revista produzida pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) em comemoração aos quinze anos do assentamento:

Nós ajudamos em quase tudo. Fizemos reuniões com as pessoas que vinham aqui pedir área no assentamento (coisa que sempre acontece) e além de organizar, colocamos o carro do sindicato a disposição, fizemos a ocupação com mais ou menos 250 famílias e hoje temos lá 118 numa área de 400 alqueires. A ocupação ocorreu em 12 de outubro de 1997. Agora é que conseguimos consolidar a situação, já não é mais uma ocupação, é um assentamento, e isso num prazo recorde, seguindo uma linha não violenta, não só de pressão política, mas de preocupação mesmo em assentar as famílias.¹⁶⁵

Nas palavras do presidente notamos como as diferenças entre MST e STR vinham a público, o que nos permite traçar uma linha divisória no formas de organização e ação dos sem terra. A preocupação do sindicato com a busca de uma *“linha não violenta, não só de pressão política, mas de preocupação mesmo em assentar as famílias”* conotava uma crítica à ação agressiva de José Rainha no Pontal do Paranapanema, cuja tática de ocupação estava acima das políticas voltadas para a produção no assentamento.

Simultaneamente à luta pela ocupação, as lideranças do STR encamparam a luta pelos direitos trabalhistas. Em 1998, Cida enquanto vice-presidenta do STR participou da solicitação de apoio da Feagri para a realização do “Seminário Regional de Meeiros e do Desenvolvimento Sustentável”. Nos acervos da Feagri, encontramos um ofício, elaborado por Sonia Bergamasco, no qual requisitou à Feagri a participação de palestrantes no Seminário. O projeto do Seminário, anexo ao ofício, demonstrava a preocupação da diretoria com o trabalho temporário na cultura do tomate:

Estes trabalhadores em geral moram nas periferias das Cidades e são “transportadas” pelos tomateiros “patrões”, por volta das 06:00 da manhã e são

¹⁶⁴ ESTERCI, Neide, Sindicalismo e luta por terra. Cadernos do CEDI – *Sindicalismo no Campo*, Rio de Janeiro: CEDI, n. 21, p36, 1991

¹⁶⁵ Sindicato é mais uma Ferramenta na luta In. Revista do Assentamento I. *Reforma Agrária dá certo: Sumaré é o Exemplo*. In, Projeto de Extensão da Universidade Metodista de Piracicaba. Edição Comemorativa dos 15 anos do Assentamento, Junho de 1999. p. 21

levadas de volta para suas casas lá pelas 18:00 da tarde. A safra de tomate dura 07 meses e esta rotina se repete todos os dias neste período. Durante a safra os trabalhadores recebem mensalmente a “título de fornecimento”(adiantamento) cerca de R\$ 30,00 por cada ml pés de tomate plantado sendo que cada trabalhador tem a capacidade de cultivar o máximo de 5.000 pés.¹⁶⁶

Paulatinamente, o STR de Sumaré, fundado pelos Sem Terra de Sumaré, foi ampliando sua base de representação social. Na década de 1990, passou a defender também os bóias-frias, os pequenos produtores, além dos assentados da reforma agrária, que permaneceram na diretoria do sindicato desde sua fundação. Em 29 de maio de 1998, os membros da direção do STR assim definiram sua atuação;

A demanda deste frente é concentrada na questão da luta por créditos, e identificação as dificuldades que estes produtores enfrentam com a produção e comercialização de seus produtos, atentando assim para a assistência técnica de órgãos responsáveis por esta atividade, linhas de créditos e relação com bancos e entidades financiadoras, bem como levantando propostas de plantio de novos produtos e buscando novos canais de comercialização.¹⁶⁷

As tarefas então foram distribuídas da seguinte maneira pela diretoria: o presidente Leônidas Telles, assentado da área I, respondia pela previdência (aposentadoria e outros benefícios); a vice-presidenta, Maria Aparecida de Jesus Segura, organizava o Grupo de Mulheres; e o secretário geral, Luiz Sinésio da Silva, tratava de homologações e cálculos trabalhistas.

Os assentados/diretoria sindical se firmavam como Trabalhadores Rurais em busca da aplicação das leis trabalhistas, aprovadas pelo Estatuto do Trabalhador Rural em 1964. Foi no bojo dessas articulações que o conceito de trabalhador rural ganhou força para conduzir a luta dos assentados, cuja ação passou a pautar-se no código da luta sindical, na qual as reivindicações dos direitos trabalhistas para o campo se faziam prementes, em detrimento da lutas camponesas circunscritas à questão da distribuição de terra a partir da ocupação. A autonomia da luta pela terra estava subordinada aos direitos trabalhistas como fazia a ‘velha’ Contag. Assim, os assentados de Sumaré ampliaram a base de adesão e a legalidade do STR possibilitou-lhes a aproximação aos pequenos agricultores da região e a incorporação do conceito de trabalhador rural.

A ruína do modo de produção coletivo trouxe à tona a reivindicação da liberação das escrituras das terras do assentamento junto ao governo do Estado de São Paulo, uma luta não priorizada quando os assentados estavam sob a égide do MST, que não

¹⁶⁶ Projeto “Seminário Regional de Meeiros e do Desenvolvimento Sustentável”, 1998, Feagri/Unicamp

¹⁶⁷ Projeto para a realização do seminário regional de meeiros e do desenvolvimento sustentável, 1998 - Acervo/Feagri.

propunha a demarcação dos lotes, concebidos como conquista coletiva que dispensava a necessidade de fronteiras

Na transição da produção coletiva para a produção familiar, a representação dos assentados sofreu adaptações como a crise da Associação dos Moradores, o fim da liderança de Laudenor de Souza e a ruptura com o MST como instituição que representasse a luta dos assentados. Várias estratégias foram tecidas pelas lideranças do assentamento no intuito de avançar nas conquistas, uma vez que se encontravam em condições desvantajosas: produziam em terras degradadas, num contexto voltado para as grandes produções.

Na década de 1990, a participação política dos assentados junto às lutas sociais do campo e da cidade tornou-se ação cotidiana, mesmo após a conquista da terra, se constituindo numa característica singular que despontou desde o início do assentamento. Seus vínculos originais com as Cebs, o MST, o STR, o PT e, posteriormente, suas com o Itesp, as universidades e as ONGs perfilam sua trajetória política e histórica. Aliás, é bastante representativa a fala de Luis Sinésio sobre o comportamento dos assentados após a conquista da terra:

Não ganhou a terra e foi ali trabalhar ele está no sindicato, a gente milita dentro de partidos políticos, são militantes dentro de Igrejas, seja ela católica ou de outros credos, e vêm nas reuniões, às vezes tem assembléia aqui e eu começo a falar e o pessoal fala “o que o senhor está falando não está bom”, por que a pessoa quer falar, não é aquele negócio que a pessoa ouve e fica de cabeça baixa, mas quer discutir por que não está bom, vamos melhorar isso daí. Então é a terceira coisa que as pessoas ganham que é a questão de exercer a cidadania.¹⁶⁸

O exercício da cidadania levou as lideranças do assentamento a participarem na luta pela administração da cidade de Sumaré quando da fundação do PT da região. O hibridismo político foi estratégia de sobrevivência nos dois anos de acampamento e também no assentamento através da presença de diversos mediadores, que viam nele um centro de discussão e de divulgação da luta pela terra no Estado de São Paulo.

O questionamento da ordem caminhava ao lado dos assentados, com isso foram discriminados em Sumaré pela prefeitura e pelos habitantes. As crianças foram chamadas de “pés-vermelhos” na escola. Foram vistos como Sem Terra, sinônimo de baderna, violência, justificado pelo ato da ‘invasão’. Isso explica em parte a necessidade da estrutura do sindical para a continuidade da luta que foi tão árdua como a conquista da terra.

¹⁶⁸ Idem, op. cit.

Sobre a tensa relação entre MST e STR, Altair, morador do assentamento I, o único que participa da Regional de Campinas do MST, relatou a ruptura da seguinte maneira:

Eles não foram se afastando, foram deixando de ter o interesse de participar, por que não tinha como participar. Imagina que você não pode ter alguém na direção do sindicato e na direção do MST. Por que o objetivo do sindicato é lutar por melhores condições de vida, lutas econômicas. E o Movimento Sem Terra também faz luta econômica, mas luta política é a principal que é a luta pela terra, que é você tomar terra, distribuir a terra como fonte de geração de renda.

Não tem como você participa dos dois. Como você faz parte da luta sindical e ao mesmo tempo do Movimento Sem Terra? Se num dia vai ter greve e no mesmo dia vai ter ocupação. Aonde você vai, vai para a ocupação? Ou vai para a greve? Então ficou incompatível. Por que o movimento Sem Terra criou uma vida própria. Mas todos aqui têm uma bandeira do Movimento Sem Terra.

Então tem uma relação boa ainda com o Movimento sem Terra, excelente, por que quando tem ocupação de terra, Sumaré I e II, as pessoas aqui ajudaram a mostrar pras famílias o que era uma ocupação de terra. Sumaré III que é Porto Feliz, o pessoal daqui organizou todas as famílias, ajudou a explicar como funciona, ajudou a arrecadar a alimentação. A Cida fazia isso muito bem, o Segura.

Então a relação com o Movimento Sem Terra existe, o que não existe é uma relação orgânica, que faça parte da estrutura orgânica. Por que o dia que tem uma caminhada pra Brasília como eu largo a minha a horta. Tornou-se incompatível você participar de todos os setores do Movimento Sem Terra, então a gente faz parte do setor de produção.

Então tem um que é ligado a CUT, outro a CPT, outro a CNBB, a Igreja Católica, Evangélica, e o movimento Sem terra ele aceita qualquer tipo de apoio, então a gente virou apoio da luta do Movimento sem terra. É difícil de entender, mas é isso mesmo. O pessoal da Unicamp vem aqui e perguntam “Vocês são ou não são do movimento sem terra?” e eu respondo “nós somos e não somos.” Somos por que somos assentados, fizemos a luta pela reforma agrária e somos assentados, fazemos parte do setor de produção.¹⁶⁹

A dificuldade de definir a relação entre MST e assentados de Sumaré era nítida na fala de Altair: o MST era a gênese do assentamento por isso o culto à bandeira estendida em todos os eventos. Entretanto, eles não tinham mais uma relação orgânica com o MST. Os assentados, no entanto, se vêem como apoio ao movimento na defesa da reforma agrária. A bandeira do MST não foi abandonada, faz parte da lógica das obrigações, na qual a lealdade os impede de fazerem críticas ao Movimento. Não participaram mais diretamente das ocupações, como fizeram no início dos anos de 1980, quando realizaram dezenas de assentamentos, mas apóiam a reforma agrária encampada pelo MST. Afinal, foi a ocupação que possibilitou os moradores da periferia de Sumaré a conquista de uma área no Horto Florestal de Sumaré. Tanto que Naschieli Loera ao

¹⁶⁹ Entrevista realizada com Altair Queiroz Pereira, no dia 16/10/2007 – Morador no assentamento I

analisar a ligação dos assentados da área II com o acampamento organizado pelo MST, em 2002, comenta como ainda se dava a atuação de Cida, após a ruptura com MST:

Já dona Cida, líder do assentamento Sumaré II, costuma convidar as pessoas falando-lhes que fossem *‘atrás de um sonho que ela já tinha conquistado’*. Neia e seu Cena, acampados no Terra Sem Males, atenderam ao convite da dona Cida. Eles moravam na cidade de Sumaré e fazia tempo que a conheciam. Alias, em duas ocasiões encontrei seu Cena na casa de dona Cida, em razão de uma visita. Seu Cena me contou que *‘foi Cida que nos convidou para ir fazer ocupação’*. Segundo seu Cena, ele *‘se animou’* para ir fazer a ocupação depois que Cida *‘falou muito do sonho da terra’*. Quando lhe perguntei o que era esse sonho, seu Cena comentou: *‘isso que a Cida diz de plantar na terra da gente, de ter um lugar nosso onde morar, como a Cida tem’*. Seu Cena agora também faz trabalho de base em Sumaré e cumpre suas obrigações de acampado convidando seus conhecidos.¹⁷⁰

Por fim, as linhas que dividem as relações imbricadas entre os assentados e as mediações fundadoras da luta pela terra parece formar, neste caso, uma zona cinza e imprecisa. Cida pode ser tomada como exemplo do trânsito entre assentamento e mediações. Embora tenha aberto outras frentes de luta, não abandonou o trabalho de base, sempre retribuía a luta pela reforma agrária como podia: organizava passeata, ajudava a encontrar lugar para a hospedagem, arranjava comida entre os assentados, etc. O assentamento da área II desempenhou um papel político e social importante na territorialização do MST no Estado de São Paulo, criando uma rede social que deu continuidade ao movimento da ocupação, como definiu Naschieli, como uma espiral, onde um assentamento criava um acampamento e Cida e os assentados foram elos da espiral.

5 - As mulheres na fala dos mediadores:

As mulheres levaram consigo a experiência da mobilização no acampamento, de um cotidiano marcado por reuniões, assembléias e encontros, do contato com inúmeras mediações e lideranças, que atuavam e influenciavam na organização do espaço. Segundo fala de uma assentada,

Todo mês acontecia uma reunião grande, que reunia o assentamento inteiro para discutir. E uma coisa que me magoou aqui na época foi que o falecido Laudenor - é uma pessoa muito boa, muito bacana, mas chocou muita gente -, uma vez ele falou que a reunião que o homem fosse a mulher não precisava participar, então, naquela época me magoou muito.

¹⁷⁰ LOERA, Naschieli Rangel, *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas, SP, UNICAMP, 2006, p 52

Então, veio a Zeza, que sempre acompanhou muito a gente - desde a outra terra, depois ela veio para cá acompanhando a gente. Na época ela falou '*nada disso, onde o homem está participando, a mulher faz parte e vocês não vão abaixarem as cabeças, irão participar de todas as assembléias que tiverem, vocês estão juntos!*'. Elas incentivavam muito a gente, tanto a Zeza, como a finada Cida.

Nessa época os homens pensavam que se a terra estava ganha não precisava mais das mulheres, mas a maioria era mulher, e se não fossem as mulheres, nada feito. Se tivesse somente os homens no acampamento, você acha que os policiais iriam ter dó? Não! Iam chegar quebrando tudo. Então a luta é mais conquista nossa - as mulheres e as crianças.¹⁷¹

A tentativa de afastar as mulheres das assembléias e reuniões, ou seja, dos processos de decisão dos rumos que tomaria o assentamento era reforçada pelo Código Civil de 1916, em que o DAF concedia o uso do lote em nome dos homens. Havia se dado um passo importante na conquista da terra e a volta das mulheres aos afazeres domésticos aparecia como natural nos discursos dos homens assentados. Laudenor defendeu "*que a reunião que o homem fosse a mulher não precisava participar*", o que reproduzia a prática tradicional de alijamento das mulheres na participação política.

O presidente da Associação, embora reconhecesse a importância estratégica do papel feminino na luta, teceu considerações em que a participação das mulheres se subordinava à necessidade da união do grupo:

Coitado do Laudenor, porque a gente aprende com os erros e ele foi o primeiro presidente. Eu falei muito da bandeira do movimento que representa muito aquele símbolo, que é a união, hoje pra vencer precisa estar bem unido: o marido e a mulher, cientes do que vão fazer pra tomar a decisão em conjunto, então, está muito bem estampado naquela bandeira, sempre que a gente vai fazer dinâmica com os estudantes a gente explica aquele símbolo ali que é do marido e da esposa, do companheiro, independente da forma que eles vivem.¹⁷²

Na década de 1980, início do assentamento de Sumaré, a luta separada das mulheres não estava posta para Laudenor, para quem a luta era contra a usina de cana, o governo, por isso a necessidade da união da família. No discurso de Laudenor, as mulheres não precisavam estar em todas as reuniões, afinal era a defesa da família camponesa que estava em jogo, representada na bandeira do Movimento, e o homem, considerado chefe da casa, representava toda a família. Era a crença na harmonia da família camponesa, em que não existia desigualdade de poder nas relações de gêneros: o inimigo era o latifúndio.

O MST, na sua origem, não priorizava a questão de gênero na luta pela terra: o que estava em jogo era a reforma agrária e a reprodução da família camponesa, por isso

¹⁷¹ Idem, op. cit.

¹⁷² Idem, op. cit.

o símbolo de um casal que brotava no Rio Grande do Sul e se espalhava pelo mapa do Brasil. Para o Movimento, tudo que não se referisse à luta pela distribuição de terra era percebido como questão secundária e agregada à luta pela ocupação. O esforço da luta no assentamento se direcionava para as mudanças da infra-estrutura, considerada a base da sociedade, assim, a questão da produção era fundamental para as lideranças masculinas.

As primeiras publicações do MST não trataram da questão da mulher, contudo, sua presença nos acampamentos e assentamentos resultou na criação da Comissão Nacional de Mulheres, cuja atuação ao longo da década de 1980 foi no sentido de pressionar o Movimento a apoiar as organizações femininas no campo. Em 1989, o MST publicou um capítulo “Sobre a articulação das mulheres”, na edição das Normas Gerais do MST, incentivando a formação de lideranças femininas dentro da luta pela terra. Mas ainda estava distante da criação do setor dedicado à questão de gênero, conforme os temas eram organizados dentro do movimento. A respeito da questão de gênero no MST, Renata Gonçalves afirma:

Os setores do MST foram surgindo de acordo com as necessidades, enfrentamentos, debates, vivências ao longo da luta pela terra. Com o de gênero não foi diferente. No entanto, esse setor apresenta algumas particularidades que merecem destaque. A primeira diz respeito ao modo como as discussões sobre a participação das mulheres evoluíram. Na sua fase inicial, a preocupação com a presença das mulheres é quase nula no Movimento, mas isto não impediu que já em 1989 aparecessem nas Normas Gerais itens relativos à igualdade entre homens e mulheres e ao incentivo para que estas se engajem.¹⁷³

Ao longo da década de 1990, a Comissão tornou-se Coletivo Nacional de Mulheres que, em 1998, publicou uma cartilha na qual o conceito de gênero foi assumido para introduzir a discussão na militância do MST. Em 2000, uma nova publicação, ‘Mulher Sem Terra’, abriu as portas para a formação do Coletivo Nacional de Gênero, que fortaleceu a organização das mulheres no movimento.

Somente em 2003 foi publicada a primeira cartilha elaborada pelo Setor Nacional de Gênero, quando finalmente a questão da mulher ganhou espaço e ocupou o status de Setor, até então ocupado pelas finanças, produção, saúde, almoxarifado, educação, etc., reconhecendo que a luta de classe era acompanhada pela dominação dos homens sobre as mulheres.

¹⁷³ GONÇALVES, Renata C. Vamos Acampar? (Tese de Doutorado), Campinas, Unicamp, 2005, p. 164-165

A atuação de Cida dentro do MST esteve menos voltada para a questão de gênero e mais à educação. Em 1989, quando a articulação das mulheres ganhou um espaço normativo dentro da organização do MST, o Grupo Mulheres da Terra, liderado por Cida, já havia se tornado uma referência no assentamento da área II tanto para as mulheres quanto para os homens. À diferença da organização no MST, espaço político eminentemente masculino, no assentamento as mulheres ganharam relevo e alteraram a correlação de forças entre homens e mulheres, o que fazia com que a questão de gênero penetrasse nos debates do MST ao longo da década de 1990.

Por outro lado, o movimento do Grupo Mulheres da Terra também era apoiado pelo movimento feminista que desenvolvia um trabalho com as mulheres da periferia de Campinas, no período do acampamento. Zeza, na década de 1990, trabalhou no ‘SOS Mulheres’, dentro da Unicamp, aproximando o Grupo Mulheres da Terra das discussões que fomentavam a percepção da desigualdade de poder entre homens e mulheres.

Sob liderança de Cida, o Grupo Mulheres da Terra se contrapôs às orientações de Laudenor, cobrando a participação das mulheres nas assembléias. Com exceção de Cida, titular do lote, condição no assentamento que dava o direito de voto ao assentado as demais mulheres podiam agora participar das reuniões e nelas opinar sem, contudo, determinar as decisões.

No início do assentamento, as mulheres do Grupo conciliaram os problemas da falta de infra-estrutura que afetavam a vida doméstica - água encanada, energia elétrica - com a atividade da roça e a militância política, comparecendo aos eventos organizados pelos mediadores. Como representante das mulheres do assentamento, Cida se projetava e projetava a questão de gênero no cenário de luta política pela terra, viajando pelo Brasil e a alguns países da América Latina, como Peru e Argentina. Sua ausência nas reuniões e nos eventos era preenchida por outras integrantes do Grupo.

A RME, uma organização não governamental, financiada com recursos de agências internacionais de cooperação (80%), contratos de assessoria, vendas de publicações e filiações/anuidades (20%)¹⁷⁴, em 1993, trouxe Zeza para participar da entidade enquanto sócia-educadora, já que ela tinha uma formação em sociologia e uma trajetória nos movimentos populares sob a perspectiva do feminismo. Sua inserção nos

¹⁷⁴ VIEIRA, V. *Educomunicando - Intervenção comunicacional das ONGs para a visibilidade de discursos e a conquistas de novas parcerias. Estudo de Caso: Rede Mulher*. São Paulo, 1999 (monografia de especialização) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo.

movimentos sociais sempre esteve ligada à questão de gênero, que percebia as relações antagônicas de classe não suficiente para explicar a opressão contra as mulheres.

A RME na década de 1980 teve uma trajetória política marcada pela participação no processo Constituinte e pelo apoio aos movimentos sociais. Na década de 1990, surgiram outras demandas, como a organização da sociedade civil para participar da gestão dos direitos conquistados. Zeza se encaixava neste contexto fazendo quadro de sócia-educadora.

O discurso de Zeza abaixo mostra como ela traçou um paralelo entre a questão de gênero e a relação social de dominação e posse da terra, como uma forma de traduzir a primeira para o imaginário das mulheres camponesas:

E eu sentava com as mulhreses para cuidar um pouco da formação política no sentido delas compreenderem a dimensão da luta e o papel delas enquanto mulheres. Então existia uma dimensão política e eu existia, na verdade eu trazia a dimensão política para instrumentalizá-las e fazer com que elas compreendessem que assim como existe um homem, ou uma sociedade que chega e domina a terra, que se julga dona da terra, e exclui uma outra parcela, o homem também tinha essa relação com a gente.”

Eles se apropriavam da gente, enquanto corpo, enquanto mãe dos filhos, enquanto alguém que estava no movimento para ficar nos bastidores. Então esta reflexão foi um processo, delas irem percebendo a importância delas de se constituírem quanto um grupo, um grupo de mulheres dentro do assentamento. E as lutas, a luta pela escola, a luta pelas questões dos jovens lá na terra, era uma preocupação essencialmente das mulheres. E a forma de colocar isso quanto uma questão política, ela tinha que passar por ter representantes delas, na diretoria do assentamento.

Então foi um processo de construção que estas mulheres pela confiança, pela identidade e pela transformação interna de cada uma e que a diretoria do assentamento também foi tendo que aprender de alguma maneira a reconhecer a força dessas mulheres, mas com muitos embates.¹⁷⁵

Investida do arcabouço teórico do feminismo, Zeza trouxe para o Grupo a expressão de empoderamento, que comporta a idéia de revisão da relação de poderes entre homens e mulheres. A proposta era a de recuperar a auto-estima das mulheres, encorajando-as para a luta, mostrando que essa era conjunta, e que elas deveriam ocupar os espaços de poder na Associação, no Sindicato, no Estado, etc. Era o questionamento da visão da família camponesa, na qual o homem que respondia por todos os interesses da família.

Apesar do discurso do empoderamento feminino, os temas trazidos pela mediação da RME - escola, filho, saúde - não alteraram a tradicional divisão dos papéis sociais entre homens e mulheres no assentamento. Zeza, por outro lado, estabeleceu

¹⁷⁵ Idem, op. cit.

relações de confiança com a comunidade a ponto de intervir no cotidiano do assentamento. Em meio à década de 1990, contexto de esvaziamento da Associação e crise do modelo de produção coletiva, chamou uma assembléia a fim de alertar a comunidade sobre o significado de abandonarem a Associação:

Teve um momento em que eu percebi o seguinte: as pessoas, os líderes que ingressaram na terra eles já estavam caminhando para terceira idade. E os filhos que entraram criança, já tinham se tornado homens. E havia uma série de providencias que tinham que tomar, mas existia aquele processo entre quem estavam na diretoria era alguns homens, que já estavam cansados daquela luta, e aí foi o momento que eu fiz também uma reflexão com eles.

Foi dura, por que precisei dizer que ninguém é eterno, e que os nossos jovens da terra, os homens não se apropriassem daquele espaço enquanto um projeto econômico viável, eles iam embora e toda a luta ia cair por terra. Foi quando que aquela reflexão deu uma virada e a comunidade começou a assumir a direção do assentamento.¹⁷⁶

Para a RME, o fim do trabalho coletivo, acompanhado da crise na Associação, significava o esvaziamento dos espaços políticos coletivos, que levaria à desconstrução da comunidade enquanto exemplo de luta pela terra e a transformaria em um “simples” bairro. Segundo sua visão, os pais envelhecidos não teriam forças para continuar a luta pela terra, e seus filhos despolitizados poderiam repetir a história da proletarianização dos seus pais.

Em 1998, o assentamento deixou de ser o foco da atuação da RME que passou a combater a violência na periferia de Sumaré. Cida, na condição de representante do Grupo Mulheres da Terra, estreitou relações com a RME, tornando-se sócia-educadora da ONG, em 2000.

Na passagem da década de 1980 para 1990, ocorreram mudanças nas estratégias de intersecção entre movimentos sociais e ONGs. A RME, que vivia os desdobramentos da aprovação da Lei das ONGs, em 1999, passou a buscar parcerias com outras instituições. O Estado, atendendo às exigências do novo modelo econômico, dedicava pouca atenção para a questão social. Ademais, muitos financiamentos internacionais destinados às minorias do terceiro mundo deslocaram-se para a África e Ásia, consideradas as novas tragédias sociais do mundo.

Na década de 1990, o desafio para a RME foi o de captar recursos diante da saída do Estado. O ‘boom’ das ONGs resultou na disputa dos parques financeiros, na sua maioria voltados para a lógica de mercado. A RME, tendo sua gênese militância,

¹⁷⁶ Idem, op. cit.

nas questões populares, tinha que conciliar as demandas do mercado com as necessidades reais de sua base. Sobre o conflito da passagem da militância para a profissionalização na RME, observou V. Vieira:

O espírito militante e o profissional vêm confundindo um pouco as ONGs. Até por uma questão de sobrevivência, elas buscam se profissionalizar cada vez mais, para se tornarem entidades institucionalmente fortes, entretanto não podem jamais perder sua natureza militante, pois aí está o diferencial do trabalho delas, que é marcado pelo compromisso real com a causa. Este perfil militante também carrega a forte simbologia de sua ligação direta com as necessidades da base, falando a partir de problemas reais e da tensão que eles criam.¹⁷⁷

O equilíbrio entre a militância e o profissionalismo era necessidade das ONGs engajadas nos movimentos populares. A necessidade de profissionalizar as relações entre movimento social e a instituição se refletiu no conceito de sócia-educadora, que Zeza ocupou em 1993 e Cida, em 2000. Esse conceito levava consigo aquilo que era essência das ONGs: ser sócia significava estabelecer uma relação onde a militância era canalizada para o trabalho voluntário, diferente do engajamento do movimento social. Maria Gloria Gohn descreve essa relação da seguinte maneira:

O associativismo predominante nos anos 90 não deriva de processos de mobilização de massa, mas de processos de mobilizações pontuais. Qual a grande diferença? No primeiro caso, a mobilização se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização. No segundo, a mobilização se faz a partir de atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários... Este tipo de associativismo não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanente para com uma organização. E a mobilização se efetua, independente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica.¹⁷⁸

A relação com a RME possibilitou ao Grupo Mulheres da Terra a formulação de projetos que iam além da questão de gênero. Zeza foi uma peça importante dessa mudança de ação. Sua inserção na comunidade possibilitou que organizasse oficinas voltadas para uma nova temática. Nesses projetos, as mulheres se dedicariam a novas formas de geração de renda.

Acreditamos ser de grande valia um trabalho permanente junto ao grupo, que facilite o processo de conscientização sobre a importância do papel das mulheres e sua legitimação nas esferas políticas e, enquanto membros economicamente ativos na comunidade. Partimos do pressuposto que está nas

¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 59

¹⁷⁸ GOHN, M. G. Mídia, Terceiro Setor e MST, Petrópolis: Editora Vozes, 200, p. 66.

mãos das mulheres a garantia da herança dos valores culturais da terra para as futuras gerações.¹⁷⁹

O apoio da RME, em 1998, levou à organização um coletivo composto por 16 mulheres no intuito de realizarem uma horta medicinal no assentamento, assim anunciada no jornal *Todo dia*, no dia 26 de julho de 1998:

Cida Segura e mais 15 mulheres estão cuidando da horta medicinal desde o mês de abril. Nos primeiros meses de trabalho, o objetivo é conseguir matrizes de mudas para que a idéia floresça no assentamento. A comercialização futura também pode ser viabilizada. Hoje, apenas o cultivo e a venda da folha de mandioca, utilizada para desnutridos, gera cerca de dois salários mínimos às trabalhadoras.¹⁸⁰

O projeto tinha como objetivo produzir ervas medicinais no lote 13, pertencente ao Grupo Mulheres da Terra, buscando novas alternativas de saúde para as famílias assentadas e ampliar a economia local com o comércio do excedente. Porém, o projeto se esvaiu ao longo de dois anos, pois a renda gerada era insuficiente para as famílias em proporção ao tempo dedicado das mulheres, que pouco a pouco foram desistindo. Maria Renovato enfatiza a desistência das mulheres:

Montamos um viveiro de ervas medicinais. Todo mundo foi desistindo e foi ficando eu e a Cida trabalhando no viveiro. Até que nós duas não demos mais conta e fechou a horta medicinal que a gente montou no assentamento. Começamos com vinte e pouca mulheres e ficou só eu e ela, as duas últimas, por que a gente viu que não dava mais mesmo.¹⁸¹

As dificuldade, segundo Zeza, foram de duas ordens: econômica e de gênero,

Existia lá uma dificuldade quando teve um homem que não queria que tivesse aquele terreno ali, fazendo horta entendeu? E aí ele jogou o cavalo em cima pra destruir mesmo, o trabalho das mulheres.

Então aquilo de um lado era uma pressão contra, do outro lado, elas trabalharem na terra e cadê o dinheiro? Não é uma coisa que eu estou vendo no imediato. E os homens eles querem que as mulheres, se elas vão despende tempo pra uma atividade, que ela traga dinheiro imediato pra casa. E não era isso que acontecia. E isso foi desanimando as mulheres a perseverar aqueles projetos.¹⁸²

Em todo caso, nas narrativas das mulheres, a horta medicinal era silenciada, indicando que significava uma experiência coletiva frustrante, em que o

¹⁷⁹ Panfleto do encontro - Acervo do Assentamento

¹⁸⁰ LAVRADORES cultivam horta medicinal em assentamento, *Jornal Todo Dia*, Sumaré, 26, jul 1996.

¹⁸¹ Idem, op. cit.

¹⁸² Idem, op. cit.

“empoderamento” das mulheres via empreendimento econômico não resistia à prova da realidade.

Em face do fracasso da horta medicinal, a RME, em 2000, organizou um curso que tinha como tema “Geração de trabalho e Renda” com a participação da jornalista Mirian Duailibi, responsável pelo banco da Terra, no intuito de potencializar empreendimentos que fornecessem alternativas de trabalho para aumentar a renda familiar, em especial a renda das mulheres e a dos jovens. O panfleto do curso trazia o seguintes temas: *Cidadania: um encontro do feminino com o masculino/ O meu Projeto de Vida e o Trabalho em Rede/ Transformando habilidades em atividades produtivas/ Inclusão da perspectiva ecológica e sustentável/ Pesquisa mercadológica e sustentável/ Pesquisa mercadológica para adequar o empreendimento/ Gestão/ Viabilização financeira/ Estratégia de comunicação e marketing/ Apresentação e avaliação de projetos Apresentação e avaliação de projetos/ Viabilidade de comercialização e busca de financiamento.*

Os temas demonstram mudanças na estratégia da RME quando, na virada do século, a questão de gênero cedeu espaço para a discussão da produção, passando a se preocupar com os projetos que não prosperavam financeiramente. Assim, Zeza planejou uma série de encontros nos quais os palestrantes discutiram formas de organizar e gerenciar um negócio, para além da economia camponesa, assim como fez a Unicamp no contexto da implantação da horti-fruti cultura no início da década de 1990.

Nas reuniões, compareciam homens e mulheres, discutia-se a viabilidade de projetos, incentivados sob a perspectiva do planejamento e da racionalização da economia, nos moldes empresariais. Todas as etapas da produção exigiam planos que levassem à competitividade e eficiência para se conseguir retorno em curto prazo. Por isso, os encontros voltados para a análise da pesquisa de mercado, da gestão, das estratégias de marketing e da comercialização enquanto problemas a serem solucionados.

Neste contexto, o Grupo Mulheres da Terra, através da RME e da Pastoral da Terra, conseguiu verbas para a criação de uma estufa, usada na desidratação da folha da mandioca, base da multimistura. O projeto viabilizou o incremento na renda de pelo menos quatro famílias.

Assim como os assentados tiveram diversas mediações presentes na trajetória da comunidade, também as mulheres viveram inúmeros projetos trazidos por diferentes agentes. De um lado, o Grupo Mulheres da Terra, através de Cida, articulou-se com o

movimento feminista, de outro, com as mediações que trouxeram a questão trabalhista como prioridade para a unidade da luta do Grupo, como propunha o STR de Sumaré e também o Itesp.

O STR de Sumaré, filiado à CUT Rural, possibilitou a participação de Cida no cargo de vice-presidenta. No entanto, na estrutura sindical, as questões de gênero não se colocaram como prioridade. Neste momento, diversas mulheres do assentamento conquistaram o benefício da aposentadoria e dona Ilidia relatou esse fato na história de vida quando perguntada sobre o papel de Cida no assentamento:

A Cida era a mulher mais maravilhosa do mundo. Que nem a minha aposentadoria que eu tenho hoje, que é o meu auxílio, que se não fosse a Cida eu não tinha. Que se não fosse a Cida cair em cima, faltou um documento meu e ela pediu para um padre que mandou de Minas Gerais, que se não fosse o meu batistério de nascimento, que foi a Cida que trouxe.¹⁸³

A Feagri, estreitando relações com o sindicato, produziu um documentário, em 1995, sobre o cotidiano das mulheres no assentamento, chamado “Trabalhadora Rural: uma mulher de conquista”, sob direção de Kellen Junqueira, pesquisadora da Faculdade. O objetivo era apresentar a luta do Grupo no Encontro de Trabalhadoras Rurais, realizado em Cajamar, no mês de outubro.

Também, na segunda metade da década de 1990, ocorreu o estreitamento das relações do Grupo Mulheres da Terra com o governo do Estado de São Paulo, que havia redefinido a função da assistência técnica no assentamento, pela qual o agrônomo teria como tarefa fortalecer a organização das mulheres. Nos cadernos do Itesp encontramos a seguinte formulação:

Perante os novos paradigmas colocados – agricultura sustentável, participação e organização – a Assistência Técnica e Extensão Rural deve priorizar formas de capacitação para assentados que ajudem a construir caminhos para sua emancipação, tomando-os centro e agentes principais de seu processo de desenvolvimento. Deve gerar técnicas apropriadas, modelos de gestão participativa que integrem todos os personagens familiares nos sistemas produtivos. Atenção especial deverá ser dada ao jovem e à mulher¹⁸⁴

A eleição de Mário Covas, em 1995, ocorreu num momento em que a desistência das famílias de seus lotes e sua subsequente revenda se colocaram como um

¹⁸³ Idem, op. cit.

¹⁸⁴ Cadernos do Itesp, Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária, Cadernos Itesp. 2. Ed.. São Paulo:ITESP; Páginas & Letras – Editora Gráfica, v. 7, 2000, 42 p.

problema que deveria ser contornado. Foi durante seu governo que o nome das mulheres tornou-se obrigatório na titulação da terra, dificultando sua revenda.

Lucilene e Mario Covas, que recebe óleo de Eucalipto de Praxedes¹⁸⁵ -

Diante das novas diretrizes do Itesp, ocorreram os Encontros Estaduais de Mulheres de 1998 até 2003. Em 2000, em Promissão, com representantes de praticamente todo o Estado, o III Encontro foi marco com a criação da Comissão Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas de São Paulo

Os encontros das mulheres assentadas propiciaram a criação da Associação das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Amaquesp), cuja ação fomentou a mobilização das mulheres para a necessidade de se estabelecer interlocução com os poderes locais e estaduais para avançar na discussão e ação relacionadas à saúde, educação, direito previdenciário, política de crédito, e, particularmente, aos jovens.

A Amaquesp incentivou a mobilização das mulheres de Sumaré II para a conquista do poço artesiano, da energia elétrica, da criação do Programa da Saúde da Família (PSF), além da criação de projetos voltados para a geração de renda alternativa e diversificação da produção do lote familiar, tal como a criação do viveiro de plantas e da padaria comunitária. A organização das assentadas em nível estadual nasceu amparada por um contexto de políticas públicas afirmativas da sua representação no cenário político institucional. Com isso a luta das mulheres assentadas ganhou reconhecimento e legitimidade frente à sociedade civil.

¹⁸⁵ Autor – Desconhecido, Ano de 1999 Fórum Estadual dos Assentados – Acervo – Pró Memória de Sumaré.

Em fins da década de 1990, a ação dos agentes mediadores se afinou com as questões ecológicas. O Itesp, que buscava métodos para a recuperação dos solos desgastados no assentamento, assim definiu sua estratégia em 2000:

Difundir a prática da calagem e a utilização de plantas e resíduos da unidade de produção na melhoria do solo, contribuindo para a diminuição dos custos e para o estabelecimento de um ecossistema mais equilibrado. A diminuição do uso da adubação química, muito onerosa, pressupõe a introdução da adubação orgânica ou adubação verde, permitindo manter ou mesmo aumentar a produção, podendo ser recomendadas, por exemplo, as leguminosas (crotalária, guandu, mucuna, etc.) que auxiliam na fixação de nitrogênio no solo, além de apresentarem excelente produção de massa verde e funcionarem como cobertura protetora do solo contra a erosão. A reciclagem de resíduos vegetais e animais, como a compostagem também deve ser incentivada.¹⁸⁶

O projeto da agrofloresta, que procurava conciliar a produção agrícola com a preservação do meio ambiente, foi sistematizado pela Feagri em 2002¹⁸⁷, com a participação do Instituto de Biologia da Unicamp e trouxe pelo menos cinco famílias para participar da sua formulação.

O incentivo do Itesp ao Turismo Rural também apareceu como alternativa econômica para os assentados. Cida apostou neste percurso quando se tornou uma das pessoas que recebia as visitas, para apresentar os produtos da reforma agrária. O assentamento, ao longo da década de noventa, foi se estabelecendo como assentamento modelo. As condições de carências da periferia haviam ficado para trás. A área II era exemplo de que a reforma agrária havia dado certo e os assentados recebiam as escolas e comitativas de outros países.

O Grupo Mulheres da Terra sabia que se não estivessem presentes na ocupação, a ação policial poderia ter sido mais violenta e talvez o acampamento não tivesse sobrevivido. No assentamento, o acúmulo de experiências políticas e sociais na trajetória do Grupo Mulheres da Terra propiciou que as mulheres repensassem suas relações de gênero dentro de casa.

¹⁸⁶ Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária, Cadernos Itesp. 2. Ed.. São Paulo:ITESP; Páginas & Letras – Editora Gráfica, v. 7, 2000, 30 p.

¹⁸⁷ A sistematização da agrofloresta feita pela Feagri/Unicamp em 2002 mostrou-se muito próxima do modelo de agricultura sustentável definido nos cadernos do Itesp "Cultivando Sonhos". Denominado de Sistema Agroflorestral (SAF'S), são formas de uso da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal. Esse sistema, além de fornecer produtos úteis para o agricultor, preenche também um papel importante na manutenção da fertilidade dos solos, pois as folhas, ao caírem no chão, acabam funcionando como adubo para a terra. Definição extraída de um panfleto elaborado pela Feagri em 2002 Acervo/Feagri

Do grupo de onze mulheres, sete permaneceram numa luta diuturna, negociando a continuidade da participação do movimento na conquista daquilo que era essencial para elas: a escola, o transporte, a energia elétrica, a saúde. Assim, continuaram se encontrando no barracão da comunidade para organizar festas, discutir a escola, elaborar projetos e estratégias para projetar o Grupo Mulheres da Terra e responder às demandas das mulheres assentadas.

*Cida, Lucilene, Cecília e Edite no Encontro das Margaridas*¹⁸⁸

Todavia, as mulheres do grupo precisaram do estímulo de Cida que as chamava para os eventos, mesmo que fossem distante de casa, como a Marcha das Margaridas que tem como plataforma de luta o direito da mulher trabalhadora. Sobre isso nos falou dona Malvina:

Foi aqui no assentamento que a Zeza veio fazer o grupo de mulher, ela vinha junto com a Flávia fazer a reunião. Sempre elas estavam aqui com as mulheres. Reunia todos no barracão que tinha. Toda vez que a Zeza vinha eu estava lá. Era bom, só que toda vez tinha sempre que estar saindo pra fora e aí já era mais difícil, às vezes ela arrumava uma reunião, um encontro de mulher lá em tal lugar e era muito longe.

Tinha vez que a finada da Cida ia e levava algumas mulheres com ela, tinha vez que não dava pra ir, ela ia sozinha, participava do encontro, e saía pra longe até lá pro norte ela foi, participava dos encontros onde tinha mulheres de todos os estados: São Paulo, Bahia, Minas e juntava as mulheres nos encontros.¹⁸⁹

A assiduidade da participação das mulheres carecia da revisão dos papéis sociais de gênero, pois como conciliar as responsabilidades domésticas, o cuidado dos filhos e

¹⁸⁸ Autor desconhecido, 2000, Brasília – Acervo do Assentamento

¹⁸⁹ Idem, op. cit.

o trabalho na roça com as viagens, reuniões, encontros? Por isso, tornou-se difícil a continuidade para algumas, como dona Malvina, que não dispunha de tempo para a participação política

O assentamento trazia os valores tradicionais do trabalho doméstico, tarefa feminina, que se opunham à continuidade da participação da mulheres na política, que alterava o cotidiano da família camponesa. Afinal, quem cozinharía as refeições da casa na ausência da mãe provedora, que participava do Encontro das Margaridas em Brasília? Em relação a essa questão nos falou a sócia-educadora Zeza;

Não que os homens não fossem solidários com as mulheres, mas por um processo natural de visão de mundo, eles se sentem “protetores” das mulheres e ao mesmo tempo filhos. Eles não se vêem maridos, companheiros, então elas têm que obedecê-lo e ao mesmo tempo eles querem o cuidado exclusivo, não exclusivo, mas assim absoluto delas.

E é interessante essa questão: por que o homem implica? Por que a participação política demanda tempo, um tempo que ela vai tirar da onde? Se ela tem que estar na roça e cuidar dos filhos? Da onde ela vai tirar? Da divisão do trabalho que o homem tem que participar, que ele também está na roça, mas e dentro de casa? Ele divide?

Então o tempo da mulher é uma questão política que nós precisamos considerar, porque a visão de mundo dele passa pela apropriação do tempo. Ela tem que cuidar da casa e dos filhos, e ainda estar na roça. E que tempo ela vai ter para ir a reunião política? *‘Eu não quero minha mulher no meio do mundo, eu quero no domingo comer com a minha mulher, eu não quero que ela esteja em encontros, em viagens, como é que fica?’*¹⁹⁰

Muitos entraves surgiram para a consolidação do Grupo. Algumas mulheres viveram momentos difíceis no âmbito do espaço doméstico. Lucilene foi uma delas, que, à medida que se envolvia com o grupo, sentia o drama de quem questionava os poderes vigentes:

Um dia teve uma festa no assentamento e eu trabalhei muito na organização. Lembro que levei um colchão para o Sayon dormir, devia estar com uns quatro anos e ficava sempre junto comigo. Meu marido nunca ficava com as crianças e eu que tinha que me virar, se tinha que sair tinha que levá-los.

Sei que eu coloquei o colchão embaixo da mesa da cozinha na escola e o Sayon dormiu embaixo e eu trabalhando com as mulheres. Já era tarde quando meu marido chegou para me buscar. Então, eu falei que já tinha encerrado o caixa e que podíamos ir, mas ele saiu.

Sei que quando ele chegou em casa eu estava no meu quarto e ele foi agressivo pela primeira vez, quando me pegou, me deu uma sacudida, apertou meu pescoço e falou para mim *‘Que negócio era aquele de eu ficar até àquela hora trabalhando?’* E eu falei *‘Eu faço isso sempre, está me estranhando? Você sabe que eu estou trabalhando num lugar onde você conhece todo mundo.’* Eu percebi que ele não estava bem, tinha usado muita coisa e bebido junto.

¹⁹⁰ Idem, op. cit.

E ele apertando meu pescoço e na hora veio aquela força que eu falei *‘Aperta. Aperta mesmo, mas aperta para matar por que se você não matar é a última vez que você encosta em mim. Você nunca me tocou por que eu avisava para você que se um dia você encostasse, ia para ser a primeira e a última vez. Que nunca mais ia fazer isso’*. E me afastei e ele também percebeu que foi um choque o que eu falei, por que eu estava muito calma na hora.¹⁹¹

Lucilene pertencia à segunda geração de assentados. Ela havia acompanhado a luta do tio no acampamento, quando sua família decidiu mais uma vez mudar para Itatiba e, como estava terminando o segundo grau, então optou por continuar em Sumaré morando com a família do tio.

Enquanto morava em Sumaré, visitava seus pais nos finais de semana e, numa dessas viagens, conheceu seu ex-marido. Em menos de cinco meses, casou-se, parou de estudar, trabalhar. Após oito anos de casamento, tornou-se mãe de três filhos, e carências na cidade a fez mudar para o lote da mãe no assentamento. Ali, Lucilene incorporou-se ao Grupo como forma de trabalho ao mesmo tempo em que viu seu casamento ruir de maneira bastante violenta.

Quase perdeu a vida quando o marido a manteve refém com uma arma apontada para sua cabeça durante uns cinco minutos, pedindo para que voltassem. O ciúme do marido diante do engajamento da mulher no Grupo Mulheres da Terra o havia conduzido para um desfecho trágico. Dentro das reuniões do Grupo, teve acesso a atendimento psicológico que o “*SOS Mulheres*” proporcionou e, paulatinamente, ela desvencilhou-se do medo da violência psicológica que o marido exercia sobre ela. “

Na época tinha uma psicóloga que vinha e fazia esse trabalho, tinha dia que você chorava ali, você expunha para o grupo o que estava acontecendo. E a gente começou perceber que não era só eu, como muitas mulheres sofriam muito com isso. Era acuada, era violência psicológica. Era um monte de violência dentro da casa, que a mulher acabava nem falando, por que não tinha essa liberdade de contar uma para a outra, era muita vergonha!¹⁹²

Lucilene não foi a única que viveu a violência dentro de casa, permanecendo acuada e com medo de sofrer a violência física. Através do Grupo Mulheres da Terra, elas tiveram a possibilidade de tornar público aquilo que era privado, aliviando a dor da solidão de não ter a quem recorrer diante das opressões cotidianas. Identificaram-se, fortaleceram a auto-estima, e viveram uma experiência que não permitiu que continuassem a vida como se nada tivesse acontecido, como se elas não tivessem

¹⁹¹ Lucilene Cruz, moradora do Assentamento II – Entrevista realizada no dia 21/08/2006, na Associação dos moradores

¹⁹² Idem, op. cit.

experimentado as dimensões coletivas do Grupo Mulheres da Terra. Zeza, engajada na questão da violência contra a mulher, não pôde silenciar em relação a um caso ocorrido logo no início do assentamento;

Uma companheira sofria a violência física, psicológica por parte do marido. Uma violência muito grave e existia um risco ali, porque essa companheira não só corria o risco de um dia sair muito mais machucada, como ela também já estava adoecendo, caindo em depressão, tomando calmantes, porque ela não sabia como lidar com a situação, ela tinha filhos. E ela era uma mulher muito recatada, muito trabalhadora.”

Então chamei a diretoria do assentamento, e disse: *‘O que vocês estão esperando, pra tomar uma atitude frente a uma violência que todo mundo aqui assiste, todo mundo sabe, ninguém sabe o que fazer e tem medo’*. Estavam sendo coniventes com a continuidade dessa violência. Expliquei para eles a consequência da violência, que era um problema do assentamento. Porque na medida que em que o assentamento pautava suas reivindicações em cima de alguns princípios como qualidade de vida precisavam considerar também essas situações, ou seja, a condição com que as pessoas da comunidade estavam vivendo.

E que não era uma questão da Zeza, mas era do assentamento, e aí foi que eles chamaram este sujeito e então se chegou a um acordo - porque ele tinha inclusive mulher fora e ela queria separar: colocaram um limite para ele de que a violência não podia acontecer, já que ela queria separação foi cedido um pedaço de terra lá em cima, no assentamento mesmo, dentro da área, para que ele construísse o espaço dele separado da família.¹⁹³

A presença da violência contra a mulher era considerada “natural”, pois o assentamento não era uma ilha separada. Nele, encontramos os valores e as ações que norteiam as relações da sociedade, principalmente, aquelas referentes à tradição da família camponesa. Estatísticas apontam que a cada 15 segundos uma mulher é violentada dentro de casa no Brasil, isto nos registros oficiais, pois a maioria não denuncia por medo e vergonha. Diante desse quadro percebemos com mais nitidez as relações de gênero: a mulher vítima da violência física, ainda sentia vergonha de falar como se fosse culpada pelos acontecimentos.

No assentamento, os conflitos foram ainda mais latentes, pois a luta pela terra havia despertado nelas a possibilidade de participarem da vida pública, de fazerem uma luta separada do homem. Elas haviam vencido o governo, a usina, conquistado a escola e estenderam as conquistas para o âmbito do lar, buscando uma equidade nas relações de poder dentro de casa. Buscando fazer a sua própria história. A resistência de dona Edite à nova mudança proposta pelo marido exprime essa mudança nas relações de poder dentro de casa:

¹⁹³ Idem, op. cit.

Teve uma época que meu marido falou para irmos embora para o Estado de Mato Grosso, porque o sonho dele era ter bastante terra para plantar. Então eu falei que não iria por que já tinha sofrido demais. Não sairia com os meus filhos de jeito nenhum, iria ficar aqui, aqui era o nosso lugar. Bati o pé e chegamos até discutir por causa disso, porque ele queria desistir daqui e ir embora para outro lugar. Isso foi depois de uns cinco anos que a gente já estava aqui, ele veio com essa idéia de querer ir embora.

Ele ouvia dizer que lá era muito bom, a terra era boa e dava para fazer isso e aquilo. Ai ele colocou na cabeça que lá era bom e queria ir, sair daqui e ir lá quebrar a cabeça. Então, eu falei não e se ele quisesse que fosse sozinho, pois os meus meninos estavam grandes e também não quiseram. E ele não foi sozinho. Ficou aqui mesmo. Mas se eu não batesse o pé nós iríamos.¹⁹⁴

Dona Edite havia rompido com componente cultural, característico da sociedade patriarcal, que dava ao seu marido o poder de decidir o deslocamento de toda a família. Ela não queria abandonar o lote que havia conquistado às duras penas, vivendo a situação precária debaixo das lonas. Apoiada pelo Grupo – seu marido tentou vender o lote e Cida questionou seu direito de vender sem a autorização da esposa -, conseguiu manter a decisão de não vender, mesmo não sendo a titular do lote..

6 - O assentamento e as mudanças

Desde a virada do século até a atualidade, o assentamento e a trajetória do Grupo Mulheres da Terra passaram por mudanças de planos econômicos, por alternância de prefeitos, governadores e presidentes, que afetaram seu cotidiano. Como o discurso das mulheres entrevistadas do Grupo iluminava sua interação com essas dimensões?

Suas memórias estavam dirigidas para acontecimentos recentes, explorando-os de maneira fragmentária. Tais acontecimentos, ligados aos projetos elaborados e implementados, dos quais participaram, refletiam mudanças de um processo histórico que foi experienciado muitas vezes de maneira conflituosa.

A sensibilização do Grupo para questões ecológicas se intensificou. Neste contexto, algumas agências mediadoras, como o Itesp, a Feagri/Biologia Unicamp e a RME, incentivaram uma produção integrada ao meio ambiente. Em 2003, o material do viveiro, que havia sido mandado pelo Itesp para outro assentamento que dele não se serviu, foi aproveitado pelo Grupo, através de Cida que coordenou a realocação do material para a área II. O objetivo inicial do viveiro de mudas, construído no lote 13, que recebeu o nome de Esperança, foi o de propiciar trabalho para os jovens do assentamento. Isso se tornou possível a partir de um contrato firmado com a Shell, por

¹⁹⁴ Idem, op. cit.

intermédio do Itesp. A empresa tinha sido punida pela contaminação do solo por resíduos químicos em Paulínia e, para saldar a dívida social, investiu no projeto do viveiro, assumindo o compromisso de produzir as mudas como compensação pelo crime ecológico.

O Grupo Mulheres da Terra trouxe para o rol das conquistas o material para a construção de uma padaria comunitária e a aprovação do Programa de Saúde da Família (PSF), enquanto desdobramentos da atuação do Grupo junto ao Amaquesp, que as havia instrumentalizado para a continuidade das lutas. Sobre o convênio conquistado com a prefeitura para a implantação do PSF, Segura nos falou:

Aconteceu o Encontro de mulheres a nível interestadual que o Itesp foi junto e discutiu a possibilidade de ter o Programa de Saúde da Família Qualis, em todos os assentamentos e nós ganhamos o nosso aqui. Vamos por oito anos, o Bacchim está há três anos, acho que foi há nove anos atrás.

Mas somente em 2002 que ele começou a funcionar aqui em Sumaré. Foi um problema, por que foi aprovado o projeto e o pessoal simplesmente engavetou o processo do projeto, imagine engavetaram. Eu tive que chegar, me expor e falar *‘Escuta, cadê?’* Então, fomos procurar e estava numa caixinha de sapato escondido. E eu falei, *‘mas o projeto das mulheres dos assentamentos em nível estadual, jogado?’*¹⁹⁵

A virada do século veio acompanhada da reeleição de José Antonio Bacchim (PT) na vice-prefeitura de Sumaré e da abertura da administração municipal para receber os assentados, que reivindicavam o cumprimento da lei referente ao PSF, aprovada pelo Governo do Estado de São Paulo. Segundo depoimento de Antonio Segura, projeto de criação e aplicação do PSF, havia parado numa caixa de sapato.

A presença da administração municipal de Sumaré se fez mais visível através do convênio “Turismo Rural”, firmado em 2001, que tornou o Assentamento de Sumaré um ponto de visita num roteiro elaborado pelo Conselho Municipal de Turismo (Comtur), divulgando a reforma agrária nas escolas da cidade. O assentamento, além de propiciar o contato com a natureza, serviria como um objeto de estudo das escolas enquanto um exemplo de reforma agrária bem sucedida. Segundo o panfleto divulgado pela prefeitura nas escolas, o assentamento era uma das opções de lazer da cidade, a outra correspondia ao Sítio Paraíso, com piscina, pesqueiro, alimentação e caminhada ecológica. O assentamento era utilizado para mostrar como a agricultura familiar funcionava em consonância com a preservação ambiental, através do reflorestamento, que havia sido realizado para a recuperação das matas ciliares destruídas.

¹⁹⁵ Idem, op. cit.

As visitas impulsionaram o funcionamento da cozinha comunitária, cujo material havia sido fornecido pelo Itesp para a construção da padaria comunitária, que surgiu das discussões do Amaquesp. Constituiu mais um projeto destinado à geração de renda familiar mediante o trabalho das mulheres. A atividade de produzir e vender pães já havia surgido entre as mulheres durante o período do acampamento e, no assentamento, elas ainda efetuavam essa atividade nos eventos organizados da Unicamp.

*Grupo Mulheres da Terra/Unicamp*¹⁹⁶

A educação foi outro setor de luta prosseguiu na trajetória do Grupo. Em 2001, as mulheres do Grupo, por meio da liderança de Cida, se articularam com um grupo de alunos de extensão universitária do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unicamp, culminando com na formulação do projeto “Cio da Terra”, cujo objetivo era o de criar um cursinho pré-vestibular.

O Cio da Terra foi gestado durante alguns meses de diálogo entre os moradores do assentamento e os alunos da Unicamp, chamado “Pulando a cerca”. Os primeiros se responsabilizaram pela estrutura física e os estudantes se encarregaram de divulgar a idéia para a universidade e elaborar o método pedagógico. As aulas diárias e noturnas começaram em abril de 2002, na escola do assentamento. Os assentados, que desejassem se preparar para ingressar no ensino superior, poderiam freqüentá-las.

Foi durante uma aula do cursinho que Cida sofreu o aneurisma cerebral, em junho de 2003. Na narrativa das mulheres, esta data, um dia depois da chegada do material da cozinha comunitária, mostrou-se como um marco na história do assentamento, quando Cida faleceu. Este acontecimento se entrelaçava com a memória

¹⁹⁶ Acervo do Assentamento – década de 1990.

das mulheres ao narrarem a história do Grupo na luta do assentamento. Sua morte era sinônima de incertezas, dúvidas e angústias para as mulheres. Como levariam adiante as lutas de que Cida se ocupava no seu quintal, que, no dizer de uma assentada, “*mais parecia uma romaria*”, onde muitos assentados e mediadores “*corriam a toda hora, para pedir ajuda*”?

De lá para cá, houve projetos, conduzidos pelo Grupo, que sofreram um recuo e foram pouco mencionados nos depoimentos. Este silêncio revelava um vazio antes ocupado pela liderança de Cida, que, segundo várias entrevistadas, “*havia resolvido tudo*”. A morte de Cida produziu um vácuo de poder no Grupo Mulheres da Terra e a desestabilização das atividades das mulheres assentadas.

Em 2004, o relatório de uma reunião, produzido pela Feagri/Unicamp, na qual estavam presentes lideranças do assentamento, a Embrapa e segmentos da Unicamp, demonstra o propósito de fazer um balanço dos diversos projetos desenvolvidos ao longo das duas décadas de existência do assentamento que continuavam em vigor, na data relativa à da reunião, visando estabelecer diretrizes para trabalhos futuros.¹⁹⁷

O primeiro aspecto que notamos no relatório é o registro em forma de listagem da presença de agentes mediadores que intervieram no assentamento, em um lugar privilegiado da tabela, totalizando 54 projetos dos quais 29 são registrados na situação “em ação” e 25 na de “futura ação”. A data da reunião também foi bastante significativa, pois antecedia o 19º aniversário do assentamento, momento estratégico para a redefinição de prioridades para a elaboração de projetos e financiamentos. A análise da tabela nos mostra que os projetos e as ações não foram submetidos a uma visão crítica dos problemas que os envolveram. O relatório estava voltado para a finalidade das ações futuras. Tomaremos os dados do relatório de maneira crítica, como índices de uma relação problemática entre assentados e mediadores que se desgastava ao longo das duas décadas de existência do assentamento, que se revelava através da grande quantidade de projetos arrolados.

Passados quatro anos da reunião, apresentamos algumas considerações sobre os resultados concretos dos planos de ação traçados a partir do balanço dos projetos, a fim de compreender a trajetória do Grupo Mulheres da Terra.

¹⁹⁷ Relatório anexo de reunião realizada no dia 14/03/2004 feito por Kellen Junqueira Feagri/Unicamp no assento de Sumaré II – Acervo Feagri

A Igreja Católica, mediante a Pastoral da Criança, está presente através do trabalho do Grupo das Mulheres com a folha da mandioca, que funciona com a participação de dona Edite e Iolanda, que diminuíram a produção em virtude da diminuição da demanda da Pastoral da Criança.

Dona Edite e dona Iolanda lavando a folha da mandioca¹⁹⁸

Também, os cultos religiosos e as festas em comemoração ao aniversário do assentamento, são organizados pela comunidade católica feminina do assentamento, que os promove junto ao município no intuito de angariar fundos para a construção da Igreja. A condição de nascimento do assentado é ritualizada na religiosidade católica. Todas as famílias comparecem, independentes da sua religião, atraindo também para a festa inúmeras famílias que vinham dos bairros adjacentes.

Em 2004, data do balanço da reunião, os assentados, dedicados menos à ocupação táctica na defesa da reforma agrária e mais em prol da organização da produção, não mencionam a mediação do MST. O discurso de Luiz Sinésio essa ausência:

A gente militou muitos anos no MST e hoje está muito reduzida a nossa participação. O último congresso que teve em Brasília, mês passado ou retrasado foi um representante daqui e um da área I, dois representantes participaram do congresso. A nossa relação com o Movimento do Sem Terra a partir do momento que a gente fez a opção por produzir, “a gente resolveu voltar pra Sumaré, a gente ficou muito visado; o pessoal está cobrando muito”, então quando a gente fez essa opção por produzir e praticamente saiu do movimento, por que o movimento exige muita doação, você tem que ir, tem que militar, você tem que viajar, você tem que

¹⁹⁸ Fotografia tirada pela autora no ano de 2006 – Acervo Lei

ir ao encontro, você tem que disponibilizar um tempo grande da sua vida e quando você vai pra produção então a gente foi ficando distante, distante.¹⁹⁹

No novo século que se abria, o MST não era mais representante do assentamento. Sua presença se faz de maneira isolada, algumas famílias ainda possuem vínculos com a instituição. Entretanto, eles não abandonaram a “lógica das obrigações”, em todos os eventos estendem a bandeira do Movimento, reconhecendo o papel do MST na sua trajetória histórica de conquista pela terra.

A ausência do Itesp como agente mediador dos projetos em desenvolvimento no relatório foi notada por Kellen Junqueira (Feagri/Unicamp), que chamou a atenção para o fato na reunião seguinte, quinze dias após a primeira:

Apesar da relação do Assentamento com o ITESP não ser muito boa, é importante incluí-los na relação de instituições que atuam em Sumaré por serem os donos da terra e terem obrigatoriedade de envolvimento com a maioria das correntes de ações.

Atividades atualmente desenvolvidas: Agroecologia; assistência técnica e cursos; Financiamento de projetos; Assistência técnica.²⁰⁰

A frequência da relação entre a assistência técnica do Itesp e os assentados se escasseou quando o agrônomo Reginaldo acumulou a coordenação regional do Itesp, em Araras, e prestar assistência aos assentados de Sumaré deixou de ser sua única função. Paralelamente, a validade do concurso dos técnicos foi questionada pelo ministério público que abriu um processo jurídico para sua anulação. O Itesp, vinculado à Secretaria de Justiça de Cidadania, pouco a pouco, foi perdendo suas funções de prestar assistência técnica aos assentamentos, em consonância com a morte de Mário Covas que trouxe o vice-governador Geraldo Alkmin para o cenário político, representando um retrocesso na questão da reforma agrária no Estado de São Paulo. A ausência do Itesp em contrapartida resultou no silêncio dos assentados, que deixaram de atribuir o viveiro, o Amaquesp às realizações oriundas das ações do Itesp.

O viveiro de mudas não alcançou seu objetivo inicial de proporcionar renda familiar e trabalho para os jovens do assentamento. Os problemas de gerenciamento gerados após os investimentos da Shell foram relatados por uma assentada depois de nossa insistência:

Foram reuniões e reuniões com a Unicamp para a gente montar o viveiro de mudas e árvores que a gente pensava ter, em fazer uma agrofloresta. A gente

¹⁹⁹ Idem, op. cit.

²⁰⁰ Pauta de reunião – Acervo Feagri; 1995

pensava nesse projeto de mudas de árvores, para fazer um viveiro lá e para dar trabalho para os meninos e tudo. Aí a gente – o pessoal hoje fala diferente, mas a gente que acompanhou que participou sabe o que é estar lá. Montamos aquele projeto, foi um tempo sentada.

A gente se reunia, sentava no sofá da casa da Cida era noite conversando sobre esse viveiro, como a gente ia fazer conseguir esse projeto. Aí era reunião com o pessoal do Itesp, éramos só nós. E o pessoal não se interessava. Aí de repente veio o projeto do Itesp, para montar o viveiro. O diretor do meio ambiente chamou a Cida lá que tinha um projeto para montar no assentamento.

Ficamos todas contentes para montar um projeto que a gente queria no assentamento, e ali tudo participando, mas aí é aquele caso, quando entra dinheiro e entra as pessoas de fora, todo mundo participa. E o que acontece: começaram a implantar projeto e entrou um monte de gente e todo mundo trabalhava. Hoje se você conversar aí, eles vão contar tudo muito diferente.²⁰¹

Nas reuniões iniciais em torno da idéia do viveiro, os assentados o pensavam como uma prática de geração de renda e trabalho ligada à agricultura menos dependente do consumo de agrotóxicos. No entanto, quando a Fundação Itesp abraçou o projeto, trazendo os investimentos da Shell, assentados da área I também foram incorporados ao projeto e o Grupo Mulheres da Terra perdeu a coordenação e o controle sobre o viveiro.

O Itesp transformou a área II em um centro de treinamento para moradores das áreas I e II, que passaram a receber bolsas de estágios. O projeto crescia e abarcava a Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ), o departamento de água e esgoto (DAE) de Sumaré, a Secretaria do Meio Ambiente da cidade como forma de sobrevivência do projeto inicial, cujo prazo de realização se esgotava. Nesse novo projeto se delineava como objetivo a recomposição das áreas de preservação dentro do assentamento e na cidade de Sumaré. Em 2005, o projeto não conseguiu recursos e o viveiro ficou inativo.

Os conflitos e as disputas ocasionados pela mudança de rumo do projeto são silenciados na fala dos assentados. Essa é a parte da história que as lideranças do assentamento da área II de Sumaré não contam, aliás, sempre que perguntadas sobre o assunto, falaram com orgulho do viveiro, como se estivesse em pleno funcionamento. Na memória das mulheres, o projeto do viveiro se destacou pela ausência, quase não falaram a respeito. Às vezes, reclamavam, o que indicava mais um empreendimento que não havia contribuído para fomentar o espírito coletivo do Grupo.

A não realização do projeto de recuperação da mata ciliar, elaborado a partir da aliança entre Universidade, Itesp e prefeitura de Sumaré, levou ao esfriamento do projeto da agrofloresta e à diminuição da participação das famílias, pois apenas três

²⁰¹ Idem, op. cit.

ainda discutem com a Embrapa a implantação da agrofloresta, que, por sua vez, perdeu espaço para a plantação da goiaba de mesa, cultura altamente dependente da utilização de agrotóxico. Sobre as dificuldades da agrofloresta, comenta o presidente da associação Luis Sinésio:

A gente tem trabalhado isso das pessoas deixarem a agricultura tradicional e trabalhar essa agricultura mais integrada com a natureza, mas isso não acontece e a gente já descobriu a resposta, porque a gente precisa sobreviver e pra gente entrar nesse estágio, a gente precisa ter uma renda boa, por que é uma coisa que você investe hoje e não vê o retorno de imediato, daqui sessenta dias, você vai ver um retorno longo e as famílias ainda precisar tirar rápido o sustento pra poder sobreviver, então eu já descobri o por que poucas famílias fizeram adesão ao grupo agro floresta e ao viveiro, mas ele é uma iniciativa que veio e está aí.²⁰²

Passados quatro anos da realização da reunião, percebemos que a Feagri/Unicamp não está mais presente no assentamento enquanto linha de frente dos mediadores. Em seu lugar, a Embrapa coordena as discussões sobre a agrofloresta. A necessidade do resultado financeiro imediato dos projetos revertido para as famílias assentadas aparece na fala dos mediadores como justificativa do fracasso de muitos projetos engendrados na luta pela geração de renda. No caso do projeto da agrofloresta torna-se mais evidente, já que a produção é demorada e baseada no ciclo da natureza.

*Reunião na escola da área II sobre a agroecologia*²⁰³

²⁰² Idem, op. cit.

²⁰³ Fotografia tirada pela pesquisadora no ano de 2007 – Acervo Lei

Por um lado, a ação dos agentes mediadores estatais deveria seguir a lógica das políticas públicas, que aplicavam as novas concepções teóricas e tendências do mercado; por outro, precisava ajustar-se à feição e às necessidades imediatas da comunidade no sentido da geração de renda. A vida dos assentados se tornava então objeto de estudo e de políticas e intervenções públicas, cuja paternidade era disputada pelas instituições que dela tiravam proveito. A palavra paternidade, inclusive, representava um novo significado de uma velha realidade conhecida: o Estado, entre outras iniciativas, se empenhava em provar que poderia resolver a questão da reforma agrária com o uso da racionalidade técnica e administrativa, ou seja, através de uma visão moderna. A instabilidade e a rotatividade das ações e dos projetos, no entanto, demonstravam que os assentados se tornavam novos clientes da reforma agrária.

As palavras do agrônomo do Itesp mostram a confluência de agentes mediadores no assentamento e como a “paternidade” torna-se objeto de disputa:

E tinha a seguinte questão, quando vinham comitivas de outros países, às vezes as instituições públicas na ânsia de querer mostrar alguma coisa, quererem se apropriar de coisas que a comunidade faz para dizer que fizeram. Também existe o inverso, a comunidade fala assim “*Olha, nós fizemos isso daqui*” e nem cita o Itesp, ou chega a Unicamp e fala ‘*Nós fizemos isso daqui*’ e não cita também. Quer dizer, quando o filho é bonito todo mundo quer ser o pai da criança e quer ser pai sozinho e quer empurrar o filho feio pro outros. Então o Itesp ficava só com os filhos feios, ficava só com os problemas.²⁰⁴

Quanto ao papel da Associação, a reunião da Feagri com as lideranças dos assentados deliberou como responsabilidades da mesma:

- Organização interna; Organização Externa; 27 famílias + 25 agregados – População de 300 pessoas
- Lotes 0,5 h - lote agrícola. 6h; Produção – Goiabas; Acerola; Frango; Abelhas; Irrigação; Produção Orgânica; Educação ambiental; Reciclagem, Compostagem.
- Turismo Rural
- Educação Cio da Terra, Inclusão digital.
- Plantas Medicinais
- Relacionamento: Prefeitura, ITESP, INCRA, Universidades, ONGS e outras.
- Viveiro no assentamento²⁰⁵

Ao final dos três anos, vemos que a Associação recuperou a representação das famílias assentadas, mas não em consonância com as ações arroladas na reunião, senão comprometidas com a administração da prefeitura junto com o Partido dos Trabalhadores. Em 2005, Bacchim depois de dois mandatos como vice-prefeito foi

²⁰⁴ Idem, op. cit.

²⁰⁵ Relatório de reunião realizada no dia 14/03/2004 feito por Kellen Junqueira, Feagri/Unicamp no assento de Sumaré II – Acervo Feagri/Unicamp

eleito prefeito de Sumaré e abriu as portas da prefeitura para o assentamento. Alguns moradores se tornaram funcionários da administração municipal, além do que a Associação firmou um convênio com a prefeitura, assumindo a coordenação do Programa da Saúde da Família, no município de Sumaré, composto por dezenas de postos de saúde. O atual presidente da Associação defende o papel da Associação descrevendo sua trajetória:

De uns seis, sete anos para cá ela voltou de novo a ter um papel decisivo na vida das famílias, com os erros e os acertos, contudo ela é indispensável na vida aqui do assentamento, ela é uma ferramenta que jamais pode deixar morrer. É uma instituição que tem vinte e um anos de vida, vai fazer vinte e dois anos agora em outubro. Ela já teve, o Laudenor que foi um dos primeiros presidentes, depois teve o seu Sidney, seu Antonio Felix, teve o Luis Antonio Savedra e agora está no meu período.²⁰⁶

A longevidade da Associação era o orgulho da comunidade, na medida em que ela atravessou momentos críticos no assentamento, os períodos de crise econômica e de esfacelamento de sua diretoria. Conseguiu sobreviver às instabilidades e manteve-se como legítimo órgão de representação da comunidade: os assentados reconhecem o poder da Associação e logo que encontram problemas no lote a procuram.

As mulheres do assentamento se dirigiram ao presidente da Associação para que se ocupasse da questão previdenciária, que foi tratada por ele nos seguintes termos:

A polêmica que está instalada é a questão da aposentadoria, que na verdade muitas recebem, mas acho que não é a aposentadoria, é o LOAS, que é um benefício do governo, porque você vai lutando e chega um determinado momento da sua vida, que é sessenta e cinco anos para as mulheres, que se você não conseguiu, o governo dá o benefício, até o dia que você morrer, mas não é aposentadoria, porque o dia que você morreu, acabou, não fica pra ninguém.

A aposentadoria é o contrario, você recebe décimo terceiro é um direito seu e se um dia você faltar você assina uma procuração e alguém vai continuar recebendo. Eu sei que isto não está resolvido entre as mulheres, eu sei que as que têm conseguido, tem pegado o tal do LOAS, quando estão bem velhinhas. A dona Cecília ainda não conseguiu, a dona Malvina e uma maioria que tem ai. O pessoal até cobra muito da Associação pra gente achar um advogado, alguém pra que elas sejam aposentadas. Mas eu acho que é um tema polêmico por causa de lei e eu falo *‘É difícil por que se lá na certidão de casamento você tinha que provar’*.²⁰⁷

A Associação e o STR assumiram lutas similares na questão dos direitos da mulher rural, reduzindo a questão de gênero à questão trabalhista. O trabalho das mulheres no campo, visto à luz do Estatuto do Trabalhador Rural, não reconhecia a

²⁰⁶ Idem, op. cit.

²⁰⁷ Idem. op.cit.

questão de gênero na condição camponesa da mulher: elas não tinham provas para certificar o tempo de trabalho, eram do lar. Perante a lei não conseguiam se aposentar antes dos sessenta e cinco anos (isso depois de 50 anos de trabalho, já que a maioria assumiu a lida da roça por volta dos quinze anos).

A implantação do PSF, em 2002, foi desdobramento da luta do Grupo Mulheres da Terra, que havia conquistado nos encontros da Amaquesp a aprovação do programa para as áreas de assentamento do Estado de São Paulo. O acesso ao serviço de saúde preventiva foi considerado pelas mulheres do assentamento uma conquista importante, em comparação às condições de suas vidas antes do assentamento, conforme o relato de dona Iolanda:

Minha vida foi muito sofrimento. Nossa... Quanto sofrimento! Sempre filhos doentes, naquela época o mais novo o César estava doente, e o mais velho também muito doente. O César, foi se tratar na cidade de Londrina e passou por uma junta médica, lá um falava era fígado baixo, o outro falava que era coração e foi coração. Foi difícil, corrido e nesse tempo - um mês e quinze dias que ele ficou internado no hospital -, eu não pude ir visitá-lo por que eu estava de barriga, esperando o outro, e estava numa crise financeira, que às vezes eu almoçava de manhã e não tinha o que comer a tarde, imagina a passagem para ir até lá?

Eu entreguei nas mãos de Deus. Naquela época a gente tinha um radinho velho de pilha, que anunciava pelo rádio o que acontecia no hospital, e quando ele recebeu alta, meu marido foi buscá-lo. Foi um momento muito sofrido.²⁰⁸

Em 2005, com a eleição de José Antonio Bacchim, a prefeitura firmou um convênio com a Associação que assumiu a administração de 15 PSFs, localizados em Sumaré. A implantação do convênio levou a Associação a se reestruturar, na medida em que se tornou responsável pela administração de aproximadamente 120 funcionários – agentes de saúde, médicos, secretárias, faxineiras -, trabalhando em diversos bairros de Sumaré. A estrutura da Associação ocupou-se da realização de concursos para a contratação dos funcionários, da contabilidade do fundo de garantia, do INSS, de imposto de renda, dos holerites, do vale-transporte, com a assessoria de uma contadora e de um advogado. Sua estrutura burocrática se assemelha hoje à de um sindicato, na qual se negociam posto de trabalho.

No relatório proveniente de 2004, a ação do STR aparecia como tarefa de organizar os trabalhadores rurais. Na análise das entrevistas das mulheres, observamos que não falavam do sindicato. Não tinham a carteira de sócia do STR, aliás, estranharam

²⁰⁸ Idem, op. cit.

quando solicitei o número desse documento, para o preenchimento do termo de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral.

Essa ausência nos fez pensar no papel do STR de Sumaré no assentamento, como entidade representante da luta dos trabalhadores rurais, e na sua relação com a questão dos direitos trabalhistas das mulheres assentadas. No início da década de 1980, os STRs, filiados à CUT, haviam questionado o engessamento da Contag nas leis trabalhistas, trazendo como diretrizes da campanha de 1997 “Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, reivindicação esta proveniente da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). A realidade da situação trabalhista das mulheres assentadas de Sumaré II revelava que aquela bandeira não havia se materializado.

As mulheres estavam afastadas do STR, não participavam da eleição da diretoria. Será que isto era sinônimo de uma despolitização das mulheres assentadas ou a compreensão de que a atuação do STR não comportava suas demandas? A maioria não tinha conquistado o direito à aposentadoria, pois encontrava entraves para comprovar o tempo de trabalho no campo, que exigia uma série de trâmites burocráticos. Dona Cecília, sessenta e três anos, não estudou, foi para a roça aos doze anos substituindo a mãe, não tinha como provar seu trabalho na roça desde a adolescência, o trabalho como doméstica na cidade e todas as formas de trabalho não normatizadas e não reconhecidas em seu itinerário migratório.

Sobre a crise sindical, que não se situa apenas em Sumaré, Ivo Poletto, sociólogo e assessor da Comissão Pastoral da Terra, escreveu:

Sem diminuir a importância da Central, dos Departamentos nacional e regionais, é preciso não esquecer que a base do poder de tudo isso está no movimento político que o povo – a convivência das classes subalternas – faz. Sem este movimento não se justifica articulação, busca de unidade. É o movimento que faz, que transforma. É ele também com sua cultura popular, a fonte básica da explicação científica das contradições das sociedades. Está nele também a fonte segura da direção em relação ao possível e em relação ao novo que pode e deve ser gerado.²⁰⁹

As lideranças sindicais se isolaram na estrutura do aparelho sindical, representado pela CUT, regional, estadual e nacional, servindo-se da base para obter votos na permanência no poder. No momento da realização da pesquisa, as lideranças do assentamento II estavam fora da diretoria.

²⁰⁹ POLETTTO, Ivo, “Sindicalismo Rural – qual a sua base?” Cadernos do CEDI – Sindicalismo no Campo, Rio de Janeiro:CEDI,, v.2, 1991, p.26

Quanto à questão educacional no assentamento da área II, o relatório da reunião registrou várias ações em andamento e apontou algumas como ações futuras. Os problemas, invisíveis aos olhos do relatório, após quatro anos, aparecem da seguinte maneira conforme palavras de Luis Sinésio:

Mas a educação é difícil, até hoje a gente não consegue, a Cida foi embora e não conseguiu resolver um problema que nem mesmo a atual secretária da educação não conseguiu assimilar que a gente queria fazer uma educação diferenciada, se a gente está no meio rural não adianta mostrar o avião, o iate, o mar para a criança, que a gente acha que é uma coisa distante da realidade dela, mas vamos trabalhar com o meio que ela está vivendo”²¹⁰.

Um dos problemas referentes à adequação da escola à realidade dos assentados consiste na contratação e na formação dos professores, que fica a cargo da Secretaria da Educação, nada sensível ao conflito fundiário. Também o acesso ao ensino superior é bastante precário. Lucilene e Luciana são as únicas mulheres que estão cursando, respectivamente, psicologia e enfermagem e enfrentam os altos preços das mensalidades das faculdades particulares. O ensino superior público é visto como algo distante e inatingível para os jovens. O projeto “Cio da Terra” está desativado.

A experiência dos assentados na luta pela escolarização fazia com que a comunidade questionasse as diretrizes educacionais que chegavam ao assentamento. A escola era parte da história da comunidade enquanto construção de uma nova identidade social, que entrava em conflito, na convivência com os poderes municipais. A prefeitura e a comunidade se enfrentavam na delimitação de seus respectivos papéis e poderes. Caberia à Associação providenciar a educação escolar garantida na Constituição? Deveria a diretora reivindicar junto à prefeitura a construção de um novo espaço? A entrevista com o presidente da Associação aborda o seu ponto de vista deste conflito:

Atualmente teve algumas cobranças da diretora para o assentamento por que faltava um espaço, por que lá tem duas salas e de manhã estuda a 1^a e a 2^a série e a tarde estuda a 3^a e a 4^a e eles queriam fazer a pré-escola e não tinha espaço.

E a diretora sempre pressionava, isso já há uns dois anos atrás, “aonde a associação vai arrumar um espaço para as crianças estudarem?” Eu falei “olha diretora eu acho que a gente já fez demais, a senhora me desculpa com toda a minha franqueza, é problema em termos da associação, por que não é obrigação da associação arranjar espaço pra crianças estudarem” aí eu citei a constituição, que estava claro na lei e o dever da educação básica é do Estado, nós já fizemos muito, nós já demos um espaço pronto, damos um funcionário e vocês ainda querem mais?”

²¹⁰ Idem, op. cit.

A diretora ficou meio assim e ela saiu por outro caminho “como pai, a educação é uma obrigação nossa independente de profissional” e respondi “você está me cobrando uma coisa que ao pé da letra não é obrigação minha, é obrigação de vocês ter o espaço aqui”. Quase toda a semana chega reclamação aqui, “Seu Luiz não está bom a gente deixa a escola bonitinha na sexta feira e quando chega na segunda feira está tudo sujo!” Como a gente faz? O prédio é da comunidade, se os jovens vão fazer um baile o pessoal tem que usar o espaço e eles não querem, já quiseram colocar cadeado e o pessoal foi e arreventou o cadeado. Nunca foi muito legal a convivência entre a comunidade, escola e prefeitura.²¹¹

Se por um lado a municipalização da escola trouxe ganhos para a comunidade, que não precisava mais se mobilizar para seu funcionamento, por outro, resultou em embates. A comunidade, que havia construído a escola, se sentia no direito de mantê-la aberta nos finais de semana, e a direção da escola, aos moldes da rede municipal que mantinham os espaços fechados nos finais de semana, colocou um cadeado no portão tentando impedir a entrada dos moradores.

Em 2007, a prefeitura do PT deliberou a construção de duas salas onde funciona a pré-escola. Neste contexto, percebemos os movimentos sociais num processo de refluxo, em que as manifestações já não são mais tão surpreendentes para os poderes públicos como no início da década de 1980, quando os assentados eram acampados, não institucionalizados e conduziam o avançar da luta através de mobilizações de massa.

A mediação da Amaquesp está esgarçada. No VI Congresso, em 2003, após a morte de Cida, que trabalhou na sua organização, foi decretada a autonomia da Amasquesp. Na visão de dona Cecília, a autonomia foi um erro de estratégia, *‘pois afastar-se do Itesp significou a perda da infra-estrutura necessária para a organização das associadas’*, tanto que até 2007 ainda não tinham conseguido realizar o VII Encontro.

A padaria comunitária, resposta do Itesp às reivindicações da Amaquesp, não prosperou, o material foi está sendo utilizado na cozinha comunitária. O agrônomo do Itesp, que participou da mediação, assim relatou o fracasso do empreendimento:

Por mais que a gente tivesse tentado fazer um projeto, acompanhar o grupo, no sentido de socializar as informações para o grupo ver a questão da padaria como um grupo de aprendizado, de troca de saberes que é importante, mas por essas questões internas do próprio grupo acabou ... Às vezes em Sumaré a questão da renda pega muito, se as pessoas pensam assim *‘eu vou investir nesse projeto mais grupal, vou investir o meu tempo e isso talvez dê certo daqui um, dois, três anos, não eu acho que é melhor eu trabalhar lá na cidade, por quatrocentos reais por mês, que eu vou ter dinheiro amanhã, mês que vem’*

²¹¹ Idem, op. cit.

Então eu acho que estando muito próximos à cidade, essas alternativas mais grupais, ficam numa situação muito desvantajosa, por que não adianta fazer uma coisa para o agrônomo aparecer na foto, pra Unicamp aparecer na foto e nem pro Itesp, eu acho que tem que fazer uma coisa que é pra comunidade, para as pessoas, para as famílias respeitando as dinâmicas dos grupos. Na verdade o grupo da padaria dependia muito da Cida.²¹²

Na visão de dona Cecília, responsável pela doação do material do Itesp, o projeto da padaria continha outros problemas:

Nós ganhamos um kit padaria, um forno que era aquele negócio da primeira dama de São Paulo, todos os assentamentos ganharam o kit,(...) Só que o nosso aqui o plano era montar o forno para estarmos trabalhando e fazendo pão e fazer um balanço para ver quantas pessoas aqui do assentamento se interessavam em comprar o pão aqui mesmo. Mas até agora não aconteceu porque o Itesp ofereceu até um projeto que você pode emprestar o dinheiro, só que você tem que fazer uma pequena dívida, só que ninguém assumiria a dívida.

Quando eu chamei elas para a reunião, onde vieram três engenheiros para resolver a questão do empréstimo do proceira, ninguém abriu a boca dizendo que ajudaria assumir a dívida. Era um projeto que a gente podia ir produzindo o pão e a porcentagem dos juros era bem baratinha para pagar. Só que a gente tinha que aplicar cem reais por mês para pagar a conta, só que ninguém quis. Então falei para o Reginaldo que eu podia falar para fazer o empréstimo que eu não ia assumir sozinha. E se eu fizesse a dívida e ninguém quisesse trabalhar para produzir os pães, como iria pagar a dívida? Então ficou parado um forno, um liquidificador caseiro, uma batedeira caseira, uma balança de pesar massa, quatro formas grande de alumínio e um botijão de gás. Estava aqui em casa, e o tempo que ficou aqui pingou goteira e levei tudo na cozinha, só deixei aqui as formas, a batedeira, as coisas pequenas por que eu tenho medo dos negos começaram a desviarem, por que fazer café lá para o escritório e achei melhor deixar guardado.

(....)

Então o projeto de padaria está parado também, por que aqui nós estamos muito dentro da cidade e o Kit padaria não foi uma grande coisa para nós, não foi uma grande ajuda para nós, por que nós estamos dentro de duas cidades e tem muitas padarias e a concorrência é grande. Para fazer a padaria, nós fizemos uns cursos, pegamos apostilas e o Itesp ficou de dar outro curso para ver o que nós aprendemos, mas como a gente não começou, não procuramos mais. Por que uma padaria não pode ter somente pão, tem que tem dinheiro, tem que ter um balcão frio para colocar mortadela, queijo, leite, margarina.

Hoje eu faço os meus pãezinhos aqui – doze, quinze e vendo todos, sábado eu fiz dezesseis, à tarde a hora de sair eu levei somente quatro, por que eles compraram todos aqui. Veio uma amiga minha na sexta feira e disse que só teria no outro dia e ela disse que viria buscar e levou doze pães.²¹³

Sob perspectivas diferentes, tanto o agrônomo como dona Cecília atribuíram o não funcionamento da padaria à proximidade da cidade e à desestabilização das relações de confiança dentro do Grupo. Para o primeiro, a dificuldade de socialização do conhecimento, a dependência e a centralização do Grupo na figura de liderança de Cida e a cidade como apelo de mercado de trabalho constituíram os impedimentos. Para a

²¹² Idem, op. cit.

²¹³ Idem, op.cit.

assentada, a cidade como mercado competitivo de padaria, o empréstimo como um problema de ordem jurídica e de relações de confiança dentro do grupo são aspectos apontados do fracasso da padaria. Os dois discursos, sob pontos de vista diferentes, explicam as contradições entre a proposta de trabalho e produção coletivos e as determinações do mercado.

Enquanto o forno industrial ficou parado e o projeto foi rejeitado pelo Grupo, dona Cecília produz seus pães no quintal de sua casa e os vende para os assentados. Não se arriscou sozinha no empreendimento, pois financiamento não era coisa que agradava os camponeses, que temiam o trato com o banco, preferiu uma via sem grandes sobressaltos, conforme a tradição camponesa.

Ao invés da padaria, a cozinha comunitária foi assumida como alternativa de renda para o Grupo. Esta, mais próxima da cultura camponesa, serviria de apoio ao turismo rural. Contudo, ela não tinha uma regularidade no funcionamento, principalmente na atualidade, em que o Turismo Rural não estava em alta e as visitas haviam diminuído. A nova alternativa não fugia à lógica da relação entre campo e cidade, em que o primeiro dependia das necessidades da economia urbana.

*Cozinha Comunitária do Assentamento II*²¹⁴

A morte de Cida foi quase que simultânea à mudança de Zeza para a cidade de São Paulo. A representação do assentamento na ONG foi substituída por Lucilene Cruz,

²¹⁴ Fotografia tirada pela pesquisadora em 2006 – Acervo Lei

que já participava das atividades junto ao Grupo, assim como Maria, que conquistou seu lote no assentamento III, também foi indicada para participar da Rede Mulher.

A presença da RME era perceptível na memória das mulheres quando se remetiam às décadas de 1980 e de 1990, com ar de nostalgia, quando Zeza conduziu o Grupo na montagem de projetos. Em 2000, as parcerias e os recursos escassearam e as estratégias de empoderamento tinham que se adaptar aos novos tempos. Não foi por acaso que poucas mulheres falaram espontaneamente da RME e quando falavam era carregado de saudade. Conforme dona Tereza,

As mulheres aqui têm muita vontade, como a Lucilene muito batalhadora, apesar de que ela não veio para o assentamento quando a gente veio, ela veio depois, por que o tio dela veio e a família dele não quis ficar pra cá e ele deu para a mãe dela. Dona Iolanda, dona Edite, dona Cecília são muito importantes, só que tem uma divisão no meio, porque as crianças não participavam junto com a gente, nem nas festas as crianças não apareciam,, então eu acho que se eles participassem era bem melhor.

Aqui a única mulher que poderia se candidatar a vereadora era a Cida não tem outra não. A minha nora se ela gostasse de participar disso ela tem uma cabeça muito boa, ela sabe falar as coisas bem – ela trabalha na câmara de Hortolândia lida com dinheiro essas coisas, com gente lá, ela conhece bem da lei, mas o marido não deixa ela mexer com isso não.²¹⁵

Nas palavras de dona Tereza, percebemos que no Grupo existia divisão: as Mulheres da Terra viviam o conflito de geração, entre aquelas que estavam desde o começo da luta e as mais jovens. Conflito este que perpassa o cotidiano do assentamento, onde os participantes da ocupação se consideram os legítimos representantes da luta e consideram aqueles que chegaram depois, sem o sacrifício representado pelo barraco de lona, como ‘falsários’ na luta pela terra.

Lucilene, embora tenha acompanhado a luta do tio, chegou ao assentamento em 1995 e foi trazida para o grupo por Cida. Com o Grupo, modificou sua vida: se separou, assumiu a criação dos dois filhos sozinha, voltou à escola para cursar psicologia, conseguiu trabalhos a partir dos projetos criados pelo Grupo Mulheres da Terra, assumiu o lote da mãe, foi secretária da escola em convênio com a prefeitura e tornou sócio-educadora da RME.

Ela foi trazida para a atuação na ONG numa conjuntura bastante diversa daquela em Cida atuava. Na década de 1980, a RME tinha um eixo temático mais amplo em relação à questão de gênero, que, somado a maiores recursos, propiciou uma ação mais efetiva entre as mulheres. Seu enfoque neste período era a questão da construção de

²¹⁵ Idem, op, cit.

lideranças femininas. Na década de 1990, o eixo temático se reduzia e a questão de gênero para a ONG se resolvia através da necessidade da geração de renda. No ano 2000, a atuação de Lucilene estava circunscrita à temática da violência contra a mulher, uma vez que a RME, inserida na dinâmica internacional, reestruturou suas demandas e a questão da violência contra mulher tornou-se prioridade da entidade.

Lucilene e Maria, que não são mais chamadas de sócia-educadora, mas de educadoras, engajaram-se, em 2006, no projeto no combate à violência contra a mulher, seguindo as diretrizes da Ong, quando tiveram acesso a dois mil e quinhentos reais, para desenvolver um trabalho que não precisava necessariamente ser dentro do assentamento. Seu projeto foi desenvolvido junto à administração de Sumaré para a criação do Centro de Referência à Mulher vítima de violência.

A partir da memória das histórias de vida narradas pelas mulheres do assentamento, notamos que em seu discurso a RME tornou-se uma instituição ausente, nos últimos três anos, após a saída de Zeza do assentamento e a morte de Cida. Para as mulheres do Grupo, a presença da RME estava restrita aos Encontros promovidos pela ONG. Quando perguntadas sobre a ação da RME, reconheceram o trabalho das educadoras na participação dos eventos promovidos pela entidade, como a inauguração do Centro de Referência da Mulher em 2006 e a Conferência da Mulher em 2007, em parceria com a administração de Sumaré, que trouxe Zeza para falar na Conferência. Mas algumas se queixavam do afastamento da RME. Os Congressos, os Encontros significam uma nova forma de atuação da ONG, que não corresponde mais aos anseios do Grupo que, aliado a uma crise de representatividade, tem como modelo de intervenção positiva aquele dos anos de 1990, quando a instituição atuava direta e internamente no cotidiano das mulheres.

7 - Considerações finais:

Por fim, pensar em que medida as mulheres no assentamento se empoderaram, tomando de empréstimo a expressão de Carmen Diana Deere e Magdalena León e o paradigma de Mirian Abramovay e de Maria da Graça Rua, em que consciência está associada à participação nas assembléias, em cargos de direção, na produção e à titulação da terra, implicou compreender o processo pelo qual o Grupo transitou da consciência da luta de classe para a percepção de que a luta também perpassava a questão de gênero

O Grupo Mulheres da Terra tornou-se referência no assentamento, principalmente porque angariou fundos. Elas foram além da coordenação das panels e trouxeram a escola (1988), o transporte escolar (1995), a energia elétrica (1992), a estufa (2000) o PSF (2002) e o poço artesiano (2003). A trajetória do grupo conquistou reconhecimento dentro da comunidade, atuando junto à Associação, tendo representatividade no MST, no Sindicato, fazendo parte do Amaquesp, relacionando-se de forma autônoma com as universidades, o Itesp e outras instituições do Estado e passou a RME.

O Código Civil havia mudado em 2003 e a mulher perante o direito positivo havia ocupado a chefia compartilhada. Entretanto, as mudanças dos valores sociais não se processaram num mesmo ritmo, nem tampouco de maneira uniforme. O reconhecimento social da mulher como chefe da família tinha que percorrer os meandros do poder ligados à distribuição dos fundos públicos, uma vez que a implementação e o funcionamento da lei implicavam custos.

A participação das mulheres neste processo foi fundamental: Cidas, Marizetes, Terezas, Iolandas, Franciscas, Cecílias, Marias, Edites, Lucilenes e de outros nomes deram às mulheres assentadas a coesão de um movimento que proporcionou mudanças sociais na luta pela terra, que por sua vez redundou em mudanças constitucionais. O Grupo Mulheres da Terra abraçou várias causas ao longo de sua trajetória. Na década de 1980, a ocupação como forma legítima de luta pelo acesso à terra junto ao MST e, ao longo da década de 1990, ingressaram na luta pelas conquistas trabalhistas.

Todavia, no limiar do século XX, o movimento do Grupo Mulheres da Terra havia refluído às reuniões, à preparação das refeições servidas no Turismo Rural, etc. Ele não estava mais à frente das lutas, após a morte de Cida, era como se todos os problemas específicos das mulheres tivessem sido solucionados.

Como compreender o refluxo da atuação do Grupo que havia se mostrado coeso no processo de conquistas do assentamento? A que se poderia atribuir a falta de sustentação do Grupo, revelada após a morte de Cida, figura heróica para algumas mulheres que afirmavam *“ter morrido pelo povo, de tanto trabalhar pelo povo”*. A ausência de Cida revelou os descompasso entre o Grupo Mulheres e a ação das mediações: o fracasso da padaria indicou que produzir pão não fazia parte expectativa das mulheres que optaram pela roça como meio de sobrevivência; a agrofloresta não atendia às demandas das famílias que precisavam comer e não poderiam aguardar o equilíbrio ecológico; assim como as leis do mercado não subsumiram a cultura

camponesa, que recusou a cooperativa agrícola proposta pelo MST no início do movimento.

José de Souza Martins analisa a dissolução da luta camponesa naquilo que as mediações consideram necessidade dos assentados. Segundo o autor:

A inventividade social dos pobres da terra em situações de crise e mudanças tem sido, de certo modo, canalizada para objetivos sociais e políticos que não coincidem necessariamente com aquilo que os pobres querem e podem. O que tem dado à luta pela reforma agrária características de uma luta por objetivos da própria classe média militante. Sobretudo como meio de luta pelo poder dos partidos e organizações cuja ação em grande parte se nutre das tensões de grupos desencontrados e que nem sempre acabam se cristalizando num coerente projeto abrangente. Estamos em face de um quadro social e histórico de desencontro entre doutrina e prática, entre ideologia e situação social. O que dá autonomia peculiar e problemática aos agentes de mediação.²¹⁶

Apesar dos desencontros entre projetos de mediadores e as aspirações do Grupo ao longo de duas décadas, aquelas que permaneceram nele foram tomando consciência de que ocupavam um papel de inferioridade em relação ao homem na família camponesa. A participação das mulheres no Grupo Mulheres da Terra as havia despertado para além da política, quando elas trouxeram o aprendizado para dentro de casa, questionando valores tradicionais como o casamento, para o qual, nos valores camponeses, a mulher se preparava desde o nascimento, e que acima de tudo era sagrado e único: era até que a morte separasse. No entanto, elas conseguiram desvencilhar-se de casamentos malfadados que vinham de longa data, conforme a história de dona Francisca:

Eu não podia contar com ele, por que se eu pedisse para mudar a cadeira de lugar para outro ele não fazia, então era eu e os filhos, o que eu precisava eu tinha que contar com os filhos, ele não ajudava em nada. Se eu precisava de uma chamada de atenção em relação aos filhos era eu que tinha que tomar uma atitude por que ele não se envolvia, então foi bastante difícil conciliar tudo: trabalhar fora, cuidar dos quatro filhos adolescentes, que estavam na escola. Enfim era desgastante, mas abracei a luta da terra e incentivava muito eles a assumirem por que era um trabalho difícil e eles eram muito novos.²¹⁷

No assentamento, das sete mulheres que permaneceram no Grupo, quatro se divorciaram. Sobre isso nos falou Zeza:

Quando a gente fala em transformação a gente pensa em algo pronto, a gente não entende a transformação como um processo. E a gente precisa enxergar

²¹⁶ MARTINS, J.S. *O Sujeito Oculto*, 2003, p.223-224

²¹⁷ Idem, op. cit.

que a questão de gênero ela é complexa e nós ainda vamos levar mais algumas gerações, pra gente dizer que estamos numa relação justa e igualitária. Porém, as mulheres lideranças que tiveram a oportunidade de refletir sobre essa questão, a relação homem e mulher, ela enquanto pessoa foi tendo outra postura, para com ela mesma. Infelizmente acontece isso, que algumas elas ganham, conquistam ou resgatam, tomam pra si, a condição de sujeito da sua história, uma auto-estima, um respeito por si mesma, e que quando o homem que tem que entrar no processo e aprender junto, quando ele não aprende, acaba em separação.

Infelizmente! E isso não é uma coisa programada, você entra imaginando que você vai separar. Tanto que o nosso movimento era trazer o homem para essa reflexão, porque ele também é vítima desse modelo arcaico. Agora, quando o homem não negocia, quando ele não quer aprender junto. Se a mulher se empoderou, infelizmente os caminhos se dividem, porque fica incompatível. Existem vários casos lá, porque quando você se descobre, não existe caminho de volta, é irreversível, o processo é daqui pra frente.²¹⁸

A questão de gênero nunca foi prioridade das diversas mediações que ali passaram, com excessão da RME, que no início dos anos de 1990 trouxe temas para as mulheres do assentamento no intuito de “empoderá-las”. Os encontros eram assistidos por uma psicóloga, que realizava dinâmicas com o objetivo de resgatar a auto-estima das mulheres, o que contribuiu para a continuidade da participação feminina nas assembléias, apesar das resistências de Laudenor.

Após 1998, a Ong promoveu cursos para a realização de projetos na perspectiva de geração de renda para as famílias: daí saíu a estufa, a horta medicinal, o viveiro. Depois partiu para a luta das mulheres vítimas da violência em Sumaré. A opressão do homem contra a mulher camponesa se pulverizou na luta de classes: diante das dificuldades de subsistência das famílias camponesas, o papel subordinado das mulheres passou a ser considerado secundário.

Se tomarmos como referencial de emancipação feminina o aspecto econômico, observamos que as assentadas do Grupo da área II de Sumaré romperam as barreiras estabelecidas de longa data porque, apesar de a produção agrícola não ser sua atividade principal, elas se dedicam a outras atividades das quais obtêm renda.

As agências mediadoras pouco contribuíram para a discussão da questão de gênero, uma vez que a intervenção da RME na questão de gênero se deu de maneira isolada. O MST via no latifúndio o inimigo. O Estado, o sindicato e a universidade restringiram a invisibilidade da mulher à questão do trabalho e por isso propuseram a via trabalhista

Não obstante, algumas mulheres do Grupo Mulheres da Terra foram longe na ruptura com o tradicional papel social reservado às mulheres pela sociedade. Dona

²¹⁸ Idem, op. cit.

Edite, por exemplo: aprendeu no assentamento ‘a bater o pé’ diante dos desejos do marido e não permitiu que o lote fosse vendido como ele queria. Em 2003 ela caiu doente, em processo de separação e tomada pela depressão. Segundo a assentada,

Fiquei pele e osso, por que entrei numa depressão profunda. Só meu filho que sabe e também a minha cunhada - irmã dele que é vizinha -, me deram muito apoio junto com a família do marido dela. Por que não tinha ninguém da minha família, não tinha mesmo, nem sabia onde estava.²¹⁹

Dona Edite recebeu o apoio de dona Iolanda no processo de separação: a cunhada defendeu dona Edite e se voltou contra o irmão, que durante sua adolescência assumiu a posição de comando nos cuidados da casa enquanto irmão mais velho. Segundo dona Iolanda,

O meu irmão mais velho não era gente para mim e para o outro irmão dentro de casa, éramos mais novos e ele assumiu o lugar do meu pai, tudo era ele. Se eu demorasse um pouquinho podia contar que ele batia na gente a troco de nada - ele não era gente.²²⁰

A violência vivida por dona Edite no processo de separação, o apoio da RME e a solidariedade da comunidade para sua causa deram-lhe força para superar a crise. Hoje ela é titular do lote, participa do Grupo Mulheres da Terra e está rodeada pelos filhos e netos. O ex-marido, senhor Braulírio, foi morar fora do espaço da agrovila, onde construiu uma casa de madeira.

7.1 - Dona Ilídia na contramão da história

Dona Ilídia tem uma trajetória de vida dentro assentamento que foge à regra, em que as condições de miséria foram superadas. De todas as assentadas apenas ela havia perdido um filho, em 2003, assassinado. Tinha uma filha na prisão desde 2006, que, segundo palavras da mãe, “havia caído numa galhada”. A história de vida de dona Ilídia foi colhida em meio a um quadro de saúde bastante debilitado, pois se encontrava em depressão. Perdeu o gosto pela vida, nada mais interessava a ela depois da morte do filho:

²¹⁹ Idem, op. cit.

²²⁰ Idem, op. cit.

Eu tinha um filho que era a coisa mais linda do mundo, meu filho chamado Claudeonor, nós fizemos um empréstimo no banco do Brasil de três mil e oitocentos. Plantamos um mandiocal bonito, quando foi no tempo de carpir a mandioca, veio um homem aí e matou o meu filho, matou meu Claudio, que era o meu caçula, tinha trinta e três anos e governava tudo. Ele era o chefe, meu marido já tinha falecido. Depois disso, não pagamos o banco, ainda devo esse dinheiro.

Ele era um homem muito educado, um menino sossegado, menino bom. Ele comprou um carrinho - uma belina e disse que era para levar eu para a Igreja. Levou-me três vezes na Igreja. O homem que matou ele morreu nessa esquininha aí, mataram, ninguém sabe quem matou.

Hoje quando olho meus netinhos eles são a minha alegria. Nem os meus filhos são minha alegria mais. E eu quando me lembro dá vontade de chorar e eu choro com razão. Eu tinha o meu filho tão bonito e o nego veio e matou meu filho. Não podia matar o meu Cláudio, eu amo o meu Cláudio. Ficou só o meu filho Carlos Roberto. Mataram o meu Cláudio. Mas eu to feliz com os meus netinhos.²²¹

A sua história foi vivida sozinha no assentamento, porque a violência era o que as famílias assentadas menos queriam proximidade, tinham trocado a periferia pelos barracos de lona por causa da presença ostensiva da polícia, bandidos, narcotráfico. Todas as mulheres tinham o prazer de dizer que ali não tinha violência, apenas uma mulher contou na sua história de vida que uma vez apareceu um corpo de um homem morto jogado no assentamento. Na conferência da história de vida, pediu-nos que suprimíssemos essa parte: a história de vida do assentamento não era lugar em que deveria constar aquela história, isolada, que não estava no cotidiano que deixaram para trás nas periferias da cidade.

De todos os moradores, apenas duas famílias do assentamento apresentaram problemas econômicos e tinham filhos presos. Em termos estatísticos, esses números revelavam um baixo índice de violência, considerando que estavam próximos da cidade. Na montagem da rede dos entrevistados, percebemos que a trajetória dessas famílias marcadas pela violência era temida pelas lideranças do assentamento, que se mostraram reticentes quanto ao depoimento de dona Ilídia. A postura defensiva era compreensível, uma vez que temiam que disséssemos que a reforma agrária não havia dado certo.

Dona Ilídia estava presente na fotografia do pão tirada no acampamento Padre Anchieta. Fazia parte da nossa pesquisa saber como vivia enquanto mulher assentada, após vinte e três anos de luta.

²²¹ Idem, op. cit.

*Ilídia Borges de vestido escuro.*²²²

A presença desta fotografia duas vezes no trabalho não é fruto de um erro de organização, mas da ênfase na importância dessa imagem, por trazer a origem do Grupo Mulheres da Terra e tornou-se uma preciosa fonte documental. A fotografia tirada por um padre ilustrava as primeiras ações do Grupo no acampamento, tinha pelo menos 21 anos e serviu-nos para a finalização da pesquisa com a entrevista de dona Ilidia. Todas as mulheres falaram da existência desta foto que estava sob o poder de dona Tereza. Somente dona Ilidia ficou surpresa com a sua imagem.

Apesar da situação difícil em que dona Ilídia se encontrava, ela jamais se arrependeu da luta pela terra. Sabia que ali havia conseguido ir além dos seus esforços, ao tornar-se Sem Terra de Sumaré II, pois, quando foi para o acampamento, tinha apenas uma galinha que trocou por açúcar e macarrão levados para a ocupação. No assentamento, ela tinha se tornado a ‘rainha da porcada’, quando apareceu num documentário feito por estudantes da Faculdade Mackenzie, que a mostrava com sua criação de porcos.

Hoje ela tem o suficiente para viver, não está em boa situação, mas consegue viver com um “*salário de miséria*”, fruto da conquista do Grupo Mulheres da Terra, através do qual Cida conseguiu providenciar todos os documentos necessários para a aposentadoria de dona Ilídia, com a qual mantém a sobrevivência da extensa família, como os quatro netos da filha presa. Por isso, considera Cida a mulher mais maravilhosa do mundo.

²²² Idem, op. cit.

Ela fazia aniversário no dia 26 de maio, data do aniversário da primeira ocupação, mas não se interessava mais pela festa. Para ela, apenas os netos restavam e dedicava sua atenção a eles. Sua solidão nos assustou, não imaginava encontrar uma família em tamanho desamparo. Tinha deixado a tarefa de benzedeira da comunidade, porque havia se convertido em evangélica, agora apenas orava com seu véu junto àqueles que ainda a procuravam.

Em profunda depressão, conseguiu reunir forças para contar a sua vida. Logo no primeiro contato, havia falado que não valeria a pena narrar sua história de vida, já que era uma trajetória de muito sofrimento. Como insistimos, ela então, com muito esforço e a ajuda dos netos que a amparavam, nos momento de falta de ar, conseguiu contar um pedaço de uma história muito comprida, como ela disse logo no início da narrativa:

Mas mataram o meu filho e aí a tristeza chegou, fiquei doente, apanhei uma doença chamada alergia e não tenho mais gosto, não tenho mais alegria, fazem festa no assentamento no dia dezessete de maio - no dia do meu aniversário, e eu nem mais vou ao meu aniversário, das terras. Um dia eu fui numa festa do aniversário do assentamento, mas era um lugar tão feio. Eu desgostei. Não vou à casa das mulheres – às vezes eu vou à casa da dona Tereza ou quando eu as encontro eu bato um papo..... Na reunião, às vezes eu vou à vezes eu não vou. Sabe o que é você desgostar.²²³

O curioso foi que, no momento da coleta do depoimento, dona Ilídia foi melhorando, recuperando a cor e conseguindo falar com menos falta de ar. Até mesmo a neta percebeu e ficou impressionada com a melhora da avó durante o processo da entrevista, confirmando ainda mais o desamparo de dona Ilídia que não tinha mais nenhum movimento social que pudesse acolher a sua dor.

Dona Ilídia era resultado da opção pela agricultura familiar, em que cada família era responsável pela sua trajetória, depois de tantos desatinos em que agentes mediadores impuseram o coletivo como a panacéia que impediria a desagregação que viveram estas famílias nos anos de 1970, com seus pais. O desmoronamento dos sucessivos projetos coletivos levou à desconfiança generalizada na experimentação de novas parcerias, os grupos familiares consolidados se firmaram cada qual na sua lavoura.

²²³ Idem, op. cit.

Dona Ilídia e sua neta no dia da entrevista²²⁴

A diferenciação social temida pelos mediadores que impuseram a proposta coletiva estava confirmada na trajetória de dona Ilídia. Todos tiveram as mesmas oportunidades, mas ela não prosperou como as demais famílias. Encontrava-se em situação precária, com problemas de saúde, uma aposentadoria para prover a extensa família, com muitas crianças, já que dois adultos morreram, uma estava presa e os demais estavam desempregados. A individualização da luta abriu frestas para o fracasso daqueles que esmoreceram pelo caminho

No descompasso entre as agências mediadoras e as expectativas dos assentados, encontramos o enfraquecimento da solidariedade, característica principal da comunidade de origem camponesa, que havia iniciado sua trajetória no bairro do Rosolén, construindo a identidade de Sem Terra. Cida e Reginaldo tentaram reintegrar Claudenor que havia sido preso no assentamento. O agrônomo Reginaldo assim nos relatou o fato:

A gente soube que ele foi preso, quando ele voltou para o assentamento a gente conversou com ele, tentamos junto com a família elaborar um projeto de produção de vassoura, aquela vassoura de sorgo. Aí a família dele estava inadimplente, as pessoas quando entram nessa vida do crime é complicado, por que eles ganham muito fácil, e é difícil sair. Então a gente soube quando ele foi assassinado lá e tentamos de uma forma ou de outra ser solidário com a família, mas esse processo de exclusão a gente se sente até meio impotente. A Cida tentou ajudar muito ela, eu também tentei, a neta dela chegou a ser estagiária do viveiro de mudas, mas quando a família está desestruturada é difícil. Mas o assentamento

²²⁴ Fotografia da autora – Acervo Lei

reproduz a situação da sociedade em geral, não é paraíso, não é um mar de rosas²²⁵

Dona Ilidia está sozinha, sua luta se esvaiu, ela permanecia sozinha na sua casa. Procurando formas de poder ajudar a filha que estava presa, que *‘havia caído na gaiada’* e sobre a fórmula encontrada assim descreveu:

Eu espero que Deus vá recuperar a minha filha que está presa, ela não merecia isso não. E quando ela vir, eu vou fazer um papel colocando todos os seus documentos e dos filhos, e ela vai ter que assinar dizendo que nunca mais vai cair na *‘gaiada’*, eu quero que ela vá assinar no juízo, e eu vou pôr na Internet. A internet é ótima, quando você quer uma coisa ruim ou boa a gente conversa lá, na internet.²²⁶

Ela estava no assentamento, amparada pela terra e pela aposentadoria que não deixava a família passar fome, mas sozinha, em estado de depressão, na tentativa de obter renda do trabalho em seu lote. Por isso, se contentava com a *‘companhia’* do filho morto. Sobre sua escolha de ficar em casa acompanhando o fantasma do filho, nos falou:

“Eu fico aqui na minha casa e falo “Ah, eu vou deixar o Claudeonor aqui sozinho? Eu falo assim na minha mente, mas bem que ele não está aqui, só no dia do juízo nós podemos nos encontrar. Mas na minha mente eu não consigo largar o Claudeonor sozinho. Perguntam para mim “Com quem que você fica aqui?” E eu respondo, “ Fico com o Claudeonor!”²²⁷

As portas do *‘mundo’* um dia abertas pelas mediações na década de 1980 agora estavam fechadas e ela havia encontrado a *“luz”* dentro da sua casa. Na Igreja Evangélica, que lhe havia dado um véu, por ela muito considerado. No fantasma de Claudeonor, que não existia para sua nova religião, era coisa do *‘demônio’*, mas ela, como antiga benzedeira da comunidade, dizia ter o dom do sobrenatural, que, no seu modo de ver, não era coisa do diabo, mas de Deus, já que havia curado muita gente dentro de casa, no assentamento e no bairro.

²²⁵ Idem, op. cit.

²²⁶ Idem, op. cit.

²²⁷ Idem, op. cit.

*Ilidia Borges Barros*²²⁸

Por fim, a reeleição de Geraldo Alkimim, em 2003, reafirmando a política econômica afinada com os grandes negócios, sem atenção para as demandas dos assentados, fez com que dona Ilidia não conseguisse saldar a dívida no Banco do Brasil, tornando-se inadimplente. Neste contexto, o engenheiro agrônomo teve seu cargo questionado, acusado de ter sido privilegiado com uma pontuação maior, concedida aos funcionários que trabalhavam no Itesp. Antes que ficasse desempregado, prestou concurso no INCRA e passou em primeiro lugar, deixando seu cargo em 2006. Sobre sua saída do Itesp, assim falou:

Eu não fui expulso não, ou melhor, fui expulso sim, o principal fator foi que o Itesp estava com ameaça do cancelamento do concurso, alias eu fiz 3 concursos. Eu fiz uma prova pra entrar em 96, aí em 98 eu fiz um concurso, e aí 2001 eu fiz outro concurso, então eu fiz três e nesse último os critérios de enquadramento foram questionados pelo Ministério Público, que entrou com uma ação alegando que houve favorecimento de quem estava dentro dos quadros já do Itesp, que virou Fundação Itesp, que é a pontuação por exemplo, quem estava no Itesp há um mês valia 0,20 e num órgão do INCRA valia 0,10, então ele achou que essa pontuação prejudicava os candidatos externos em relação aos que estavam na casa.²²⁹

²²⁸Fotografia da autora em 2007 – Acervo Lei

²²⁹ Idem, op. cit.

O assentamento estava vivendo um novo ciclo econômico, quando o Estado de Bem Estar Social, prescrito na Constituição promulgada em 1988, cedeu cada vez mais espaço para o Estado mínimo, pouco atento às questões sociais e empenhado nas grandes questões econômicas. Tanto que os assentamentos ficaram sem assistência técnica durante dois anos. O novo agrônomo chegou somente em setembro de 2007, mostrando o desinteresse do governo para com a assistência técnica necessária para o sucesso dos vários projetos que estavam em andamento, como o viveiro de plantas, a cozinha comunitária, a luta pelos direitos trabalhistas. Em meio a todos os projetos inconclusos, a questão da mulher tornou-se coisa de menor importância, quase desapareceria se não fosse a tênue presença da Rede Mulher de Educação.

FONTES DOCUMENTAIS:

Acervo Feagri/Unicamp

Relatório de Visitas dos alunos ao Assentamento de Sumaré II, Campina, Feagri/Unicamp, 1994

Relatório de atividades “Observação Permanente de Sistemas de Produção Familiar em áreas reformadas no Estado de São Paulo, Campinas, Feagri/Unicamp, fevereiro de 1994

Relatório “Levantamento Sociológico das Famílias do Assentamento II realizado pela Feagri/Unicamp, 1995

Convênio de Cooperação entre a Universidade Estadual de Campinas e Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentamento de Sumaré II, Campinas, 1995

Relatório da Pesquisa de Comercialização para os Assentamentos de Sumaré na Unicamp, Campinas, 1996,

Relatório de reunião realizada no dia 14/03/2004 feito por Kellen Junqueira Feagri/Unicamp no assento de Sumaré II

Relatório da Reunião realizada no dia 29/03/2004, Campinas, Feagri/Unicamp,

Documentário: Trabalhadora Rural: uma mulher de conquista. Campinas, 1995, Extensão Rural/Feagri/Unciamp, Direção: Kellen Junqueira.

Cadernos do Itesp:

Terra e Cidadão: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo, 2 ed. São Paulo:ITESP:Páginas e Letras Editora Gráfica, 2000, n.4

Mediação no Campo: Estratégias de Ação em Situações de Conflito Fundiário, 2 ed. São Paulo:ITESP:Páginas e Letras Editora Gráfica, 2000, n.6

Cultivando Sonhos: Caminhos para a Assistência Técnica na Reforma Agrária, 2 ed. São Paulo:ITESP:Páginas e Letras Editora Gráfica, 2000, n.7

Construindo o Futuro: Política de Investimos em Assentamentos Rurais, Seus Custo e Resultados. 2 ed. São Paulo:ITESP:Páginas e Letras Editora Gráfica, 2000, n.10

Cadernos do Cedi

Sindicalismo no Campo: reflexões; balanços e controvérsias, - Rio de Janeiro:CEDI, 1991,108 p

Cartilhas dos Movimentos sociais;

“Terra não se ganha, terra se conquista: a caminhada do Movimento dos Sem Terra de Sumaré II”. São Paulo; MST/SP- AGB/SP 1986

“Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento”, RS/ANMTR, 1997

“Compreender e construir novas relações de gêneros” São Paulo, MST/Incra/Anca:CRT/DF; 1998

“Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Dia Internacional da Mulher, RS, ANMTR, 2000

“Mulher Sem Terra” Elaborada pelo Coletivo Nacional de Gênero do MST com apoio do INCRA, 2000

“Construindo novas relações de gêneros: desafiando relações de poder.” Setor Nacional de Gênero- MST; 2003

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRAMOVAY, Mirian & RUA, Maria das Graças, “Companheiras de Luta ou ‘Coordenadoras de painéis’? As relações de Gênero nos assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000, 347 p.

ANDRADE, Márcia R. de Oliveira. O destino incerto da Educação entre os assentados Rurais do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação: Unicamp, 1993

BENJAMIM, Walter Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre a literatura e história da cultura, 7.ed. São Paulo:Brasiliense, 1994

BOMBARDI, L.M. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

BURKE, Peter (org.), A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo : Editora UNESP, 1992.

BOSI, Ecléia. Memória e Sociedade – Lembranças de velhos. 3ª. Ed., São Paulo. Cia das Letras, 1994.

BERGAMASCO, S & NORDER, L.C. C. O que são Assentamentos Rurais, São Paulo, Brasiliense, 1996,

BERGAMASCO, S. M.P.P. et all. Assentamento em Balanço: a roda viva de seu passado/presente. Campinas, 1989. (mimeografado)

BERGAMASCO, S.M. .& FERRANTE, V.L. Censo de Assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara/SP, Unesp, 1995.

_____. Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. Revista Reforma Agrária (Campinas), v.22, 1992.

BERGAMASCO, S. M.P.P. & CARMO. M.S. Reforma Agrária dá Certo? Revista Reforma Agrária (Campinas), v. 21. 1991.

BERGAMASCO, S. M. P. e outros Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente. In: Ciências Sociais hoje. São Paulo, Ed. Vértice/ANPOCS, 1991, p.253-80.

CALDART, Roseli Salete, Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª ed. São Paulo : Expressão Popular, 2004.

CANDIDO, Antonio, Os parceiros do Rio Bonito, São Paulo, Duas Cidade, 1998,

CANO, W. A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, economia, finanças e meio ambiente, V.1 e 2 Campinas, SP : Editora Unicamp, 2002

- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas 4ª. Edição. São Paulo : EDUSP, 2003.
- CARVALHO, Maria J. S. & ROCHA, C. M. F. (Org.) Produzindo Gênero, Porto Alegre:Sulina, 2004
- CASTRO, Josué, Geografia da Fome, 9ª.Edição, São Paulo:Editora Brasiliense, 1965, p 264
- CHEVITARESE, ANDRE L. (Organizador) O campesinato na História, Rio de Janeiro, Relume Dumará : FAPERJ, 2002
- CHAUVEAU Agnes & TETART Philipee Org. Questões para a história do presente; Tradução Ilka Stern Cohen – Bauru, SP : EDUSC, 1999,
- DEERE, Carmen Diana & LEÓN, Magdalena. O Empoderamento da Mulher: Direitos terra e direitos de propriedade na América Latina, Porto Alegre : Editora d UFRGS, 2002.
- DIAS, Maria Odila da Silva, Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, 2 Ed.. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. In; Projeto História n.17, nov. 1998, p223-258.
- _____. Uma questão de gênero. In: “Teoria e Método dos Estudos Feministas. Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano”. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992
- DOSSE, François, A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido.
- DUARTE Maria Marize. Entre enigmas, rupturas e identidades: Um estudo do processo de ressocialização nos assentamentos rurais resultantes de ocupação, mediados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/Central Única dos Trabalhadores – CUT (Castanhal – PA/Sumaré – SP). Tese de Doutorado em Ciências Sociais; São Paulo. PUC/SP; 2005
- ELIAS, Denise, Globalização e Agricultura. São Paulo : EDUSP, 2003, (Coleção Campi; 21)
- FARIA, Nalu (Org) SILVEIRA, M.L. (Org), NOBRE, M.(Org) Gênero nas Políticas Públicas. São Paulo: SOF 2000
- FERNANDES, Bernardo Mançano, MST: Formação e territorialização. 2ª Ed. - Hucitec, 1999
- FERRANTE, V. L (Org). Retratos de Assentamentos, AnoIII, n.5 Araraquara:Universidade Estadual Paulista, 1996

FERREIRA Marieta de Moraes & AMADO Janaina. História Oral Uso & Abuso da História Oral, São Paulo, FGV.

GOHN, Maria da Glória, Mídia, Terceiro Setor e MST - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Renata, Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de Novas relações de Gênero no MST do Pontal do Paranapanema. Tese doutorado, Unicamp; Campinas, 2005

HALBWACHS Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990

IOKOI, Zilda Gricoli, Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986, São Paulo, Hucitec, 1996

IOKOI, Z.M.G.; ANDRADE, M.R.O.; et alii (orgs). Vozes da Terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo:Fundação Itesp, 2005.

IANNI, Otavio, A era da Globalismo, 2^o. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, 342p.

LEFEBVRE, HENRI, A vida Cotidiana no Mundo Moderno, São Paulo, Ed. ATICA, 1991.

_____. Lógica Formal/Lógica Dialética. 2^a. Edição, Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo, Editora Moraes, 1991.

LINHARES, M. Y. L; SILVA, F.C.T. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

LOERA, Nashieli Rangel, A Espiral das Ocupações de Terra. São Paulo:Polis; Campinas, SP , UNICAMP, 2006

MACHADO, Leda Maria V. A incorporação de Gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios, São Paulo: Annablume, 1999.

MACHADO, V. B. Agentes religiosos, motivação política: A influência da Igreja Católica na organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do Assentamento II de Sumaré no Estado de São Paulo, Dissertação de Mestrado FFLCH – Filosofia/USP, 2001.

MATOS, Maria I. S. de. Terceiro Setor e Gênero: trajetórias e personagens. São Paulo:Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005

MARTINS, José de Souza, A Sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

- _____. O Cativo da Terra. 6ª. Ed, São Paulo: HUCITEC, 1986(Ciências Sociais;16)
- _____. Expropriação e Violência. São Paulo 1980.
- _____. O Poder do Atraso, São Paulo, Ed. Hucitec, 1994.
- _____. Subúrbio: vida cotidiana no subúrbio da Cidade de São Paulo, 2ª. Ed. – São Paulo: Hucitec; UNESP, 2002
- _____. A reforma Agrária e os limites da Democracia na “Nova República”, São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. Reforma Agrária: O impossível Dialogo. São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. O sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 5ª.Ed. São Paulo, Edição Loyola, 2005
- _____. (Org.) (Re)introduzindo História Oral no Brasil, São Paulo : Xama, 1996.
- MELLO, Denise Mesquita de. A construção da Subjetividade de Mulheres assentadas pelo MST. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MIRANDA, Silvanir Marcelino de, Infância, trabalho e Direitos no Vale do Mucuri-MG, São Paulo, 2006, 316, f., Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006
- OLIVEIRA, A.U.de. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1996.
- PAIVA, Odair da Cruz, Caminhos Cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da Construção do Brasil Moderno nos anos 1930/60, São Paulo, Tese de Doutorado USP/São Paulo, 2000
- PAULINO, Eliane Tomiasi, Por uma Geografia dos Camponeses. – São Paulo: Editora UNESP, 2006
- PAVAN, Dulcinéia. As Marias Sem –Terras – Trajetórias e Experiências de Vida das Mulheres Assentadas em Promissão – SP – 1985/199. PUC/SP. Mestrado 1998.
- PERROT, Michelle, Os Excluídos da História, 3ª. Edição São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- _____. As mulheres e os silêncios da história. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PORTELLI, Alessandro, Formas e significados na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade, In, Proj, História, São Paulo, (14), fev, 1997.

PRADO Jr., Caio A Questão Agrária, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.

RAPCHAN. E.S. De identidades e pessoas; um estudo de caso sobre os Sem Terra de Sumaré. São Paulo. (Dissertação de Mestrado na Antropologia) FFLCH –USP

RIBEIRO, S. L. S. Processos de Mudança no MST: história de uma família cooperada. (Mestrado em História Social), FFLCH /USP, 2002.

RICCI, Rudá, Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999

ROSSINI, Rosa Ester. Contribuição ao Estudo do Êxodo Rural no Estado de São Paulo Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/Geografia, 1975,

SANTOS, Boaventura de Souza Organizador, Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002

SCHREINER, Davi Felix, Entre a Exclusão e a utopia. São Paulo, 2002, Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo., P. 335

SEMEGHINI, Ulysses C. Do café a Indústria: Uma cidade e seu tempo. Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 1991.

SCHMIDT, B. V. & MARINHO, D.N. & ROSA,S.L.C.(Org.) Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, Brasília:Editora Universidade de Brasília, 1998

SILVA, José Graziano, A modernização Dolorosa, Rio de Janeiro:Zahar, 1982

SILVA, NALU FARIA & NOBRE, M. da Silva Pacheco. O que é ser Mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: Cartilha Compreender e Construir: Novas relações de Gênero. Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Área Gênero, 1998.p.28-47

SILVA, Nalu Faria & SILVEIRA, M^a Lucia & NOBRE, Miriam (org) Gênero nas Políticas Públicas, São Paulo; Sempreviva Organização Feminista, Coleção Cadernos Sempreviva, , 2000, 104

SONTAG, Susan, Sobre a Fotografia, São Paulo : Companhia das Letras, 2004

TARELHO, L. C. Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós Graduação de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Movimento de Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. Terra Livre, no. 6. São Paulo: AGB-Marco Zero, 1989.

THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. Costumes Comum Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional, São Paulo : Companhia da Letras, 1998.

_____. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. 2ª. Ed. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1998.

VIEIRA, V. Educomunicando - Intervenção comunicacional das ONGs para a visibilidade de discursos e a conquistas de novas parcerias. Estudo de Caso: Rede Mulher. São Paulo, (monografia de especialização) – Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo. 1999

ANEXO 1- Relatório da Reunião Feagri/Unicamp

DATA: 14/03/2004
 LOCAL: Assentamento II – Sumaré
 HORARIO: 17:30 – 20:00 hs
 ASSUNTO: Integração de Projetos em Sumaré

Entidade / Grupo de ação	Comentários / Área de Trabalhos
<p>- Apresentação dos Projetos e das atividades que ocorrem no Assentamento</p> <p>- Propor as expectativas quanto à reunião:</p>	
FEAGRI	Kellen - acha que as ações devem ser incorporadas pelo assentamento (direção)
Assentamento II	Trampolim - fala dos contatos com a sociedade que o assentamento tem, explica um pouco de cada um. Fala da abertura do assentamento para as iniciativas
Assentamento II	<p>Luizão (Presidente da Associação) – Não vê a reforma agrária como ideológica ou romântica, isso porque há uma grande pressão para se produzir pela sociedade.</p> <p>Há a articulação com a igreja, Prefeitura, Itesp (Suporte técnico e de produção) INCRA< Banco do Brasil.</p> <p>Há um nível de politização grande no assentamento, muitas pessoas fazem parte de partidos políticos.</p> <p>Acha que a conversa se enquadra no grupo de afinidade (Informática, grupo de mulheres, turismo rural, cursinho,...). O dia-a-dia mostra que o assentamento-dologia é que dá certo.</p> <p>Há famílias que não participam de reuniões, é preciso respeitar essas famílias.</p>
CIO da Terra	<p>Alexandre – explica sobre o Projeto, que visa o vestibular ao mesmo tempo fazendo uma discussão sobre a Universidade.</p> <p>Poti – Coloca a possibilidade de se realizar um levantamento de informações sobre o assentamento, podendo fazer um questionário ou diagnóstico. Também coloca que o conhecimento e aproximação se dão por outros meios como a possibilidade de interação em um evento cultural</p> <p>Kellen – Pergunta como é a relação dos diversos projetos, com seus princípios e objetivos, com os principio e objetivos do assentamento.</p>
	<p>Luizão – Tenta fazer um breve levantamento de todos os grupos que atuam no assentamento. Questiona a educação dentro do assentamento (escola de 1º grau a 4ª série). Grupo da goiaba, com 23 produtores.</p> <p>Levar em conta para qualquer ação tomada, que a partir de junho muitas pessoas vão estar engajadas em campanhas políticas. A eleição Municipal é crucial para o Assentamento.</p>
Viveiro	Onne - Acha necessário organizar o tempo de discussão. Acha importante para que todos se conheçam e, em seguida, o que as pessoas querem do encontro.
Embrapa	Francisco – Acha importante que se trabalha a diversidade da comunidade através de pontos em comuns. Com isso ficará mais fácil fazer o cruzamento de interesses.
Viveiro	Marcelo – Propõe que os projetos digam o que fazem e o que desejam fazer
Assentamento	Luizão – Coloca a questão dos recorrentes diagnósticos a respeito da produção e renda. Acha natural, dado o debate sobre a viabilidade da reforma agrária, porém comenta sobre a não compreensão de alguns dos assentados.

Apresentação dos Projetos

Entidade / Grupo de ação	Comentários / Área de Trabalhos	Fase
EMBRAPA	☐ Inclusão Digital (Softwares livres; acesso à rede; desenvolvimento habilidades).	F
	☐ Agroecologia (métodos; técnicas).	F
	☐ Planejamento (elaboração de projetos)	F
ADEMAS Amanco	☐ Estufas para o viveiro	F
	☐ Coleta Seletiva em Sumaré	F
	☐ Fossas sépticas Biodigestora	F
	☐ Inclusão Digital	F
Projeto viveiro Guapuruvu (UNICAMP)	☐ Recuperação de áreas degradadas (desde 1999)	A
	☐ Implantação de sistemas de agroflorestas - SAPS (c/ 5 famílias)	A
	☐ Difusão e divulgação das atividades desenvolvidas pelo projeto	F
	☐ Estudo em conjunto com famílias de Sumaré dos conceitos e práticas agroflorestais (vídeos, textos, grupo de estudo, visitas a outras experiências).	F
Lixo UNICAMP	☐ Caracterização do lixo domiciliar	A
Cio da Terra	☐ Educação de Jovens e adultos	A
	☐ Acesso à Universidade	A
	☐ Continuação de estudos	A
	☐ Crítica ao sistema educacional e à opressão social	A
	☐ Conhecer a realidade dos assentados para melhor desenvolvimento do trabalho	F
	☐ Transversidade dos Projetos	F
	☐ Educação voltada para o campo	F
	☐ Debate sócio – Político – cultural	F
	☐ Bibliotecas	F
	☐ Sala de computadores	F
FEAGRI	☐ Acervo Bibliográfico de dados e mapas	A
	☐ Projetos de pesquisas – disponibilização de resultados	A
	☐ Projetos de formandos (6º semestre)	A
	☐ Projetos Multifuncionalidade (pensar outras dimensões da agricultura e alternativas sócias econômicas e ambientais).	F
ITCP	☐ Estagiário para acompanhar a “Construção” da Cooperativa	F
AMAUQUES (Associação de mulheres assentadas e remanescentes Quilombo).	☐ Organização de trabalhadoras rurais	A
	☐ Programa da saúde da família	A
	☐ Padaria / Cantina / Cozinha comunitária	A
	☐ Centro comunitário assentamento III	A
Pastoral da criança	☐ Folha de mandioca – complemento alimentar	A
Rede mulher de Educação	☐ Organização de mulheres	A
Sind. De Trab. Rurais de Sumaré	☐ Organização de trabalhadores rurais	A

Projeto Casa Ecológica (Arquit. UNICAMP)	☐ Projeto para casas e áreas envolta utilizando conceitos e técnicas de bioconstrução e perma-cultura	A
	☐ Difusão e estudo da filosofia e das práticas de Permacultura / Bioconstrução junto com o grupo de interesse	F
	☐ Conhecer a realidade dos assentados, os métodos construtivos mais usados. O conhecimento de sobre práticas construtivas	F
	☐ Construção de casa em sistema de mutirão (lote do Segura)	F
Viveiro Medicinal UNICAMP	☐ Plantas medicinais e viveiro como ferramentas no desenvolvimento de um prog. De Educação Ambiental na escola do assentamento	A
	☐ Valorização do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais da comunidade do assentamento	A
	☐ A comunidade como um todo	
	☐ Alunos	
Associação dos pequenos produtores Rurais do Ass. II de Sumaré.	☐ Professores * a escola como um ponto de partida	
	☐ Organização interna	A
	☐ Organização Externa	F
	☐ 27 famílias + 25 agregados – População de 300 pessoas	A
	☐ Lotes 0,5 h - lotes agrícola. 6h	A
	☐ Produção – Goiabas	A
	☐ Acerola	
	☐ Frango	
	☐ - Abelhas	
	☐ Irrigação	F
	☐ Produção Orgânica	F
	☐ Educação ambiental	A
	☐ Reciclagem, Compostagem.	F
	☐ Turismo Rural	A
SHELL – Viveiro	☐ Educação Cio da Terra, Inclusão digital.	A
	☐ Plantas Medicinais	F
	☐ Relacionamento: Prefeitura, ITESP, INCRA, Universidades, ONGS e outras.	A
	☐ Viveiro no assentamento	A

ANEXO 2: HISTÓRIA ORAL DE VIDA

Sumaré, 06 de Outubro de 2006.

A minha história é muito comprida, eu vou contar um pedaço dela. Eu me chamo Ilidia Borges de Barros e tenho setenta e um anos. Eu morava em Minas Gerais, em Santa Maria Suasui. Eu trabalhava muito fazendo cachaça, num alambique. A gente levantava muito cedo às quatro horas, e como não tinha relógio quando o galo cantava, a gente levantava. Vivíamos num engenho, eu trabalhava com três juntas de boi, onde enchia um tanque de garapa, depois íamos lambicar a pinga. Nós fazíamos pinga, aquela pinga boa.

Éramos oito irmãos: Francisco, Jorge, José, Olimpo, Catarina, Catarina, Ana e Antonia. A terra era do meu pai, que tinha um sítio grande, mas eu ia trabalhar para outro fazendeiro, por que eu queria ganhar dinheiro. E eu era mulher que ganhava mais dinheiro, por que eu sabia mexer com a boiada, eu pegava os bois que tinham cangas no pescoço de duas juntas e tocava a boiada, tocava cana no engenho e aquela garapa caía a gente moia três dias num cocho de madeira, num cocho onde cabiam duzentos litros de água, mais ou menos. E ali dentro jogava fubá e apodrecia aquele naquela bagaceira de coisas. Apodrecia até azedar aquilo.

Depois de oito dias, a gente sacodia, tirava os galões de vinagre primeiro, depois o resto a gente pegava uma panela grande de cobre com fogo por baixo, e em cima da panela tinha um capote de estanho que se chamava cabelo. E ali tinha uma bica de água, bem pequenina que caía em cima do estanho e o fogo fervendo aquele panelão, e a cachaça saindo embaixo numa biquinha bem miúda. Primeiro a gente tirava a cachaça forte que chama cabeça da cachaça, era aquela cachaçona teimosa, brava e depois tirava a cachaça fraca e enchia as pipas.

Nós trabalhávamos bastante, eu não fui para a escola por que meu pai falava que não ia colocar-me na escola, por que eu ia aprender a ler para escrever carta para homem. Então a gente não aprendeu a ler por isso eu podia pegar o jornal de cabeça pra baixo ou pra cima era uma coisa só.

Essa idade foi indo e quando eu me formei eu arranjei um namorado, um namorado que ele era muito bom, mas ele era muito pretinho e o meu pai não aceitava. Um dia nós fomos num baile, e de repente alguém o matou, e até hoje ninguém ficou sabendo quem matou. Eu fiquei tão triste com aquilo, por que eu tinha ficado grávida desse rapaz.

Ganhei um bebe muito lindo. Com três meses de idade eu vim para o Estado de São Paulo. Larguei tudo. Quando cheguei aqui parei e não gostei. Eu fui andando, andando... Parei numa cidadezinha chamada Vera Cruz e gostei.

Nessa idade eu tinha vinte e um anos. Eu ganhava três reis, uma nota. Perdi de besta que era eu era a mulher que mais ganhava dinheiro. Tanto que quando eu vim para cá, eu tinha muito dinheiro. Eu vim com o meu irmão que tomou o meu filho e deu para os outros. Ele pegou o meu bebe com dois aninhos de idade, mamando no peito. Pegou o bebê na marra, para não dar um prato de comida para ele. Eu era tão boba, eu tinha dinheiro e não sabia fazer compras para zelar o meu filho, deixava na mão de tudo, até que ele pegou o meu bebe e doou para uma mulher.

Como eu sofri na minha vida para ficar sem o meu bebe. Quando o homem carregou o meu menino dentro de um ônibus eu pulei atrás do ônibus também, sem saber para onde eu ia, parei numa fazenda e ele entregou para uma mulher, uma mulherona preta e ela falou: “É, mas essa mulher eu não quero aqui não! Eu quero só o

bebê, pode mandar ela voltar para trás.” Dessa data eu fiquei três anos na casa dela. Eu ia bater amendoim, eu era uma mulher trabalhadeira. Eu toquei a minha vida.

Hoje é um menino muito bonito que eu tenho. Já é homem e é caminhoneiro. Tomou de mim e deu. Mas eu sou mãe dele, ele me considera até hoje esse menino.

Dáí eu fui para cidade me empregar e fiquei morando num hotel, foi quando eu conheci o Benedito, um homem maravilhoso, um senhor que era vinte anos mais velho do que eu. Eu juntei com ele. Foi o homem da minha vida! Ele bem pretinho. Eu escolhi um mais pretinho ainda, velho, para fazer vingança, por que o meu namorado tinha morrido. Eu toquei a minha vida para adiante. Eu juntei com esse senhor, um homem bom! Eu não gostava dele, mais para frente passei a gostar dele. Mas gostava que eu morria por ele. Aí nós fomos para uma cidade chamada Alvorada do Sul, no Paraná.

Quando eu conheci esse senhor, eu já estava grávida de uma garota. Ele chegou e eu vi uma garotinha e perguntei com quem ela estava, e ela respondeu que estava com o pai, então perguntei quem era ele, e ela me mostrou e eu falei, “Olha que morenã, hein?” Pedi para ela dizer para ele ir lá onde eu estava. Ela respondeu que não iria falar por que eu estava abusando do pai dela. E eu respondi que não. Eu era uma menina muito bonita.

Ele foi, mas eu fiz pouco caso dele. No outro dia ele voltou e eu perguntei “Você tem dinheiro?” Ele respondeu que tinha e que estava gostando de mim, e se quisesse eu poderia ir embora com ele. E eu respondi, “então você compra duas malas e a gente vai embora”. E ele foi, comprou duas malas e levou para mim. Nós fizemos aquelas duas malonas de roupa e caímos fora.

Quando estava saindo falei que achava que estava grávida e ele falou que se estivesse grávida ele criaria como se fosse a filha dele. E justamente nasceu uma menina. E olha ele criou essa filha com o maior carinho do mundo. Estudou essa menininha, casou essa menininha, hoje nós temos os netos dessa menininha. Foi o maior cuidado com essa menininha. A menininha é enfermeira, levava ele para o hospital, não deixava ficar internado. Quando ele ficava internado, ela trazia todos os aparelhos e colocava dentro da minha casa para zelar por ele.

Era um homem maravilhoso, se chamava Benedito Miguel com ele eu lutei a vida toda, uma vida maravilhosa, com ele eu ganhei mais três filhas, uma menina chamada Célia, Cecília, Suzana; e três filhos Carlos Roberto, Claudeonor e Ricardo. Três mulheres e três homens, todos eram dele, e ele trouxe os meninos com o maior carinho.

Quando a Suzana tinha um aninho de idade eu vi uma mulher passando na rua, uma mulher passando com um nenê no braço chorando e eu perguntei por que ele estava chorando e ela respondeu que ele estava com fome, por que na casa dela não tinha nem fósforo e nem açúcar para fazer mamadeira para ele. Então eu brinquei com a mulher para dar ele para mim e ela me disse que me daria no próximo sábado.

Eu o peguei e levei para casa. Eu cheguei em casa e o meu marido quase me bateu dizendo que eu já tinha um bebezinho. Hoje ele é um rapagão lindo, está com vinte e quatro anos é o menino que me dá água, que lava os meus pés. Ele chama Alexandre. Eu o criei é está um homem.

E nós fomos aqui, fomos ali, até o dia que nós viemos embora do estado de São Paulo. Largamos o Paraná e a gente veio para o Estado de São Paulo, quando ele chegou aqui, ele estava bem de vida, mas deu tudo errado. Ele era administrador de fazenda. Depois eu apanhei uma enfermidade na minha cabeça, eu queria morrer. E ele falou que iria me levar para ver meus parentes. Eu ainda tinha irmão.

Chegou aqui em Campinas ele foi trabalhar e eu enfrentei restaurante. Para homem quase não tinha serviço mais - ele estava de idade. Eu trabalhava enfrentando

restaurante, pensão e criando as crianças, que iam crescendo e se tornaram adultas. Quando nós viemos fizemos uma casinha, num lugar chamado Novo **Ângulo**, era Hortolândia. Foi minha filha Célia que estudou, que fez a casinha para nós.

Quando entrei na casa eu saí do serviço. Ele também ficou desempregado e eu falei. “Oh Dito vamos para a luta da terra?” Eu limpava a minha casa, que era bonita com um chão vermelhinho, nós encerávamos e eu falava, . “Oh Dito vamos para a luta da terra? O que adianta ter uma casa bonita dessa, com chão vermelhinho desse e não ter nada para por na panela, não tem comida? Vamos pra luta da terra!”

E ele falava que a gente não tinha nada para levar. E eu falei, “Claro que a gente tem, eu tenho uma galinha e eu vou trocar ela, por um quilo de arroz, uma lata de óleo e um quilo de açúcar e nós vamos.” E ele respondeu, “você quem sabe, mas só esse pouquinho de coisa?” E eu falei que era só isso que a gente tinha. Então eu peguei aquilo e negocieei com uma mulher chamada Mercedes e entrei na luta da terra só com essas coisinhas.

A gente não tinha nada, não tinha água, só tínhamos um barraco e como não tinha água fomos até a taboa, entramos num brejo e ali abrimos um buraco e foi juntando água, juntando. Eu catei aquela água e fiz um arroz. Foi o arroz mais gostoso do mundo. Foi a comida mais boa que tinha no mundo. Ela ficou colorada, da água suja né. Ficou colorada, ficou boa. Daí a pouco encheu de comida o almoxarifado. Todo mundo dava comida para nós, encheu de comida.

Nós tínhamos de tudo, até bebe recém nascido. E encheu de comida para nós, e ficamos lá. Nós acampamos não sei quanto tempo, ficamos bastante tempo na rua. Nós tiramos uma colheita boa, duas colheitas. Depois tiraram nós de novo, jogaram na rua, e ficamos na rua, e nós fomos todos para secretária, para o INCRA. “Vamos criança!” Arrumávamos as malas das crianças, colchão e coberta nas costas, nós fomos todos para o INCRA para ganhar as terras.

Da primeira vez não deu e nós viemos embora. Na outra semana nós voltamos de novo, e mais uma vez disseram “hoje não dá” . Na outra semana de novo. Depois fomos todos para o palácio. Tinha duas menininhas que cantaram, subiram no palanque e uma falou “Oh, prefeito, prefeito abre a porta para nós.seu governador? Foram os nossos pais que colocaram vocês aí!” Daí a pouco abriram as portas. A coisa mais linda. Cantaram uma música muito bonita.

Foi aquela luta, ficamos morando na rua. A gente fazia pão, aqueles panelões de comida e a gente comia junto. Enfim, nós ficamos acampados até tirar a cana daqui. E você pode falar mesmo, que quem quer viver entra na luta. Por que foi uma luta muito grande que nós tivemos. Teve uma menininha da nossa luta que levou duas flores e deu pra polícia, a polícia chorou e falou, ”olha dá vontade de jogar a minha farda fora” Esse dia foi muito desgosto.

A gente fazia teatro, fazia sabão de mentirinha e apresentava num lugar bonito. Nós íamos lá fazer teatro e nós aproveitamos muito, eu gostava de fazer coisas. Nós também fazíamos pão, nós fazíamos bolo, aquelas roscona, para vendermos, para comermos, nós fazíamos sabão...

Um dia um bêbado ouviu falarem “mas como a gente vai ficar aqui na rua? Tá ruim isso daqui!” E o bêbado que ninguém dava nada por ele respondeu “pode deixar, segunda feira, da semana que vem vocês vão mudar, pode deixar!” Outro respondeu “Cala boca seu pau d’água” e ele, “Segunda feira você vão mudar, pode deixar.” Justamente na segunda feira a gente não mudou não, mas na terça-feira pegou um fogo no canavial da usina aonde a gente ia morar, que queimou tudo, mas a cana estava madura. E o bêbado falou para a gente, “não falei pra vocês que iriam mudar?”

Esperamos tirar a cana e a gente mudou. Derrubaram os eucaliptos, arrancaram os tocos grandes e fizemos os barracos de tábuas para morarmos. Fizemos um barraco aqui onde eu moro hoje e entramos dentro. E então veio o desgosto para trabalhar, e nós trabalhando, trabalhando, fazia, plantava, plantamos mamona e a gente viu a miséria acabar, vimos o dinheiro, vimos a fartura. Eu era a rainha da porcada, só eu tinha dez porcas criadeiras. Puxa para quem tinha uma galinha, agora eu tinha dez porcas criadeiras. Isso está gravado numa fita de uma moça aí. E nós fomos tocando a vida, tinha bastante vaca, nós tínhamos coisas, muitas coisas boas. E nós fomos tocando a vida.

Aqui eu fui um pouquinho à escola com a minha neta e aprendi a fazer o meu nome, hoje eu já sei conhecer o jornal, e muitas coisas eu já estou aprendendo. E minha neta ainda está falando que é para eu ir para a escola.

As mulheres do posto de saúde daqui arrumaram para eu viajar com elas para Santos na praia, para me divertir, dançar. Mas eu procurei uma Igreja eu achei que era melhor. Eu fui à Igreja fazer uma visita na Igreja. Cheguei lá eu batizei. Deus me chamou. Você vai à Igreja e se você for de Deus mesmo, você entra assim e você não para na cadeira, fica torcendo. Você levanta, vai e batiza. Eu batizei esse dia e eu respeito o meu batismo. Meu cabelo eu não corto - meu cabelo estava curto e agora já está caindo.

Agora depois de uns dezoito anos nós plantamos mandioca. Eu tinha um filho que era a coisa mais linda do mundo, meu filho chamado Claudeonor, nós fizemos um empréstimo no banco do Brasil de três mil e oitocentos. Plantamos um mandiocão bonito, quando foi no tempo de carpir a mandioca, veio um homem aí e matou o meu filho, matou meu Claudio, que era o meu caçula, tinha trinta e três anos e governava tudo. Ele era o chefe, meu marido já tinha falecido. Depois disso, não pagamos o banco, ainda devo esse dinheiro.

Ele era um homem muito educado, um menino sossegado, menino bom. Ele comprou um carrinho - uma Belina e disse que era para levar eu para a Igreja. Levou-me três vezes na Igreja. O homem que matou ele morreu nessa esquininha aí, mataram, ninguém sabe quem matou.

Aí nós ficamos sofrendo. Ele estava construindo essa casinha aqui, por que ele ia casar. Mataram e ele deixou a casa no alicerce. Então, eu falei que com o poder de Deus eu iria levantar a casa, com o meu salarinho deste tamanhinho. Deus aumentou o meu salário - por que eu sou de Deus, eu sou Evangélica, e eu comprei cimento, comprei telha e eu levantei a casa e nós estamos morando numa casa bem grande, com uma suíte que ele ia fazer, por que aqui tem dois banheiros, estou terminando a minha casinha.

Mas mataram o meu filho e aí a tristeza chegou, fiquei doente, apanhei uma doença chamada alergia e não tenho mais gosto, não tenho mais alegria, fazem festa no assentamento no dia dezessete de maio - no dia do meu aniversário, e eu nem mais vou ao meu aniversário, das terras. Um dia eu fui numa festa do aniversário do assentamento, mas era um lugar tão feio. Eu desgostei. Não vou na casa das mulheres - às vezes eu vou na casa da dona Tereza ou quando eu as encontro eu bato um papo... Na reunião, às vezes eu vou às vezes eu não vou. Sabe o que é você desgostar.

Eu fico aqui na minha casa e falo “Ah, eu vou deixar o Claudeonor aqui sozinho?”, eu falo assim na minha mente. Mas bem que ele não está aqui, só no dia do juízo nós podemos nos encontrar. Mas na minha mente eu não consigo largar o Claudeonor sozinho. Perguntam para mim “Com quem que você fica aqui?” E eu respondo “Fico com o Claudeonor!”

Para mim ele está. Um dia eu o vi passando. Dizem que ele não aparece por que eu sou evangélica não pode nem pensar nisso. Por quem morreu não está nem no céu e

nem no inferno, está dormindo. Quem morreu está dormindo. Só no dia do juízo que eles vão acordar. Se alguém fez alguma bondade no mundo ali se encontra e sobe. E aquele que não fez bondade nenhuma Deus pode ver o que vai fazer. Não existe assombração nada... O que parece é o Diabo. Parece que ele faz uma pessoa para a gente ver passar. Mas quem morreu está dormindo. Pensou se uma pessoa morreu ficar aparecendo para os outros? Não ela está dormindo!. Mas eu sou crente, mas não critico, eu entendo que cada um faz a sua escolha. Mas eu o vi passando inteirinho, caminhando do mesmo jeitinho. Ele tinha muito cuidado comigo.

Fiquei doente, muito doente e no fim a minha filha do meio que eu adoro chamada Suzana caiu na gaiada dos outros. Uns bandidos a chamaram para fazer uma coisa e ela foi. A polícia a pegou e ela foi de gaiada sabe, de laranja e eu fiquei com quatro filhos dela e estou criando, mas Deus me dá um conforto, nada falta para os meus filhos, nada falta. Eu espero que Deus vá recuperar a minha filha que está presa, ela não merecia isso não. E quando ela vir, eu vou fazer um papel colocando todos os seus documentos e dos filhos, e ela vai ter que assinar dizendo que nunca mais vai cair na gaiada, eu quero que ela vá assinar no juízo, e eu vou por na Internet. A internet é ótima, quando você quer uma coisa ruim ou boa a gente conversa lá, na internet .

Também, o meu filho casou com uma mulher. A mulher o abandonou por causa de outro homem. Ela já tinha dois filhos e largou mais três filhos. Três menininhos. E eu estou dando uma força para meu filho aqui no assentamento, por que ele tem muitos filhos.

Só que eu tenho muito desgosto, eu tenho um desgosto que a minha vida é só Deus. Por que apanhei uma enfermidade que é de nervoso, a gente fala que é de dipirona, que eu tomei muito quando fiquei doente. Eu tenho muitas amigas boas. Por que você precisa ver aqui na colônia, todos são amigos. Tudo é amizade. Quando eu passo o pessoal fala “Oh dona Lídia! A senhora está boa?” as crianças passam e perguntam se estou boa. Outro passa e me respeita e eu sou querida na colônia.

Olha quem estava do jeito que eu estava e hoje tem o que eu tenho, uma casa muito bonita. O governo deu para mim onze mil reais, para arrumar a minha casa, eu vou trocar essas telhas, por telhas grossas. Comprei azulejo, comprei piso para por na minha casa. Fazer área grande, essa área aí eu quero ela para fazer reunião com os meus irmãos virem aqui.

Eu sou evangélica e tenho orgulho de ser, onde eu uso meu véu. Eu tenho bastante amor ao meu véu, quando eu morrer é para as meninas lembrarem que eu tinha o meu véu. Eu tenho aqui um bisnetinho chamado Felipe e eu adoro ele. Também, a minha filha Célia que morreu deixou quatro netinhos e tenho três bisnetinhos que se chamam - Vitória, Cristi e a Monique e nesse ponto eu sou feliz.

Eu tenho uma moça chamada Sabrina, eu falo que é minha por que foi eu que a criei. Eu fiquei responsável por ela já no Hospital, por que a sua mãe era muito novinha quando a ganhou. É uma mulher linda. Mora naquela casa. Ela estava pagando aluguel, sofrendo pagando aluguel, correndo com um monte de moça. Então eu falei para ela largar tudo e vir embora para cá que eu dava a minha casa para ela. Fiz essa casa e entrei aqui e ela está sossegadinha aqui, é ela que é a trabalhadeira daqui. E hoje a minha neta Sabrina é professora, os meus netinho todos passaram de ano, então é uma coisa muito bonita.

Hoje quando olho meus netinhos eles são a minha alegria. Nem os meus filhos são minha alegria mais. E eu quando me lembro dá vontade de chorar e eu choro com razão. Eu tinha o meu filho tão bonito e o nego veio e matou meu filho. Não podia matar o meu Cláudio, eu amo o meu Cláudio. Ficou só o meu filho Carlos Roberto. Mataram o meu Cláudio. Mas eu to feliz com os meus netinhos.

Enfim, eu sou uma mulher assim, eu tenho muito desgosto do que aconteceu. Mas esse assentamento aqui foi uma coisa dada por Deus! Por que se todo mundo que estiver sofrendo enfrentar a luta, não é esforço desperdiçado. É na luta não sofre, por que só aquele salário de miséria não tem quem vive! Eu tenho o meu salário que eu ganho, mas se não fosse aqui na terra, não dava para eu criar quatro filhos e um cachorro, come mais que um homem. Não dá!

Agora que eu vou tombar as terras, plantar mandioca para acertar a dívida com o banco, por que tem que acertar. Aqui nós temos batata doce, mandioca, banana a vontade, laranja, abacate, acerola, frango caipira, um porquinho. Que é isso? Nós fomos para luta a gente tinha uma galinha. A minha casa ainda está lá no Novo Ângulo, uma casa bonita. Mas quem mora nela é o meu genro. Assim que eu cheguei aqui nos assentamento a minha filha morreu, mas o meu genro é mais que meu filho. A minha filha morreu, mas o meu genro eu amo ele igual ao meu filho. Ele ficou no lugar da minha filha. Ele está fazendo essa casa para nós de graça.

Eu tenho problema demais. Eu não faço quase nada eu só olho o serviço e mando trabalhar e ensino a trabalhar. Depois que morreu o meu filho eu perdi a coragem de tudo. Eu perdi até a coragem de comer. Eu perdi a coragem de fazer doces, aquelas coisas boas. Hoje eu caí em enfermidade e minha enfermidade está difícil de sair. O meu pé está preto e é de nervoso. Apanhei um nervoso tão forte, que se uma pessoa responder para mim o meu coração fica disparado, eu fico com febre, arrepia tudo, coça. Eu tomo muito remédio, eu tomo cinco comprimidos todo dia. Cinco cedo e cinco à noite. Eu ia fazer uma operação não pude fazer porque o meu coração não agüenta. Tudo me deixa nervosa, a minha doença é só nervo... Eu estou sofrendo. Não é de fome, não é de nada, não é de roupa, não de comida, não é de nada. É só desgosto das minhas pessoas, das pessoas que eu perdi e que eu amava.

A minha vida é muito doida: o meu pai morreu com derrame, para ajudar a minha mãe morreu com derrame, dois irmãos morreram com derrame e também a minha irmã morreu com derrame. Meus irmãos todos morreram com derrame, só dois morreram de natureza. E hoje só tem eu e minha irmã Catarina. A minha irmã Catarina está bonitinha ainda. Eu que sou a caçula tenho setenta e um anos. E ela eu nem sei quanto anos. Ela fica lá e eu fico para cá. Ela mora lá no assentamento I, é a mãe do advogado, o Lafayate. É uma mulher muito boa, católica. Nós conversamos por contato, nem eu vou lá e nem ela vem aqui. Nós não usamos ir nas casas dos outros. Nós ficamos aqui. Nós não sabemos ir na casa dos outros. Mas precisou para uma doença, pode está na hora.

Ilidia Borges de Barros
Moradora do assentamento II desde o acampamento em 1985

Meu nome é Edite da Silva Araújo tenho 53 anos e agora estou separada. Eu vim do Paraná, lá a vida era difícil, até hoje falo que fui nascida, criada, casei, mas lá era difícil demais. Quando era criança a vida tinha bastante fartura, mas depois que eu cresci e casei foi ficando mais difícil.

O meu pai trabalhava, mas não tinha um emprego fixo, ele trabalhava por dia. Enquanto ele era vivo a gente trabalhava em fazenda, mas perdi-o muito cedo, com sete anos – éramos quatro irmãos.

Quando o meu pai morreu já não tínhamos nada, mas aí ficamos sem nada mesmo e a gente foi para casa do meu avô. Que eu me lembro era sofrido, por que ele e a minha avó colhiam café e tinha dia que não tinha nem um grão para comer - nem um feijão! Eles moravam numa colônia em uma fazenda, e não podiam plantar nada, tinha que trabalhar para cuidar somente do café.

Então minha mãe casou-se de novo e tive mais duas irmãs que ainda moram no Paraná, mas continuou o sofrimento, por que agora tínhamos que ir para roça, por que o marido dela tinha um sítio. Vivemos nesse intervalo com a nossa mãe. Naquela época o Paraná tinha muita mata afora e a roça era em Borrosópolis, perto de Apucarana.

Eu não tive infância de brincar com boneca, por que não tinha tempo, minhas bonecas eram os meus irmãos pequenos. Como perdi o meu pai cedo não tínhamos esse negócio de brincar de roda, eu escola mesmo não tive essa oportunidade, lembro-me de poucas vezes que eu ia, mas eu não completei nenhuma série. Depois que a minha mãe casou, o meu brinquedo foi a roça, não tinha como brincar, às vezes quando acontecia de brincar as bonecas eram feitas com espiga de milho, abóbora com pescoço que eu fazia e enrolava no pano. Eu tive apenas uma boneca que o meu pai me deu, mas eu era muito pequena e acabei deixando ela para a minha mãe. Então quando não estava na roça estava cuidando das crianças para minha mãe.

Quando eu tinha de 13 pra 14 anos eu saí de casa, mas ainda não tinha me casado, eu estava para conhecer o meu marido e fomos morar junto. Minha mãe ficou no sítio, mas logo eles venderam aquela terra e foram para outra região, mais longe e nem chegou a conhecer meus filhos. Eles foram para Eritama e nós perdemos o contato.

Quando alguém adoecia corria para a farmácia, era só farmácia mesmo e não era pertinho não. Não tinha médico para você estar levando o seu filho. Nas minhas gravidez nunca fiz o pré-natal. Fiz apenas da menina. Eu fiquei grávida dela aqui, a menina caçula. Mas os meninos eu nunca fiz pré-natal: ficava grávida, ganhava em casa e não levava pra saber se o neném estava bem ou se não estava, se eu estava bem ou não: era muito longe.

Teve uma época no Paraná que o meu menino quebrou a perna, ele tinha uns cinco anos - ele quebrou a perna brincando à tarde, e ficou a noite toda em casa, por que não tinha recurso para levá-lo para cidade. A avó dele e eu fizemos um emplasto dentro de casa mesmo e amarramos na perna dele para ele poder dormir e aí ele ficou. Quando foi no outro dia cedo o pai dele pegou um cavalo, pegou ele e andou uns quatro quilômetros para chegar na pista, por que não tinha ônibus igual tem aqui de hora em hora - tinha ônibus, mas era em intervalos muito grande, aí ele ficou na beira da pista para pedir carona para poder chegar até Apucarana.

Ele conseguiu uma carona com um caminhoneiro e ficou aquele dia todo e a noite, por que escureceu e não tinham como voltar. Ficaram no hospital, engessaram a perna do menino e voltaram para casa. Ficou um mês com a perninha engessada.

Depois de um mês fez o mesmo trajeto para tirar o gesso. Novamente foram de cavalo, por que era longe e não dava para ir a pé, ainda mais com a perna quebrada.

Tiraram o gesso e estavam voltando para casa, só que perto de casa ele pediu para beber água e o pai dele desceu - tinha aquelas matas e uma bica d'água, só que numa pisada falsa que ele deu quebrou a perna de novo, no mesmo dia. E para ele voltar de novo cansado e a caminhada era longa? Então ele pensou, pensou bastante no que ia fazer e resolveu voltar e retornou com ele. Engessou de novo e ficou mais um mês engessado. Nessa época que ele tirou o gesso foi que a gente veio para o Estado de São Paulo.. Isso tudo no Paraná, onde tenho não muito que falar de benefício, por que era muito difícil, nossa vida.

No Paraná não tínhamos acesso ao médico, à farmácia era tudo longe. A sorte que os meninos tinham saúde. Somente um deles que teve crise de bronquite, com esse eu corri bastante quando ele era pequeno. A sorte que nessa época morávamos num bairro que tinha farmácia perto. E eu saía à noite com ele a qualquer hora.

Lá o dia a dia era levantar cedo, tomar café e ir para roça, numa terra que não era nossa, era do meu sogro. Só que lá não era uma terra produtiva, ela tinha sido boa, mas depois acho que foi enfraquecendo e não dava nada, plantava arroz não dava, plantava feijão e era aquela seca.

Trabalhávamos para ter pouco dinheiro: tinha porco, tinha galinha, o arroz, por exemplo, se dava certo você tirava, tinha essas coisas, mas faltavam outras como o sal, o querosene, que você tinha que ir ao armazém e comprava, mas isso só se você trabalhasse então você ia ao armazém e mandava o dono marcar. Nunca tinha visto luz elétrica só depois que mudei para cidade.

Só ele trabalhava nessa época, por causa das crianças eu não trabalhava. Às vezes quando dava para ir pra roça a gente levava os filhos, mas você não sabia se você trabalhava ou se olhava as crianças. Então, quem fazia mais era ele que trabalhava braçal para poder comer e dar comida aos filhos e estava difícil para trabalhar, ficou muito difícil. Foi assim que meu marido se mandou para Sumaré.

Primeiro, veio meu cunhado para o Estado de São Paulo e falou para meu marido também vir para cá. Ele pensou bastante e veio e eu fiquei lá com as crianças, após uma semana que estava aqui em Campinas já arrumou serviço e quando ele fez um mês de serviço mandou me buscar. Então eu vim com as crianças e ele ficou empregado quase cinco anos nessa firma, foi aí que melhorou um pouco mais.

Nós viemos para Hortolândia, que ainda não era emancipada era tudo Sumaré, moramos num lugar onde não era bem uma cidade, estava próxima da cidade, mas que eles chamavam de favela. Fomos morar numa casinha de dois cômodos que ele alugou: era de material tinha chuveiro, tinha piso queimado. Depois a gente viu que pagar aluguel era só ir trabalhando, então compramos um barraquinho no terreno da prefeitura, foi em Hortolândia. Era de maderit, bem baixinho de um cômodo só: aí cozinhas, comia e dormia. O banheiro era pelo lado de fora, onde foi feito uma fossa e para tomar banho você fazia um cercadinho e tomava banho de bacia.. Nesta época eu ainda não trabalhava e ele ainda trabalhava na firma e colocava o sustento dentro de casa.

No começo eu não gostei da mudança. No começo eu não me acostumava aqui. Por que mesmo com todas as dificuldades no Paraná, eu nasci lá, eu fui criada lá. Depois demorou a me acostumar com o clima daqui. Até me deu vontade de voltar. Por que eu não eu era bicho do mato e depois aqui não conhecia ninguém, só a minha cunhada que morava aqui, que é a irmã do meu marido e a família do marido dela, o restante eram todos estranhos para mim.

Depois de cinco anos a firma mandou meu marido embora, aí ele começou a trabalhar de bóia fria. Enquanto ele estava trabalhando na firma, tubo bem, não faltava nada, mas depois que foi trabalhar por dia ficou muito difícil. Ele não arranjava um

emprego que registrasse, quando arrumava, rapidinho estava desempregado de novo. Foi aí que eu entrei ajudando ele como bóia-fria aqui no Estado de São Paulo: eu colhia feijão e deixava a minha menina pequena em casa, os meninos ficavam em casa sozinhos. E eu ia trabalhar para poder ajudar Por que eram seis filhos. Saia cedo e chegava à noite em casa e era aquela correria para sair cedo no outro dia novamente. Era muito cansativo.

Mas quando eu comecei a trabalhar conseguimos comprar outro barraquinho. E com o dinheiro que ele ganhou, quando foi mandado embora, compramos uma casinha de material que já era melhor, na favela mesmo. Nisso já tinham colocado luz nas favelas, logo que colocaram, conseguimos a casinha.

Vim passar pelo médico aqui em Sumaré, quando a gente veio do Paraná. Teve uma época que a gente tinha convênio quando ele estava na firma. Depois acabou o convênio e a gente corria para o postinho, para o hospital. Eu fiquei todo esse tempo com as cinco crianças e nunca tinha passado por um médico. Eu tinha uma dorzinha na cabeça, mas curava com chá caseiro.

Uma vez eu fui parar no hospital quando eu fiz uma doideira, por que acabei de fazer a janta e fui tomar banho e o chuveiro era frio, a água era fria. Então, me deu uma dor de cabeça que eu quase morri, então passei no médico e sarou, e não procurei mais o médico. Voltei a procurar médico quando engravidei da minha menina mais nova e as mulheres diziam “você tem que ir ao médico, você não pode ter essa criança assim”. Falaram tantas coisas na minha cabeça e eu falava que nunca tinha ido, por que teria que ir agora? Disseram que se acontecesse alguma coisa eu poderia ser processada, então eu fui fazer o pré-natal, mas já estava de cinco meses.

E foi aí que descobri que tinha pressão alta, problema no coração e pensei “Olha só, até esse intervalo eu não tinha nada, aliás, eu tinha, mas não sabia de nada.” Fiz o pré-natal e fui acompanhada por dois médicos - o do pré-natal e o cardiologista. Ganhei-a, só que na hora do parto dela eu quase morri, acho que se tivesse ficado em casa eu teria morrido - ela não teve força para nascer. No nascimento dela eu fiquei ruim mesmo, não via nada, via apenas estrelinhas. Eram dez e meia da manhã e para mim era noite, eu vi tudo escuro e só via vaga-lumes. Foi um parto normal, nem deu tempo de me colocar na mesa, me levaram na maca e quando cheguei na sala me encostaram e a menina nasceu. O médico que fez o pré-natal e o parto falou que eu não poderia ter mais filhos, perguntei o porquê e ele disse que me daria um tempo e depois eu voltaria com o meu marido para conversarmos.

Quando voltamos, ele explicou para nós que eu não poderia mais ter filho, por que seria uma gravidez arriscada para nós dois, eu e criança poderíamos morrer. Então ele falou que daria uma ajuda para nós - nessa época não tínhamos convênio, onde ele faria a operação e não cobraria a parte dele, mas apenas a parte do convênio. Assim, com 29 anos depois da menina eu operei para não ter mais filho, pois era como médico havia dito, “você já tem seis filhos para que ficar arriscando a vida?”

Eu pensava que podia ter mais filho, mas acho que já tinha dado algum problema, tanto que minhas crianças são de dois em dois anos de diferença, mas último menino para a menina, eu fiquei três anos sem engravidar. É engraçado, mas tudo é guiado por Deus. Pensou se eu ficasse e não procurasse recursos?

Mas com ele desempregado, trabalhando em bicos, qualquer serviço você tinha que trabalhar. Eu mesmo trabalhei de empregada doméstica, uns seis meses. Eu cuidava de uma senhora de idade em Campinas, onde fazia de tudo. Chegava logo de manhã por que tinha a empregada da noite - ela tinha problema de nervos e só mexia dois dedos. Eu dava comida na boca: o café da manhã, o almoço, o lanchinho da tarde, e já deixava a sopinha da noite pronta, por que ela não comia nada pesado, já a empregada da noite

dava banho por que eu era muito miudinha, magrinha e não agüentava fazer isso com ela. Trabalhei aí seis meses.

Então surgiu uma reunião para as pessoas participarem - quem não tinha um lugar, uma terra para plantar. Então meu marido começou ir participar das reuniões no Rosolém, por isso ele entrou junto com o povo e ficou acampado. Desde o começo que eu queria ir participar, mas quem participou mais foi meu marido por que eu ficava com as crianças, só nos finais de semana que eu pegava as crianças e ia para lá ficar com eles.

Ficaram acampados numa beira de estrada, quando saíram daqui de Hortolândia e fomos para perto de Aparecidinha, ficaram três meses embaixo do barraco de lona, eu fiquei com as minhas crianças, a minha menina na época tinha dois aninhos, e a deixava em casa com os irmãos mais velhos - trabalhava de empregada e deixava o menino mais velho que na época tinha doze anos cuidando dela, junto com outro irmão, eles cuidavam dela que era uma beleza. Eu tinha que trabalhar! Depois fomos de vez e ficamos até liberar a terra.

A vida no acampamento era difícil, mas era gostoso participar junto com outros colegas. Tanto que aqui aqueles que participaram juntos desde o início são como se fosse da família, consideramos como família, por que era muito gostoso. Na hora de comer, na hora de fazer comida você se ajuntava, as mulheres se reuniam para ajudar. E a gente fazia tudo junto, era gostoso demais. Nossa, eu gostei!

Nessa época colocaram a polícia para nos despejar, por que não estava certo a gente ficar ali. Foram os policiais que derrubaram os barracos. Eu estava nesse dia, quando uma menininha dando pão para um policial, e ele não podia pegar, por que ele estava em trabalho e os meninos falando “sai” “sai” foi aquela correria, e os policiais derrubando os barracos. Não desistimos e ficamos acampados de novo na beira da pista, de novo por que a gente estava e voltamos de novo.

No acampamento não tínhamos como construir uma casa para morar. Também a gente ia ficar nesse lugar só dois anos então nem compensava, mas assim mesmo tudo que a gente tinha direito a gente plantou e fomos fazendo a terra. Chegamos a ficar quase dois anos. Ai foi uma luta por que você ia para São Paulo, você voltava, sempre tinha passeiação daqui pra lá. Só que o pessoal, as comunidades davam a maior força – davam alimentos, roupas, até que foi liberado para irmos para terra, ai foi uma felicidade.

Depois disso que viemos para cá, por que aqui era canavial, quando queimou a cana é que foi liberado pra gente vir para cá. Também quando a gente chegou aqui fomos morar em barracos. Casa mesmo a maioria do pessoal não tinha, era barraquinho de madeira e ficávamos aqui para plantar. A gente tinha café, plantava milho, arroz e feijão, assim não comprava essas coisas.

Depois foi enfraquecendo a terra e não deu para plantar. Resolvemos acabar com o café, depois ficou o limão e a poncã. Mas a parte lá é muito seca, por isso muitas mudas não pegaram por que tinha que ter água para molhar. Agora o que mais produz é mandioca, milho, já os outros produzem se você coloca água pra molhar, mas se não tiver não tem como produzir bastante.

E nós não temos irrigação. Aqui, poucas famílias têm: o vizinho que é marido de uma sobrinha minha tem e planta feijão, goiaba, milho direto por que ele tem o projeto de irrigação, agora para nós aqui é muito mais difícil, fica mais caro para abrimos uma represa. Temos um tanque ali embaixo é só mandar arrumar de novo, mas o custo da energia, dos fios para ir água lá em cima fica muito caro e dependendo do que você plantar não tira.

Eu trouxe meus cinco filhos todos pequenos. E agora estamos no lugar da gente e temos que lutar para poder ficar aqui, no lugar onde a gente mora. Nossa para mim aqui foi tudo. Hoje o assentamento fez 21 anos, mas como ficamos dois anos em Hortolândia faz dezenove anos que estamos aqui, no bairro de Sumaré. E para mim, aqui é tudo pra mim! Eu moro aqui, eu trabalho aqui e ajudo a olhar os netos agora.

Fazemos um o trabalho junto com a Pastoral da Criança fornecendo o pó da mandioca. Trabalhamos com folha de mandioca: na época do mandiocal vamos para a roça e colhemos a folha, lavamos, amarramos em maços e colocamos na casinha - um galpãozinho que tem para secar a folha. Depois que ela está seca, amassamos e passamos na peneira, depois ensacamos e fazemos a embalagem, que vai para a Pastoral da Criança em Campinas, que oferece para criança colocando na sopa e é muito bom como vitamina.

Tem a época certa para a produção, onde trabalhamos com a folha até uma época do ano quando ela está boa para tirar, mas depois você tem que parar por que ela começa a ficar amarela, e aí não é um produto bom, então paramos e recomeçamos num outro período - vamos mais um mês, e novamente paramos. No começo tinha mais mulheres, agora só estamos - eu e a minha cunhada, por que é menos folha.

No início não tinha luz, nem televisão e todos se juntavam e faziam brincadeiras com a meninada, faziam fogueiras, todas as crianças se reuniam para ouvirem as histórias dos mais velhos que gostavam de contar. Era gostoso. Mas depois que veio a televisão eles se encantaram, por que quase não viam essas coisas - as minhas crianças mesmo não eram de ver televisão, há pouco tempo, quando morei em Hortolândia que a gente teve uma televisão.

Então, ficamos uns quatro anos com lampião de querosene, por que não tinha acesso à energia. Mas depois que veio a luz e televisão afastou um pouco. Agora a meninada brinca bastante, mas a noite aqui é um silêncio, só quando tem festa ouvimos brincadeira, mas tirando isso é todo mundo dentro de suas casas.

O começo foi sofrido, mas foi gostoso. Sofrido por que não tinha onde morar e tivemos que construir. A água o meu poço era lá embaixo, bem lá embaixo das paineiras, e eu lavava a roupa lá e a minha menina era pequena, mas ela ia me ajudar e às vezes caía sentada com a bacia de roupa na cabeça, ela morria de dar risada e eu ficava brava com ela. Depois eu cuidei do meu sobrinho mais de um ano. Então juntava os meus seis, e mais três crianças que eu cuidava também para lavar roupa e eu fazia assim: tinha um tambor grande e eu falava para as crianças carregarem a água para tomarem banho à tarde - que era de bacia. Também era tudo lá de baixo para cozinhar, depois a gente fez um poço aqui e com a chegada da energia ajudou bastante, tinha água mais fácil.

E estou aqui com os filhos, quase todos casados, só tenho um casal de solteiro. E aqui para mim é tudo, eu já tive tantas vezes que bater o pé para não sair daqui, por que é muito difícil sair e voltar para cidade quebrando cabeça. Nunca pensei. Teve gente que desistiu, mas nós não desistimos tanto que estamos aqui até hoje.

Teve uma época que meu marido falou para irmos embora para o Estado de Mato Grosso, por que o sonho dele era ter bastante terra para plantar. Então eu falei que não iria por que já tinha sofrido demais. Não sairia com os meus filhos de jeito nenhum, iria ficar aqui, aqui era o nosso lugar. Bati o pé e chegamos até discutir por causa disso, por que ele queria desistir daqui e ir embora para outro lugar. Isso foi depois de uns cinco anos que a gente já estava aqui, ele veio com essa idéia de querer ir embora.

Ele ouvia dizer que lá era muito bom, a terra era boa e dava para fazer isso e aquilo. Ai ele colocou na cabeça que lá era bom e queria ir, sair daqui e ir lá quebrar a cabeça. Então, eu falei não e se ele quisesse que fosse sozinho, pois os meus meninos

estavam grande e também não quiseram. E ele não foi sozinho. Ficou aqui mesmo. Mas se eu não batesse o pé nós íamos, íamos mesmo.

Há oito anos atrás nos separamos, foram trinta anos de convivência e eu não pensava que um dia iria ficar sozinha. Mas não deu mais certo. Não deu certo por causa de ciúmes. Depois de velho ele ficou com ciúmes. Quando os filhos já estavam criados, colocou na cabeça que eu tinha outro homem, e eu fui ficando nervosa. Aí eu que fiquei ruim. Eu fiquei com depressão de tanto ele falar aquilo que eu não fazia.

Acabei ficando doente, quase morri. Fiquei pele e osso, por que entrei numa depressão profunda. Só meu filho e minha cunhada, irmã dele e que é vizinha, que sabem e me deram muito apoio junto com a família do marido dela. Por que não tinha ninguém da minha família, não tinha mesmo, nem sabia onde estava.

Era muito falatório na minha cabeça, eu não sabia desabafar e falar com as outras pessoas, me abrir e falar tudo o que estava sentido, as coisas que estavam me machucando. E eu fui guardando para mim, guardando, guardando muitas coisas. E quando estourou veio tudo de uma vez só: chorava, ficava isolada num canto, não comia, fiquei magrinha que dava até medo de olhar para mim – as costelas ficaram expostas.

Foi uma batalha conseguir melhorar da depressão. Nessa época atacou a pedra na vesícula tive que operar, por isso fiquei na casa de uma comadre uns dias, para poder acalmar e poder fazer a cirurgia. Então, fiz a cirurgia e logo eu vim pra cá de novo. Mas a minha vida era só chorar, não queria ver nada, ficava a tarde inteira assim. Às vezes os meus meninos me pegavam e me levavam num parque, num lugar de divertimento, mas eu não tinha vontade de ir, só tinha vontade de ficar em casa, e quietinha sem barulho de televisão, de rádio, de nada...

Nossa foi difícil sair. Eu passei com num psicólogo e ele me orientou bastante e falou que eu iria sair dessa, tinha que tomar os remédios direitinho que iria ficar boa, mas eu não podia deixar atacar de novo por que senão eu iria para o buraco. Eu tomava aqueles remédios de faixa preta que eles falam que é bem forte. Eu podia tomar dois comprimidos que eu não dormia. E quando eu dormia, eu passava o dia todo dormindo, eu ficava caída.

O ciúme dele foi um ciúme besta, que ninguém entendia. Até que ele foi naquela caminhada que teve para Brasília. Naquela época ele se despediu de casa, dos filhos e foi embora, falou que ia seguir aquela turma. O povo levou três meses para chegar em Brasília, foi nessa época que ele ficou perdido em Minas. Ai o meu menino mais velho recebeu um telefonema, avisando que ele estava meio perdido e que era para ir atrás dele. Meu menino foi, mas no caminho a polícia pegou o carro por que o meu menino não tinha carta. Foi outro que tinha, mas não deu certo. Daí acabou prendendo o carro - era um fusquinha que ele tinha e trabalhava, estava até com as ferramentas que usava para trabalhar.

Por isso ele não conseguiu chegar onde o pai estava. Mas depois disso foi entrado em contato com o pessoal e achou ele de novo. Ele conta que tinha ficado com o com os mendigos, dormindo pelas beiras das ruas. Então, conseguiu chegar em Brasília também e depois disso é que ele voltou, e não quis saber de procurar a casa, dizendo que eu não tinha ido receber ele.

Eu tinha feito a minha obrigação, o almoço e quando ele chegou estava lavando roupa. Ele não veio pro almoço, foi para outro canto, para a casa da mãe dele que estava morando aqui - antes da gente se separar ela veio morar com a gente, mas ela fez a casinha dela no lote da minha cunhada e foi morar lá e eu fiquei aqui.

Então, ele ficou aqui do lado, num barraquinho ao lado que tinha sido construído desde que a gente veio lá de Aparecidinha: era de madeira. E ficou morando ali, e

acabou emendando e ele fazia sua comida. Depois ele acabou arrumando outra mulher e foi morar com ela e morou oito meses e não deu certo. Aí voltou de novo, aí os filhos falaram “o senhor quer que a gente faça uma casinha por senhor?” Uma casinha, por que não dava para fazer uma casa.

Ele não quis e resolveu morar na parte de cima do lote e lá foi emendado um barraco de madeira, os meus meninos que ajudaram. Depois disso, nós ficamos aqui e ele lá. Só que qualquer coisa que acontecia ele jogava tudo o que não prestava em cima de mim. Mais aí tudo bem, fosse o que Deus quisesse. Aí foi indo, foi indo e agora que ele pediu o divórcio e queria que eu fosse atrás, mandou um recado para eu ir atrás. E eu falei: - “Ah, não, se você quer você se vira.”

Por isso ele foi atrás, pediu o divórcio e fui lá assinar no dia que era para o juiz liberar, assinei o papel e pronto. Depois ele colocou na cabeça que não queria ficar aqui e resolveu passar a terra no meu nome, direitinho, por que cada um tem um titular da terra para morar, por que a terra não é da gente, mas o direito de moradia a gente tem. Então, ele acabou passando para mim e estou até agora.

Eu pago nossas dívidas no banco, as contas daqui, planto as coisas também e ele também planta lá em cima. Mas ele não entra aqui no meu quintal e eu não vou pegar nenhuma coisa lá, mesmo que a terra está no meu nome e eu posso também entrar lá eu não vou. Para dizer que eu não fui eu fui quando ele tinha ido viajar e deixado para minha menina cuidar da criação dele e eu fui com ela, mas no dia-a-dia eu não vou, por que ele também não vem aqui - só por que é o meu quintal ele não entra.

O meu genro falou que ele está separando, mas se eu quisesse tirar ele de lá eu tiraria. Mas eu o deixei morando lá, imagina que eu iria tirar o pai dos filhos da gente, e jogar ele para fora. Depois que ele sáísse os filhos iriam atrás quebrar a cabeça para procurá-lo. Então ele fica lá e eu aqui Ele não fala oi, nem boa tarde e nem nada. Ele só participa um pouco com os filhos.

E estamos assim, vivendo desse jeito, já vai pra nove anos. A minha netinha já fez nove anos e ela não tinha nascido ainda quando nos separamos. A gente já tem seis netos. Só que ele não participa das crianças. Ele fica meio afastado, às vezes ele fala, fala, e eu o deixo falar, por que enquanto está falando eu deixo pra lá. No começo eu ficava muito triste. Nossa! Eu ficava triste pra caramba. Mas agora me acostumei, não ligo mais não.

E para não deixar mais cair em depressão eu me viro, eu saio, eu vou nas reuniões, vou pra fora nos encontros de mulheres que eu participo, como no mês que vem vai ter um encontro - tem vez que a gente fica uma semana, ou três dias fora. É muito gostoso você sair pra participar das coisas, eu gosto. Quando eu posso, eu vou. Isso me ajuda bastante nos meus problemas, por que eu não posso ficar dentro de casa parada, eu tenho que estar movimentando, aí eu saio, cuido dos netos. Vou na roça quando a gente está trabalhando com as folhas da mandioca, é muito gostoso também, você vai pra roça, você pega, você lava e amarra. É muito bom!

Eu cheguei duas vezes em Brasília. Eu nunca pensei que iria nesse lugar. Participei três vezes dos encontros das mulheres. É muito gostoso. As mulheres se juntam e às vezes marcamos reunião para conversarmos sobre o encontro, para poder comunicar o que aconteceu.

Agora temos o projeto da cozinha comunitária, que é das mulheres e começou com a finada Cida - ela correu atrás junto com a gente, e hoje a dona Cecília está mais à frente. Nós estamos querendo fazer uma inauguração quando terminar para homenagear a Cida, que lutou por muitas coisas. Mas tem muitas mulheres que trabalham e não podem participar junto com a gente, mas as que participam, participam, sempre estão juntas.

Aqui tem um campo de futebol onde o pessoal brinca e diverte o povo. Na escola sempre tem uma oração que a gente faz e se reúne. Tem aniversário, casamento e tem brincadeiras com as crianças aqui mesmo, como o concurso de pipa. E gosto de participar quando eu estou bem, por que tem dia que eu não estou muito legal, tem vez que estou deprimida, mas só que eu não deixo, então eu participo junto com eles, vou ver o pessoal brincar, quando tem torneio a gente vai lá dar risada. Não sou de sair muito daqui do assentamento, tem as meninas que saem, mas eu só vou à missa. Em festa é muito difícil ir, às vezes quanto tem encontros eu vou, mas eu sou mais quieta mesmo.

No começo foi difícil, não tinha jeito. Para não ser difícil, só se você entrar agora na moradia, hoje é mais fácil. Todo mundo que vem pra cá fala que aqui é uma benção e parece que está no céu, por que aqui é muito sossegado, essa parte nossa aqui é sossegada. Tirando algumas coisas que acontecem afastadas por ai, aqui é sossegado demais. E agora vamos tocando para frente, por que vai sair a cozinha ainda. A gente quer equipar ela para começar a trabalhar, mas sempre passando a luta para frente.

Ainda temos muita luta pela frente, tem muitas coisas ainda para serem feitas aqui. Em minha opinião se tivesse mais ajuda iríamos fazer mais coisas dentro do assentamento para melhorar: as crianças poderiam ter mais um campo para o lazer, por que aqui tem muitas crianças. Também, precisa de mais recursos para roça, como a água - por que é importante você ter água para plantar.

Agora tivemos uma benção que foi a conquista de material para acabar de arrumar as casas, por que a minha até hoje não é arrumada, não é pintada. Só a cozinha que é azulejada, os quartos precisam arrumar, tem a laje por que quando chove pinga tudo lá dentro, então tem muitas coisas para arrumar e o dinheiro é sempre pouco.

Mas tenho que agradecer muito a Deus e as pessoas que ajudaram: os vizinhos, a comunidade que me deu apoio com material, com palavras foi muito importante. Também, o que eu posso fazer para as pessoas que estão precisando de alguma ajuda, eu faço, no que eu puder ajudar eu estou ajudando. Mas a minha vida foi muito difícil e se eu pudesse escrever eu mesma escreveria um monte de coisas, por que sabendo escrever a gente vai escrevendo, por que na hora de contar só guardamos as coisas que marcam essa vida de bom e de ruim. E eu não sou de falar muito e tem muita coisa que você quer falar, mas na hora não vem na cabeça, falar tudo certinho, tudo no lugar, para mim foi difícil falar tudo na ordem.

Também, há quatro anos eu reencontrei a minha família que havia perdido. Fazia quase trinta anos que eu não os via. O meu irmão que mora para o lado de Apucarana, Paraná, achou o meu nome na lista telefônica e ligou para a minha irmã, por parte de mãe e pai avisando. Quando eu saí de lá ela tinha cinco anos e fui revê-la agora, ela é casada e também tem filho. Fazia dez anos que a minha mãe tinha morrido. Ela morreu de câncer, a última vez que eu a vi tinha quatorze anos. Agora, que o meu irmão me achou a gente sempre se liga, eu até já fui visitá-los no Paraná, onde ainda moram.

Agora os filhos estão todos criados, uns moram aqui outros moram lá fora. E eu estou aqui e espero que fique por toda a minha vida. Seja o que Deus quiser. Deus é quem sabe da vida da gente. Há sete meses, nasceu o João Pedro e a Maria Eduarda, um é do menino de cá e outro de lá: os nenês são umas gracinhas, umas belezinhas.

Edite da Silva Araújo

Moradora do assentamento II desde o acampamento em 1985

Depoimento gravado na cozinha da casa da entrevistada